

CAROLINA KNACK

**TEXTO E ENUNCIÇÃO:
AS MODALIDADES FALADA E ESCRITA COMO INSTÂNCIAS DE
INVESTIGAÇÃO**

**Porto Alegre
2012**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
ÁREA: ESTUDOS DA LINGUAGEM
ESPECIALIDADE: TEORIAS DO TEXTO E DO DISCURSO
LINHA DE PESQUISA: ANÁLISES TEXTUAIS E DISCURSIVAS**

**TEXTO E ENUNCIÇÃO:
AS MODALIDADES FALADA E ESCRITA COMO INSTÂNCIAS DE
INVESTIGAÇÃO**

CAROLINA KNACK

ORIENTADORA: PROFA. DRA. CARMEM LUCI DA COSTA SILVA

Dissertação de mestrado em Teorias do Texto e do Discurso, apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

**Porto Alegre
2012**

*Dedico este trabalho àqueles que sempre me incentivaram a seguir
batalhando pelo sonho da docência.*

*Pai, mãe, Murilo e professora Carmem,
este trabalho é fruto da confiança em mim depositada.*

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, por se fazer presente de diversas maneiras em minha vida.

À minha família, em especial aos meus pais, Carlos e Juliana, pelo amor e apoio incondicionais e, sobretudo, por terem me ensinado o valor da busca pelo conhecimento, o maior bem que se pode ter.

Ao Murilo, amor querido, pela paciência ao longo desse período de intenso estudo, por compreender minhas ausências e por sempre me apoiar, de todas as formas possíveis.

Aos amigos e colegas de equipe do PAG-Português, o Programa de Apoio à Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pelos ricos momentos de reflexão e de planejamento de aulas, pelos almoços descontraídos, pelos cafés no Antônio, pelas boas risadas... Cada um de vocês, à sua maneira, contribuiu para minha constituição como aluna e professora e para tornar inesquecível esse momento e espaço de enunciações.

Aos queridos alunos do PAG-Português, com os quais aprendi a re-constituir os sentidos de ensinar e aprender.

A todos os colegas de Mestrado, que, pelas enunciações “digitais”, tornaram esse momento de escrita menos doloroso e, em especial, aos colegas Luis Felipe Rhoden Freitas e Aline Juchem, cuja amizade fora constituída já nos tempos da Especialização em Estudos Linguísticos do Texto.

À minha querida amiga, Aline Juchem, meu agradecimento mais que especial: querida colega, companheira, amiga, com quem há alguns anos compartilho cafés, bolos e discussões enunciativas, obrigada por estar presente em minha vida, permitindo que eu me enuncie e me fortaleça com nossa amizade, que vai muito além dos muros da Academia. Obrigada por estar sempre comigo, mesmo que, por vezes, a distância.

Ao colega Daniel Costa da Silva agradeço o auxílio com o Resumo em Língua Francesa e as sugestões para a versão final deste trabalho.

A esta Instituição, por tudo que tem me propiciado desde os bancos da Graduação.

À CAPES/REUNI que, por intermédio do Programa de Apoio à Graduação (PAG-Português), possibilitou minha atuação como professora e, assim, concedeu o apoio financeiro fundamental para a realização deste Mestrado.

Ao professor Valdir Flores, pelos primeiros passos na Enunciação, desde a Especialização.

Aos professores que aceitaram o convite para compor a banca examinadora deste trabalho, profa. Dra. Leci Borges Barbisan (PUCRS), prof. Dr. Valdir do Nascimento Flores (UFRGS) e profa. Dra. Claudia Stumpf Toldo (UPF).

Por fim, o meu imenso agradecimento à professora Dra. Carmem Luci da Costa Silva, com quem aprendi muito mais que conteúdos: aprendi a ser aluna, aprendi a ser professora, aprendi a ser pesquisadora. Sua paixão e dedicação pela docência, pela pesquisa e pelo projeto PAG-Português inspiraram-me e renovaram meu ânimo de ser professora. Como excelente mestre que é, soube me proporcionar um espaço de enunciação, fazendo-se faltar para que eu constituísse minha enunciação.

Querida professora Carmem, essas poucas linhas demonstram meu carinho e minha admiração pela pessoa que és, o que ultrapassa as esferas acadêmicas. Agradeço pela oportunidade que me foi concedida de tê-la em meu convívio e de ser, com orgulho, sua orientanda.

A todos os que, de alguma forma, contribuíram para essa minha empreitada, meu obrigada.

A língua só é criada em vista do discurso, mas o que separa o discurso da língua ou o que, em dado momento, permite dizer que a língua entra em ação como discurso?

Os vários conceitos estão ali, prontos na língua (ou seja, revestidos de uma forma linguística), como bœuf, lac, ciel, fort, rouge, triste, cinq, fendre, voir. Em que momento ou em virtude de que operação, de que jogo que se estabelece entre eles, de que condições, esses conceitos formarão o DISCURSO?

*Ferdinand de Saussure
Escritos de Linguística Geral*

RESUMO

Esta dissertação dedica-se a explorar, sob a perspectiva da Teoria da Enunciação de Émile Benveniste, o tratamento do texto em suas modalidades falada e escrita. A partir da leitura de *O aparelho formal da enunciação* (BENVENISTE, 1970/2006), defende-se a proposição de uma noção geral para texto, relacionada ao fenômeno geral da enunciação, e noções específicas para texto falado e texto escrito, relacionadas a fenômenos específicos da enunciação. Considerando a progressiva inserção e valoração do texto como unidade de ensino em aulas de Língua Portuguesa e a constatada tímida presença de Benveniste em programas disciplinares de cursos superiores de formação de professores, objetiva-se, primeiro, explorar a possibilidade de interlocução da teoria enunciativa com a área dos estudos do texto; segundo, instaurada tal possibilidade, explicitar o referencial teórico benvenistiano que subsidiaria o trabalho com este objeto, propondo as noções enunciativas de texto; e, terceiro, investigar seu funcionamento enunciativo nas modalidades falada e escrita. Para tanto, busca-se, primeiramente, observar como a teoria de Émile Benveniste foi lida pela Linguística brasileira e quais os efeitos produzidos na área de estudos do texto; em seguida, a partir de um conjunto de artigos de *Problemas de Linguística Geral I* (BENVENISTE, 1966/2005) e *Problemas de Linguística Geral II* (BENVENISTE, 1974/2006), desenha-se um itinerário de leitura, organizado em torno dos três principais aspectos da enunciação, a saber, a realização vocal da língua, a semantização da língua e o quadro formal de realização da enunciação, a fim de desvelar a potencialidade da teoria para o tratamento do texto; após o percurso teórico, investiga-se, nos escritos do linguista, o uso do termo *texto*, se utilizado como noção teórica se como não teórica, para, a partir das acepções teóricas do termo, explicitar suas relações com outros termos da teoria, como *enunciado*, *discurso* e *frase*, com vistas a estabelecer as bases teórica e metodológica para a formulação das noções geral e específicas de texto em suas instâncias falada e escrita; por fim, propõe-se o deslocamento da reflexão acerca dos aspectos da enunciação para o campo do texto e investiga-se o funcionamento enunciativo deste em suas modalidades falada e escrita. O percurso empreendido neste trabalho permite concluir que, apesar de não haver uma definição explícita para texto no interior dos artigos de Benveniste, subjazem às suas reflexões enunciativas noções para texto e elementos teóricos que as sustentam e que permitem dar conta da atividade do locutor que coloca a língua em uso. Dessa maneira, a Teoria da Enunciação benvenistiana coloca-se como mais uma ferramenta à disposição do professor para a exploração do texto, seja falado, seja escrito.

Palavras-chave: Ensino. Enunciação. Texto falado. Texto escrito.

RÉSUMÉ

Ce mémoire est consacré à explorer, sous la perspective de la Théorie de l'Énonciation d'Émile Benveniste, le traitement du texte dans ses modalités parlée et écrite. À partir de la lecture de *l'Appareil Formel de l'Énonciation* (BENVENISTE, 1970/2006), on défend la proposition d'une notion générale pour le texte, liée au phénomène général de l'énonciation, et de notions spécifiques pour le texte parlé et pour le texte écrit, liées à des phénomènes spécifiques de l'énonciation. En considérant la valorisation et l'inclusion progressive du texte comme unité de l'enseignement aux classes de Langue Portugaise et la présence timide de Benveniste aux programmes disciplinaires de l'enseignement supérieur de formation des enseignants, on a pour but, premièrement, d'explorer la possibilité de interlocution entre la théorie énonciative et le domaine des études du texte ; deuxièmement, une fois acceptée cette possibilité, d'explicitier le référentiel théorique benvenistien que l'on aurait pour base au travail sur cet objet, en proposant les notions énonciatives de texte ; et, troisièmement, de rechercher son fonctionnement énonciatif dans les modalités parlée et écrite. Pour autant, on cherche, d'abord, à voir comment la théorie d'Émile Benveniste a été lue par la Linguistique brésilienne et quels ont été les effets produits dans le domaine des études du texte ; ensuite, à partir d'un ensemble d'articles de *Problèmes de Linguistique Générale I* (BENVENISTE, 1966/2005) et *Problèmes de Linguistique Générale II* (BENVENISTE, 1974/2006), on établit un itinéraire de lecture, organisé autour des trois principaux aspects de l'énonciation, à savoir, la réalisation vocale de la langue, la sémantisation de la langue et le cadre formel de réalisation de l'énonciation, afin de comprendre la potentialité de la théorie pour le traitement du texte ; après le parcours théorique, on cherche, dans les écrits du linguiste, l'utilisation du terme *texte*, utilisé comme notion théorique ou comme non théorique, pour, à partir des acceptions théoriques du terme, expliciter ses relations avec d'autres termes de la théorie, comme *énoncé*, *discours* et *phrase*, afin d'établir les bases théorique et méthodologique pour l'élaboration de notions générale et spécifiques du texte dans ses instances parlée et écrite ; enfin, on propose le déplacement de la réflexion sur les aspects de l'énonciation pour le domaine du texte et on recherche son fonctionnement énonciatif dans ses modalités parlée et écrite. Le parcours entrepris dans ce travail permet de conclure que, bien qu'il n'y ait pas une définition explicite pour *texte* dans les articles de Benveniste, il y a, dans ses réflexions énonciatives, des notions pour *texte* et des éléments théoriques qui les soutiennent et qui permettent de rendre compte de l'activité du locuteur qui met la langue en usage. Ainsi, la Théorie de l'Énonciation benvenistienne apparaît comme un outil de plus mis à la disposition du professeur pour l'exploitation du texte, que ce soit parlé ou écrit.

Mots-clés: Enseignement. Énonciation. Texte parlé. Texte écrit.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – <i>Corpus</i> de referência de <i>PLG I e II</i>	48
Quadro 2 – Síntese do funcionamento enunciativo do texto falado e do texto escrito.....	176

LISTA DE DIAGRAMAS

Diagrama 1 – Os instrumentos da enunciação: do aparelho formal da língua ao aparelho formal da enunciação	83
Diagrama 2 – O fenômeno geral da enunciação e seus fenômenos específicos.....	88
Diagrama 3 – Síntese dos empregos teórico e não teórico do termo <i>texto</i>	124
Diagrama 4 – Constelação de termos teóricos e não teóricos	141
Diagrama 5 – Síntese dos procedimentos de análise	164

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
------------------------	-----------

CAPÍTULO 1

A POSSIBILIDADE DE UM ESTUDO ENUNCIATIVO DO TEXTO	25
1.1 ÉMILE BENVENISTE: QUAL LINGUÍSTICA?	25
1.2 A TEORIA ENUNCIATIVA BENVENISTIANA NO CONTEXTO DA LINGUÍSTICA BRASILEIRA E SEUS EFEITOS NOS ESTUDOS DO TEXTO.....	31

CAPÍTULO 2

DOS ASPECTOS DA ENUNCIÇÃO AO TEXTO: A CONSTRUÇÃO DE UM ITINERÁRIO DE LEITURA DE BENVENISTE.....	44
2.1 O <i>CORPUS</i> TEÓRICO BENVENISTIANO: UM FATO ENUNCIATIVO DE LINGUAGEM	44
2.2 A ENUNCIÇÃO E SEUS ASPECTOS: A TRANSVERSALIDADE DE NOÇÕES NA TEORIA BENVENISTIANA	51
2.2.1 Primeiro aspecto da enunciação: a realização vocal da língua	54
2.2.2 Segundo aspecto da enunciação: a semantização da língua	62
2.2.3 Terceiro aspecto da enunciação: o quadro formal de realização da enunciação	65
2.2.3.1 <i>O ato</i>	66
2.2.3.2 <i>A situação</i>	69
2.2.3.3 <i>Os instrumentos de realização da enunciação: índices específicos e procedimentos acessórios</i>	72
2.3 DA ENUNCIÇÃO AO TEXTO: PRIMEIROS DESLOCAMENTOS PARA A CONSTITUIÇÃO DE UM REFERENCIAL ENUNCIATIVO PARA O ESTUDO DO TEXTO.....	84

CAPÍTULO 3

BASES TEÓRICA E METODOLÓGICA PARA A ELABORAÇÃO DE UMA NOÇÃO DE TEXTO EM ENUNCIÇÃO	93
3.1 OS EMPREGOS DO TERMO TEXTO NO <i>CORPUS</i> TEÓRICO BENVENISTIANO: INVESTIGAÇÃO E ANÁLISE	93
3.1.1 Análise das ocorrências de texto.....	99
3.1.2 Síntese das análises	120
3.2 A <i>CONSTELAÇÃO</i> TEÓRICA: TEXTO E AS NOÇÕES ASSOCIADAS	125

CAPÍTULO 4

O TEXTO FALADO E O TEXTO ESCRITO SOB A PERSPECTIVA ENUNCIATIVA..... 143

4.1 AS CONCEPÇÕES ENUNCIATIVAS DE TEXTO: DO FENÔMENO GERAL AOS FENÔMENOS ESPECÍFICOS DA ENUNCIÇÃO 143

4.2 O FUNCIONAMENTO DOS ASPECTOS DA ENUNCIÇÃO NO TEXTO FALADO E NO TEXTO ESCRITO 159

4.2.1 A metodologia enunciativa de análise: deslocamentos para o tratamento do texto falado e do texto escrito..... 160

4.2.2 O texto falado e o texto escrito sob o olhar enunciativo 166

CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 179

REFERÊNCIAS..... 183

INTRODUÇÃO

Esta dissertação nasce de uma inquietação, cujo surgimento é preciso recuperar.

Desde os bancos escolares, lá estava ela a me tentar: a *língua*. Ela era, para mim, uma *cabeça de Medusa*, como diz Benveniste, sedutora, bela e, ao mesmo tempo, aterrorizante. Por entre livros, cadernos e rascunhos, enfrentei-a e fiz dela mais que um mero instrumento a meu serviço; amando essa *língua*, dobrei-me a seus encantos. Tal encantamento levou-me a ingressar nesta Universidade, no curso de Letras, fato que me conduziu a tratar com seriedade o que antes, “sem qualquer pretensão de cientificidade”, nas palavras de Normand, não passava do prazer de descobrir e de escrever. Era chegada a hora de encarar a língua na sua *plenitude*. No entanto, mais que dissecá-la formalmente, eu queria vê-la na boca do sujeito; queria observar a língua no mundo, para além das puras formas; queria desvendar os sentidos que se criavam quando ela transbordava dos manuais de sintaxe ou de morfologia. Não sem hesitar, decidi por investigar a língua na literatura. Voltei meu olhar curioso para os textos literários e neles encontrei uma língua doce, mas *trapaceira*; uma língua deliciosamente articulada, mas enigmática. E foi investigando um texto literário que concluí minha graduação, pois, entremeada aos aspectos teórico-literários, lá estava ela, a *língua*, funcionando, exercitando seu *fascismo*, criando um mundo, dobrando-se sobre si mesma e se (re)criando. Foi para a organização linguística daquela obra que voltei meu olhar atento e, naquela árdua relação, descobri que queria mais.

Esse *querer mais* fez com que eu buscasse, na pós-graduação, especificamente na *Especialização em Estudos Linguísticos do Texto* desta Universidade, mais ferramentas para lidar com essa língua em uso, seja em uso literário, seja em uso ordinário. Nesse percurso, *encontrei* Benveniste. Encontrei uma possibilidade de olhar para essa língua que *exige* quem a fale, quem a escreva. Essa *descoberta* enunciativa foi regada e cultivada com doses diárias de Benveniste, o que me conduziu ao Mestrado. Tão logo iniciei essa nova fase de estudos colocou-se para mim a oportunidade de participar do *Programa de Apoio à Graduação (PAG)* da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, projeto *Língua Portuguesa*, coordenado pela orientadora deste trabalho, professora Dra. Carmem Luci da Costa Silva. A participação no *PAG-Português* ressignificou minha trajetória, porque a sala de aula do *PAG*, com suas demandas, trouxe à luz aquela língua que tanto me fascinava, aquela que transbordava dos manuais de sintaxe ou de morfologia. E o que, por ora, eram considerados objetos tão díspares, como estudar língua *ou* estudar literatura, encontraram no *texto* o seu centro – um

encontro que, para mim, teve como mediador Benveniste. Sim, o mestre enunciativo possibilitou encarar o *texto* como um fenômeno intersubjetivo que revela o trabalho incessante do sujeito com a língua, e que possibilita a esse sujeito, pelo uso mesmo da língua, constituir a si mesmo, ao outro, ao mundo e à própria língua.

Nessa luta amorosa com as palavras, em meio aos anseios de desvendar os “segredos do texto”, escolhi *meu lugar*. Estava definido o caminho a trilhar; estava definido o objeto a pesquisar: o *texto*. E dessa relação – *língua, texto e Benveniste* – convido-os a compartilhar.

*

Partamos de Saussure¹. Como fiéis discípulos que somos, rememoramos, aqui, o axioma saussuriano, que afirma ser o ponto de vista o criador do objeto de análise. Saussure, ao situar a Linguística dentre os fazeres científicos e definir a língua como objeto dessa ciência, orienta os linguistas a definirem proposições teóricas e métodos analíticos a partir dos quais os fenômenos linguísticos devem ser delimitados e observados. Essa *exigência de linguista* impõe-nos, de imediato, a seguinte questão: é possível conceber que o objeto por nós eleito para esta pesquisa, o *texto*, preexistia à delimitação da teoria por meio da qual será analisado? Dividimos a resposta a esse questionamento em dois momentos, em que consideramos, primeiro, o *ponto de vista do locutor*, isto é, do *falante* e, segundo, o *ponto de vista do conhecedor*², isto é, do professor, do linguista, do estudioso do texto.

Embora possa desconhecer o passado de sua língua, seus parentescos com outras línguas ou, ainda, as regras que regem seu funcionamento, o locutor *sabe* falar. Em dado momento, esse locutor “fala do mundo ou compreende o que se diz dele pela intermediação de sua língua” (NORMAND, 2009b, p. 63), de forma que evidencia um saber *da* língua e revela, por vezes, um saber *sobre* essa língua – mesmo que este último possa ser intuitivo. E, uma vez que “a inversão operada por Saussure é a de definir o campo da linguística colocando-se desde o começo na prática da língua” (ibid., p.45), é da experiência cotidiana do locutor com essa língua que devemos partir para problematizarmos essa questão sobre o objeto. Isso implica considerarmos o saber *da* e *sobre* a língua manifesto por esse sujeito falante. Ora, pergunte a um falante qualquer de Língua Portuguesa, neste caso, o que ele entende por *texto*. Tão logo se encerre a pergunta já se ensaiam possíveis respostas: “texto é um bloco formado por palavras e frases que transmite uma ideia”; “texto é um conjunto de

¹ Utilizaremos o nome de Ferdinand de Saussure para nos referirmos ao conjunto de reflexões atribuídas a ele, inclusive as constantes no *Curso de Linguística Geral* (2006).

² Tomamos estes termos – *ponto de vista do locutor* e *ponto de vista do conhecedor* – de Normand (2009b, p. 45).

frases que formam uma unidade de sentido” – proposições que, de modo geral, correlacionam *texto, linguagem verbal e língua em uso*.

Esse saber intuitivo que todos nós, como falantes nativos de uma língua, possuímos, dá-nos a impressão de que o objeto está posto *a priori* à delimitação teórica. Contudo, lembremo-nos de que aqui ocupamos um lugar enquanto professores ou linguistas e, portanto, nos é exigido que sustentemos o *ponto de vista do conhecedor*. Normand (2009b, p. 47) muito bem nos lembra de que “a tarefa designada ao linguista é a de se situar na língua, como um locutor qualquer, mas para poder explicitar o mecanismo ignorado pela ‘massa falante’.” Assim, como *locutores e conhecedores*, inevitavelmente partimos para a pesquisa já com um olhar acerca do que seja *texto* e, minimamente, acerca dos elementos que o caracterizam. A consideração desses pontos de vista, o do *locutor* e o do *conhecedor*, podem ser postos em relação com os *pontos de vista externo e interno* tal como utilizados por Silva (2007; 2009). A autora explica que “as noções de ponto de vista externo e interno [por ela utilizadas] foram inspiradas nas de hipóteses externas e internas, que ancoram metodologicamente o estudo da língua realizado por Ducrot (1980; 1984/1987).” (SILVA, 2009, p. 279)³. Segundo Silva (op.cit), o ponto de vista externo está presente mesmo antes da delimitação teórica acurada; nesse sentido, nosso olhar como *conhecedores* já está vinculado a tal ponto de vista externo, que considera o *texto* como um produto que retém as marcas de sua constituição. Assim, de modo geral e ainda provisório, entendemos que *texto* é o produto de uma atividade discursiva que envolve locutores (sujeitos falantes), inscritos em determinado tempo e espaço – produto que se caracteriza por constituir uma unidade global de sentido. Esse *ponto de vista externo*, de certa forma, conduz-nos à construção do *texto* como objeto de pesquisa. Empiricamente, textos são produzidos a cada vez que um locutor abre a boca para enunciar ou pega do lápis para registrar seu dizer; mas, como objeto de estudo, o *texto* ainda não existe: será construído à luz de nossas escolhas teóricas, movimento que nos conduzirá, no interior mesmo do olhar do *conhecedor*, ao *ponto de vista interno* – o da Teoria da Enunciação de Émile Benveniste.

O *texto*, esse *todo complexo de sentido*, assume especial relevância para aqueles que manejam com esse todo “multiforme e heteróclito”, “cavaleiro de diferentes domínios” (SAUSSURE, 2006, p. 17) que é a linguagem, sejam eles linguistas, escritores, professores, sejam ainda psicólogos, fonoaudiólogos, filósofos ou historiadores – a lista, sucinta, apenas ilustra o quão diversos podem ser os domínios em que os *textos*, atualizando a linguagem e a

³ Silva (op.cit.) observa que Ducrot vale-se dos termos *hipóteses externas* e *hipóteses internas* a partir da reflexão proposta pelo filósofo da ciência Pierre Maurice Marie Duhem.

língua em uso, podem instaurar-se como meios de aceder a um objeto. No que se refere à eleição desse *fato linguístico*, o *texto*, para esta pesquisa, destacamos que nossa escolha vem ao encontro da prática docente. O *texto* vem sendo inserido progressivamente em aulas de língua materna: documentos oficiais que tratam do ensino de Língua Portuguesa – tais como os *Parâmetros Curriculares Nacionais* (1998; 2000; 2002)⁴, doravante *PCN's*, e os *Referenciais Curriculares do Estado do Rio Grande do Sul* (2009)⁵ – instituem-no como o *objeto* e a *unidade de ensino*. Tais documentos assim o situam na medida em que a abordagem do texto possibilita, sobretudo, o desenvolvimento da *competência discursiva* do aluno – aspecto essencial para uma educação que se quer comprometida com o exercício da cidadania. Desse modo, tomando a habilidade textual-discursiva como um potencial a ser explorado no âmbito da disciplina de Língua Portuguesa,

não é possível tomar como unidades básicas do processo de ensino as que decorrem de uma análise de estratos – letras/fonemas, sílabas, palavras, sintagmas, frases – que, descontextualizados, são normalmente tomados como exemplos de estudo gramatical e pouco têm a ver com a competência discursiva. Dentro desse marco, **a unidade básica do ensino só pode ser o texto.** (PCNEF, p. 23, grifo nosso).

O *texto* integra todos os estratos mencionados e permite que se trabalhe com a língua em sua totalidade; não há espaço para exercícios mecânicos e repetitivos, posto que cada texto mobiliza de forma singular os elementos da língua para produzir sentidos também singulares. Essa constituição de sentidos, no entanto, pode também se ancorar em gestos, em movimentos, em imagens, articulando as linguagens verbal e não verbal, motivo pelo qual os *PCN's* propõem considerar *texto* em um sentido amplo e em um sentido estrito. No primeiro, *texto* é empregado para “designar também unidades básicas de outras linguagens além da verbal.” (PCNEM+, p. 43). Um quadro, uma apresentação de balé, uma peça de teatro ou uma escultura, por exemplo, podem ser considerados *textos*. Assim, em seu sentido amplo, *texto* é “qualquer manifestação articulada que se veicula por linguagens”, sendo ele “o elemento mínimo de qualquer situação de interlocução” (ibid., p. 43-44). Já no segundo, *texto* é entendido como “unidade básica da linguagem verbal” (PCNEM, p. 18), produto e manifestação linguística de uma atividade discursiva que “forma um todo significativo, qualquer que seja sua extensão” (PCNEF, p.21). Em seu sentido restrito, portanto, “os textos

⁴ A referência bibliográfica relativa aos *Parâmetros Curriculares Nacionais* será feita pela sigla *PCN*, seguida da identificação do nível a que se refere (*EF* para Ensino Fundamental e *EM* para Ensino Médio) e da indicação de página. O sinal “+”, quando utilizado, diz respeito à edição complementar do *PCNEM*.

⁵ A referência bibliográfica relativa aos *Referenciais Curriculares do Estado do Rio Grande do Sul* será feita pela sigla *RC* seguida da indicação de página.

são a concretização dos discursos proferidos nas mais variadas situações cotidianas.” (PCNEM+, p.58).

Considerando tais conceituações, na perspectiva dos *PCN's* o *texto* vai apresentar importância não apenas para a disciplina de Língua Portuguesa, mas para todas as que integram a área de *Linguagens, Códigos e Tecnologias* proposta pelo documento, composta pelas disciplinas de Língua Portuguesa, Língua Estrangeira Moderna, Educação Física, Arte e Informática. Isso porque, nessa área, “o grande objeto de estudo são as várias linguagens e os códigos por elas estruturados, nas manifestações particulares que deles se valem (textos) para estabelecer diferentes formas de comunicação.” (ibid., p.26). Nesse sentido, cada disciplina enfatiza aspectos diferenciados em relação ao *texto*, de modo que cabe à de Língua Portuguesa propor atividades que privilegiem as *práticas discursivas*, principalmente a leitura e a produção de textos escritos e a escuta e a produção de textos orais, práticas que possibilitem, “por meio da análise e reflexão sobre os múltiplos aspectos envolvidos [no texto], a expansão e construção de instrumentos que permitam ao aluno, progressivamente, ampliar sua competência discursiva.” (PCNEF, p. 27).

Também nos *Referenciais Curriculares do Estado do Rio Grande do Sul* (2009), o *texto* é apresentado como um dos conceitos estruturantes da área de *Linguagens, Códigos e suas Tecnologias*, isto é, integra o conjunto de pressupostos que rege a perspectiva adotada pela área em relação à linguagem. O documento assim o define:

Texto: produto e materialização de uma atividade de linguagem. Um texto é um conjunto de relações que se estabelecem a partir da coesão e da coerência. Em outras palavras, um **texto só é texto quando pode ser compreendido como unidade significativa global, seja ele escrito, falado, pintado, cantado, dançado**, etc. Ao mesmo tempo, só encontra tal unidade e ganha sentido na vinculação com um contexto. Assim, **o texto é resultado da atividade humana interacional** (discursiva), que se dá entre sujeitos com uma intenção responsiva. É a manifestação, por meio da linguagem, das ideias de um autor e destina-se à interpretação de um outro. Na origem, o vocábulo “texto” tinha aplicação restrita a objetos da escrita; atualmente, também se refere à fala e a objetos de linguagens não-verbais ou híbridas, como um filme, uma novela, uma partida de futebol, uma escultura, etc. (RC, p. 44, grifos nossos).

Embora a designação *texto* faça referência tanto à linguagem verbal quanto à não verbal, dialogando, dessa forma, com os *PCN's*, os *Referenciais Curriculares* apontam que se privilegia, em aulas de língua, o desenvolvimento de competências nucleares no âmbito da verbal. Segundo os *Referenciais Curriculares*, tais competências consistem em: primeiro, “ler textos de gêneros variados, de modo a reagir diante deles, e, com atitude crítica, apropriar-se desses textos para participar da vida social e resolver problemas;” e, segundo, “produzir textos

de modo seguro e autoral, não apenas em situações cotidianas da esfera privada, como em esferas públicas de atuação social” (RC, p. 54). Segundo o documento, essas competências podem ser desdobradas nas práticas de compreensão oral, leitura, escrita e fala. O *texto* é, pois, o ponto de partida e o ponto de chegada.

Essa nova valoração conferida ao *texto* a partir das diretrizes estabelecidas pelos *Parâmetros Curriculares Nacionais* e, mais recentemente, pelos *Referenciais Curriculares do Estado do Rio Grande do Sul*, coloca em pauta, também, a questão referente à formação do professor. Para que o trabalho voltado ao *texto*, em sala de aula, seja menos intuitivo e mais científico e reflexivo, esse professor necessita munir-se de ferramentas teóricas.

Uma rápida pesquisa acerca de currículos de cursos de Licenciatura em Letras com ênfase em Língua Portuguesa de Universidades de Porto Alegre e da região metropolitana⁶ permite constatar que, de fato, o *texto* tem-se configurado como objeto de estudo e, portanto, tem integrado a formação básica do professor. Vejamos, a título de exemplo, algumas disciplinas constantes nas grades curriculares de três cursos de Letras – *Licenciatura em Letras com ênfase em Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa* da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), *Licenciatura em Língua Portuguesa e respectivas Literaturas* da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e *Licenciatura em Português* (currículo 5) da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) – , os quais têm o *texto* em seus programas de ensino.

Começemos por esta Universidade: do programa proposto pelo Instituto de Letras da UFRGS, podemos citar as disciplinas de *Leitura e Produção Textual*, em que os atos de ler e escrever um texto são tomados como processos de construção de sentidos; *Estudo do Texto*, em que o texto, entendido como unidade complexa de significação, é abordado sob diferentes perspectivas teóricas, como a Linguística do Texto, a Enunciação, a Análise do Discurso; e *Semântica Frasal e Textual*, cujo objetivo consiste em abordar os processos de significação em diferentes níveis semânticos, sendo um deles o textual.

O *texto* também é foco de disciplinas do curso de graduação em Letras da PUCRS: *Texto e Gramática* estuda a estrutura do texto, bem como as regras de funcionamento e uso do código escrito e suas implicações semântico-pragmáticas no texto; *Leitura e Produção Textual* aborda os fundamentos da interlocução, os gêneros do discurso e a textualização; *Linguagem e Argumentação* tem como alguns de seus objetivos abordar a noção de relação

⁶ Pesquisa realizada através da consulta aos currículos vigentes para o primeiro semestre de 2011, disponibilizados nos *sites* das Universidades. Para referência completa, verificar item *Referências* ao final deste trabalho.

como construtora de sentido, as diferentes vozes no discurso, a construção do ponto de vista do locutor, a argumentação em diferentes gêneros e a elaboração de propostas de análises de textos; *Produção de Textos Acadêmicos*, em que há o estudo e a prática de produção de textos acadêmicos/científicos; e *Revisão Textual*, em que se objetiva analisar os fatos linguísticos, textuais e discursivos que contribuem para a qualidade de textos técnicos, acadêmicos e jornalísticos, bem como discutir critérios de correção e avaliação de produções textuais.

Já a UNISINOS problematiza o *texto* nas seguintes disciplinas: *Experimentação Textual*, em que há o estudo e a produção de textos de gêneros de divulgação científica; *Contextos e Organização do Discurso*, em que se objetiva estudar os gêneros textuais e os modos de organização do discurso (ou tipos de texto), além de ler e produzir textos de diferentes gêneros; *Oficina de Leitura e Produção Textual* aborda a relação entre as propriedades sociocomunicativas dos gêneros textuais e as propriedades linguísticas intrínsecas aos modos de organização do discurso; *Texto e Discurso* objetiva abordar princípios e conceitos para o estudo das relações entre aspectos linguísticos e extralinguísticos na construção de sentidos em textos de diferentes gêneros, aplicar aspectos de teorias do discurso ao desenvolvimento de estratégias de leitura e produção de textos, assim como discutir metodologias de análise de textos que contemplem as concepções teóricas desenvolvidas durante a disciplina; e, ainda, *Produção Textual Acadêmica*, em que se busca levar o aluno a relacionar pensamento científico, domínio acadêmico de comunicação e gêneros textuais acadêmicos, por meio da leitura, produção e problematização de textos.

Esse breve percurso pelas grades curriculares, súmulas e ementas de disciplinas⁷ indica que o *texto* tem ocupado ora centralmente uma disciplina – algumas das quais mencionamos anteriormente –, ora como meio para a abordagem de aspectos relativos à estrutura e ao funcionamento da Língua Portuguesa em si. Uma vista de olhos pelas indicações bibliográficas, quando presentes, permite-nos elencar alguns estudiosos que são reiteradamente citados: Ingedore G. Villaça Koch, Patrick Charaudeau, Dominique Maingueneau, José Luiz Fiorin, Mikhail Bakhtin, Luiz Antônio Marchuschi, Eni Orlandi, entre outros. Tal lista não se pretende exaustiva, apenas ilustrativa da diversidade teórica com que o *texto* pode ser explorado, uma vez que temos teóricos representantes da Linguística Textual, da Semiótica, da Linguística da Enunciação, da Análise do Discurso.

⁷ Informações obtidas a partir da consulta aos *sites* dos cursos.

Dentre tais indicações bibliográficas, destacamos a *quase* ausência⁸ da referência a Émile Benveniste⁹. Diante disso, perguntamo-nos: a que se deve essa *quase* ausência nos programas de disciplinas que estudam o *texto*? Não teria a teoria enunciativa deste linguista subsídios teórico-metodológicos para a abordagem do objeto *texto*? Essas questões conduzem-nos a uma consulta ao *Dicionário de Linguística da Enunciação* (FLORES et al., 2009) – importante obra que sistematiza o campo – em busca de possíveis registros para o termo *texto* no âmbito da linguística enunciativa, a qual comporta Émile Benveniste. O *Dicionário* apresenta duas ocorrências para *texto*, as quais transcrevemos a seguir.

texto (1) s.m. Ducrot

Definição: entidade linguística abstrata constituída por uma sequência de frases subjacente ao discurso.

Fonte da definição: DUC84a [DUCROT, Oswald. *Enciclopédia Einaudi: Linguagem – Enunciação*. v.2. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1984]; EDU06 [Equipe Ducrot. Coordenação: Leci Borges Barbisan (PUCRS) e Carmem Luci da Costa Silva (UFRGS)].

Nota explicativa: A noção de texto está relacionada à distinção estabelecida por Ducrot entre entidades abstratas – frase e texto – e entidades concretas – enunciado e discurso, assim como entre nível complexo – texto e discurso – e nível elementar – frase e enunciado. Como entidade abstrata de nível complexo, o texto é uma sequência de frases que subjaz à sequência de enunciados de que é constituído o discurso, entidade concreta de nível complexo.

Fonte da nota: DUC84a [DUCROT, Oswald. *Enciclopédia Einaudi: Linguagem – Enunciação*, v.2. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1984]; EDU06 [Equipe Ducrot. Coordenação: Leci Borges Barbisan (PUCRS) e Carmem Luci da Costa Silva (UFRGS)].

Termos relacionados: discurso (1), entidade abstrata, nível complexo. (FLORES et al., 2009, p. 230)

Essa primeira definição para o termo *texto* situa-se no interior da perspectiva enunciativa de Oswald Ducrot. É, em 1984, no verbete “enunciação” da *Enciclopédia Einaudi*, que Ducrot busca delimitar *texto*, *discurso*, *enunciado* e *frase*. Nesse verbete, o autor distingue as entidades linguísticas de nível complexo das de nível elementar, conceituando *discurso* como a realização linguística do *texto*, ambos entidades de nível complexo. Nesse caso, o *texto* é concebido como o constructo teórico, enquanto o *discurso* é considerado a realização desse constructo. No nível elementar, encontram-se a *frase* e o *enunciado*. A *frase* é a entidade abstrata, enquanto o *enunciado* a entidade concreta e observável. Nesse sentido, a *enunciação* é o acontecimento constituído pelo aparecimento do *enunciado* e do *discurso*

⁸ O advérbio *quase* para caracterizar a *ausência* de Benveniste nas indicações bibliográficas é utilizado justamente para relativizar tal fato, uma vez que localizamos, dentre as disciplinas que disponibilizaram seus programas de ensino, exceções que mencionam o linguista em seus referenciais.

⁹ Consideramos, para este levantamento, a citação direta de Émile Benveniste, isto é, a referência aos *Problemas de Linguística Geral I e II*.

(entidades observáveis). Em síntese, o *texto*, entidade abstrata e complexa, é uma sequência de *frases*, e o *discurso* é a sequência de *enunciados* relacionados entre si, entidades concretas, objetos de análise¹⁰.

A segunda definição para *texto* presente no *Dicionário de Linguística da Enunciação* é a seguinte:

texto (2) s.m. Récanati

Definição: conteúdo veiculado em um enunciado.

Fonte da definição: REC79: 142-145 [RÉCANATI, François. *La transparence et l'énonciation: pour introduire à la pragmatique*. Paris: Seuil, 1979.].

Nota explicativa: Em um enunciado como “Eu sustento que a terra é redonda”, o texto é o conteúdo da proposição principal (“a terra é redonda”). Por outro lado, a proposição incidental “Eu sustento que” faz parte da margem – onde se encontram indicações a respeito do texto – e manifesta a forma afirmativa da proposição global. A proposição principal significa por seu conteúdo factual (a terra ser redonda). Já a proposição incidental significa por sua indicação das circunstâncias de enunciação (a afirmação categórica sobre a terra ser redonda é um dos modos possíveis de expressão do pensamento de alguém).

Fonte da nota: REC79: 142-145 [RÉCANATI, François. *La transparence et l'énonciation: pour introduire à la pragmatique*. Paris: Seuil, 1979.].

Leitura recomendada: REC79.

Termos relacionados: margem.

(FLORES et al., 2009, p. 230)

Essa segunda definição situa-se no âmbito dos estudos de François Récanati, teórico cujos principais interesses incluem pragmática, semântica, referência e cognição. Na obra fonte dessa definição – *La transparence et l'énonciation: pour introduire à la pragmatique* (1979) –, o autor bebe de noções da filosofia analítica da linguagem de Austin e da Teoria da Enunciação de Benveniste para discutir conceitos de *transparência* e *opacidade* e também de *margem*, importantes para a reflexão acerca do funcionamento da enunciação sob sua perspectiva (cf. FLORES et al., 2009).

Além da ausência, no contexto do *Dicionário de Linguística da Enunciação* (2009), de uma definição para o termo *texto* relacionado à teoria enunciativa de Émile Benveniste, verificamos que *texto* também está ausente do levantamento de termos e de assuntos contido nos *Índices Remissivos de Problemas de Linguística Geral I* (BENVENISTE, 1966/2005) e de *Problemas de Linguística Geral II* (BENVENISTE, 1974/2006), doravante *PLG I* e

¹⁰ Na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), sob coordenação da Profa. Dra. Leci Borges Barbisan, um grupo de professores de diferentes instituições do Estado tem reunido esforços para teorizar sobre o funcionamento argumentativo nos discursos à luz da *Teoria da Argumentação na Língua*, buscando, a partir da versão atual dessa teoria – a versão dos *Blocos Semânticos* –, refletir acerca de entidades de nível complexo por meio da análise de textos/discursos. Exemplos disso são os Projetos de Pesquisa *O enunciado no texto* e *A construção da argumentação no discurso*.

PLGII. Essas ausências levam-nos a formular três hipóteses: 1) os estudos benvenistianos não apresentam explicitamente uma noção de *texto* e aspectos teóricos que sustentem tal noção; 2) embora não sejam explicitados, subjazem à reflexão da teoria enunciativa benvenistiana uma noção de *texto* e elementos teóricos para o tratamento deste; 3) considerando que há tais elementos teóricos em Benveniste, o uso desse referencial para o estudo do texto ainda não se configura como uma prática, podendo tornar-se uma a partir da explicitação de seu aporte teórico-metodológico.

Esta dissertação tem, portanto, três objetivos: 1º) explorar justamente a possibilidade de interlocução da teoria enunciativa benvenistiana com os estudos do texto; 2º) em se configurando tal interface, sistematizar as noções teóricas da Enunciação benvenistiana que sustentariam o trabalho com este objeto, discutindo uma concepção para *texto*; e 3º) a partir das noções sistematizadas, investigar os *aspectos* da enunciação implicados na constituição do *texto* em suas modalidades falada e escrita.

A possibilidade de explorar o *texto* nessas duas modalidades delinea-se a partir de nossa leitura de *O aparelho formal da enunciação* (BENVENISTE, 1970b/2006): Benveniste, ao tratar da realização vocal da língua, pontua que esse é o aspecto menos visto em relação ao *fenômeno geral da enunciação* (ibid., p. 82), de forma que entendemos ser a realização vocal um *fenômeno específico da enunciação*. Nossa tese é corroborada pelo apontamento feito pelo mestre enunciativo ao final do célebre artigo, quando afirma que “seria preciso também distinguir a **enunciação falada** da **enunciação escrita**” (ibid., p. 90, grifos nossos), por nós entendidas como *fenômenos específicos da enunciação*, cada qual mobilizando de maneira singular o quadro formal enunciativo elaborado pelo autor.

A proposição dessa reflexão sinaliza o desafio assumido por nós nesta pesquisa, desafio que vem ao encontro da prática docente, uma vez que tanto os *Parâmetros Curriculares Nacionais* quanto os *Referenciais Curriculares do Estado do Rio Grande do Sul*, conforme abordado anteriormente, recomendam o trabalho, em sala de aula, com o texto em suas manifestações oral e escrita.

Para que possamos tratar de texto em suas modalidades falada e escrita desde uma perspectiva enunciativa benvenistiana¹¹, propomos uma leitura de um conjunto de artigos de

¹¹ Cabe, aqui, uma observação quanto ao emprego dos termos *oral/oralidade* e *falada(o)*: na obra benvenistiana, encontramos registros de ambos os termos para fazer referência ao aspecto vocal de realização da língua. Vejamos alguns exemplos (com grifos nossos): “massa dos escritos que reproduzem discursos **orais**” (BENVENISTE, 1959/2005, p. 267); “O discurso, porém, é tanto escrito quanto **falado**.” (ibid., p. 267); “o aoristo não se emprega na **língua falada**” (ibid., p. 268); “difícil conceber um curto **texto falado** em que [*eu* e *tu*] não fossem empregados” (id., 1956/2005, p. 278); “seria preciso também distinguir a **enunciação falada** da

PLG I e PLG II. Antes, porém, de mergulharmos nos textos benvenistianos, julgamos ser necessário apresentar algumas reflexões acerca da produção teórica do linguista, especialmente em relação aos artigos reunidos nos dois volumes de *PLG*. A caracterização de elementos que envolvem seja a produção seja a publicação de tais textos contribui para o entendimento do processo de elaboração da sua teoria e, conseqüentemente, conduz-nos a refletir sobre o que tem possibilitado, de fato, os diálogos da teoria benvenistiana não apenas com o campo da Linguística, mas com o da Psicanálise, o da Fonologia, dentre outros. Nesse percurso, importa observar, a partir do modo como a teoria benvenistiana foi lida pela Linguística brasileira, como se institui o diálogo dessa teoria com a área dos estudos do texto. Tais questionamentos e reflexões compõem o primeiro capítulo desta dissertação e encaminham-nos a pensar acerca da possibilidade de investigação do funcionamento textual-enunciativo em suas instâncias falada e escrita, tomando como arcabouço teórico a Enunciação de Émile Benveniste.

No segundo capítulo, propomos um *itinerário* de leitura de Benveniste, em que desenhamos uma trajetória teórica a partir de um conjunto de artigos de *PLG I* e de *PLG II*, isto é, a partir de determinado *corpus* teórico de referência. Para a construção desse itinerário, tomamos como guia o artigo *O aparelho formal da enunciação* (BENVENISTE, 1970b/2006), a partir do qual apresentamos os *aspectos da enunciação*, a saber, a *realização vocal da língua*, a *semantização da língua* e o *quadro formal de realização da enunciação*, e as noções que, na sua *transversalidade*, estão implicadas nesses aspectos. O mapeamento dessas noções, bem como de termos e conceitos a elas relacionados visa a compreender de que modo constituem noções fundantes da teoria e, posteriormente, de que modo podem ser deslocadas deste para um referencial que possibilite o estudo do texto falado e do texto escrito desde o ponto de vista enunciativo.

Uma vez explicitado o referencial enunciativo benvenistiano, cuja potencialidade para o tratamento do *texto* o segundo capítulo busca explorar, dedicamos o terceiro capítulo à investigação das bases teórica e metodológica que viabilizem a elaboração de noções enunciativas para *texto*, falado e escrito, posto que esse é o objeto, a instância de investigação linguística eleita para esta pesquisa. Para tanto, primeiramente, buscamos mapear se o termo *texto* é empregado por Benveniste; e, se sim, qual sua possível definição, qual o estatuto que

enunciação escrita” (id., 1970b/2006, p. 90); “fraseologia, que é a marca frequente, talvez necessária, da ‘oralidade’” (ibid., p. 90); “sequência dada de sons que a **natureza falada, vocal**, da língua exigiria” (id., 1967/2006, p. 225). Esses poucos exemplos bastam para evidenciar que o termo *falada(o)* é mais recorrente para delimitar *enunciação*, *discurso*, *texto* como vinculados ao aspecto vocal da língua. Por isso, também optamos pela utilização desse termo em nosso trabalho.

assume e de que forma está articulado às reflexões do linguista. Do mesmo modo, também investigamos se há ocorrências de outros termos cujos sentidos possam estar relacionados aos de *texto* e que possam contribuir para a elaboração das noções enunciativas de *texto*, de modo geral, relacionado ao *fenômeno geral da enunciação*, e de *texto falado* e *texto escrito*, relacionados aos *fenômenos específicos da enunciação*.

A proposição de tais noções está reservada ao capítulo 4: tomando por base os fundamentos teóricos discutidos desde os capítulos anteriores, neste capítulo costuramos os elementos investigados para formular a noção geral de *texto* e as noções específicas para *texto falado* e *texto escrito*. De posse dessas noções, buscamos investigar o funcionamento enunciativo das duas modalidades textuais com vistas a descrever os *aspectos* da enunciação implicados em tais modalidades.

Cumpramos ressaltar que a observação dos *aspectos* da enunciação na instância do *texto* não visam a construir um modelo de análise a ser seguido e, sim, a sistematizar elementos que, em certa medida, estão presentes na obra de Benveniste e que permitem ser deslocados para a constituição de um referencial enunciativo para o estudo do texto falado e escrito. Nesse sentido, valemo-nos da metáfora do *jogo de dominó*, tal como Bressan (2010, p. 10) a emprega: Benveniste joga “aqui e ali uma pedra do dominó que, embaralhada ao todo, fica imperceptível ao olhar incauto [...]”. Cabe a nós a tarefa de “agrupar as pedras e formar o dominó”, isto é, cabe a nós identificarmos os elementos que permitem elaborar as noções para *texto* e o possível referencial para o seu tratamento.

Esta dissertação, portanto, vem responder ao anseio de compreender como o *texto*, seja falado seja escrito, pode ser analisado pelo viés da Teoria da Enunciação de Émile Benveniste; e, em decorrência desse questionamento, apresentar possibilidades teórico-metodológicas para a abordagem desse objeto, de forma a fornecer subsídios para o trabalho com o *texto falado* e *escrito* em contexto de ensino. Nesse âmbito, defendemos que a Teoria da Enunciação benvenistiana estabelece uma *relação de complementaridade* com as demais teorias do texto e do discurso, como a Linguística Textual, a Semiótica, a Análise do Discurso e outras teorias enunciativas. As perspectivas teóricas que permitem estudar o *texto* não se opõem; pelo contrário, justamente por proporem pontos de vista particulares para objetos também particulares articulam saberes que, então, se complementam. Assim, justapondo aos olhares já existentes um outro olhar enunciativo para o texto, pretendemos contribuir com mais uma ferramenta para auxiliar os professores de Língua Portuguesa em sua lida diária em sala de aula.

Capítulo 1

A POSSIBILIDADE DE UM ESTUDO ENUNCIATIVO DO TEXTO

Há uma beleza, uma experiência do intelecto, que dá à obra de certos cientistas essa espécie de clareza inesgotável de que também são feitas as grandes obras literárias. Tudo é claro no livro de Benveniste, tudo nele pode imediatamente ser reconhecido como verdade; e, no entanto, tudo também nele não faz mais do que começar.

*Roland Barthes
O rumor da língua*

1 A POSSIBILIDADE DE UM ESTUDO ENUNCIATIVO DO TEXTO

Nosso objetivo neste primeiro capítulo consiste em reunir elementos que propiciem instaurar o diálogo da Teoria da Enunciação de Émile Benveniste com a área dos estudos do texto – interlocução que tem por intuito produzir reflexões que contribuam para o trabalho dos professores de Língua Portuguesa. Para tanto, partindo da observação da produção teórica de Émile Benveniste, especialmente dos artigos reunidos em *PLG I* e *PLG II*, buscamos pontuar características quer da obra, quer do seu processo de escritura (1.1) para, em seguida, compreender o modo como a teoria enunciativa benvenistiana foi lida pela Linguística brasileira (1.2). As questões abordadas nesses dois itens reúnem elementos que alimentam o diálogo desta teoria com a área dos estudos do texto, considerado em suas instâncias falada e escrita (1.3).

1.1 ÉMILE BENVENISTE: QUAL LINGUÍSTICA?¹²

Traçar um percurso das produções teóricas de Émile Benveniste e buscar compreender o *itinerário de leituras*¹³ que dessas obras se fez, requer que empreendamos também nós um itinerário, tanto pelos próprios textos do linguista quanto pelos de seus leitores e comentadores. Os caminhos a serem aqui trilhados seguem em uma direção: almejam situar a produção teórica do linguista, especialmente a que constitui a sua Teoria da Enunciação, de modo a buscar compreender como as características dessa produção podem ter influenciado as leituras que dela se fizeram – especialmente a leitura realizada pela Linguística brasileira.

Boulbina (2009), em seu intento de “desenhar a ‘figura do filósofo’”, afirma que “tudo se passa como se, publicamente, sua vida [de Benveniste] se reduzisse à sua obra e sua existência à sua carreira científica.” (BOULBINA, 2009, p.105, tradução nossa)¹⁴. E, no âmbito da Linguística brasileira, acrescentamos: como se tudo se resumisse aos *Problemas de Linguística Geral I e II*. No entanto, essa famosa compilação de artigos do linguista configura-se apenas em uma de suas facetas. Segundo Dessons (2006), os estudos de Benveniste estendem-se sob três domínios principais: o dos estudos iranianos, o da gramática

¹² Título inspirado no artigo de Claudine Normand (2009a) denominado *Émile Benveniste: qual semântica?*, em que a autora discute como a questão da referência e suas relações com a Teoria da Enunciação introduzem-se no constructo teórico de Benveniste.

¹³ A expressão *itinerário de leituras* remete ao artigo de Claudine Normand (2009c) intitulado *Leituras de Benveniste: algumas variantes sobre um itinerário demarcado*.

¹⁴ “Tout se passe comme si, publiquement, sa vie se réduisait à son œuvre et son existence à sa carrière scientifique.” (BOULBINA, 2009, p.105).

comparada das línguas indo-europeias e o da Linguística Geral. Dentre os trabalhos sobre o iraniano, Dessons (2006) destaca os seguintes: *Essai de grammaire sogdienne, vol.2: morphologie, syntaxe et glossaire* (1929); *Les infinitives avestiques* (tese complementar, 1935); *Études sur la langue ossète* (1959) e *Titres et noms propres en iranien ancien* (1966). No âmbito das línguas indo-europeias, assumem relevância os seguintes estudos: *Origine de la formation des noms en indo-européen* (tese principal, 1935); *Hittite et indo-européen* (1962); *Noms d'agent et noms d'action en indo-européen* (1948); *Le Vocabulaire des institutions indo-européennes* (1969). Esses são trabalhos não comumente estudados no âmbito da Linguística brasileira, dada a natureza dos estudos e sua complexidade, os quais exigem um “certo” conhecimento das línguas em questão e não raro uma grande disposição para mergulhar nas culturas que tais línguas vivificam.

Embora Benveniste já fosse considerado um grande indo-europeísta – e as obras citadas acima assim o atestam –, o linguista tornou-se verdadeiramente reconhecido, inclusive como especialista de Linguística Geral, apenas a partir do fim dos anos 60. Duas são as possíveis justificativas para tanto: primeiramente, para Dessons (op.cit.), isso se deve ao fato de que os trabalhos de Benveniste neste domínio não constituem tratados específicos, a exemplo das obras mencionadas anteriormente, mas “estudos pontuais” publicados de 1939 a 1972, os quais foram posteriormente agrupados nos dois volumes de *Problèmes de linguistique générale*, em 1966 e em 1974, respectivamente. Foram essas compilações de artigos, com o primeiro volume feito sob a orientação de Benveniste e o segundo sob a de seus editores, mas com a supervisão do próprio linguista, que o alçaram, portanto, ao reconhecimento.

Se observarmos, então, as datas das publicações originais dos artigos agrupados em *PLG I e II*, percebemos que as preocupações de Benveniste com a Linguística dita geral e, notadamente, com a elaboração de sua Teoria da Enunciação são constantes e paralelas à sua pesquisa comparatista (cf. DESSONS, op.cit.). No entanto, os aspectos do pensamento de Benveniste relativos a essas preocupações passaram praticamente despercebidos pelos linguistas – mas não pelos filósofos e psicanalistas¹⁵ – até o ano de 1970, quando o autor

¹⁵Normand (2009c, p. 15) realizou um estudo em que comparou duas séries de notas de aula, tomadas pelo linguista Dubois e pelo filósofo Ricoeur nos anos de 1966 e 1967, respectivamente, na Universidade de Nanterre. Afirma a autora que o primeiro evocou “somente o Benveniste estruturalista” e sequer o mencionou quando abordou o estudo dos pronomes de pessoa; já o segundo expôs o essencial do que Benveniste propôs, naquele período, sobre dêixis e enunciação, inclusive antevendo em Benveniste a promessa de uma “linguística completamente diferente”. A verificação dessas notas levou Normand a concluir que a comunidade linguística, manifestando uma espécie de “resistência à novidade”, precisou ser “solicitada por seu ‘exterior’, em particular a filosofia, para aceitar as novidades que ela própria trazia”.

publicou, na revista *Langages*, o artigo *O aparelho formal da enunciação*. Somente a partir desse artigo, segundo argumenta Normand (2009c), os linguistas perceberam e passaram a interessar-se por esse outro viés de Benveniste¹⁶, uma vez que sua teoria permitia, a partir do “retorno do sujeito” e dos elementos da subjetividade, sair do “claustro estruturalista”.

Já para Dosse (1994, p. 61), as teses de Benveniste não produziram o eco desejado na área da Linguística justamente pelo fato de o estruturalismo desenhar seu apogeu em meados da década de 60. Nesse período, em que a linguagem era pensada fora de sua relação com o sujeito, Benveniste acabou por “pregar no deserto” – eis a possível segunda justificativa para o tardio reconhecimento do linguista enquanto especialista de Linguística Geral. Contudo, o papel que Benveniste desempenhou até 1968 – “um papel ao mesmo tempo importante e subterrâneo”, como aponta Dosse (op.cit.) –, aliado ao desenvolvimento de uma Linguística da Enunciação, contribuiu para a crise do paradigma estruturalista.

A partir de então, e em virtude da diversidade teórica do pensamento de Benveniste, Normand (op.cit.) destaca que se tornou possível realizar três tipos de leitura dos estudos do linguista: o primeiro tipo consiste na leitura comparatista, a qual privilegia os estudos indo-europeus e os trabalhos anteriores a esses, relativos às línguas antigas, além de artigos produzidos para revistas de filologia e de línguas clássicas e, inclusive, alguns dos constantes em *PLG I e II*; o segundo tipo é a leitura estruturalista, com ênfase para os textos reunidos em *PLG I e II* que apresentam noções e autores considerados fundadores do estruturalismo, além de sínteses sobre o desenvolvimento geral da Linguística; e, por fim, o terceiro tipo de leitura, a da Teoria da Enunciação, instaurado apenas a partir de 1970 e associado aos temas *A comunicação* e *O homem na língua* de *PLG I* e, posteriormente, de *PLG II*.

Apesar de ser possível considerar os trabalhos de Benveniste como particionados em um “setor filológico e um setor generalista” – este incluindo os estudos de cunho enunciativo –, e que isso possa dar a impressão de atividades distintas, Dessons (2006, p. 27, tradução nossa) defende “trata[r]-se antes de dois momentos de um mesmo projeto global, que elege a significação como ponto de vista fundamental sobre a linguagem.”¹⁷ Também Normand (2009a) argumenta nesse sentido, afirmando ser a referência constante à significação o que

¹⁶ Normand (2009c), questionando-se sobre o porquê dessa percepção tardia por parte dos linguistas, retomou os periódicos franceses mais lidos pelos professores de Linguística à época (*Langages* e *Langue Française*) e constatou que, de fato, não se falava do aspecto enunciativo do pensamento de Benveniste antes de 1970 e, quando se fazia alguma alusão a aspectos enunciativos, era referindo-se a Jakobson, especificamente ao artigo *Les embrayeurs, les catégories verbales et le verbe russe*. Lembremo-nos, no entanto, de que Jakobson, neste ensaio, refere-se explicitamente a Benveniste, em nota, quando da abordagem da natureza dos pronomes.

¹⁷ “[...] il s’agit plutôt de deux moments d’un même projet global, qui érige la signification en point de vue fondamental sur le langage”. (DESSONS, 2006, p. 27).

unifica o projeto benvenistiano, o qual consiste em continuar Saussure e ultrapassá-lo. Os questionamentos acerca do que possibilitaria unificar as reflexões benvenistianas advêm, sobretudo, dos múltiplos interesses do linguista e da própria abundância da matéria – Szemerényi (1984, p. 171 apud ONO, 2007, p. 19)¹⁸ refere-se a Benveniste como *artigo-man*, pois o linguista publicou, segundo Ono (op.cit.)¹⁹, 18 livros, 291 artigos e 300 resenhas críticas. Essa multiplicidade, de certa forma, atesta que o estudo da linguagem, para Benveniste, parece não poder apresentar-se de maneira sintética, de modo que publicar em coletânea teria sido a única iniciativa do linguista para dar forma a uma Linguística Geral. Isso, segundo Ono (ibid., p. 19), “pode desconcertar todo aquele que procura uma linguística edificada passo a passo, de maneira sistemática.”²⁰

Ora, o que se convencionou chamar de *Teoria da Enunciação* em Benveniste advém, também, de um olhar lançado *a posteriori* aos textos do linguista e, segundo argumentam Flores et al. (2008), diz respeito a um conjunto de cerca de vinte artigos escritos ao longo de aproximadamente 30 anos, reunidos e publicados em *PLG I e II*. Isso evidencia que tal teoria não se apresenta como uma proposta teórico-metodológica explicitamente elaborada e desenvolvida ao longo dos anos, tal como a teoria de Oswald Ducrot e colaboradores, mencionada na introdução deste trabalho, por exemplo. Por outro lado, também não há, como afirma Normand (2009a, p. 161), uma “revolução enunciativa” em Benveniste, pois, como vimos, o interesse do linguista pelos indícios da presença do homem na linguagem e na língua²¹ é uma constante em suas pesquisas: “a busca dos traços da subjetividade nas formas linguísticas está presente desde o início [nos trabalhos de Linguística Geral e frequentemente nos de gramática comparada] e se teoriza pouco a pouco entre hesitações e afirmações.” (ibid., p. 16). Linha a linha, parágrafo a parágrafo, artigo a artigo, a Teoria da Enunciação se desvela, ao mesmo tempo em que, confessa Normand, se desvela, para ela, o *prazer do texto*. Benveniste possibilitou para a atenta leitora uma descoberta:

¹⁸ SZEMERÉNYI, Oswald. Benveniste’s œuvre: the psychodram of a linguist. In: Taillardat et al. (éds). *Émile Benveniste aujourd’hui II*. Louvain, Peeters, 1984.

¹⁹ Agradecemos a Daniel Costa da Silva a tradução da primeira parte da obra de Ono (2007).

²⁰ “[...] ce que peut troubler quiconque recherche une linguistique édifíée pas à pas, de façon systématique.” (ONO, 2007, p. 19).

²¹ Cumpre observar que o uso dos termos *linguagem* e *língua*, em Benveniste, como relativo à instância em que o homem se marca não é isento de certa oscilação. O exemplo mais evidente diz respeito ao próprio título da quinta parte de *PLG I e II*: no prefácio à primeira edição, afirma o linguista que “‘O homem na linguagem’ é o título da parte seguinte [quinta parte]; é a marca do homem na linguagem, definida pelas formas linguísticas da ‘subjetividade’ e as categorias de pessoa, dos pronomes e do tempo.” Ao conferir a quinta parte, verifica-se que recebe como título “O homem na língua”. Estaríamos diante do que Normand (1996, p. 131), em outros contextos, chamou de “síntese felizmente infeliz” ou, ainda, de um “ato falho, do qual se sabe que é pela falha que ele é bem sucedido”? O fato de o homem fazer-se presente na língua, sistema semiológico que se atualiza pela enunciação, é possibilitado pela linguagem, esta faculdade de simbolizar, inerente à condição do homem; estar na língua é possível porque se está na linguagem. “Falha” feliz a de Benveniste, diríamos!

[...] o prazer de uma bela demonstração numa retórica sedutora, talvez sedutora demais para ser sempre perfeitamente rigorosa; era a fluidez de uma escrita livre do peso, que se tornara habitual, dos programas e de seus resultados; em suma, o “prazer do texto”, conforme a expressão de Roland Barthes, que confessava: “É preciso ler outros linguistas, mas gostamos é de Benveniste”. (NORMAND, 2009a, p. 101).

Ao redescobrir o prazer de ler com Benveniste, Normand concluiu que era possível, sim, “escrever de modo diferente mesmo sendo linguista; [e que] podia existir algo diferente de uma língua desfigurada pela obsessão de ‘fazer ciência’” (ibid., p. 101). Esse “escrever de modo diferente” que, para a autora, traduz-se pela escrita livre e sedutora do mestre, também foi objeto de comentários de outros importantes leitores de Benveniste. Barthes (2004), por exemplo, em ensaios por ocasião das publicações de *PLG I e II*, observa que aquilo que um sábio nos proporciona não advém apenas da *força* de seu saber e de seu rigor, mas de sua escritura; para o autor, a escrita de Benveniste possui uma *força* que não é a mesma dos outros cientistas.

A língua de que se apropria Benveniste (pois que tal é a sua definição de enunciação) não é *exatamente* aquela dos cientistas comuns, e esse ligeiro deslocamento basta para constituir uma escritura. A escritura de Benveniste é difícil de descrever porque é *quase* neutra [...]. (BARTHES, op.cit., p. 212-213, grifos do autor).

Levar em conta a apropriação enunciativa da língua por Benveniste impede que se considere sua escrita como *neutra* e como *exatamente* aquela dos cientistas comuns. Silva e Endruweit (2011, p. 239) muito bem comentam essa citação de Barthes, ressaltando que “ao mesmo tempo em que descreve o cientista Benveniste, revela a relação do homem com a língua, escultor cuidadoso envolvido em sua criação e, por isso, parcial.”

Barthes (op.cit.) ainda afirma que “os livros de saber, de pesquisa, têm também o seu ‘estilo’” e os de Benveniste são “de grande classe” (ibid., p. 210). Esse *estilo*, para Meschonnic (1995, p. 53-54 apud ONO, 2007, p. 16)²², não deve ser entendido “no sentido de caracteres específicos ou formais de uma escrita, mas sim como a clareza e a aventura de um pensamento, a invenção de novos problemas e o método da demonstração”. Em cada artigo de Benveniste percebemos esses movimentos de proposição de um problema e sua demonstração e análise. Nesse sentido, Dessons (2006, p. 10, tradução nossa) entende que, “em Benveniste, a arte de pensar é, principalmente, a arte do problema.”²³. E sua qualidade maior está

²² MESCHONNIC, Henri. Seul comme Benveniste ou comment la critique manque de style. In: *Langages*, n.114, 1995, p.31-55.

²³ “Chez Benveniste, l’art de penser, c’est d’abord l’art du problème.” (DESSONS, 2006, p. 10).

justamente nisto: na invenção do problema, na formulação de uma questão ainda não posta e passível de ser formulada indefinidamente e de modo novo a cada vez. Percebemos essa “capacidade pouco comum de *recolocar* em questão aquilo que é percebido como evidência” (ONO, 2007, p.16, grifo da autora)²⁴ em cada artigo escrito por Benveniste²⁵.

Podemos dizer que a escritura da Teoria da Enunciação de Émile Benveniste é especialmente marcada por esses traços: livre da cobrança de um programa e de seus resultados, essa teoria delinea-se pouco a pouco no pensamento do linguista, problema a problema, artigo a artigo, em meio a uma diversidade de reflexões que frequentemente nos “desconcerta”, como diz Normand (2009a). O programa enunciativo de fato instaurou-se quando se agrupou em torno dele tudo o que dizia respeito aos indícios da pessoa e à subjetividade, ou seja, tudo o que dizia respeito à presença do homem na linguagem e na língua. Essa leitura, a da Teoria da Enunciação, segue então o agrupamento organizado pelo próprio linguista por ocasião da publicação de *PLG I – e*, conforme já mencionado, diz respeito essencialmente aos artigos integrantes das seções *A comunicação* e *O homem na língua – e*, no segundo volume, segue a distribuição organizada pelos editores.

Quanto a esses textos que tratam da Enunciação, Normand (op.cit.) destaca que possuem duas particularidades em relação aos demais:

de um lado, eles se relacionam especificamente às marcas (indícios) da subjetividade, enquanto os outros desenvolvimentos não fazem intervir o papel do sujeito a não ser nas interpretações das descrições; de outro lado, é nesses textos que se formula de maneira sistemática o programa de uma nova linguística, aquela que deve tratar da frase, e assim do discurso, linguística do semântico distinguida da primeira (e sempre necessária) linguística do sistema, dita semiótica. (ibid., p. 160-161).

Essa formulação sistemática de um programa para uma nova Linguística, a do *discurso*, estava, de certa forma, muito clara em Benveniste. Já dizia Barthes (2004, p. 210) que tudo era “claro no livro de Benveniste, tudo nele [podia] imediatamente ser reconhecido como verdade [...]”. Essa *clareza inesgotável*, atributo de grandes obras literárias, afirma Barthes ser conferida pela beleza e pela experiência do intelecto, e se faz presente apenas na

²⁴ “[...] capacité peu commune à remettre en question ce qui passe pour des évidences.” (ONO, 2007, p. 16).

²⁵ O grifo de Ono (2007) no prefixo *re-* serve justamente para marcar que, em Benveniste, este prefixo possui um duplo valor crítico: de iteração (de novo, novamente) e de invenção (novo). Dessons (2006, p. 13), ao explorar o processo de invenção terminológica de Benveniste, exemplifica tal desenvolvimento a partir do prefixo *re-* presente, por exemplo, no trecho “a linguagem reproduz a realidade” (BENVENISTE, 1963b/2005, p. 26), comentado da seguinte forma por Benveniste: “Isso deve entender-se da maneira mais literal: a realidade é produzida novamente por intermédio da linguagem.” (ibid., p. 26). O valor de iteração e invenção do prefixo pode ser explicado a partir do próprio Benveniste, sobretudo por meio dos termos presentes na seguinte passagem: “Eles [pronomes pessoais, demonstrativos] são engendrados **de novo** cada vez que uma enunciação é proferida, e a cada vez eles designam **algo novo**.” (BENVENISTE, 1970b/2006, p. 85, grifos nossos).

obra de *certos* cientistas. Benveniste é, para Barthes, um desses *certos* cientistas. Este mesmo Barthes que fala que tudo está *claro* em Benveniste também aponta que “havia nele algo exorbitante para um erudito, o *implícito*” (BARTHES, 1995b, p. 393 apud ONO, 2007, p.16)²⁶. Mas como explicar tal dualidade? Continua o autor: “tinha-se a impressão de que sua obra, sua própria fala, comportava sempre um suplemento que não dizia, justamente porque dizia muito bem aquilo que queria dizer.” Tal característica, se não justifica, parece ao menos corroborar o fato de haver diferentes leituras de Benveniste, na medida em que o *implícito* exige do leitor determinadas inferências que, se não apreendidas, podem acarretar uma leitura parcial e, por vezes, até mesmo contraditória aos princípios do linguista.

O “modo de escrever diferente” de Benveniste, pontuado por Normand, e essa *nova Linguística* não proposta na forma de um *modelo* tal qual entendido pela ciência da linguagem são elementos que parecem ter contribuído para o modo como a Teoria da Enunciação foi lida pela Linguística brasileira e, conseqüentemente, para o modo como se tem desenvolvido no contexto dos estudos da linguagem. O próximo item tem por objetivo justamente recuperar parte desse *itinerário de leitura* no contexto da Linguística brasileira e pontuar alguns dos efeitos que esse itinerário produziu na área dos estudos do texto.

1.2 A TEORIA ENUNCIATIVA BENVENISTIANA NO CONTEXTO DA LINGUÍSTICA BRASILEIRA E SEUS EFEITOS NOS ESTUDOS DO TEXTO

Vimos que tanto a forma como a Teoria da Enunciação foi concebida por Benveniste quanto as características de sua escrita contribuíram, em certa medida, para o modo como se leu seu programa para uma *nova Linguística*. Conforme ressaltam Flores et al. (2008; 2009), no Brasil, embora Benveniste seja frequentemente citado em bibliografia especializada, seus estudos ainda não receberam tratamento sistematizado²⁷. Isso se deve, sobretudo, “às condições específicas de instauração da Linguística brasileira, em especial, com relação ao advento da diversidade dos estudos no âmbito do discurso.” (FLORES et al., 2009, p.11). Isso porque, nos anos 70, período em que os estudos sobre a Enunciação começaram a ganhar ênfase na França, chegaram ao Brasil perspectivas de estudo da linguagem especialmente voltadas ao discurso, tais como a Análise de Discurso de linha francesa e a Linguística do

²⁶ “[...] il y avait en lui, chose exorbitante pour un savant, de *l'implicite*”. (BARTHES, 1995b, p. 393 apud ONO, 2007, p. 16). [BARTHES, Roland. *Benveniste*. Euvres complètes III (1974-1980), Paris, Le Seuil, 1995. 1^{re} publication: *Libération* du 11 octobre 1976].

²⁷ Enfatizamos que tal lacuna vem sendo suprida, sobretudo, por dissertações e teses desenvolvidas no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Texto. Segundo Cremonese (2007), essas linhas, e também a Pragmática, acabaram por interferir na introdução da teoria enunciativa benvenistiana no Brasil, seja pela leitura peculiar que fizeram da teoria, seja pela incorporação de termos benvenistianos aos seus próprios aparatos teórico-metodológicos.

Quanto a esse último aspecto, podemos citar como primeiro exemplo a Linguística do Texto, abordada, a seguir, pelo viés de uma das teóricas mais citadas nas indicações bibliográficas das súmulas de disciplinas que estudam o texto – conforme grades curriculares dos cursos de Letras consultados²⁸: Ingedore Koch. Em *Linguística Textual: uma introdução* (1988)²⁹, Koch, em coautoria com Leonor Lopes Fávero, ao discutir as diferentes concepções de *texto* e de *discurso* no âmbito da Linguística Textual, conclui o seguinte:

É lícito concluir, portanto, que o termo *texto* pode ser tomado em duas acepções: *texto*, em sentido *lato*, designa toda e qualquer manifestação da capacidade textual do ser humano, (quer se trate de um poema, quer de uma música, uma pintura, um filme, uma escultura etc.), isto é, qualquer tipo de comunicação realizado através de um sistema de signos. Em se tratando da linguagem verbal, temos **o discurso, atividade comunicativa de um falante, numa situação de comunicação dada, englobando o conjunto de enunciados produzidos pelo locutor (ou por este e seu interlocutor, no caso do diálogo) e o evento de sua enunciação**. O discurso é manifestado, linguisticamente, por meio de textos (em sentido *estricto*). (FÁVERO; KOCH, 1988, p. 25, grifo itálico das autoras, grifo negrito nosso).

Neste trecho, ao definir o termo *discurso*, é possível perceber que as autoras fazem uso de termos e noções enunciativas, mesmo sem remetê-las a Émile Benveniste: para tratar da *atividade comunicativa de um falante*, há de se considerar *o conjunto de enunciados* produzidos em determinada *situação* (diríamos em uma *situação de enunciação* que envolve pessoa, tempo e espaço), por um locutor e, por meio do diálogo entre um *eu* e um *tu*, entre um *locutor* e um *interlocutor* no *evento* dessa *enunciação*. Ora, uma das noções benvenistianas que está subjacente a tais considerações é a de *intersubjetividade* – conceito fundamental para Benveniste, na medida em que esse princípio estabelece-se como condição para a *subjetividade*: para constituir-se como sujeito de linguagem está-se na dependência da existência do *outro*, do *tu*. A noção de *intersubjetividade* parece ser definidora para a abordagem do *discurso* proposta pelas autoras. Não por acaso, algumas páginas à frente, as autoras situam Émile Benveniste como um dos precursores *stricto sensu* da Linguística Textual.

²⁸ Cf. Introdução.

²⁹ A primeira edição da obra data de 1983.

E. Benveniste pode ser considerado um dos pioneiros nos estudos sobre o discurso, ao pôr em realce a intersubjetividade que caracteriza o uso da linguagem, ressaltando a necessidade de se incorporar aos estudos linguísticos os fatos envolvidos no evento de produção dos enunciados. (FÁVERO; KOCH, 1988, p. 31, grifo das autoras).

E é exatamente a noção de *intersubjetividade*, antes subjacente às considerações das autoras, que Koch e Fávero (op.cit.) enfatizam no trecho acima citado. Porém, embora posta em relevo, a noção é apenas brevemente explicada no parágrafo seguinte: “[...] os aspectos discursivos da linguagem dizem respeito às relações que *na* e *pela* linguagem se estabelecem entre os interlocutores” (ibid., p. 31, grifo das autoras). E, apesar de pontuarem a existência das relações entre os interlocutores, os demais comentários das autoras a respeito da teoria benvenistiana ressaltam apenas o aspecto individual da enunciação: “ato individual de utilização”, “atividade do locutor que mobiliza a língua por sua conta”, “conversão individual da língua”, “manifestação individual que a atualiza [a língua]” (ibid., p. 31). Em outras palavras: apesar de apontarem que é a intersubjetividade que “torna possível a comunicação linguística” (ibid., p. 31), o alocutário não é considerado quando da explicação teórica.

Outra obra de autoria de Ingedore Koch que exemplifica a apropriação de termos e/ou postulados enunciativos benvenistianos é *Argumentação e Linguagem* (2004)³⁰. Ao tratar da tomada do discurso e, posteriormente, do texto como objeto central de investigação de perspectivas como a que desenvolve, a autora diz o seguinte:

Se a frase é uma unidade sintático-semântica, o **discurso** constitui uma unidade pragmática, atividade capaz de produzir efeitos, reações, ou, **como diz Benveniste** (1974), **“a língua assumida como exercício pelo indivíduo”**. Ao produzir um discurso, **o homem se apropria da língua**, não só com o fim de veicular mensagens, mas, principalmente, com o objetivo de atuar, de interagir socialmente, **instituindo-se como EU e constituindo, ao mesmo tempo, como interlocutor, o outro, que é por sua vez constitutivo do próprio EU**, por meio do jogo de representações e de imagens recíprocas que entre eles se estabelecem.

Ora, o discurso, para ser bem estruturado, deve conter, implícitos ou explícitos, todos os elementos necessários à sua compreensão, deve obedecer às condições de *progresso* e *coerência*, para, por si só, produzir comunicação: em outras palavras, deve constituir um *texto*. Todo texto caracteriza-se pela textualidade (tessitura), rede de relações que fazem com que um texto seja um texto (e não uma simples somatória de frases), revelando uma conexão entre as intenções, as ideias e as unidades linguísticas que o compõem, por meio do **encadeamento de enunciados dentro do quadro estabelecido pela enunciação**. (KOCH, 2004, p. 19-20, grifos em negrito nossos).

Além da menção explícita a Benveniste ao definir *discurso*, a autora, na sequência, embora não a nomeie, vai tratar da noção de *intersubjetividade*. Além disso, Koch (op.cit.)

³⁰ A primeira edição da obra data de 1984.

ainda pontua que o texto deve revelar conexão entre seus elementos “por meio do encadeamento de enunciados dentro do quadro estabelecido pela enunciação”. E, então, perguntamo-nos: em que consiste, para a autora, esse *quadro da enunciação*? Em que concepção os termos *enunciado* e *enunciação* são tomados no contexto dessa reflexão? Tais questionamentos assumem maior relevância se atentarmos para o fato de que, além de Benveniste, estão presentes na discussão da autora nessa obra outros teóricos pertencentes ao campo da Linguística da Enunciação, como Ducrot, por exemplo.

Ainda na mesma obra, podemos citar outro exemplo no que se refere à apropriação de termos e/ou postulados enunciativos benvenistianos. Afirma Koch (2004, p. 72) que “na estruturação do discurso, a **relação entre enunciados** é frequentemente projetada a partir de certas relações de **modalidade**, donde se depreende a sua importância pragmática.” E, mais adiante, quanto às modalidades do discurso, continua: “De um modo geral, tem-se considerado como modalidades básicas o *necessário* e o *possível* (**cf., p.ex., Benveniste (1974)** [...] e outros).” (ibid, p. 79, grifos em negrito nossos). Ora, aqui, a autora referencia o artigo de Benveniste intitulado *Estruturas das relações de auxiliaridade* (1965/2006), em que o linguista, dentre outros aspectos, discute a categoria da modalidade e sua auxiliacão, isto é, as relações lógicas entre uma forma auxiliante e uma forma auxiliada.

Outra perspectiva teórica que incorpora termos e noções da Teoria da Enunciação de Benveniste é a Semiótica francesa oriunda de Algirdas Julien Greimas, também conhecida por Semiótica greimasiana. Exemplificaremos essa perspectiva pelo viés dos estudos de Diana Luz Pessoa de Barros (1994) e José Luiz Fiorin (1999), expoentes da pesquisa semiótica no contexto brasileiro e reiteradamente citados como bibliografia nas disciplinas dos cursos de Letras.

Segundo Barros (op.cit., p. 7, grifos da autora), essa perspectiva teórica, que tem por objeto o *texto*, procura “descrever e explicar *o que o texto diz e como ele faz para dizer o que diz.*” Ao objetivar descrever a constituição da significação do texto (plano do conteúdo), a Semiótica entende que o processo de geração de sentidos dá-se por meio de um *percurso gerativo*. Esse percurso é definido por Greimas e Courtés como um modelo que simula a produção e a interpretação dos sentidos e que vai, por meio de mecanismos de conversão, do mais simples e abstrato ao mais complexo e concreto, compondo-se de três níveis: o fundamental, o narrativo e o discursivo. É neste último nível, o discursivo, que os semioticistas valem-se de aspectos da enunciação para dar conta da constituição da significação.

Barros (1994) explica que

as estruturas narrativas convertem-se em estruturas discursivas quando assumidas pelo **sujeito da enunciação**. O **sujeito da enunciação faz uma série de “escolhas”, de pessoa, de tempo, de espaço**, de figuras, e “conta” ou passa a narrativa, transformando-a em discurso. O discurso nada mais é, portanto, que a narrativa “enriquecida” por todas essas **opções do sujeito da enunciação**, que marcam os diferentes **modos pelos quais a enunciação se relaciona com o discurso que enuncia**. (ibid., p. 53, grifos nossos).

Embora saibamos que a expressão *sujeito da enunciação* está ausente na produção benvenistiana³¹, esse termo é costumeiramente atribuído a Benveniste. Logo, além dessa expressão, também os demais trechos grifados na citação acima evidenciam a incorporação de noções enunciativas benvenistianas ao quadro da Semiótica, como as escolhas quanto às categorias de pessoa, tempo e espaço projetadas no enunciado. Essas projeções vão produzir basicamente dois efeitos de sentido: “o de *proximidade* ou *distanciamento* da enunciação e o de *realidade* ou *referente*.” (ibid., p. 55, grifos da autora).

Afirma Fiorin (FLORES et al., 2009, p. 252) que é Benveniste, de fato, quem serve de fundamento a Greimas para os estudos discursivos da enunciação. E, como o objeto da Semiótica é o *texto*, a enunciação é vista como “instância de mediação, que assegura a discursivização da língua, que permite a passagem da competência à performance [fases da estrutura narrativa], das estruturas semióticas virtuais às estruturas realizadas sob a forma de discurso.” (FIORIN, 1999, p. 170). Ou seja, o sujeito assume os esquemas narrativos e os converte em discurso e, ao realizar essa conversão, projeta no enunciado suas escolhas, as quais implicam pessoa, tempo e espaço, que remetem à enunciação.

Fiorin (ibid., p. 169) explica que Greimas e Courtés, “com base nos estudos precursores de Benveniste e Jakobson, esboçaram o que deveria ser um estudo semiótico das categorias da enunciação.” A incorporação dessas categorias à Semiótica deu-se por meio da criação de duas operações, cujos termos Greimas tomou por empréstimo do conceito de *shifter* (embreante) desenvolvido por Jakobson: a *embreagem* e a *debreagem*. Esses mecanismos, segundo o autor, dão conta da instauração de pessoa, tempo e espaço no enunciado. A *debreagem* pode ser de dois tipos: enunciativa e enunciva. “A primeira é aquela em que se instalam no enunciado os actantes da enunciação (*eu/tu*), o espaço da enunciação (*aqui*) e o tempo da enunciação (*agora*)”; já a segunda “é aquela em que se instauram no

³¹ Normand (1996, p. 145) afirma que é possível observar a elaboração, nos textos de Benveniste, de uma espécie de “constelação” de termos que reúne termos da tradição gramatical e filosófica, termos não teóricos e termos teóricos. Nessa constelação, a autora localiza um ausente: o sintagma *sujeito da/de enunciação*. Voltaremos a essa questão da *constelação de termos* no item 3.1 deste trabalho.

enunciado os actantes do enunciado (*ele*), o espaço do enunciado (*algures*) e o tempo do enunciado (*então*).” (ibid., p. 172, grifos do autor). Essas duas operações criam, segundo o autor, dois grandes efeitos de sentido: o de subjetividade e o de objetividade. Já a operação de embreagem, ao contrário da debreagem, “que é a expulsão fora da instância de enunciação da pessoa, do espaço e do tempo do enunciado”, consiste num “‘efeito de retorno’ à enunciação, produzido pela neutralização das categorias de pessoa e/ou tempo e/ou espaço [...]”. (FIORIN, 1999, p. 173).

A partir desses exemplos, podemos perceber que tanto essa perspectiva quanto a da Linguística do Texto acabam por encontrar em Benveniste elementos que subsidiam diretamente o trabalho que desenvolvem acerca do *texto*. Mesmo que Benveniste esteja presente, implícita ou explicitamente, nas reflexões propostas por essas perspectivas teóricas, o potencial de sua teoria enunciativa não é explorado, pois são tomadas de empréstimo somente algumas categorias sem a consideração do constructo teórico na qual estão fundamentadas. Além disso, nos exemplos examinados, o *texto* parece ser concebido predominantemente como um *fenômeno geral*, ou seja, mesmo que se busque dar conta, eventualmente, das especificidades do texto falado e do texto escrito, não são discutidas categorias específicas de análise no interior de cada modalidade – embora a Linguística do Texto tenha reunido esforços para dar conta do texto em suas modalidades falada e escrita, vinculando-se, sobretudo nos últimos anos, à Análise da Conversação para dar conta da *oralidade*³². No entanto, parece-nos que é o texto escrito, de modo geral, que tem recebido maior espaço no campo dos estudos textuais.

Além das teorias do texto e do discurso já citadas, destacamos como exemplo também a Análise do Discurso (AD) de linha francesa, cuja relação com os estudos benvenistianos é um pouco diferenciada das verificadas até então. Segundo nossa consulta às referências bibliográficas de disciplinas voltadas ao *texto*, a teórica mais citada no contexto da Linguística brasileira é Eni Puccinelli Orlandi. Esta autora, referência em AD no Brasil, desenvolveu uma perspectiva de estudo da linguagem seguindo os escritos fundadores de Michel Pêcheux. A prática de análise discursiva desenvolvida por Orlandi considera, na esteira das concepções

³² Citamos como exemplo dessa interface entre a Linguística do Texto e a Análise da Conversação duas obras: uma data de 1999 e intitula-se *Oralidade e escrita: perspectivas para o ensino de língua materna*, tendo como autores Leonor Lopes Fávero – especialista em Linguística Textual –, Maria Lúcia C.V.O Andrade e Zilda G.O Aquino – voltadas para os estudos de língua falada –, com o tratamento da interface *oralidade e escrita* por meio da exploração de textos; a outra obra é mais recente, data de 2010, e intitula-se *Linguística de texto e análise da conversação: panorama das pesquisas no Brasil* – esta é organizada por Anna Christina Bentes e Marli Quadros Leite e reúne artigos de diferentes pesquisadores, enfatizando o diálogo entre o campo dos estudos do texto e o da análise da conversação.

peuceutianas, a relação da Análise do Discurso com a Linguística, com o Marxismo e com a Psicanálise. A articulação de saberes de diferentes domínios está diretamente relacionada com os propósitos da disciplina, a qual, segundo Orlandi (2007), busca compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico constitutivo do homem e da sua história.

Partindo da ideia de que a materialidade específica da ideologia é o discurso e a materialidade específica do discurso é a língua, [a Análise do Discurso] trabalha a relação língua-discurso-ideologia. Essa relação se complementa com o fato de que, como diz M.Pêcheux (1975), não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia: o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua faz sentido. (ORLANDI, 2007, p. 17).

Logo, o discurso é o espaço privilegiado para observar essas relações entre língua e ideologia e, conseqüentemente, para compreender “como a língua produz sentidos por/para sujeitos” (ibid., p. 17). E é justamente em torno da questão do *sujeito* que a AD faz referência à Enunciação, mas para tecer críticas aos estudos enunciativos benvenistianos. Afirma a autora que o sujeito da Teoria da Enunciação é um sujeito origem de si, ao passo que o da Análise do Discurso é um sujeito linguístico-histórico, constituído pelo esquecimento e pela ideologia. A leitura peculiar que a AD realizou da teoria enunciativa benvenistiana e, especialmente, as críticas à concepção de sujeito (id., 2006, p. 106-108) são retomadas detidamente por Cremonese (2007, p. 83-86), que conclui que tal leitura acabou por interferir na recepção da teoria benvenistiana no Brasil gerando, inclusive, um apagamento da Linguística da Enunciação no país.

A despeito dessas críticas, Orlandi (2006, p. 13) afirma que “a AD tem relações importantes com a Pragmática, a Enunciação e a Argumentação, mas inclui, nessas relações, a consideração necessária do ideológico, ao asseverar que não há discurso sem sujeito nem sujeito sem ideologia.”. Uma dessas relações com a Teoria da Enunciação dá-se quando das *tipologias* de discursos propostas por Orlandi (op.cit.). Segundo a autora, o funcionamento discursivo está atravessado e é sobredeterminado por uma *tipologia*, a qual é considerada em dimensões histórica e social e incorpora as condições de produção dos discursos. A autora propõe a distinção entre três tipos de discurso: lúdico, polêmico e autoritário. Tal distinção, conforme ela, “**deriva de considerações sobre a enunciação**, ou seja, da interação entre locutor e ouvinte, sua relação com o objeto de discurso e, através dele, com o mundo” (ibid., p. 131, grifo nosso). A autora enfatiza que parte do conceito de *intersubjetividade*, mas para dele se afastar. Segundo ela, a proposta de Benveniste privilegia o falante em detrimento do ouvinte; a autora, por sua vez, afirma tratar simultaneamente do falante e do ouvinte no

processo de interlocução. Um dos critérios que Orlandi utiliza para o reconhecimento dos tipos é a noção de *reversibilidade*, elaborada por Benveniste em *Estrutura das relações de pessoa no verbo* (1946/2005).

Segundo Benveniste (1976), “a polaridade das pessoas é na linguagem a condição fundamental ...”; mais adiante ele diz que “essa polaridade não significa igualdade nem simetria: ego tem sempre uma posição de transcendência quanto a tu; apesar disso nem um dos dois termos se concebe sem o outro”. A partir daí este autor desenvolve uma análise que, considerando **a apropriação da língua pelo sujeito falante**, destaca as **formas linguísticas que revelam a subjetividade** na linguagem, que organizam as relações espaciais e temporais em torno do “sujeito tomado como ponto de referência”. Mas como “nenhum dos dois termos se concebe sem o outro”, **o que propomos é que se considere o outro polo, o do ouvinte**, e se procure suas marcas, **as formas linguísticas que revelem o seu papel**. (ORLANDI, 2006, p. 34, grifo em itálico da autora, grifos em negrito nossos).

Não nos cabe, neste momento, avaliar a leitura realizada pela autora, apenas apontar que a teoria enunciativa benvenistiana fornece-lhe subsídios para propor as tipologias. É o critério da *reversibilidade* que, afinal, “determina a dinâmica da interlocução: segundo o grau de reversibilidade haverá uma maior ou menor troca de papéis entre locutor e ouvinte no discurso.” (ibid., p. 154). Mas a autora também enfatiza: “mais do que na enunciação, a tipologia que proponho tem base na relação da formação discursiva com a ideológica” (ibid., p. 131).

Assim, através desses poucos exemplos relativos a perspectivas teóricas textuais, semióticas e discursivas que incorporam concepções enunciativas a seus aparatos ou realizam leituras peculiares acerca dessas concepções, buscamos demonstrar que a presença da teoria enunciativa de Émile Benveniste, no Brasil, é mediada por disciplinas que não especificamente enunciativas. Compartilhamos com Flores et al. (2009) que essa constatação não encerra uma crítica – como os autores bem ressaltam. Esse fato é aqui retomado com o objetivo de demonstrar que essa mediação, além de determinar o entendimento de muitos dos termos do campo – haja vista a variação, por exemplo, na concepção de termos como *enunciação* e *enunciado* –, parece também ter determinado a não elaboração de uma proposta de estudo voltada ao *texto* circunscrita à teoria benvenistiana.

Flores et al. (2008) destacam que, de uma forma geral, os autores viam em Benveniste a possibilidade de abordar aspectos relativos à subjetividade na linguagem e, assim, a partir dos anos 70, numerosos trabalhos passaram a recorrer basicamente a textos clássicos do linguista, que discutiam essencialmente os pronomes e os verbos. Uma vez incorporados tais aspectos a outras perspectivas de estudo da linguagem, a teoria de Benveniste passou a ser

tratada “ou como uma fase, ultrapassada, da história dos estudos linguísticos, ou como exemplo de concepção de sujeito a ser rechaçada [...]” (FLORES et al., 2008, p. 10) – para os que entendiam a subjetividade como psicológica, solipsista e egocêntrica. As demais perspectivas de estudo da linguagem, sobretudo as que incorporaram pressupostos enunciativos, pareciam então dar conta do estudo do texto, de modo geral, inclusive contemplando aspectos da ordem da subjetividade – fatos que, em nosso ponto de vista, parecem também ter contribuído para a não elaboração de propostas de estudo do texto circunscritas ao arcabouço teórico da Enunciação benvenistiana.

Entretanto, pensamos ser possível incorporar, em uma relação de complementaridade com as já existentes abordagens textuais, outra que contemple o *texto* pelo viés da Enunciação benvenistiana, isenta dos empréstimos de categorias de outras perspectivas de estudo do texto. Se a Teoria da Enunciação benvenistiana, tal como vimos nos exemplos citados anteriormente, fornece elementos que subsidiam a prática de estudo, análise e interpretação de textos falados e escritos – visto que outras teorias a ela recorrem para dar conta, sobretudo, de aspectos concernentes a sujeito, tempo e espaço –, entendemos que há possibilidade de desenvolver-se tal proposição de estudo no interior da própria teoria de Émile Benveniste.

Vimos, no item 1.1, que Benveniste desenvolveu reflexões linguísticas *stricto sensu* – que incluem os estudos comparatistas e as referências a Saussure –, além da reflexão sobre a enunciação. Além dessas perspectivas de pensamento, Flores et al. (2009) destacam que há, também, em Benveniste, uma terceira perspectiva: trata-se de

[...] um fazer interdisciplinar das ciências do homem em que a linguagem tem papel fundamental. É o diálogo teórico posto em prática. Talvez por esse prisma possamos afirmar que Benveniste produz em um terreno limítrofe que lhe permite falar, em uma interdisciplinaridade, de filosofia, antropologia, sociologia, psicanálise, cultura etc. (FLORES et al., 2009, p. 244).

Flores e Teixeira (2011, p. 420) apontam que uma prova concreta desse caráter multiforme do pensamento Benveniste é “o fato de ele ter sido chamado a falar para públicos diferentes, o que lhe rendeu a publicação de artigos em revistas dos campos da psicologia, antropologia, psicanálise, sociologia, filosofia, linguística.” Com efeito, esse “fazer interdisciplinar”, presente no seio das próprias reflexões de Benveniste, permite que nós, seus leitores, coloquemos sua teoria em relação de diálogo com outros campos – em nosso caso, com o campo dos estudos do texto.

Em *Introdução à Linguística da Enunciação* (2005), Flores e Teixeira mapeiam algumas das interlocuções dos estudos enunciativos com outras áreas e citam como principais

as intersecções da Enunciação com: a Literatura, a Filosofia, a Psicanálise, a Análise de Discurso, a Patologia da Linguagem, a descrição linguística, linguagem e trabalho e, por fim, texto. Destacamos que as interfaces identificadas pelos autores dão-se a partir de estudos de diversos teóricos da Linguística da Enunciação, dentre eles Benveniste. A interface que aqui nos interessa diz respeito à *enunciação e texto* e, quanto a esta, enfatizamos que Flores e Teixeira (2005, p. 93) pontuam a existência de “[...] trabalhos que buscam encontrar na semântica argumentativa, tal como foi desenvolvida por Oswald Ducrot e sua equipe, elementos para pensar a construção do sentido no enunciado a partir de sua inserção no texto.” Portanto, a interlocução identificada pelos autores, quando da época de publicação de seu livro, diz respeito a *texto* e à *Teoria da Argumentação na Língua* desenvolvida por Ducrot e colaboradores.

Logo, a não identificação da interface da área de texto com a Teoria da Enunciação benvenistiana – conforme mapeamento realizado por Flores e Teixeira (op.cit.) –, assim como a *quase* ausência da referência a Émile Benveniste na bibliografia de disciplinas voltadas ao *texto* – conforme nossa pesquisa aos currículos permitiu demonstrar – apontam para uma *falta*, a qual nos move no desafio de explorar a interface da teoria benvenistiana com os estudos do texto, propondo um olhar enunciativo para esse objeto. A constatação dessa *falta* é corroborada pelo diagnóstico apresentado por Mello (2012) no primeiro capítulo de sua tese: a autora investiga a presença de Benveniste em obras (artigos e livros) publicadas no Brasil, no período de 1998 a 2011, e constata que Benveniste comparece de forma “tímida”, “pouco expressiva” na área de estudos do texto e do discurso, sendo que não há nenhum trabalho nessa área alicerçado unicamente em sua teoria.

De fato, vimos, neste item, que os estudos enunciativos desenvolveram-se, no Brasil, via outras disciplinas do estudo da linguagem, identificando-se ora às perspectivas textuais, semióticas, discursivas, ora à pragmática; discutimos que o *texto*, nosso foco nesta dissertação, recebe especial atenção por parte de teorias como a Linguística Textual, a Análise do Discurso de linha francesa e a Semiótica francesa, por exemplo, as quais têm desenvolvido, ao longo dos tempos, aparatos teórico-metodológicos que busquem dar conta da análise dos diversos aspectos que estruturam esse objeto. Essa breve incursão pelas perspectivas textuais e discursivas também permitiu constatar a *quase ausência* do tratamento do texto falado nesse âmbito: o foco parece estar mais voltado para o *texto* como um fenômeno geral de produção de sentidos ou, quando tratado em sua especificidade, é a modalidade escrita que recebe mais espaço.

Ao contrário dessas perspectivas, cujos interesses de alguma forma repousam no *texto*, a Teoria da Enunciação benvenistiana não visa a teorizar especificamente sobre *texto*, de modo que, ao abordá-lo, o analista deve operar um deslocamento dos conceitos teóricos, bem como elaborar um aparato metodológico específico para a análise textual. O campo de estudos em torno da teoria enunciativa benvenistiana e sua possível aplicabilidade aos estudos do texto ainda carece de uma sistematização.

Em nosso entendimento, a interface da Enunciação com os estudos do texto e os necessários deslocamentos teóricos para tanto se tornam possíveis na medida em que não há, em Benveniste, um *modelo* ou um “método nítido de análise” linguística – “ao menos não nos moldes que a Linguística comumente entende a palavra ‘modelo’”, conforme destacam Flores et al. (2008, p. 30) –, o que permite que “novas” leituras sempre sejam feitas. Flores et al. (ibid., p. 31) afirmam que, como não há esse modelo ao qual se possa recorrer como “instância de validação de leituras, é sempre de uma interpretação que se está a falar.” Assim, os textos de Benveniste, cujas características de escritura buscamos mapear em 1.1, fornecem ao leitor possibilidades de interpretação com certa liberdade e isso, segundo os autores, configura, de certa forma, um ponto positivo, mas também um ponto negativo, na medida em que a obra “tem sido alvo de leituras que, muitas vezes, estão em diametral oposição aos princípios teóricos do autor.” (ibid., p. 31). Apesar dessas leituras, os *PLG I e II* mantêm-se como “fonte inesgotável de inspiração teórica” (ibid., p.30).

De fato, são os artigos integrantes dos *Problemas* que nos inspiram e nos fazem vislumbrar possibilidades de deslocamentos teóricos para o tratamento do *texto*. Isso porque, conforme procuraremos mostrar nos próximos capítulos, não há em Benveniste uma preocupação com a teorização acerca da categoria *texto*; inclusive vimos que o linguista tampouco postula explicitamente um modelo de análise de língua em uso – o que temos, em sua obra, dentre outros aspectos, são reflexões acerca da presença do homem na língua, a partir das quais se delinearam as bases de um modelo de análise de língua voltado à enunciação, isto é, às marcas do homem na língua posta em uso – o que se convencionou chamar de *Teoria da Enunciação* (FLORES, 2008). Nossa leitura trata-se, portanto, de uma *leitura possível*, ancorada nas próprias pistas calcadas por Benveniste.

No início deste capítulo, ao tratarmos das características da escrita de Benveniste, pontuamos que Barthes afirmara que Benveniste possuía algo exorbitante para um erudito: o implícito. Nesse momento, é oportuno trazermos o questionamento de Ono (2007, p.16), do qual compartilhamos e tomamos como lema de trabalho: “temos suficientemente lido, e

relido, Benveniste de modo que esse implícito venha à tona, mostrando um novo horizonte [?]³³. Esta dissertação, acima de tudo, trata-se de um trabalho em que, incessantemente, vamos ler e *reler* Benveniste, na esperança de desvendar esses possíveis implícitos que, talvez, revelem-nos os horizontes de uma perspectiva enunciativa para o estudo do texto. Ao passo que o trabalho de Ono (2007, p. 18) ambicionou “descobrir as potencialidades dos escritos de Benveniste em matéria de enunciação”³⁴, o nosso almeja descobrir as potencialidades dos escritos benvenistianos em matéria de *texto*.

Assim, com o intuito de contribuir tanto para a sistematização desse campo teórico quanto para as práticas docentes, no próximo capítulo, a partir da reflexão em torno dos *aspectos* da enunciação propostos por Benveniste em *O aparelho formal da enunciação* (1970b/2006), desenhamos uma trajetória teórica a partir da leitura do artigo supracitado, no qual Benveniste formula mais explicitamente uma possibilidade teórico-metodológica para o tratamento da enunciação, a qual acreditamos ser possível estender ao *texto*.

³³ “[...] on a suffisamment lu, et relu, Benveniste pour que cet implicite se mette à émerger, donnant à voir un nouvel horizon [?]”. (ONO, 2007, p. 16).

³⁴ “Décélérer les potentialités des écrits de Benveniste en matière d’énonciation constitue une des ambitions de notre travail.” (ibid., p. 18).

Capítulo 2

**DOS ASPECTOS DA ENUNCIÇÃO AO TEXTO:
A CONSTRUÇÃO DE UM ITINERÁRIO DE LEITURA DE BENVENISTE**

*Nenhum linguista francês hoje ignora Benveniste,
mas qual Benveniste é escolhido?*

Claudine Normand

Leituras de Benveniste: algumas variantes sobre um itinerário demarcado

2 DOS ASPECTOS DA ENUNCIÇÃO AO TEXTO: A CONSTRUÇÃO DE UM ITINERÁRIO DE LEITURA DE BENVENISTE

Vimos, no capítulo precedente, que diferentes *itinerários* de leitura da obra de Émile Benveniste são possíveis e que a Linguística brasileira constituiu os seus considerando, sobretudo, a mediação de outras disciplinas de estudos da linguagem. Nós construiremos, a partir de agora, também um percurso pela obra de Benveniste, a fim de desvelarmos as potencialidades da teoria no que se refere à sua aplicabilidade ao estudo do texto. Para tanto, propomos partir da leitura do artigo *O aparelho formal da enunciação* (BENVENISTE, 1970b/2006), em torno do qual objetivamos articular os conceitos fundantes da teoria enunciativa benvenistiana, especialmente os que se ligam aos *aspectos da enunciação* (*realização vocal da língua, semantização da língua e quadro formal de realização da enunciação*) – tal como propõe Benveniste no artigo supracitado –, recorrendo, para tanto, aos demais artigos do linguista. Assim, primeiramente, apresentamos nosso *corpus* teórico de referência e as justificativas para sua seleção, bem como o modo como empreendemos nossa leitura (2.1) para, em seguida, destacar e compreender os *aspectos da enunciação* e suas relações com as noções basilares da teoria (2.2), buscando, sobretudo, identificar possibilidades de deslocamento desta reflexão para a que cerca o *texto* em suas modalidades falada e escrita (2.3).

2.1 O *CORPUS* TEÓRICO BENVENISTIANO: UM FATO ENUNCIATIVO DE LINGUAGEM

Na introdução deste trabalho, vimos que tanto os *Parâmetros Curriculares Nacionais* quanto os *Referenciais Curriculares do Estado do Rio Grande do Sul* orientam que o estudo da linguagem tenha como unidade de ensino o *texto* e, conseqüentemente, recomendam o trabalho, especialmente em aulas de Língua Portuguesa, com textos orais e com textos escritos. No capítulo 1, após verificarmos algumas perspectivas de estudo que têm o *texto* como objeto, constatamos que a Teoria da Enunciação benvenistiana tem fornecido a essas diferentes perspectivas elementos teóricos que lhes propiciam dar conta desse objeto – fato que nos conduziu a afirmar a possibilidade de desenvolver-se um estudo enunciativo do *texto* circunscrito à teoria benvenistiana. Diante disso, questionamo-nos: o que pode ser entendido como *texto* no interior da teoria de Émile Benveniste? Há elementos, nessa teoria, que permitem delinear uma possível distinção entre texto falado e texto escrito? Como o *texto*,

seja falado seja escrito, pode ser analisado sob a perspectiva enunciativa? Para principiar a resposta a essas perguntas, buscamos, neste capítulo, construir um *itinerário de leitura* de Benveniste, com vistas a destacar conceitos e noções de sua teoria, os quais, em nosso entendimento, fornecem elementos que possibilitam principiar uma definição para *texto* e constituir um referencial que, posteriormente, pode ser deslocado para a abordagem deste objeto.

Conforme aponta Normand (2009c), o itinerário das leituras da obra de um autor possui variantes importantes a serem consideradas, as quais implicam desde a própria escolha dos textos até as interpretações deles feitas. Portanto, cumpre explicitar quais os textos benvenistianos constituem nosso referencial e quais os critérios para sua seleção.

Sabemos que, segundo ressalta Ono (2007, p. 19), “a leitura das obras de cada linguista coloca, de maneira diferente, o problema do *corpus*.”³⁵. Lembremo-nos de Saussure: o mestre genebrino, que pouco publicou em vida, possui um *corpus* extenso e heterogêneo. Normand (2009b, p. 13) alerta-nos de que os textos que o próprio Saussure publicou constituem um conjunto pequeno, inclusive desproporcional à notoriedade científica que adquiriu em vida, sendo que tais textos inscrevem-se todos no campo da gramática comparada; o *corpus* saussuriano, além desse conjunto de textos, é composto pelo *Curso de Linguística Geral* (1916), obra póstuma redigida por Charles Bally e Albert Sechehaye, auxiliados por Albert Riedlinger, com base nas anotações de estudantes sobre os cursos de Linguística Geral que Saussure ministrou na Universidade de Genebra de 1907 a 1911; hoje, após décadas de pesquisa, acrescenta-se aos *corpora* de Saussure os milhares de manuscritos descobertos, notas e folhetos – alguns dos quais reunidos em *Escritos de Linguística Geral* (2002), sob organização e edição de Simon Bouquet e Rudolf Engler – em que Saussure rascunhou sobre Linguística Geral, lendas germânicas e poesia indo-europeia (cf. NORMAND, 2009b). Diante disso, o pesquisador que queira aventurar-se pelos ensinamentos de Saussure precisa colocar-se, de antemão, a problemática da constituição do *corpus* e, sem dúvida, levar em consideração as especificidades de cada texto que o compõe.

Já Benveniste, ao contrário de Saussure, publicou muito em vida. Conforme abordado no capítulo 1, os interesses de Benveniste sempre foram múltiplos – haja vista a variação dos interlocutores de seus artigos reunidos em *PLG I e II*: psicólogos, filósofos, psicanalistas, linguistas – e sua produção é marcada por suas diferentes facetas, o que, no entanto, não impede o estabelecimento de uma unidade, que, como vimos, dá-se em torno da questão da

³⁵ “[...]la lecture des œuvres de chaque linguiste pose différemment le problème du corpus.” (ONO, 2007, p. 19).

significação e da proposição de uma teoria semântica da linguagem que evidencia a presença do homem na língua. O pesquisador, frente a esse grande conjunto de textos, precisa estabelecer critérios para operar um recorte e, como tais critérios serão internos a cada pesquisa e a cada objeto, já a organização dos *corpora* implicará um ponto de vista.

Nesse sentido, Flores (2011, p. 397) apresenta algumas diretrizes que norteiam tanto a constituição do *corpus* benvenistiano quanto sua leitura. O autor argumenta que, em primeiro lugar, é preciso selecionar um *corpus* teórico de referência, uma vez que “as noções, os conceitos, os termos, as definições e as relações desses entre si precisam ser contextualizadas[...]”. Esse procedimento permite que se estabeleça um conjunto de textos de acordo com a questão a ser estudada pelo pesquisador. Dessa forma, é necessário explicitar os procedimentos que norteiam a constituição de nosso *corpus* teórico de referência. Como fio condutor para tanto, consideramos o objetivo de estabelecer um referencial enunciativo que permita ser deslocado para a abordagem do *texto*. Embora tenhamos ressaltado que os trabalhos de Benveniste, seja no âmbito da gramática comparada, seja no da Linguística Geral apresentam as preocupações do linguista quanto ao estudo da significação, é em torno, especialmente, dos artigos que desenham a teoria enunciativa que a significação coloca-se como uma problemática. Tais artigos estão reunidos em *PLG I e II* e, eis, portanto, o nosso primeiro recorte, decorrente desse primeiro critério: circunscrevemo-nos aos textos compilados nesses dois volumes.

Quanto a esses textos, Normand (1996, p. 133) propõe que sejam considerados segundo dois tipos de *clivagem*: a primeira institui-se a partir do estabelecimento dos *textos canônicos* referentes à Teoria da Enunciação, os quais se opõem aos “outros textos que se repartem entre alguns artigos de Linguística Geral e, massivamente descrições morfológicas, sintáticas, léxicas”, considerados, assim, como *textos de análise*. Tomamos essa primeira clivagem proposta por Normand (op.cit.) como nosso segundo critério para a seleção dos textos que compõem nosso *corpus*. Vejamos quais são, então, esses textos. A autora afirma que, ao se falar em *enunciação* em Benveniste, recorre-se especialmente aos artigos que constituem a quinta parte de *PLG I e II*, intitulada *O Homem na Língua*, aos quais se acrescentam todos ou parte dos artigos que compõem a segunda parte dos dois volumes, intitulada *A Comunicação*. Segundo aponta, esses “são os textos ‘canônicos’ aos quais sempre se faz referência a propósito da enunciação” (ibid., p. 133).

Somando todos os capítulos que compõem tais partes de ambos os volumes, temos, inicialmente, quinze artigos. São eles: *Natureza do signo linguístico* (1939), *Comunicação*

animal e linguagem humana (1952), *Categorias de pensamento e categorias de língua* (1958) e *Observações sobre a função da linguagem na descoberta freudiana* (1956) – integrantes da segunda parte de *PLG I*; *Estrutura das relações de pessoa no verbo* (1946), *As relações de tempo no verbo francês* (1959), *A natureza dos pronomes* (1956), *Da subjetividade na linguagem* (1958), *A filosofia analítica e a linguagem* (1963) e *Os verbos delocutivos* (1958) – constituintes da quinta parte de *PLG I*; *Semiologia da língua* (1969), *A linguagem e a experiência humana* (1965) e *O aparelho formal da enunciação* (1970) – da segunda parte de *PLG II*; e *O antônimo e o pronome em francês moderno* (1965) e *A forma e o sentido na linguagem* (1967) – da quinta parte de *PLG II*.

Conforme mencionamos, Normand (1996, p. 133, grifo nosso) adverte que aos artigos da parte *O homem na língua* podem ser acrescidos “todos ou **parte** daqueles que são reunidos sob o título ‘A comunicação’”, de modo que estabelecemos um terceiro critério, desta vez de *corte*, que nos permite excluir de nosso *corpus* os seguintes artigos de *A comunicação*: *Natureza do signo linguístico* (1939) e *Comunicação animal e linguagem humana* (1952). Quanto ao primeiro, entendemos que Benveniste está voltado para a compreensão do princípio da arbitrariedade do signo, tal qual Saussure o delineou, para demonstrar que “o que é arbitrário é que um signo, mas não outro, se aplica a determinado elemento da realidade, mas não a outro” (BENVENISTE, 1939/2005, p. 56) e que, sendo o signo composto por significante e significado, o laço entre esses dois elementos é *necessário* e não *arbitrário*. Quanto ao segundo, Benveniste dedica-se a explorar a especificidade da linguagem humana comparando-a com a comunicação animal e, para tanto, problematiza as experiências realizadas por Karl von Frisch com abelhas. As questões de que o linguista trata nestes artigos, sobretudo a *referência* e a especificidade da *linguagem humana*, comparecem de outros modos (mais voltadas à Enunciação) em outros artigos, motivo pelo qual consideramos possível a exclusão desses dois artigos de nosso *corpus teórico*.

Para compor nosso *corpus*, ainda consideraremos os acréscimos de Normand (op.cit.) ao conjunto canônico de textos: *Os níveis da análise linguística* (1964), o qual, segundo a autora, “marca uma etapa nas reflexões de Benveniste sobre os limites da linguística estrutural” e também principia “uma série de propostas que visam [a] colocar de maneira operatória o problema da significação” (NORMAND, op.cit., p. 133) e *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* (1970), artigo que marca uma fase importante no projeto de continuação-ultrapassagem de Saussure, especificando o ponto de vista semiológico em

relação ao ponto de vista sociológico, ao mesmo tempo em que propõe “o programa ambicioso de uma semiologia geral.” (NORMAND, 1996, p. 133; 135).

Julgamos pertinentes os acréscimos da autora e também nós adicionamos mais três artigos ao conjunto, todos integrantes da parte intitulada *Transformações da Linguística: Vista d’olhos sobre o desenvolvimento da linguística* (1963), de *PLG I; Estruturalismo e linguística* (1968) e *Esta linguagem que faz a história* (1968), de *PLG II*. A justificativa para a inclusão desses artigos ancora-se nas clivagens do *corpus* propostas por Normand (op.cit.). Afirma a autora que a primeira distinção, entre *textos canônicos* e *textos de análises*, complica-se por uma segunda: esta diz respeito a um *movimento* percebido pela atenta pesquisadora, o qual consiste na alternância entre dois tipos de texto, metaforicamente denominados por ela como *textos de parada* e *textos de abertura*. Enquanto os primeiros produzem uma espécie de “fechamento na ilusão de uma possível teoria global, ‘fantástica’, do sentido e da cultura, tomada numa antropologia”, os segundos promovem uma “abertura em análises de língua ‘intermináveis’ (no sentido em que elas são solicitação a perseguir)” (ibid., p. 131). Os três textos por nós incluídos apresentam, em nosso entendimento, ambos os movimentos: de *parada*, na medida em que Benveniste, ao refletir sobre as transformações da Linguística, reflete também sobre sua própria teoria, atando pressupostos, enfatizando concepções, sintetizando princípios; e de *abertura*, pois a “síntese totalizante”, entremeada às possibilidades de análise, conduz a perspectivas futuras que se abrem para o fazer linguístico. Consideramos essa segunda clivagem proposta por Normand (op.cit.) como um quarto critério que nos permite agregar, ao conjunto do *corpus*, textos que não estão, canonicamente, ligados à Teoria da Enunciação.

A seguir (quadro 1), esquematizamos o *corpus* de referência, composto a partir dos quatro critérios anteriormente explicitados.

Quadro 1 – Corpus de referência de PLG I e II

<i>Problemas de Linguística Geral I (1966/2005)</i>	<i>Problemas de Linguística Geral II (1974/2006)</i>
<i>Estrutura das relações de pessoa no verbo</i> (1946)	<i>A linguagem e a experiência humana</i> (1965a)
<i>Observações sobre a função da linguagem na descoberta freudiana</i> (1956a)	<i>O antônimo e o pronome em francês moderno</i> (1965b)
<i>A natureza dos pronomes</i> (1956b)	<i>A forma e o sentido na linguagem</i> (1967)
<i>Da subjetividade na linguagem</i> (1958a)	<i>Estruturalismo e linguística</i> (1968a)
<i>Categorias de pensamento e categorias de língua</i> (1958b)	<i>Esta linguagem que faz a história</i> (1968b)
<i>Os verbos delocutivos</i> (1958c)	<i>Semiologia da língua</i> (1969)
<i>As relações de tempo no verbo francês</i> (1959)	<i>Estrutura da língua e estrutura da sociedade</i> (1970a)
<i>A filosofia analítica e a linguagem</i> (1963a)	<i>O aparelho formal da enunciação</i> (1970b)
<i>Vista d’olhos sobre o desenvolvimento da linguística</i> (1963b)	
<i>Os níveis da análise linguística</i> (1964)	

No início deste item, ressaltamos que a construção de um itinerário de leitura implica a consideração de variantes, dentre as quais a escolha dos textos e, ademais, a interpretação destes. Uma vez explicitados os *corpora* selecionados, cumpre, então, apresentar o *método de leitura*, isto é, o *modo* como lemos e abordamos tais textos – fato que determina sobremaneira a interpretação deles feita.

Quanto ao modo de leitura, Flores (2011, p. 397) defende que, em um primeiro momento, cada artigo de Benveniste seja lido em sua imanência, uma vez que “cada texto de Benveniste dedicado ao estudo da enunciação propõe categorias de análise, teoriza sobre elas e desenvolve as análises dentro desses limites propostos.” Por isso, as comparações que por ventura sejam feitas entre os textos “precisa[m] ser uma decorrência do entendimento do que cada texto desenvolve do ponto de vista teórico-metodológico” (ibid., p. 397); conseqüentemente, tais comparações estão diretamente relacionadas à instauração do ponto de vista do pesquisador. Nesse sentido, já o *corpus* pode ser compreendido como um *fato enunciativo de linguagem*³⁶, na justa medida em que, como indicam Flores et al. (2008), consiste no produto de uma interpretação, de um ponto de vista que cria um objeto de análise.

Embora cada artigo desenvolva uma proposta teórico-metodológica particular, Silva (2011b, p.79) destaca que há pontos (noções ou princípios) que são transversais ao conjunto de textos, a saber: “reflexão sobre a natureza articulada da linguagem, discussão sobre a significação, tratamento da (inter)subjetividade, consideração da relação forma/sentido e preocupação com o emprego da língua e com as noções aí implicadas, como as de enunciação, de frase e de discurso.” Assim, tendo em vista que o objetivo geral desta dissertação consiste em buscar desvendar as potencialidades da teoria enunciativa de Benveniste no que se refere à sua aplicabilidade ao estudo do texto, nossa atenção estará voltada, primeiramente, para os conceitos transversais à teoria e para todos os que a eles se relacionam, especialmente os que, em nosso entendimento, apontam para pistas que nos indiquem possibilidades de deslocamentos para o campo do *texto*.

Para tanto, propomos partir de *O aparelho formal da enunciação* (BENVENISTE, 1970b/2006), pois, sob nosso ponto de vista, além de este artigo constituir-se no *artigo síntese* da trajetória de Benveniste e, como tal, condensar muitas das questões já desenvolvidas em

³⁶ As expressões *fato enunciativo de linguagem*, *fato linguístico* ou, ainda, *fato de língua* remetem à construção do *dado* em Enunciação. Nessa perspectiva teórica, entende-se que o dado a ser analisado não é “dado”, mas, sim, construído a partir de um ponto de vista teórico. Conforme enfatiza Flores et al. (2008, p. 48), é Benveniste quem autoriza essas expressões ao dizer, em *Os níveis da análise linguística* (1964/2005, p. 127, grifos nossos), o seguinte: “quando estudamos com espírito científico um objeto como a linguagem, bem depressa se evidencia que todas as questões se propõem ao mesmo tempo a propósito de cada **fato linguístico**, e que se propõem em primeiro lugar relativamente ao que se deve admitir como **fato**, isto é, aos critérios que o definem como tal”.

outros artigos, é nele que uma possível perspectiva de trabalho com o *texto* mostra-se mais explicitamente. Vejamos, sumariamente, por quê.

Este é o último artigo produzido por Benveniste referente à problemática enunciativa e é a partir dele que a noção de *enunciação* solidifica-se no cenário da Linguística. Constitui-se, de fato, como o “ponto de chegada” do linguista, apresentando-se como uma espécie de *texto balanço-programa*, como diz Normand (1996), na medida em que elabora e sintetiza aspectos da teoria e a abre para um programa futuro. No entanto, embora se constitua como um “ponto de chegada” do linguista, Flores e Mello (2010, p. 123) apontam que esse texto representa “um nítido testemunho de que o autor recém elaborava os pontos mais complexos de sua teorização”. Com efeito, há passagens que parecem projetar ambições futuras do linguista e, como tais, produzem aberturas indefinidas que propiciam deslocamentos teóricos. Retomemos uma dessas passagens: ao final do artigo, Benveniste (1970b/2006, p. 90) alerta que “muitos outros desdobramentos deveriam ser estudados no contexto da enunciação” e que “seria preciso também distinguir a enunciação falada da enunciação escrita”. Essa necessária distinção sugerida pelo linguista nos impulsiona a investigar, no interior de sua teoria, pistas que nos permitam delinear, efetivamente, o que poderia consistir uma *enunciação escrita* e o que poderia consistir uma *enunciação falada*, bem como os elementos que as caracterizam e o seu modo de funcionamento no interior de nosso objeto de estudo, o *texto*. Parece-nos que há vestígios, nesse próprio artigo, que nos permitem traçar essas distinções, assim como um modo para o tratamento dessas enunciações, especialmente quando Benveniste apresenta os três principais *aspectos* sob os quais o grande processo da enunciação pode ser estudado, a saber, a *realização vocal da língua*, a *semantização da língua* e o *quadro formal de realização da enunciação*. Esses *aspectos* condensam noções elaboradas pelo linguista em outros artigos, nos quais são enfatizados, por exemplo, ora elementos referentes às categorias de pessoa, não-pessoa, tempo, espaço, ora elementos relativos à relação forma e sentido, à semiologia, dentre outros – todos essenciais para a abordagem da língua em uso e, por conseguinte, para a elaboração de uma perspectiva textual-enunciativa de estudo.

Assim, defendemos que explorar os *aspectos da enunciação*, tal qual proposto por Benveniste em *O aparelho formal da enunciação* (1970b/2006), apresenta-se como uma *chave* para a construção de nosso referencial, na medida em que esses três *aspectos da enunciação* remetem a outras noções presentes em diferentes artigos do *corpus* teórico de referência, portanto noções transversais à Enunciação benvenistiana, permitindo-nos apreender a teoria na sua globalidade.

Apesar de *O aparelho formal da enunciação* representar o “último esforço de teorização” de Benveniste, Ono (2007) afirma que seria errado considerar esse artigo como encerramento pelo simples fato de ser o último. Afirma ela que outros textos do linguista “indicam outras pistas a seguir”. É para esses outros textos que também voltamos nosso olhar atento, em busca de vestígios que nos permitam apreender a transversalidade³⁷ de noções de sua teoria e desvelar uma perspectiva enunciativa para o tratamento do objeto *texto*. Portanto, em um primeiro momento, tal como argumenta Flores (2011, p. 396), consideraremos cada artigo individualmente, em sua imanência, atentando para a singularidade da reflexão que formula. Em seguida, articularemos as noções que, presentes nos artigos do nosso *corpus* teórico de referência, ligam-se, de forma transversal, aos *aspectos da enunciação* delineados por Benveniste em *O aparelho formal da enunciação* (1970b/2006).

2.2 A ENUNCIÇÃO E SEUS ASPECTOS: A TRANSVERSALIDADE DE NOÇÕES NA TEORIA BENVENISTIANA

O célebre artigo *O aparelho formal da enunciação* (1970b/2006), publicado pela primeira vez na Revista *Langages*, em 1970, adquiriu uma dimensão “fundadora” para o campo da Linguística da Enunciação, embora tenhamos visto, no capítulo 1, que o interesse de Benveniste pela enunciação e pelos elementos que a constituem data de muito antes, fazendo-se presente desde os seus estudos comparatistas. Foi, de fato, apenas a partir da publicação desse artigo que os linguistas passaram a incluir as noções relativas à enunciação em investigações linguísticas e, até hoje, as definições mais citadas em relação à enunciação são as provenientes dele; Ono (2007) enfatiza que “ainda que existam várias definições de enunciação na linguística atual, elas se referem, quase todas, àquelas que Benveniste formula no ‘Aparelho’ [...]” (ibid., p. 28)³⁸.

Nesse artigo, Benveniste, conforme ele próprio esclarece, tem por objetivo esboçar o *quadro formal da enunciação*, fato que decorre da necessária consideração das especificidades do *emprego da língua*. O linguista inicia seu texto atentando para o fato de

³⁷ O uso do termo *transversalidade*, nesse contexto, é inspirado no termo *transversalidade enunciativa* cunhado por Flores (2009; 2011) para caracterizar a relação da enunciação com os níveis de análise linguística. A *transversalidade enunciativa*, segundo propõe o autor, “[...] se caracteriza por permitir ver a língua como um todo atravessado pelas marcas da *enunciação*.” (ibid., p. 396, grifo do autor). Nesse sentido, entendemos que o conjunto de textos de Benveniste pode ser visto, também, como um todo atravessado por noções que remetem à enunciação.

³⁸ “[...] bien qu’ il existe plusieurs définitions d’ l’énonciation en linguistique actuelle, elles se réfèrent presque toutes à celle que Benveniste formule dans ‘L’appareil’ [...]” (ONO, 2007, p. 28).

haver estudos que reservam um importante lugar à descrição do *emprego das formas* e que, articulando as regras de formação (morfológicas) e as regras de emprego (gramaticais), é possível que forneçam uma representação aproximativa do emprego da língua. Esse tipo de descrição não agrada muito a Benveniste, justamente por apenas considerar a *forma*, desprezando-se o *sentido*. Eis porque as condições de emprego das formas e as condições de emprego da língua são, para o linguista, dois mundos diferentes: o emprego da língua, que, aliás, pressupõe o emprego das formas, é “um mecanismo total e constante que, de uma maneira ou de outra, afeta a língua inteira.” (BENVENISTE, 1970b/2006, p. 82). A dificuldade, segundo Benveniste, é apreender esse *grande fenômeno* que, de tão banal, parece confundir-se com a própria língua. Esse *grande fenômeno* consiste na *enunciação*: “A enunciação é este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização.” (ibid., p. 82).

Dadas as dificuldades apontadas, o linguista trata de imediatamente precisar seu objeto:

O discurso, dir-se-á, que é produzido cada vez que se fala, esta manifestação da enunciação, não é simplesmente a ‘fala’? – É preciso ter cuidado com a condição específica da enunciação: é o ato mesmo de produzir um enunciado, e não o texto do enunciado, que é nosso objeto. (ibid., p. 82).

Ora, este trecho da tradução do artigo ao invés de nos esclarecer sobre o objeto acaba por torná-lo mais nebuloso, devido à ambiguidade referencial que o pronome relativo *que* assume no segmento “é o ato mesmo de produzir um enunciado, e não o texto do enunciado, que é nosso objeto”. Qual é o objeto ao qual o pronome se refere? Sabemos que, no original, em francês, tal período não é virgulado – o que nos esclarece que o objeto consiste no “ato de produzir um enunciado”; mas pensemos nesta tradução, à qual os estudantes de Linguística no Brasil, em sua maioria, têm acesso: *que* pode referir-se ao substantivo *enunciado* a ele anteposto ou, ainda, ao sintagma nominal *texto do enunciado*; porém, pode também se referir ao primeiro segmento do período, servindo as vírgulas apenas para intercalar a negação, que poderia, inclusive, ser deslocada para o final do período. Frente a isso, a dúvida pode resolver-se contextualmente, na continuidade da leitura do artigo: ora, se o que está em questão, nos parágrafos seguintes, são os diversos *aspectos* que podem ser estudados em relação ao processo da *enunciação* e, mais adiante, as especificidades da *enunciação* e os elementos que a caracterizam, bem como o esboço do quadro formal da *enunciação*, não nos parece que o objeto seja o *enunciado* ou o *texto do enunciado*, mas, logicamente, a *enunciação*.

Dessa forma, o linguista separa o *ato* do *produto do ato*. Voltando-se ao *ato de enunciar*, Benveniste o entende como um *fato* do locutor que, ao mobilizar a língua, estabelece com ela relações que determinam os caracteres linguísticos da enunciação. Portanto, o produto desse ato reterá as marcas de tal relação, de modo que devemos considerar a enunciação como esse “fato do locutor, que toma a língua por instrumento, e nos caracteres linguísticos que marcam essa relação.” (BENVENISTE, 1970b/2006, p. 82).

Segundo o linguista, esse *grande processo* pode ser estudado sob diversos aspectos, dentre os quais destaca principalmente três: 1º, a *realização vocal da língua*; 2º, a *semantização da língua*; e 3º, o *quadro formal de realização da enunciação*. Este último, como vimos, constitui o objetivo maior do seu artigo: “esboçar, no interior da língua, os caracteres formais da enunciação a partir da manifestação individual que ela atualiza.” (ibid., p. 83). Quanto a esses três *aspectos*, Ono (2007) ressalta que é possível deles depreender cinco particularidades relativas à enunciação:

1ª) *A enunciação é uma realização vocal da língua*: Ono (op.cit., p. 32) enfatiza que, de modo geral, “a enunciação é concebida como fonação, ou seja, como fenômeno vocal em ato de realização”³⁹ e, nesse sentido, a autora destaca que a realização oral é privilegiada por Benveniste como objeto de teorização. No entanto, Ono (op.cit.) adverte que a enunciação não diz respeito apenas à realização vocal da língua, mas também à realização escrita, conforme o próprio Benveniste enfatiza ao final de *O aparelho formal da enunciação* (1970b/2006).⁴⁰

2ª) *A enunciação é um ato operacional que converte a língua em discurso*: o que está em questão, aqui, é a semantização da língua, isto é, como, a partir da conversão individual da língua em discurso, o sentido se forma em palavras. Segundo Ono (ibid., p. 32), “essa mudança diz respeito tanto ao problema do sentido quanto ao da forma e, mais precisamente, ao da transformação do signo em palavra”.⁴¹

3ª) *A enunciação possui um aspecto individual*: a autora enfatiza, nessa particularidade, o conceito de enunciação como ato de individualização e de apropriação da

³⁹ “L’*énonciation* est conçue comme phonation, c’est-à-dire phénomène vocal en acte de réalisation.” (ONO, 2007, p. 32).

⁴⁰ Concordamos com o posicionamento da autora quando esta afirma ser a enunciação referente tanto ao ato de realização falada da língua quanto ao ato de realização escrita da língua e salientamos que Benveniste ora reflete sobre a enunciação falada, ora sobre a enunciação escrita, ora sobre o fenômeno da enunciação em geral, residindo na identificação desses “momentos” de teorização uma das dificuldades enfrentadas na tentativa de delimitar as particularidades de cada modalidade enunciativa implicada nesse grande fenômeno de apropriação da língua – cf. 2.2.1 e 2.3.

⁴¹ “Ce changement touche le problème à la fois du sens et de la forme, et plus précisément, celui de la transformation du signe en mot.” (ONO, 2007, p. 32).

língua pelo locutor, o qual, para afirmar sua posição, serve-se de índices específicos e de procedimentos acessórios.

4^a) *A enunciação postula um alocutário*: o que está em foco, aqui, é o aspecto intersubjetivo da enunciação, na medida em que a particularidade anterior introduz o alocutário na enunciação. Além disso, Ono (2007) enfatiza que Benveniste, ao compreender a enunciação como um “ato de fala na sociedade”, evoca o aspecto social da enunciação – especialmente ao considerar o conceito de *comunhão fática* tomado de Malinowski (autor da longa citação ao final do artigo em questão).

5^a) *A enunciação vincula locutor e alocutário à realidade de discurso*: conforme Ono (op.cit.), essa particularidade está estreitamente relacionada com a segunda e a terceira, pois diz respeito à questão referencial da enunciação. Segundo salienta a autora (ibid., p. 32), “[...] toda enunciação, mesmo se seu conteúdo seja fantástico ou imaginário, vincula o locutor e o alocutário ao mundo ou, mais precisamente, à realidade do discurso.”⁴²

Essas particularidades podem ser percebidas simultaneamente em cada um dos *aspectos* da enunciação pontuados por Benveniste, ora uma ora outra sendo postas em relevo. Veremos detidamente, nos itens a seguir, como Benveniste delinea os três principais *aspectos da enunciação* em *O aparelho formal da enunciação* (1970b/2006) e como, em nosso entendimento, esses *aspectos* e suas particularidades dialogam entre si e condensam noções apresentadas em outros artigos do *corpus* teórico de referência, permitindo, dessa forma, apreender a teoria enunciativa benvenistiana em sua globalidade.

2.2.1 Primeiro aspecto da enunciação: a realização vocal da língua

Este é o primeiro *aspecto da enunciação* apresentado por Benveniste em *O aparelho formal da enunciação* (1970b/2006). Muito pouco é dito sobre esse *aspecto* no artigo em questão – apenas um parágrafo sintetiza algumas características desse que, segundo o linguista, trata-se do *aspecto* “mais imediatamente perceptível e o mais direto – embora de um modo geral não seja visto em relação ao fenômeno geral da enunciação”⁴³ (BENVENISTE,

⁴² “[...] toute énonciation, même si son contenu est fantastique ou imaginaire relie le locuteur et le co-locuteur au monde, ou plus précisément, à la réalité du discours.” (ibid., p. 32).

⁴³ Chamamos a atenção para o fato de Benveniste considerar a existência de um “fenômeno geral da enunciação” em relação ao qual a realização vocal da língua apresenta-se como o aspecto menos visto. Se se postula um fenômeno geral da enunciação, haveria também fenômenos específicos da enunciação? Em que consistiriam esses fenômenos (geral e específicos)? Que relação a realização vocal da língua estabeleceria com esses fenômenos? Esses questionamentos serão retomados e desenvolvidos em 2.3.

1970b/2006, p. 82). O que está sendo enfatizado, nesse *aspecto*, é bem a realização fônica da língua, pois estão em foco os sons provenientes da *fala*:

Os **sons emitidos e percebidos**, quer sejam estudados no quadro de um idioma particular ou nas suas manifestações gerais, como processo de aquisição, de difusão, de alteração – são outras tantas ramificações da fonética – procedem sempre de **atos individuais**, que o linguista surpreende sempre que possível em uma produção nativa, **no interior da fala**. (BENVENISTE, 1970b/2006, p. 82, grifos nossos).

Nesse trecho, Benveniste liga a realização vocal da língua aos “sons emitidos e percebidos” que procedem do “interior da fala”; o termo *fala* é, nesse contexto, vinculado ao aspecto vocal. Na sequência do mesmo parágrafo, Benveniste adverte que a emissão desses sons provém de um ato individual que, como tal, produz traços singulares que a prática científica, quando da análise da *enunciação fônica*, busca atenuar ou eliminar, multiplicando as fontes de dados (sujeitos e registros). O linguista salienta que também a singularidade da produção fônica decorre da enunciação, na medida em que a diversidade das situações nas quais esta é produzida – que implica desde a instauração de pessoa, de tempo e de espaço cada vez únicos, até variações prosódicas, entonação, etc. –, impede que o mesmo som seja igualmente repetido pelo mesmo locutor. Apesar de Benveniste não se dedicar, ao longo de seus estudos, a analisar especificamente esses *sons*, as propriedades decorrentes da *enunciação fônica* vão contribuir para o linguista teorizar a respeito das modalidades de enunciação: a *enunciação falada* e a *enunciação escrita*.

A partir disso, podemos constatar, além do fato de a enunciação *atravessar* todos os níveis de análise, a inter-relação entre os *aspectos da enunciação*, pois para que a realização vocal da língua se efetue é necessário que o locutor aproprie-se do aparelho formal da língua e o atualize em sua enunciação, convertendo a língua em discurso por meio da semantização – ora, a semantização da língua e o quadro formal de realização da enunciação são os outros dois *aspectos* do grande processo da enunciação. Portanto, ao mesmo tempo em que cada *aspecto* põe em relevo as especificidades concernentes ao próprio *aspecto*, exige e pressupõe os demais para sua realização.

Para abordar as especificidades inerentes à vocalização da língua, definindo-a como o *aspecto* “mais imediatamente perceptível e o mais direto” (ibid., p. 82), supomos que Benveniste esteja considerando, prioritariamente, a especificidade da natureza da linguagem. Em *A forma e o sentido na linguagem* (id., 1967/2006), o linguista aponta que a *significação* é da natureza da linguagem, assim como é da sua natureza “o caráter de se realizar por meios vocais, [e] de consistir praticamente num conjunto de sons emitidos e percebidos, que se

organizam em palavras dotadas de sentido.” (BENVENISTE, 1967/2006, p. 224). Na sequência do mesmo artigo, ao tratar da noção de signo proposta por Saussure, Benveniste novamente ressalta essa natureza vocal: “O significante não é apenas uma **sequência dada de sons** que a **natureza falada, vocal**, da língua exigiria; ele é a **forma sonora** que condiciona e determina o significado, o aspecto formal da entidade chamada signo.” (ibid., p. 225, grifos nossos). De fato, a linguagem é, para Benveniste, uma entidade de dupla face, pois se organiza nestes dois planos:

De um lado é um **fato físico**: utiliza a **mediação do aparelho vocal** para produzir-se, do **aparelho auditivo** para ser percebida. Sob esse aspecto material presta-se à observação, à descrição e ao registro. De outro lado, é uma **estrutura imaterial**, comunicação de **significados**, substituindo os acontecimentos ou as experiências por sua “evocação”. (id., 1963b/2005, p. 30, grifos nossos).

Ao pontuar que a linguagem, como fato físico, necessita da mediação dos aparelhos vocal e auditivo para ser produzida e percebida e que, a partir disso, é que se pode observá-la, descrevê-la e, mais que isso, registrá-la – o que parece remeter à ideia de gravação ou, ainda, de transcrição –, a *fala* é colocada como realização primeira da linguagem. É Benveniste quem salienta que os sons emitidos e percebidos procedem de atos individuais que “o linguista surpreende sempre que possível em uma produção nativa, **no interior da fala**.” (id., 1970b/2006, p. 82, grifos nossos). Em exemplo anterior, também vimos Benveniste chamar a atenção para a “**natureza falada, vocal**” da língua, colocando os dois termos grifados em relação de sinonímia. No entanto, é importante observar que nem todas as ocorrências do termo *fala* remetem à realização vocal da língua. A *fala* pode ser entendida, de um modo mais amplo, como a atualização da língua em discurso, seja falado seja escrito, remetendo, assim, à noção saussuriana de *fala*; mas também pode ser entendida, de modo mais restrito, como ato de produção vocal do discurso, opondo-se à produção escrita. Consequentemente, torna-se necessário atentar para o contexto de uso do termo para que se compreenda qual desses sentidos está sendo atualizado.

Em relação ao fato físico da linguagem, há termos que se repetem ao longo dos artigos de Benveniste e que remetem a essa natureza vocal da linguagem, como *ouvinte*, *ouvir*, *aquele que ouve*, *forma sonora*, *proferir*⁴⁴, *pronunciar*⁴⁵, etc. Isso pode ser verificado, por exemplo,

⁴⁴ O *Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa* apresenta os seguintes sentidos para *proferir*: “1. **Dizer oralmente**, pronunciar. [...] 2. **Dizer em voz alta** ou fazer publicar; decretar. [...]” (grifos nossos).

⁴⁵ Dentre os sentidos apresentados pelo *Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa* para *pronunciar*, destacamos os seguintes: 1. **Expressar oralmente**; proferir, emitir. [...] 7. Rubrica: fonética. Realizar todos os movimentos articulatorios necessários para a **produção de determinado som**; articular, proferir.”

neste trecho de *Vista d'olhos sobre o desenvolvimento da linguística* (BENVENISTE, 1963b/2005, p. 26, grifos nossos): “**Aquele que fala** faz renascer pelo seu discurso o acontecimento e a sua experiência do acontecimento. **Aquele que o ouve** apreende primeiro o discurso e através desse discurso, o acontecimento reproduzido.” Ao utilizar a expressão *aquele que o ouve*, a expressão *aquele que fala* passa a fazer referência àquele que se vale do aparelho vocal para atualizar a língua. Continua Benveniste, argumentando que o ato de discurso possui uma dupla função: “para o locutor, representa a realidade; para o **ouvinte**, recria a realidade.”

Benveniste, de fato, liga a realização vocal da língua ao ato de enunciar. No decorrer de suas reflexões, reiteradamente os aspectos da enunciação – a semantização, o quadro formal de sua realização, com ênfase para o ato, a situação e os instrumentos, com a instauração de pessoa, tempo e espaço, por exemplo – são considerados como possíveis pelo *falar*, com ênfase para o seu *aspecto vocal*. Portanto, a seguir, elencamos algumas reflexões do linguista que corroboram essa posição e permitem delinear o estatuto da *oralidade* na teoria benvenistiana – visto que um dos nossos objetivos consiste em pensar, nos capítulos seguintes, a distinção pontuada por Benveniste, ao final de *O aparelho formal da enunciação* (1970b/2006), entre a *enunciação falada* e a *enunciação escrita*.

Neste artigo, o linguista afirma que, quando o locutor, por meio do ato enunciativo individual, apropria-se da língua e a utiliza para enunciar sua posição, essa língua é “efetuada em uma instância de discurso, que emana de um locutor, **forma sonora que atinge um ouvinte** e suscita uma outra enunciação de retorno.” (ibid., p. 83-84, grifos nossos). A produção desse enunciado, aqui sob a *forma sonora*, coloca em destaque o aspecto vocal da língua, assim como enfatiza o *ouvinte* (implícito ou explícito, real ou imaginado) como parceiro necessário do locutor no diálogo, processo enunciativo que reclama a *troca linguística*.

Relacionados à mesma natureza da categoria de pessoa (locutor e alocutário) e definindo-se contemporaneamente à instância de discurso estão os índices de ostensão, que também integram o aparelho formal da língua. Benveniste explica que esses são “termos que implicam um gesto que designa o objeto ao mesmo tempo que é **pronunciada a instância** do termo” (ibid., p. 85, grifo nosso); trata-se, assim, de uma *instância oralizada* – relembremos que alguns dos sentidos dicionarizados da palavra *pronunciar* remetem para esse aspecto. Da mesma forma, ao esclarecer que o estatuto das formas tradicionalmente denominadas “pessoais” e “demonstrativas” deve-se ao fato de que “nascem de uma enunciação, de que são

produzidos[as] por este acontecimento”, Benveniste conclui que tais “indivíduos linguísticos” são “engendrados de novo cada vez que uma **enunciação é proferida**, e cada vez eles designam algo novo.” (BENVENISTE, 1970b/2006, p. 85, grifo nosso). Novamente, se considerarmos os sentidos dicionarizados da palavra *proferir*, podemos dizer que o aspecto fônico da língua coloca-se como evidência da linguagem em exercício e, por conseguinte, da enunciação, revelando a *intersubjetividade* constitutiva do processo de apropriação da língua e a conversão desta em discurso.

É também ao discurso que o tempo linguístico se liga, como destaca Benveniste em *A linguagem e a experiência humana* (1965/2006) : “o que o tempo linguístico tem de singular é o fato de estar **organicamente ligado ao exercício da fala**, o fato de se definir e de se organizar em função do **discurso**.” (ibid., p. 74, grifo nosso). A palavra *organicamente*, aqui, reenvia aos aparelhos vocal e auditivo do ser humano e, assim, a *fala* e o *discurso* fazem referência à realização fônica da língua⁴⁶.

É necessário sublinhar que o exercício da fala – atualização da língua, seja vinculada ao aspecto vocal ou não –, além de instaurar os índices de pessoa, tempo e espaço, cria as referências no discurso. Como diz Benveniste em *Semiologia da língua* (id., 1969/2006, p. 63), a enunciação sempre “contém referência a uma situação dada; falar, é sempre falar-de.” Essa capacidade de a linguagem criar e *recriar* a realidade é enfatizada também em *Vista d’olhos sobre o desenvolvimento da linguística* (id., 1963b/2005):

A linguagem reproduz a realidade. Isso deve entender-se da maneira mais literal: a realidade é produzida novamente por intermédio da linguagem. **Aquele que fala** faz renascer pelo seu **discurso** o acontecimento e a sua experiência do acontecimento. **Aquele que o ouve** apreende primeiro o **discurso** e através desse discurso, o acontecimento reproduzido. Assim a situação inerente ao exercício da linguagem, que é a da troca e a do diálogo, confere ao ato do discurso dupla função: para o locutor, representa a realidade; para o **ouvinte**, recria a realidade. Isso faz da linguagem o próprio instrumento da comunicação intersubjetiva. (ibid., p. 26, grifos nossos).

Já havíamos destacado parte desse excerto anteriormente no que se refere às figuras do diálogo: *aquele que fala* e *aquele que o ouve*; aqui, salientamos que é o exercício da linguagem, nesse segmento caracterizado por sua realização vocal, que cria as referências no discurso. Nesse sentido, o *discurso* é entendido como uma realização fônica da língua. Mas, mais uma vez, ressaltamos: a produção de referência também se dá via realização escrita da língua, conforme os próximos capítulos deste trabalho buscarão demonstrar. Isso porque a

⁴⁶ No próximo capítulo, o termo *discurso* será detidamente analisado nas suas relações com a enunciação falada e com a enunciação escrita.

estrutura do diálogo é instaurada na medida em que o locutor exige e pressupõe um alocutário, independentemente da modalidade de realização da língua; essa “acentuação da relação discursiva com o parceiro” (BENVENISTE, 1970b/2006, p. 87) caracteriza a enunciação em geral, tanto falada quanto escrita. Em *Da subjetividade na linguagem* (id.,1958a/2005), o linguista já havia apontado que a relação entre os parceiros da locução, sintetizada no princípio da intersubjetividade, é o que possibilita a comunicação, a qual se dá via “discurso, que é a língua enquanto assumida pelo homem que fala, e sob a condição de intersubjetividade, única que torna possível a comunicação linguística” (ibid., p. 293). O apropriar-se da língua implica a produção de um discurso que pode, então, caracterizar-se como falado – conforme a passagem de *Vista d’olhos sobre o desenvolvimento da linguística* –, mas também como escrito, como o próprio final do artigo *O aparelho formal da enunciação* (1970b/2006) indica.

Ainda quanto à questão do diálogo, neste artigo, ao refletir sobre as possibilidades de haver diálogo fora da enunciação ou enunciação sem diálogo, Benveniste defende que o monólogo deve ser considerado como uma variedade de diálogo que procede claramente da enunciação, pois se trata de “um diálogo interiorizado, formulado em ‘linguagem interior’, entre um eu locutor e um **eu ouvinte**.” (ibid., p. 87, grifo nosso). A necessidade de alguém *ouvir* o que *fala* o locutor, mesmo que o *ouvinte* seja um desdobramento do *eu-locutor*, reforça a estrutura enunciativa do diálogo e direciona para o aspecto fônico da língua – mesmo que esse diálogo não seja proferido vocalmente, a designação de *eu-ouvinte* leva em consideração a natureza vocal da linguagem. O linguista ainda complementa, considerando que, às vezes, “o **eu locutor** é o **único a falar**; o **eu ouvinte** permanece entretanto presente; sua presença é necessária e suficiente para tornar significante a enunciação do eu locutor.” (ibid., p. 87-88, grifos nossos).

Nesse sentido, poder-se-ia objetar que também se “fala” através da escrita; logicamente, havemos de concordar, pois, conforme temos mencionado, a fala pode ser entendida como realização da língua, seja falada seja escrita. Observemos o seguinte trecho de *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* (1970a/2006):

[...] Cada um **fala** a partir de si. Para cada **falante** o **falar** emana dele e retorna a ele, cada um se determina como sujeito com respeito ao outro ou a outros [...]. É esta coincidência entre a língua como realidade objetivável, supraindividual, e a produção individual do **falar** que fundamenta a situação paradoxal da língua com respeito à sociedade. Com efeito, a língua fornece ao **falante** a estrutura formal de base, que permite o **exercício da fala**. Ela fornece o instrumento linguístico que assegura o duplo funcionamento subjetivo e referencial do discurso [...]. (ibid., p. 101, grifos nossos).

Nessa passagem do artigo, o *falar* remete menos à ideia de realização vocal da língua e mais à ideia de atualização da língua.

Ora, ao finalizar *O aparelho formal da enunciação* (BENVENISTE,1970b/2006) pontuando que “muitos outros desdobramentos deveriam ser estudados no contexto da enunciação” e que “seria preciso também distinguir a enunciação falada da enunciação escrita”, já que “esta se situa em dois planos: o que escreve se enuncia ao escrever e, no interior de sua escrita, ele faz os indivíduos se enunciarem” (ibid., p. 90), o mestre enunciativo conduz-nos a reexaminar seus artigos, buscando pistas acerca de seu entendimento acerca dessas duas modalidades de enunciação. Importante observar que, no artigo supracitado, Benveniste teoriza sobretudo acerca do fenômeno da enunciação em geral (cf. item 2.3), isto é, sobre o ato de apropriação da língua pelo locutor, o qual pode ser atualizado tanto pela fala quanto pela escrita. Ainda neste artigo, entendemos que há mais elementos que remetem à enunciação falada que à enunciação escrita. Chama-nos a atenção o fato de que, quando Benveniste vai tratar da escrita, ele pontua explicitamente a referência a essa forma de enunciação, de forma que, se se deseja descrever a instauração do quadro enunciativo nesta modalidade, são necessários alguns deslocamentos em determinadas concepções teóricas⁴⁷.

Em *A linguagem e a experiência humana* (id.,1965a/2006), por exemplo, quando trata da categoria de tempo, o linguista especifica como seria diferente abordar tal categoria no interior de um texto escrito ao invés de abordá-la no discurso, ou seja, no âmbito da enunciação falada.

Aquele que **diz** “agora, hoje, neste momento” localiza um acontecimento como simultâneo a seu discurso: seu “hoje” pronunciado é necessário e suficiente para que o parceiro o ligue na mesma representação. Mas, **separemos “hoje” do discurso** que o contém, **coloquemo-lo em um texto escrito**: “hoje” não é mais então o signo do presente linguístico pois que **ele não é mais falado e percebido**, e ele não pode mais enviar o leitor a algum dia do tempo crônico, pois que não se identifica com nenhuma data; **ele pode ter sido proferido em qualquer dia** do calendário e se **aplicará indiferentemente a todo dia**. (ibid., p. 78, grifos nossos).

Benveniste alerta que o mesmo acontece com a categoria de pessoa, a qual, ao ser subtraída do discurso (logo, da enunciação falada) que a contém, não mais designa o seu *locutor real*, mas se torna adequada a todo *locutor possível* (id.,1965a/2006, p. 78). Em *Os níveis da análise linguística* (id.,1964/2005), também vemos o linguista chamar a atenção

⁴⁷ Tais deslocamentos tornam-se possíveis na medida em que Benveniste, neste artigo, também teoriza a respeito da enunciação em geral, a qual é passível de ser realizada também pela escrita.

para as possíveis analogias das operações de dissociação na escrita: “pode-se encontrar algo de análogo na **escrita** [...]. Com relação à unidade da **palavra escrita**, as letras que a compõem, tomadas uma a uma, são apenas segmentos materiais, que não retêm nenhuma porção da unidade.” (BENVENISTE, 1964/2005, p. 135, grifos nossos). Novamente, ao fazer essa ressalva, somos levados a concluir que as exemplificações das análises propostas neste artigo dizem respeito a “porções da cadeia falada” (ibid., p. 131), como o próprio linguista observa.

Há, ainda, outro tipo de ressalva, quando Benveniste alerta não tratar da enunciação escrita. É o que ocorre no contexto específico de reflexão de *Semiologia da Língua* (id., 1969/2006, p. 51), quando o linguista diz que “da escrita não diremos nada aqui, reservando para um exame particular este difícil problema.”

Em alguns momentos, mais raros, vemos Benveniste caracterizar a produção escrita da língua em relação à produção falada. Em *As relações de tempo no verbo francês* (id., 1959/2005), por exemplo, há esse movimento quando Benveniste distingue os dois *planos de enunciação*: o da *história* e o do *discurso*. Conforme aponta, a enunciação histórica caracteriza a narrativa dos acontecimentos passados e está reservada à língua escrita. Nessa modalidade, não há intervenções do locutor, assim como estão excluídas quaisquer formas linguísticas que remetam à categoria de pessoa: “o historiador não dirá jamais *eu* nem *tu* nem *aqui* nem *agora*, porque não tomará jamais o aparelho formal do discurso” (ibid., p. 262). Em contraste com o plano *histórico* Benveniste apresenta o *discurso*.

É preciso **entender discurso na sua mais ampla extensão**: toda enunciação que suponha um **locutor** e um **ouvinte** e, no primeiro, a intenção de influenciar, de algum modo, o outro. É em primeiro lugar a diversidade dos **discursos orais** de qualquer natureza e de qualquer nível, da conversa trivial à oração mais ornamentada. E é também a **massa dos escritos que reproduzem discursos orais** ou que lhe tomam emprestados a construção e os fins [...]. (ibid., p. 267, grifos nossos).

Discurso, na acepção proposta neste artigo, engloba tanto discursos orais (falados) quanto discursos escritos – embora estes últimos nas ocorrências em que se assemelham aos primeiros. De um modo geral, é discurso “toda enunciação que suponha um locutor e um ouvinte e, no primeiro, a intenção de influenciar, de algum modo, o outro.” A linguagem como modo de ação sobre o outro é a tônica dessa definição – ação que pode se dar, então, por meio da realização vocal ou por meio da realização escrita da língua.

Entretanto, vimos, a partir de *O aparelho formal da enunciação* (id., 1970b/2006) e de outros artigos de Benveniste, que, apesar de o linguista refletir sobre o ato enunciativo em

geral, a enunciação falada é privilegiada, em relação à enunciação escrita, como objeto de teorização – Ono (2007) inclusive já havia pontuado tal questão; há, de fato, pouquíssimos exemplos relativos ao funcionamento da enunciação escrita. Não por acaso a realização vocal da língua é definida por Benveniste como o primeiro *aspecto* possível de ser estudado em relação ao grande processo da enunciação. Embora o linguista não tenha se dedicado a estudar especificamente o *aspecto* da realização vocal da língua e tampouco tenha proposto um método específico para o tratamento dessa modalidade de enunciação, o percurso pelos diferentes artigos do *corpus* de referência permitiu constatar que esse *aspecto* faz-se presente, de forma subjacente, em todas as suas reflexões e, mais diretamente, nas que discute a natureza da linguagem. Estudar, pois, esse aspecto da enunciação exige que convoquemos a teoria enunciativa na sua globalidade, posto que não há uso da língua sem locutores e tampouco sem a instauração do quadro formal de realização dessa apropriação da língua.

Esse *aspecto* assume especial relevância para nossa pesquisa, pois uma possível distinção entre os modos de enunciação falada e escrita leva-o necessariamente em conta e, por isso, ele será retomado nos capítulos seguintes em que tal distinção é tematizada. Passamos, a seguir, ao segundo *aspecto* possível de ser estudado em relação à enunciação: a *semantização*.

2.2.2 Segundo aspecto da enunciação: a semantização da língua

Conforme define Benveniste em *O aparelho formal da enunciação* (1970b/2006), o segundo *aspecto* pelo qual o grande processo da enunciação pode ser estudado diz respeito ao mecanismo da produção da enunciação. O linguista reafirma a concepção de enunciação como um ato individual que coloca a língua em funcionamento: “A enunciação supõe a conversão individual da língua em discurso.” (ibid., p. 83). Essa passagem da língua para o discurso dá-se por meio da *semantização* daquela, processo que “conduz à teoria do signo e à análise da significância.” (ibid., p. 83). Embora a noção de semantização não fique muito clara neste artigo, é possível compreendê-la, a partir da relação com outros artigos – o próprio Benveniste reenvia, em nota de rodapé, ao artigo de 1969, *Semiologia da Língua* –, como um mecanismo em que o locutor, tomando a língua enquanto sistema semiótico, dela se apropria, fazendo referência a si, ao outro, ao tempo e ao espaço, e, dessa forma, ingressando no semântico, “modo específico de significância que é engendrado pelo discurso” (id., 1969/2006, p.65).

Portanto, o processo de semantização está diretamente relacionado à articulação desses dois modos de significância: o modo semiótico e o modo semântico, propostos por Benveniste em *A forma e o sentido na linguagem* (BENVENISTE, 1967/2006), a partir da concepção saussuriana de *língua como sistema de signos*. Afirma o linguista que “há para a língua duas maneiras de ser língua no sentido e na forma”, a saber, a língua como semiótica e a língua como semântica (ibid., p. 229).

A semiótica, que tem por unidade o signo, caracteriza-se como uma propriedade da língua: este domínio não se ocupa da relação dos signos com as coisas denotadas, nem das relações entre a língua e o mundo; o signo tem sempre valor genérico e conceptual, não admitindo significado particular. O sentido, no semiótico, define-se em uma relação paradigmática, isto é, pelas relações opositivas com os outros signos no interior do sistema.

Do signo, unidade do semiótico, Benveniste passa à frase, questionando-se sobre a função comunicativa desta, já que é por meio de frases que nos comunicamos. O autor ressalta que signo e frase pertencem a dois mundos distintos, fato que instaura a divisão fundamental na língua – mas que não coincide com a divisão saussuriana de língua e fala – por ele proposta. Com a frase, ingressa-se no semântico, “no domínio da língua em emprego e em ação” (ibid., p. 229). Segundo aponta, a frase é a expressão semântica por excelência, trata-se da *produção do discurso*⁴⁸. Aqui, importa o “intentado”⁴⁹, aquilo que o locutor atualiza em discurso; o sentido, no semântico, dá-se em uma relação sintagmática⁵⁰. O modo semântico resulta, assim, dessa “atividade do locutor que coloca a língua em ação” (ibid., p. 230). Portanto, se com o signo tem-se a *realidade intrínseca da língua*, com a frase liga-se ao que está *fora da língua*, na medida em que implica referência à *situação de discurso* e à *atitude do locutor*.

Então, enunciar é, sob tais condições, um processo em que se semantiza o semiótico. Descrever como se dá esse mecanismo de produção é o foco neste *aspecto da enunciação* – a semantização. E, para tanto, devemos levar em consideração a relação forma/sentido que, no semântico, materializa-se em um sintagma. É no sintagma que se ligam os elementos de certo enunciado, que se destina a transmitir certo sentido, participando de um *aqui-agora*, de um

⁴⁸ A noção de frase será mais profundamente examinada no próximo capítulo.

⁴⁹ Mello (2012, p. 13) observa que, na versão brasileira de *PLG II*, a expressão *une signification de l'intenté* foi traduzida por *significação intencionada* e, segundo a autora, “essa expressão seria mais bem traduzida por ‘significação do intentado’, que tem um valor fortemente pragmático, no sentido de que, atualizando seu pensamento por meio da frase, o locutor age sobre o alocutário, buscando instaurar uma nova realidade”.

⁵⁰ Mello (2012) explora, em sua tese, a relação entre a sintagmatização e a semantização. A autora aproxima “os pares forma-sentido e sintagmatização-semantização, noções ‘umbilicalmente’ relacionadas” (ibid., p. 68), propondo uma abordagem de textos em que verifica “o papel e a abrangência da sintagmatização na promoção dos sentidos, na singularidade de cada instância enunciativa (eu-tu-aqui-agora)” (ibid., p. 13).

certo *presente* de um certo *locutor*. Como o sentido da frase é a ideia que ela exprime e que se realiza formalmente nesse sintagma, “ver como o sentido se forma em palavras” implica observar, sobretudo, o agenciamento das palavras, a organização sintática, a ação de uma palavra sobre as outras, ou seja, a *sintagmação* ou *sintagmatização*⁵¹.

Em *Semiologia da língua* (BENVENISTE, 1969/2006), o linguista retoma a reflexão sobre as especificidades semiológicas da língua, questionando-se acerca do lugar que a língua ocupa dentre os sistemas de signos. Por ser o único sistema simultaneamente semiótico em sua estrutura e em seu funcionamento, a língua estabelece-se como o interpretante de todos os sistemas linguísticos e os não linguísticos, e inclusive dela própria. Isso porque “a língua significa de uma maneira específica e que não está senão nela” (ibid., p. 64); ela possui uma *dupla significância*: combina o modo *semiótico* e o modo *semântico*. O linguista pontua, novamente, as singularidades do funcionamento desses modos de significação, com ênfase para o semântico: este toma a língua como produtora de mensagens; não mais interessa o signo isoladamente, tampouco é a soma desses que produz sentido – o sentido é concebido globalmente e só então há divisão em signos particulares, que são as palavras. O semântico “toma necessariamente a seu encargo o conjunto dos referentes” (ibid., p. 65), identificando-se ao mundo da enunciação e ao universo do discurso. Enquanto o “semiótico (o signo) deve ser RECONHECIDO, o semântico (o discurso) deve ser COMPREENDIDO” (ibid., p. 66).

Ao apontar que o que interessa observar no mecanismo de semantização é o modo “como o ‘sentido’ se forma em ‘palavras’” e dispor os “procedimentos pelos quais as formas linguísticas da enunciação se diversificam e se engendram” (id., 1970b/2006, p. 83), o linguista, de certa forma, sintetiza todo o processo de atualização da língua e, conseqüentemente, resume os movimentos da análise linguística.

Em *Os níveis da análise linguística* (id., 1964/2005, p. 127), Benveniste, reconhecendo que “a linguagem devia ser descrita como uma estrutura formal, mas que essa descrição exigia antes de tudo o estabelecimento de procedimentos e de critérios adequados”, propôs, em torno da noção de *nível*, um método operacional para a análise da língua. Embora *forma* e *sentido*, no contexto dessa reflexão, tenham acepções diferentes das consideradas no artigo de 1967, importa observar que a análise é sempre guiada pela *condição linguística do sentido*. Aliás, essa é já a primeira definição para *sentido* neste artigo: “é de fato a condição fundamental que

⁵¹ Tal como propõe Mello (2012, p. 12), utilizaremos o termo *sintagmatização* ao invés de *sintagmação*. A autora explica que opta pela utilização daquele termo levando em conta o seguinte processo de formação: “sintagma (substantivo) → sintagmatizar (verbo, com acréscimo do sufixo ‘-izar’) → sintagmatização (substantivo, com acréscimo do sufixo ‘-ção’)”.

todas as unidades de todos os níveis devem preencher para obter status linguístico.” (BENVENISTE, 1964/2005, p. 130). Já em relação à *forma*, entendida como a capacidade da unidade linguística de dissociar-se em constituintes de nível inferior, o *sentido* define-se como a capacidade da unidade linguística de integrar uma unidade superior. Cumpre observar, quando da conversão da língua em discurso, como essas unidades articulam-se nos níveis de análise e como, conseqüentemente, produzem um *sentido* – *sentido* que, por sua vez, apresenta-se como uma propriedade ao mesmo tempo implícita ao sistema linguístico e engendrada pelo discurso.

Diante do exposto, concluímos que, de fato, a semantização resume todo o trabalho com a língua, uma vez que engloba os atos de apropriação, atualização e sintagmatização, processos simultaneamente implicados no uso da língua (FLORES et al., 2009, p. 205). Eis por que é apresentada por Benveniste como o segundo principal *aspecto da enunciação*.

Por fim, destacamos que o linguista, encaminhando-se para o final de *Semiologia da língua* (BENVENISTE, 1969/2006, p. 67), alerta que para o que denominou semiótico “a teoria saussuriana do signo linguístico servirá de base à pesquisa. O domínio semântico, ao contrário, deve ser reconhecido como separado. Ele precisará de um aparelho novo de conceitos e definições.” Eis o *aparelho formal da enunciação*, cujo quadro de realização constitui o próximo *aspecto da enunciação*.

2.2.3 Terceiro aspecto da enunciação: o quadro formal de realização da enunciação

O terceiro *aspecto da enunciação* diz respeito à definição do quadro formal de sua realização. Conforme o próprio título do artigo atesta, este é o grande objetivo de Benveniste em *O aparelho formal da enunciação* (id., 1970b/2006): “esboçar, no interior da língua, os caracteres formais da enunciação a partir da manifestação individual que ela atualiza.” (ibid., p. 83). A proposição desses caracteres principia com a definição de um caminho metodológico: “Na enunciação consideraremos, sucessivamente, o próprio ato, as situações em que ele se realiza, os instrumentos de sua realização.” (ibid., p. 83). A partir dessa proposição, podemos concluir que são esses os três elementos que constituem o quadro enunciativo: *ato, situação e instrumentos*. Abordaremos, a seguir, cada um desses elementos.

2.2.3.1 *O ato*

A definição de enunciação como um *ato individual* fundamenta-se na noção de apropriação e de utilização da língua pelo locutor – ação que o coloca, em primeiro lugar, como “parâmetro nas condições necessárias da enunciação” (BENVENISTE, 1970b/2006, p. 83). Este ato individual de apropriação da língua introduz aquele que fala em sua fala e isso é constitutivo da enunciação. Segundo Benveniste, “o locutor se apropria do aparelho formal da língua e enuncia sua posição de locutor por meio de índices específicos, de um lado, e por meio de procedimentos acessórios, de outro” (ibid., p. 84). Esses índices específicos e procedimentos acessórios são os *instrumentos* (2.2.3.3) que compõem o quadro enunciativo.

Mas o linguista ressalta que, a partir do momento em que o locutor declara-se como tal e assume a língua, imediatamente ele implanta o *outro* diante de si, pois que “toda enunciação é, explícita ou implicitamente, uma alocação” (ibid., p. 84). Dessa forma, a noção de *ato* implica, necessariamente, a *categoria de pessoa*, constituída por *eu* e *tu* – essa categoria integra, como veremos adiante neste capítulo (2.2.3.3), os *instrumentos* do quadro formal da enunciação. Embora a noção de *ato* coloque em relevo o índice de pessoa, ela implica e pressupõe os demais elementos constitutivos do quadro formal: a *situação* e os demais *índices específicos* e *procedimentos acessórios*, abordados adiante (2.2.3.3). Por isso, o ato de discurso, como diz Benveniste em *A linguagem e a experiência humana* (id., 1965a/2006), é “cada vez um ato novo, ainda que repetido mil vezes, porque ele realiza a cada vez a inserção do locutor num momento novo do tempo e numa textura diferente de circunstâncias e de discursos” (ibid., p. 68).

Logo, ao destacar as figuras de locutor e alocutário, o *ato de enunciação*, enquanto processo que insere o sujeito na língua e no mundo, evidencia o caráter intersubjetivo da linguagem. Para que o locutor se aproprie da língua e se instancie como sujeito atualizando a categoria de pessoa *eu*, faz-se necessária a presença, implícita ou explícita, de um alocutário que preencha a categoria de pessoa *tu*.

Em *O aparelho formal da enunciação* (id., 1970b/2006, p. 87, grifo do autor), Benveniste assinala que “o que em geral caracteriza a enunciação é a *acentuação da relação discursiva com o parceiro*, seja este real ou imaginado, individual ou coletivo”. Essa condição intersubjetiva da linguagem é marcada pela estrutura do diálogo, a qual instaura o que o linguista denomina de *quadro figurativo da enunciação*, uma vez que a enunciação “coloca duas ‘figuras’ igualmente necessárias, uma, origem, a outra, fim da enunciação.” (ibid., p. 87).

Em *Da subjetividade na linguagem* (BENVENISTE, 1958a/2005), Benveniste já havia pontuado que apenas se emprega *eu* dirigindo-se a um *tu*, que, por sua vez, pode inverter-se em *eu* e este tornar-se um *tu*. O diálogo é, pois, constitutivo da *pessoa* e implica essa reciprocidade, ou seja, essa possibilidade de *inversibilidade* (cf. *Estrutura das relações de pessoa no verbo*, 1946/2005). E, apesar de Benveniste pontuar que *ego* possui uma posição transcendente em relação a *tu*, ele assinala que “nenhum dos dois termos se concebe sem o outro” (ibid., p. 286). Assim,

caem as velhas antinomias do “eu” e do “outro”, do indivíduo e da sociedade. Dualidade que é ilegítimo e errôneo reduzir a um só termo original, quer esse termo único seja o *eu*, que deveria estar instalado na sua própria consciência para abrir-se então à do “próximo”, ou seja, ao contrário, a sociedade que preexistiria como totalidade ao indivíduo e da qual este só se teria destacado à medida que adquirisse a consciência de si mesmo. É numa realidade dialética que englobe os dois termos e os defina pela relação mútua que se descobre o fundamento linguístico da subjetividade. (id., 1958a/2006, p. 287).

A *subjetividade* é, então, possibilitada pela *intersubjetividade*. Ao evidenciar, em *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* (id.,1970a/2006), que “a linguagem é para o homem um meio, na verdade, o único meio de atingir o outro homem, de lhe transmitir e de receber dele uma mensagem” e que “consequentemente, a linguagem exige e pressupõe o outro” (ibid., p. 93), Benveniste demonstra que a inter-relação entre um *eu* e um *tu* é inerente ao ato enunciativo que coloca a língua em funcionamento. Portanto, é, de fato, a condição de *intersubjetividade* que possibilita o ato de apropriação da língua e, por conseguinte, a comunicação linguística através do discurso, que, conforme vimos, é “a língua enquanto assumida pelo homem que fala” (id.,1958a/2005, p. 293).

A intersubjetividade tem assim sua temporalidade, seus termos, suas dimensões. Por aí se reflete na língua a experiência de uma relação primordial, constante, indefinidamente reversível, entre o falante e seu parceiro. Em última análise, é sempre ao ato de fala no processo de troca que remete a experiência humana inscrita na linguagem. (id., 1965a/2006, p. 80).

Esse discurso, produto do ato, apresenta as marcas da atualização da língua pelo locutor, caracteres linguísticos que remetem à *subjetividade*, esta entendida como “a capacidade do locutor para se propor como ‘sujeito’” (id.,1958a/2005, p. 286) e apresentada formalmente na língua, de modo específico, por meio de marcas no enunciado relacionadas à instauração da categoria de pessoa e, de modo geral, em toda a língua, na medida em que o

emprego da língua é “um mecanismo total e constante que, de uma maneira ou de outra, afeta a língua inteira” (BENVENISTE, 1970b/2006, p. 82).

Desse modo, a língua apresenta-se como “única atualização da comunicação intersubjetiva” (id., 1969/2006, p. 63), atualização que evidencia o caráter intersubjetivo da linguagem. Ainda em *O aparelho formal da enunciação* (id.,1970b/2006), Benveniste considera que o *quadro figurativo da enunciação* pode se complexificar com a objeção de que poderia existir diálogo fora da enunciação ou enunciação sem diálogo. O exame desses dois casos dá-se a partir dos seguintes exemplos: a prática de citação de provérbios do povo Merina, que Benveniste conclui não se tratar nem de diálogo, nem de enunciação, já que não há referência explícita ao objeto do debate; o monólogo, que, como vimos, procede da enunciação e caracteriza-se por ser um diálogo interiorizado entre um *eu locutor* e um *eu ouvinte*; e, por fim, a variedade de diálogo nomeada por Malinowski de *comunhão fática*, em que se está no *limite do diálogo* – uma vez que, segundo Benveniste, diz respeito a uma relação pessoal criada e mantida por “pura enunciação de palavras combinadas” (ibid., p.90), não comportando nem objeto, nem finalidade, nem mensagem, mas que se realiza por uma “forma convencional de enunciação que se volta sobre si mesma, que se satisfaz em sua realização” (ibid., p. 90).

Ao apontar que a análise formal desse último exemplo, o da *comunhão fática*, ainda está por ser feito, Benveniste indica perspectivas de trabalho a partir de sua teoria. A finalização deste artigo propõe uma abertura para indefinidas possibilidades de estudo: “muitos outros desdobramentos deveriam ser estudados no contexto da enunciação” (ibid., p. 90). Interessa-nos, especialmente, a perspectiva que o linguista delinea a partir da distinção entre a *enunciação falada* e a *enunciação escrita*. Benveniste explica que a enunciação escrita situa-se em dois planos: “o que escreve se enuncia ao escrever e, no interior de sua escrita, ele faz os indivíduos se enunciarem.” (ibid., p. 90). Nesse sentido, a escrita é, também, um ato de enunciação em que a apropriação da língua se realiza como tal em um discurso materialmente registrado.

Por meio desse ato enunciativo dá-se a passagem da língua enquanto “virtualidade” para a língua enquanto atualização no discurso, seja ele falado, seja ele escrito. É Benveniste quem salienta que “antes da enunciação, a língua não é senão possibilidade da língua” (ibid., p. 83). Após a enunciação, a língua efetua-se em instâncias de discursos únicas e irrepitíveis – irrepitibilidade que advém da apropriação desse aparelho pelo locutor/alocutário, posto que

estes e o ato individual pelo qual realizam a língua inscrevem-se em um novo tempo e um novo espaço a cada atualização.

Desse modo, a presença do locutor na língua cria um centro de referência interno. A necessidade de referir e a possibilidade de correferir pelo discurso – na medida em que cada locutor é também um colocutor – fornece as condições para que a língua expresse “uma certa relação com o mundo” (BENVENISTE, 1970b/2006, p. 84). Nesse sentido, vemos a inter-relação do *ato* e da *situação* – próximo elemento a ser discutido –, fato que cria a referência no discurso.

2.2.3.2 A situação

O caminho metodológico traçado por Benveniste em *O aparelho formal da enunciação* (op.cit.) projeta que as *situações* em que o ato de enunciação se realiza são o segundo elemento a ser considerado em relação à enunciação. Em que consistem tais *situações*? Neste mesmo artigo, Benveniste afirma que assim que o locutor se declara como tal e assume a língua por sua conta, ele instaura o outro diante de si, qualquer que seja o grau da presença desse outro, uma vez que toda enunciação é, implícita ou explicitamente, uma alocação; na enunciação, a língua é empregada, então, para expressar a relação que esse locutor estabelece com o outro e com o mundo. Argumenta Benveniste que

a condição mesma dessa mobilização e dessa apropriação da língua é, para o locutor, a necessidade de referir pelo discurso, e, para o outro, a possibilidade de correferir idênticamente, no consenso pragmático que faz de cada locutor um colocutor. A referência é parte integrante da enunciação. (ibid., p. 84).

A *situação* a que se refere o teórico é, portanto, a *situação de discurso* que locutor e colocutor partilham; essas *condições iniciais*, segundo Benveniste, regem o mecanismo da referência na enunciação. Desse modo, a atribuição da referência, instaurada no e pelo discurso⁵², é única a cada instância de uso da língua, sobretudo porque a cada ato de apropriação e de utilização da língua as categorias de pessoa, tempo e espaço se renovam. Essa inter-relação entre *(inter)subjetividade*, *referência* e *situação enunciativa* foi sendo delineada por Benveniste ao longo de diferentes artigos – o que, inclusive, evidencia o

⁵² Importante observar que a referência, na teoria enunciativa benvenistiana, não é uma referência extralinguística, não diz respeito ao mundo dos seres e objetos (mundo ontológico); a referência é instaurada no e pelo discurso, quando a língua é assumida pelo locutor sob a condição da intersubjetividade.

estatuto diferenciado que a referência assume neste decorrer de teorizações. Vejamos alguns exemplos.

Em *A natureza dos pronomes* (BENVENISTE, 1956b/2005), ao definir a categoria de pessoa *eu* como “o indivíduo que enuncia a presente instância de discurso que contém a instância linguística *eu*” (ibid., p. 279), Benveniste introduz a *situação de alocução* para definir, por simetria, a categoria de pessoa *tu* como “o indivíduo alocutado na presente instância de discurso contendo a instância linguística *tu*” (ibid., p. 279). Essas formas (*eu* e *tu*) podem estar implícitas ou explicitamente presentes no discurso e referem-se unicamente à *realidade de discurso*, podendo ser identificadas apenas a partir de uma *situação de locução* ou, mais especificamente, a partir da *instância de discurso* que as contém – esta entendida como os “atos discretos pelos quais a língua é atualizada em palavra por um locutor.” (ibid., p. 277).

Situação também é utilizada neste artigo quando o linguista discorre sobre a referência dos pronomes presentes em enunciados que escapam à condição de pessoa. Diz ele que tais enunciados remetem a uma *situação objetiva* e não a eles mesmos, pertencendo ao domínio da *não-pessoa*, que consiste no único modo de enunciação possível para as instâncias de discurso que podem ter um referente objetivo. Enquanto os indicadores de pessoa são autorreferenciais e definem-se em termos de *situação de locução*, os pronomes de “terceira pessoa”, por cumprirem uma função sintática, substituindo segmentos do enunciado, reenviam a uma *situação objetiva* (ibid., p. 282). Neste artigo, ao separar os signos que são característicos das instâncias de discurso dos signos que pertencem à sintaxe da língua, Benveniste opõe o lado “subjetivo” e o lado “não subjetivo” ou “objetivo” da língua. No entanto, essas fronteiras diluem-se a partir da concepção do *aparelho formal*, posto que o mecanismo enunciativo afeta a língua inteira e não apenas a parte relativa à categoria de pessoa – apesar de esses índices serem os mais evidentes. Em *Da subjetividade na linguagem* (1958a/2005), Benveniste antecipa que “cada locutor apropria-se da **língua toda** designando-se como *eu*” (ibid., p. 288, grifo nosso) e que, embora os enunciados de “terceira pessoa” não remetam a nenhuma pessoa, mas “a um objeto colocado fora da alocução” (ibid., p. 292), eles apenas existem a partir da enunciação do locutor e “tira[m] o seu valor do fato de que faz[em] necessariamente parte de um discurso enunciado por ‘eu’” (ibid., p. 292). A partir disso, toda a língua passa a ser subjetiva e a atribuição da referência dependerá da enunciação.

A inclusão da questão da referência, central na teoria benvenistiana, conduz à noção de *semântica*. Ao tratarmos do aspecto da semantização, vimos que Benveniste, em *A forma e*

o sentido na linguagem (BENVENISTE, 1967/2006), propõe dois modos de significação para a língua: o modo semiótico e o modo semântico. O modo semântico é o que advém da língua em emprego e em ação. Também vimos que esse domínio tem por unidade a frase, cujo sentido implica “referência à **situação de discurso** e à atitude do locutor” (id., 1967/2006, p. 230, grifo nosso). Também em *Os níveis da análise linguística* (id., 1964/2005, p. 140), o teórico chama a atenção para essa especificidade da frase, que

[...] traz ao mesmo tempo sentido e referência: sentido porque é enformada [informada] de significação, e referência porque se refere a uma determinada **situação**. Os que se comunicam têm justamente isto em comum, uma certa referência de situação, sem a qual a comunicação como tal não se opera [...]. (ibid., p. 140, grifo nosso).

Mais uma vez as expressões *situação* e *situação de discurso* aparecem como elemento definidor da referência.

Se o “sentido” da frase é a ideia que ela exprime, a “referência” da frase é o estado de coisas que a provoca, a **situação de discurso** ou de fato a que ela se reporta e que nós não podemos jamais prever ou fixar. Na maior parte dos casos, **a situação é condição única**, cujo conhecimento nada pode suprir. (id., 1967/2006, p. 231, grifos nossos).

A *situação de discurso*, colocada como elemento e condição para a criação da referência, aponta para a *situação de locução*, de modo que Benveniste conclui que o sentido das palavras que compõem a mensagem a ser transmitida determina-se em relação ao *contexto de situação* (ibid., p. 233). Por conseguinte, entendemos que considerar “as situações em que ele [o ato de enunciação] se realiza” (id., 1970b/2006, p. 83) implica considerar esse *contexto de situação*. Que situação é essa? Ora, trata-se de uma *situação de locução*, uma *situação de discurso*. Qual é o seu contexto? Essa situação pressupõe um locutor e um alocutário inscritos em determinado tempo e em determinado espaço (eu-tu-aqui-agora) em processo de atribuição de referências, cujas circunstâncias não se pode jamais prever ou fixar.

Essas condições iniciais, segundo Benveniste, vão reger todo o mecanismo de referência no processo de enunciação. A atribuição de referência, dessa forma, está vinculada à *intersubjetividade* e ancorada na *situação enunciativa*, pois por intermédio daquela é que locutor e alocutário empregam a língua para referir e correferir, expressando a sua *certa* relação com o mundo. Para tanto, a língua fornece *instrumentos* que permitem ao locutor atribuir essa referência e instanciar-se em seu dizer: são os índices específicos e os procedimentos acessórios, discutidos no item seguinte.

2.2.3.3 *Os instrumentos de realização da enunciação: índices específicos e procedimentos acessórios*

Os *instrumentos* de realização da enunciação são o terceiro elemento a ser considerado em relação ao quadro formal da enunciação. Já abordamos o *próprio ato* (2.2.3.1) e as *situações* (2.2.3.2) em que ele se realiza; cumpre investigar, agora, os *instrumentos* responsáveis pela realização do processo enunciativo. Devido ao fato de Benveniste não delimitar, explicitamente, em que consistem esses *instrumentos*, desenvolvemos algumas conjecturas a respeito dessas questões, construindo uma interpretação que nos parece possível^{53,54}.

Vimos que Benveniste delimita como objetivo para seu artigo a tentativa de “esboçar, no interior da língua, os caracteres formais da enunciação a partir da manifestação individual que ela atualiza” (BENVENISTE, 1970b/2006, p. 83); o linguista complementa essa descrição especificando que tais caracteres são “uns necessários e permanentes, os outros incidentais e ligados à particularidade do idioma escolhido” (ibid., p. 83). Essa afirmação evidencia a especificidade da noção de *aparelho formal*, um dispositivo que as línguas possuem e que possibilita que sejam enunciadas, o qual comporta, de um lado, o que é geral e comum a todas as línguas e, de outro, o que é característico de cada idioma e, diríamos, o que é singular a cada uso da língua pelo locutor. Quando, em seguida, Benveniste apresenta o caminho metodológico a ser considerado em relação à enunciação (*ato*, *situação* e *instrumentos*) e a define como um ato de realização individual pelo qual o locutor apropria-se “do aparelho formal da língua e enuncia sua posição por meio de índices específicos, de um lado, e por meio de procedimentos acessórios, de outro” (ibid., p. 84, grifos nossos), entendemos que são esses os *instrumentos* – os *índices específicos* e os *procedimentos acessórios* – que possibilitam a enunciação e, como tais, estão relacionados aos caracteres formais que o linguista deseja explorar. Para esmiuçar essa relação, passemos à exploração dos *instrumentos* apresentados por Benveniste.

⁵³Aresi (2011, p. 271-272) propõe uma interpretação acerca do que seriam os índices específicos e os procedimentos acessórios para Benveniste. Como específicos, Aresi (op.cit.) considera os índices de pessoa, tempo e espaço e, como acessórios, o processo de agenciamento das formas. Quanto às funções sintáticas, Aresi (ibid., p. 273) diz que são “possíveis no uso da língua somente através de leis de agenciamento das formas”; quanto às modalidades formais, afirma o autor que “a questão é particularmente difícil e [que] a deixar[á] por ora deliberadamente em suspenso.”

⁵⁴Mello (2012, p. 14), de forma semelhante a Aresi (op.cit.), compreende como procedimentos acessórios a *sintagmatização*. Afirma a autora que “ao lado dos índices específicos, que apontam para os elementos do quadro enunciativo (eu-tu-aqui-agora), o locutor se vale de procedimentos acessórios que consistem na sintagmatização singular de cada texto.” (ibid., p. 14).

Em primeiro lugar, o linguista argumenta que o ato de enunciação introduz o locutor em seu dizer, constituindo um *centro de referência interno* que se manifesta, então, “por um **jogo de formas específicas** cuja função é de colocar o locutor em relação constante e necessária com sua enunciação.” (BENVENISTE, 1970b/2006, p. 84, grifos nossos). Benveniste dedica-se a explorar, em seguida, essas *formas específicas* que a língua disponibiliza para o locutor dela se apropriar e atualizá-la. Desse modo, é possível conceber que a língua possua em sua estrutura mesma um *aparelho de formas* específicas para esse fim, o qual viabiliza ao locutor manter-se em relação com sua enunciação.

A primeira forma que o linguista descreve consiste nos **índices de pessoa**. Sucintamente, ele explica que se trata da relação entre *eu* e *tu* que se produz na e pela⁵⁵ enunciação: “o termo *eu* denotando o indivíduo que profere a enunciação, e o termo *tu*, o indivíduo que aí está presente como alocutário.” (ibid., p. 84). A categoria de pessoa e as particularidades de sua referência foram detidamente desenvolvidas por Benveniste em outros artigos, o que justifica a breve síntese feita por ele em *O aparelho formal da enunciação* (op.cit.) – o próprio autor adverte, em nota de rodapé, que muitos detalhes sobre os fatos de língua que apresenta sinteticamente neste artigo foram explorados em outros artigos de *PLG I* e, nós acrescentamos, de *PLG II*.

A proposição da categoria de pessoa dá-se em *Estrutura das relações de pessoa no verbo* (id.,1946/2005), em que, ao propor reexaminar a tradicional categoria de pessoa, herdada da gramática grega, Benveniste busca compreender como e por quais princípios as pessoas se opõem. Para tanto, o linguista recorre primeiramente aos árabes, cuja nomenclatura gramatical indica que a primeira pessoa é *aquele que fala*, a segunda, *aquele a quem nos dirigimos* e a terceira, *aquele que está ausente*. Ao concluir que as duas primeiras implicam uma pessoa e um discurso sobre ela e, na terceira, o elemento pessoal falta, Benveniste define as categorias de pessoa (*eu* e *tu*) e não-pessoa (*ele*), pontuando suas especificidades: a categoria de pessoa caracteriza-se pela *unicidade* – o *eu* que enuncia e o *tu* ao qual este *eu* se dirige são sempre únicos, ao contrário de *ele*, que pode ser vários sujeitos ou nenhum – e pela *inversibilidade* – o que *eu* define como *tu* pode inverter-se em *eu*, e *eu* torna-se um *tu*, o que não é possível ocorrer entre essas pessoas e *ele*, já que *ele* em si não especifica nada nem

⁵⁵ Importante ressaltar que a expressão *na e pela* assume valor conceitual no pensamento benvenistiano. Flores et al. (2009, p. 219) observam essa expressão em uso no artigo *Da subjetividade na linguagem* (BENVENISTE, 1958a/2005, p.286) e concluem que, quando Benveniste afirma ser “na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito”, o “‘na linguagem’ diz respeito à condição do homem e é relativa à noção de intersubjetividade; o ‘pela linguagem’ diz respeito ao ‘se reflete na língua’.” Esse posicionamento pode ser estendido, de modo geral, ao uso dessa expressão em outros contextos: *na* assumindo valor de “condição de” e *pela*, de “meio para”.

ninguém. A “terceira pessoa”, por sua vez, apresenta uma particularidade, pois é a única pela qual uma *coisa* pode ser predicada. Desse modo, buscando averiguar o que distingue as duas primeiras pessoas da terceira, Benveniste conclui que elas se opõem como os membros de uma correlação, a qual denomina *correlação de pessoalidade*: *eu* e *tu* possuem marca de pessoa e *ele* não. Contudo, *eu* e *tu* se opõem um ao outro, o que se dá através de uma correlação especial que Benveniste denomina *correlação de subjetividade*: “‘eu’ é *interior* ao enunciado e *exterior* a ‘tu’” (BENVENISTE, 1946/2005, p. 255, grifos do autor) e, também, “transcendente com relação a ‘tu’”. Portanto, o *tu* é definido como pessoa não subjetiva, em relação à pessoa subjetiva que *eu* representa.

Essas discussões acerca das categorias de pessoa e não-pessoa são retomadas em *A natureza dos pronomes* (id.,1956b/2005), mas sob o prisma pronominal. Aqui, o objetivo de Benveniste consiste em mostrar que os pronomes não constituem uma classe unitária, mas espécies diferentes de acordo com o modo de linguagem do qual participam. Já no parágrafo inicial do artigo, o autor afirma que uns pertencem à sintaxe da língua e outros às instâncias de discurso – definidas como “os atos discretos e cada vez únicos pelos quais a língua é atualizada em palavra por um locutor” (ibid., p. 277).

Primeiramente, Benveniste aborda a situação dos pronomes pessoais. A partir da análise da primeira pessoa, Benveniste destaca propriedades ligadas ao processo da enunciação: o enunciado em que *eu* está contido pertence ao nível pragmático da linguagem, onde se incluem tanto os signos linguísticos quanto aqueles que os empregam; quanto à referência de *eu* e *tu* considera que, ao empregar *eu*, não há um objeto definível ao qual esse *eu* possa sempre se remeter identicamente; a cada instância de emprego, *eu* corresponderá a um ser único. Essas formas, conclui, não remetem à realidade em si, mas à enunciação que as contém; definem-se na instância de discurso e refletem, assim, o seu próprio emprego. Por não possuírem uma referência material, tais formas constituem um conjunto de signos “vazios” que se tornam “plenos” apenas ao serem assumidos por um locutor; sua função consiste em estabelecer a comunicação intersubjetiva – cada locutor, ao assumir *eu*, se propõe alternadamente como sujeito –, convertendo língua em discurso.

A definição apresentada neste artigo para a categoria de pessoa é a que Benveniste retoma em *Da subjetividade na linguagem* (id.,1958a/2005) e em *O aparelho formal da enunciação* (id.,1970b/2006): “*eu* é o indivíduo que enuncia a presente instância de discurso que contém a instância linguística *eu*”, e, inserindo a situação de locução, tem-se o *tu* como “indivíduo alocutado na presente instância de discurso contendo a instância linguística *tu*”

(BENVENISTE, 1956b/2005, p. 279). Em *Da subjetividade na linguagem* (id.,1958a/2005), o linguista retoma as especificidades da constituição e da referência da categoria de pessoa para demonstrar que ela – a categoria de pessoa – é o fundamento linguístico da subjetividade. A subjetividade de que trata o autor é essa “capacidade do locutor para se propor como ‘sujeito’” (ibid., p. 286), “é a emergência no ser de uma propriedade fundamental da linguagem”: é “ego” quem “diz ego”. (ibid., p. 286). O fundamento dessa subjetividade, portanto, está no exercício da língua. Os pronomes pessoais, segundo o autor, são o primeiro ponto de apoio para a revelação da subjetividade na linguagem.

Em *A linguagem e a experiência humana* (id.,1965a/2006), Benveniste sublinha que uma dialética singular é a mola dessa subjetividade, pois uma vez que “o pronome *eu* aparece num enunciado, evocando – explicitamente ou não – o pronome *tu* para se opor conjuntamente a *ele*, uma experiência humana se instaura de novo e revela o instrumento linguístico que a funda.” (ibid., p. 69). Essa experiência, segundo o linguista, determina a possibilidade mesma do discurso. Nesse sentido, Benveniste argumenta que não há língua sem expressão de pessoa e que *eu* e *tu* devem, pois, ser tomados como *formas linguísticas* que indicam essa categoria.

As próximas formas sobre as quais Benveniste debruça-se em *O aparelho formal da enunciação* (id.,1970b/2006) são os **índices de ostensão**. Segundo o autor, os *numerosos índices de ostensão* são da mesma natureza e se relacionam à mesma estrutura de enunciação que os índices de pessoa, posto que termos como “*este, aqui, etc., [são]* termos que implicam um gesto que designa o objeto ao mesmo tempo que é pronunciada a instância do termo.” (ibid., p. 84).

Essa relação dos demonstrativos e dos advérbios, além de outros elementos, com a categoria de pessoa foi delineada por Benveniste em *A natureza dos pronomes* (id.,1956b/2006). Neste artigo, afirma o linguista que, em virtude da referência necessária à instância de discurso, unem-se a *eu/tu* uma série de “indicadores” (de pessoa, de tempo, de lugar, de objeto mostrado, etc.), como advérbios, locuções adverbiais e também outros pronomes. No que se refere aos pronomes demonstrativos, Benveniste diz que esses identificam o objeto por meio de um “indicador de ostensão concomitante com a instância de discurso que contém o indicador de pessoa: *esse* será o objeto designado por ostensão simultânea à presente instância de discurso ” (ibid., p. 279) e, assim como esta, será cada vez único e particular.

Além dos demonstrativos, Benveniste pontua que, “no mesmo plano e associado à mesma referência” (BENVENISTE, 1956b/2006, p. 279), está o advérbio *aquí*, o qual delimita a instância espacial contemporânea à instância de discurso que contém o indicador de pessoa. Desse modo, o autor alerta que se tratam de elementos dêíticos e acrescenta que a dêixis deve ser entendida como “contemporânea da instância de discurso que contém o indicador de pessoa.” (ibid., p. 280).

Em *Da subjetividade na linguagem* (id.,1958a/2005), novamente Benveniste opera uma retomada dessas especificidades para, então, destacar que os indicadores da dêixis, como os demonstrativos e os advérbios, também servem de apoio para a revelação da subjetividade, uma vez que “organizam as relações espaciais [...] em torno do ‘sujeito’ tomado como ponto de referência” e estão, portanto, “sob a dependência do eu que aí se enuncia” (ibid., p. 288). Em *A linguagem e a experiência humana* (id.,1965a/2006, p. 69), a natureza dos dêíticos torna a ser enfatizada e Benveniste ilustra possibilidades de coordenadas espaciais a partir do ponto central que é *ego*: “o objeto está perto ou longe de mim ou de ti, ele é também orientado (defronte ou detrás de mim, no alto ou embaixo), visível ou invisível, conhecido ou desconhecido, etc.” (ibid., p. 70).

A natureza dos tradicionais pronomes pessoais e demonstrativos é sintetizada por Benveniste em *O aparelho formal da enunciação* (id.,1970b/2006), em que sugere designá-los *indivíduos linguísticos*, pois são formas que “enviam sempre e somente a ‘indivíduos’, quer se trate de pessoas, de momentos, de lugares” (ibid., p. 85). Esses *indivíduos linguísticos* são produzidos pela enunciação e “são engendrados de novo cada vez que uma enunciação é proferida, e cada vez designam algo novo”. (ibid., p. 85).

Outra série de termos que diz respeito à enunciação são as **formas temporais**. O *tempo* recebe um tratamento mais pormenorizado em *O aparelho formal da enunciação* (op.cit.) em relação ao tratamento dispensado aos índices de pessoa e de ostensão. Benveniste pontua que as formas temporais “determinam[-se] em relação a EGO, centro da enunciação” (ibid., p. 85) e têm como forma axial o *presente*, que coincide com o momento da enunciação.

Da enunciação procede a instauração da categoria do presente, e da categoria do presente nasce a categoria do tempo. O presente é propriamente a origem do tempo. Ele é esta presença no mundo que somente o ato de enunciação torna possível, porque [...] o homem não dispõe de nenhum outro meio de viver o “agora” e de torná-lo atual senão realizando-o pela inserção do discurso no mundo. (ibid., p. 85).

O parágrafo reproduzido anteriormente condensa, de certa forma, a reflexão proposta em *A linguagem e a experiência humana* (BENVENISTE, 1965a/2006), em que estão em foco as relações entre a categoria de pessoa e a de tempo, necessariamente ligadas, e a experiência que instauram. Benveniste afirma que, das formas que possibilitam revelar a experiência subjetiva, as que exprimem o tempo são as mais ricas. Antes de argumentar acerca do *tempo linguístico*, Benveniste discorre sobre o *tempo físico* (contínuo uniforme, infinito, linear, segmentável à vontade) e sobre o *tempo crônico* (tempo dos acontecimentos, socializado, tempo do calendário). O *tempo linguístico*, segundo o autor, possui a singularidade de estar organicamente ligado ao exercício da fala, definindo-se e organizando-se como *função* do discurso. O centro desse tempo é o *presente*, naturalmente implícito ao ato de fala, pois assinala a coincidência do acontecimento e da instância de discurso. Devido a isso, o “presente é reinventado a cada vez que um homem fala porque é, literalmente, um momento novo, ainda não vivido.” (ibid., p. 75).

A maneira como o tempo se insere no processo de comunicação é determinada pelo *fator de intersubjetividade*, na medida em que a temporalidade que organiza o enunciado de *eu* é aceita pelo *tu* como sendo sua: “meu hoje se converte em seu hoje, ainda que ele [o alocutário] não o tenha instaurado em seu próprio discurso, e meu ontem em seu ontem. Reciprocamente, quando ele falar em resposta, eu converterei [...] sua temporalidade na minha” (ibid., p. 78). Nesse sentido, Benveniste ressalta que a intersubjetividade tem a sua temporalidade e os seus termos.

Em *A natureza dos pronomes* (id.,1956b/2005), Benveniste enfatiza que também as formas verbais – e as variações de seu paradigma, como aspecto, tempo, gênero, pessoa, etc. – são *solidárias* da instância individual de discurso, pois são nela atualizadas e sua referência dela dependem, sendo essencial considerar a relação entre o indicador e a presente instância de discurso. Em *Da subjetividade da linguagem* (id.,1958a/2005), há a retomada desses aspectos, com ênfase para a *subjetividade* que essas formas evidenciam. Benveniste ainda aponta o caráter universal da expressão da temporalidade, pois as línguas, de uma maneira ou outra, distinguem sempre “tempos” – seja através da flexão do verbo, seja por meio de partículas ou advérbios –, dentre os quais Benveniste destaca o *presente*, pois exprime o *tempo em que se está*, por conseguinte, o *tempo em que se fala*.

As formas temporais, assim como os índices de pessoa e os índices de ostensão descritos sinteticamente por Benveniste em *O aparelho formal da enunciação* (id.,1970b/2006), compõem o que chamamos de um *aparelho de formas*. Após explorar essas

formas, o autor conclui que “a enunciação é diretamente responsável por certas classes de signos que ela promove literalmente à existência.” (BENVENISTE, 1970b/2006, p. 86). Essas “classes de signos” ou “entidades”, responsáveis por instaurar pessoa, tempo e espaço, existem apenas porque emanam da enunciação, relacionando-se com o *aqui-agora* do locutor. Em seguida, Benveniste adverte que, “além das formas que comanda, a enunciação fornece as condições necessárias às grandes funções sintáticas.” (ibid., p. 86). Isso nos leva a postular que há, então, um *aparelho de funções* também disponibilizado pela língua, pois, como esclarece Benveniste, “desde o momento em que o enunciador se serve da língua para influenciar de algum modo o comportamento do alocutário, ele dispõe para este fim de um **aparelho de funções**.” (ibid., p. 86, grifo nosso).

Dentre as funções, Benveniste destaca, em primeiro lugar, a *interrogação*, a qual consiste em uma enunciação construída para suscitar uma “resposta”, processo linguístico de dupla entrada que pode dar-se por formas lexicais e sintáticas, partículas, pronomes, entonação, etc. Em segundo lugar, o linguista apresenta a *intimação*, cujos termos ou formas são ordens e apelos concebidos seja por categorias como o imperativo, seja como o vocativo, os quais “implicam uma relação viva e imediata do enunciador ao outro numa referência necessária ao tempo da enunciação.” (ibid., p. 86). Em terceiro lugar, está a *asserção*, que objetiva comunicar uma certeza; ela é a “manifestação mais comum da presença do locutor na enunciação” e também possui “instrumentos específicos que a exprimem ou que a implicam”, como “as palavras sim e não afirmando positivamente ou negativamente uma proposição.” (ibid. p. 86).

Esse *aparelho de funções* dialoga com as modalidades de frases identificadas por Benveniste em *Os níveis da análise linguística* (id., 1964/2005, p. 139). A concepção de frase como unidade de discurso confirma-se a partir da observação das modalidades em que é suscetível de atualizar-se: há proposições assertivas, interrogativas e imperativas.

Ora, essas três modalidades apenas refletem os **três comportamentos fundamentais do homem falando e agindo pelo discurso** sobre o seu interlocutor: quer transmitir-lhe um elemento de conhecimento, ou obter dele uma informação, ou dar-lhe uma ordem. Essas são as **três funções interumanas do discurso** que se imprimem nas três modalidades da unidade de frase, correspondendo cada uma a uma atitude do locutor. (ibid., p. 139, grifos nossos).

Essas funções – de interrogação, de intimação e de asserção, previstas no *aparelho de funções* da língua –, apesar de terem sido pouco exploradas por Benveniste, encerram uma

complexidade tal que se vincula, também, à presença do homem na língua: o homem falando e agindo pelo discurso imprime, na língua, sobretudo por meio das funções, as suas *atitudes*.

Em *O aparelho formal da enunciação* (BENVENISTE, 1970b/2006), o teórico continua a exploração dos elementos que colocam o locutor em relação com sua enunciação e aponta que, “de modo mais amplo, ainda que de uma maneira menos categorizável, organizam-se **aqui** todos os tipos de modalidades formais [...]” (ibid., p. 87, grifo nosso). Entendemos que o *aqui* se refere ao *aparelho de funções*, último elemento a ser discutido. As modalidades formais, sob esse viés, integram o *aparelho de funções*, sobretudo por manifestarem *atitudes* do locutor diante daquilo que enuncia. Acreditamos que o fato de as modalidades serem *menos categorizáveis* diz respeito à grande variabilidade de formas e expressões que podem indicar o posicionamento do locutor. Primeiramente, Benveniste salienta os *modos verbais*, como o optativo e o subjuntivo, os quais “enunciam atitudes do enunciador do ângulo daquilo que enuncia (expectativa, desejo, apreensão)” (ibid., p. 87) e, em seguida, as formas pertencentes à *fraseologia*, como “talvez”, “sem dúvida”, “provavelmente”, podendo indicar incerteza, possibilidade, indecisão, etc.

Uma vez explorados os *instrumentos* que Benveniste propõe como meios de o locutor apropriar-se da língua e enunciar sua posição, voltemos ao questionamento posto inicialmente neste item: Benveniste esclarece que “o locutor se apropria do aparelho formal da língua e enuncia sua posição de locutor por meio de índices específicos, de um lado, e por meio de procedimentos acessórios, de outro.” (ibid., p. 84), mas não delimita quais dentre esses instrumentos possam ser os *índices específicos* e quais os *procedimentos acessórios*. Aresi (2011), buscando construir uma interpretação acerca dessas noções, parte dos significados dicionarizados das palavras *índice* e *procedimento* e correlaciona essas palavras a outras utilizadas por Benveniste, como *indicador* e *indicar*, para a primeira, e *organização* e *agenciamento* para a segunda. Aresi (op.cit., p.271-272) conclui que “a noção de *índice* remete à noção de unidade, de elemento formal ‘indicador’ tal como este último termo figura nos textos benvenistianos, enquanto que a noção de *procedimento* está mais relacionada à noção de processo, de modo de organização das unidades, de ‘agenciamento’.” Mello (2012) julga relevante também observar os significados dicionarizados dos adjetivos presentes nas expressões e aponta que *específico* “remete à noção de ser próprio ou exclusivo da língua para a expressão da subjetividade” (ibid., p. 76) e *acessório* “à ideia de algo não fundamental, secundário.” (MELLO, 2012, p. 77). De fato, Aresi (2011, p. 272) salienta que, embora pareça que o uso do adjetivo *acessório* coloque esses procedimentos como “menos importantes”, o

que está em questão, segundo Aresi (op.cit.), é a ideia de que esses procedimentos são “de menor evidência na investigação acerca da subjetividade na linguagem, sendo as categorias de *pessoa*, *tempo* e *espaço* mais elucidativas dessa instância do homem na língua”.

Aliando os posicionamentos de Aresi (op.cit.) e Mello (op.cit.) ao nosso, listamos a seguir os elementos que consideramos integrantes do *aparelho de formas*:

a) os *índices de pessoa* (BENVENISTE, 1970b/2006, p. 84), constituídos pelo termo *eu*, que denota “o indivíduo que profere a enunciação”, e pelo termo *tu*, que denota “o indivíduo que aí está presente como alocutário”. Esse *instrumento*, além de manter a própria palavra *índice* em sua denominação, evidencia marcas formais *específicas* que remetem à categoria de pessoa (*eu-tu*), a qual está presente nas línguas “de qualquer tipo, época ou região” (id., 1958a/2005, p. 287), posto que “uma língua sem expressão da pessoa é inconcebível” (ibid., p. 287).

b) os *índices de ostensão* (id., 1970b/2006, p. 84), tais como *este*, *aqui*, *etc* (idem), os quais também mantêm a palavra *índice* em sua denominação, evidenciam, por sua vez, marcas formais específicas que remetem à categoria de espaço. Esses índices, materializados por pronomes e advérbios variados, vão delimitar as coordenadas espaciais em torno do sujeito que enuncia.

c) o paradigma das *formas temporais*, cuja forma axial é o presente, faz “parte deste aparelho necessário” (ibid., p. 85). Benveniste afirma que, “seja qual o for o tipo de língua, comprova-se em toda parte certa organização linguística da noção de tempo” (id., 1958a/2005, p. 289), seja marcada por flexão verbal, seja por partículas, advérbios, variações lexicais, etc. Portanto, “de uma ou de outra maneira, uma língua distingue sempre ‘tempos’” (ibid. p. 289), sendo essas formas responsáveis por organizar as coordenadas temporais em torno da categoria de pessoa.

Esses *índices de pessoa*, *espaço* e *tempo*, considerados *específicos*, são, pois, os “indicadores por excelência da subjetividade na linguagem.” (ARESI, 2011, p. 271).

Em segundo lugar, listamos os elementos integrantes do *aparelho de funções*:

d) as *grandes funções sintáticas* de interrogação, de intimação e de asserção: essas funções refletem “os três comportamentos fundamentais do homem falando e agindo pelo discurso sobre o seu interlocutor” (BENVENISTE, 1964/2005, p. 139), ou seja, as três funções interumanas do discurso que, então, imprimem-se na língua e marcam-se formalmente por “**traços específicos** de sintaxe e de gramática”, apoiadas “igualmente na predicação” (ibid., p. 139, grifos nossos). Quando Benveniste trata, por exemplo, da

interrogação, ele aponta formas lexicais e sintáticas, partículas, pronomes que indicam essa função; do mesmo modo, ao tratar da intimação, ele indica o imperativo e o vocativo; por fim, ao abordar a asserção, o linguista ressalta que essa função “tem mesmo **instrumentos específicos** que a exprimem ou que a implicam” (BENVENISTE, 1970b/2006, p. 86, grifos nossos), como a sintaxe, a entonação, as palavras *sim* e *não*. Portanto, como o próprio linguista indica, essas funções marcam-se formalmente por “traços específicos” e “instrumentos específicos”, ou seja, por elementos próprios à língua.

e) as *modalidades formais*, como os modos verbais, a fraseologia, também integram esse quadro, visto que também possuem formas linguísticas que as instanciam no discurso, indicando “atitudes do enunciador do ângulo daquilo que enuncia” (ibid., p. 87) – embora, como adverte Benveniste, esses caracteres sejam menos categorizáveis.

Todos os *instrumentos* abordados, o *aparelho de formas* (índices específicos de pessoa, tempo e espaço) e o *aparelho de funções* (funções sintáticas e modalidades formais), possuem formas linguísticas próprias que se atualizam na instância de discurso e colocam o locutor em relação constante com o seu dizer; a partir disso, pensamos poder considerá-los, em certa medida, como *específicos*⁵⁶, pois é Benveniste quem salienta que possuem *instrumentos* e *traços específicos* que os exprimem. E os *procedimentos acessórios*? Quanto a estes, entendemos que dizem respeito às operações que o locutor realiza a cada enunciação para, valendo-se *do aparelho de formas e de funções*, colocar em funcionamento a língua, convertendo-a em discurso. Que operações seriam essas? Trata-se, justamente, da *apropriação*, da *sintagmatização* e da *semantização* da língua⁵⁷. Observemos a estrutura mesma dessas palavras, como sugere Silva (2009): as três apresentam o sufixo *-ção* que, segundo Bechara (2009, p. 358), é utilizado sobretudo para formação de “nomes de ação ou resultado de ação”; logo, *apropriação*, *sintagmatização* e *semantização* tratam-se de *ações* do locutor, que a *enunciação*, enquanto uso da língua, possibilita e instaura.

⁵⁶ Dessons (2006, p. 69-71) entende que o processo de apropriação da língua pelo locutor “mobiliza índices linguísticos específicos que não serão estudados em função de suas relações morfológicas, mas a partir da manifestação individual que a enunciação atualiza.” Segundo Dessons (op.cit.), além dos índices de pessoa, dos índices de ostensão e espaço-temporais e dos tempos verbais, completam a descrição dos índices da enunciação as modalidades de enunciação (as funções sintáticas) e as modalidades de enunciado (modos verbais e fraseologia). Para o autor, esse alargamento da classe formal da enunciação sinaliza uma tendência de Benveniste de tomar o discurso como um “índice global de subjetividade”, o que ultrapassa a simples consideração das marcas formais mais evidentes, tomando-o em sua globalidade enunciativa.

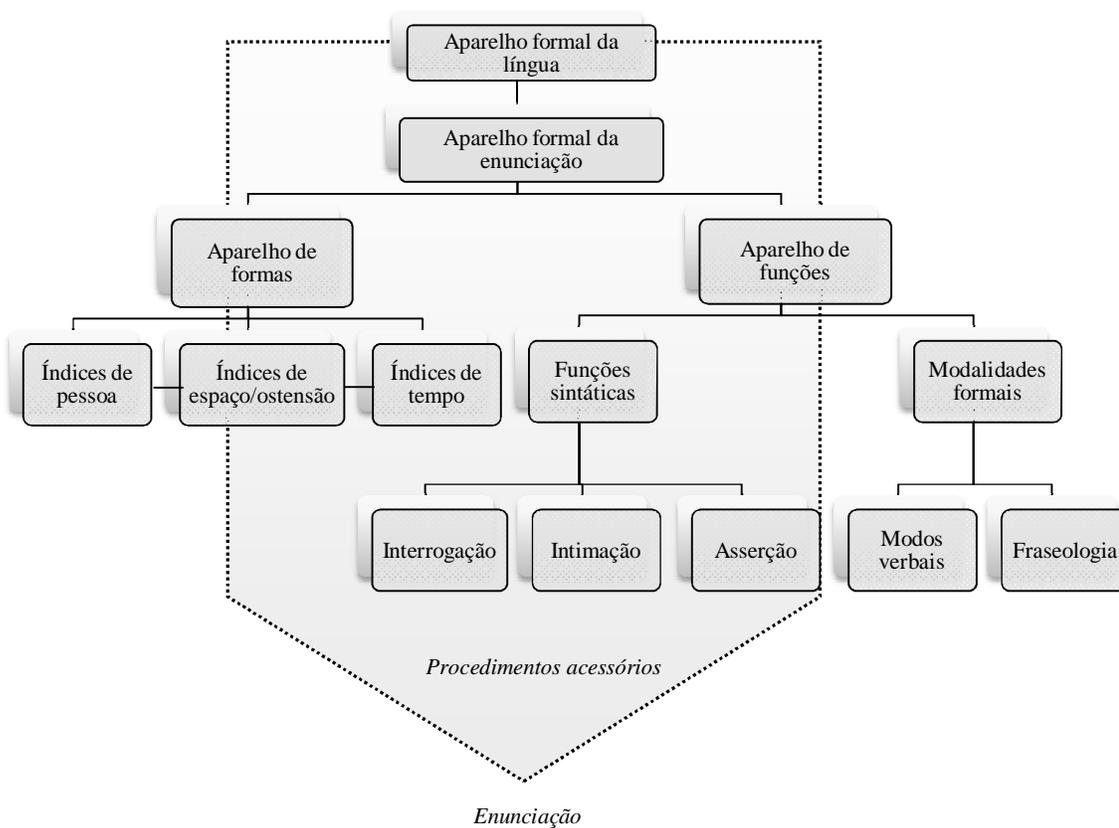
⁵⁷ Nosso entendimento acerca dos procedimentos acessórios dialoga com a proposta de Mello (2012). Para a autora (op.cit., p. 77), esses procedimentos consistem “[n]o processo de sintagmatização empreendido pelo locutor – que promovem a semantização [...]”.

Tanto o *aparelho de formas* quanto o *aparelho de funções* tornam-se possíveis no uso da língua por meio dessas operações. São, pois, os *procedimentos acessórios* que operacionalizam a enunciação. Nesse sentido, entendemos que esses *procedimentos* ligam-se ao segundo *aspecto* da enunciação – a *semantização da língua* – e a todos os mecanismos inerentes a este que converte a língua em discurso. É Benveniste quem salienta dar-se no âmbito da *semantização* a verificação de “como o ‘sentido’ se forma em ‘palavras’” e a análise “[d]os **procedimentos** pelos quais as formas linguísticas da enunciação se diversificam e se engendram” (BENVENISTE, 1970b/2006, p. 83, grifo nosso). Esse *aspecto*, conforme vimos em 2.2.2, resume todo o trabalho com a língua, pois é o responsável pela atualização, agenciamento e sintagmatização das formas e das funções específicas da língua. Essa propriedade liga-se ao modo como o locutor opera suas escolhas, agencia as palavras e as organiza no discurso para exprimir uma *certa* ideia. Podemos dizer que a noção de *aparelho formal* possibilita a semantização, ao mesmo tempo em que é possibilitado por esta.

Isso posto, perguntamo-nos até que ponto podemos manter essa “separação” entre os *aparelhos de formas* e de *funções* e os *procedimentos acessórios* ou entre o que Benveniste designa de *índices específicos* e *procedimentos acessórios*. Acreditamos que ela se torna necessária e se justifica em termos metodológicos; no entanto, ambos os instrumentos estão implicados simultaneamente no uso da língua pelo locutor, de modo que o *aparelho de formas* e *funções*, dentre os quais os *índices específicos*, só são possíveis pelos *procedimentos acessórios*, do mesmo modo que estes se constituem por aqueles.

A seguir (próxima página), apresentamos um diagrama (diagrama 1) que busca sintetizar os *instrumentos* da enunciação.

Diagrama 1 – Os instrumentos da enunciação: do aparelho formal da língua ao aparelho formal da enunciação



O diagrama acima, embora não consiga ilustrar todas as relações instauradas, é uma tentativa de síntese da configuração do *aparelho formal*. Há um aparelho formal da língua que prevê em sua estrutura mesma os elementos necessários (o aparelho de formas e o aparelho de funções) à conversão para um *aparelho formal da enunciação*. Essa conversão é possibilitada pelos procedimentos acessórios (que “atravessam” o aparelho, operacionalizando-o), isto é, pelas operações de apropriação, atualização, sintagmatização e semantização realizadas pelo locutor. A *enunciação* é tudo isso: é esse apropriar-se do locutor por meio de *instrumentos* da língua toda para se propor como sujeito.

O esboço do terceiro *aspecto* da enunciação, o *quadro formal* de sua realização, cujos instrumentos abordamos neste item, levou Benveniste a elaborar a noção de *aparelho formal*, o qual se configura, portanto, como uma espécie de dispositivo ofertado pela língua que permite que o locutor dela se aproprie e enuncie sua posição. Esse *aparelho formal* pertence como tal à língua, mas seu uso depende da enunciação e dos aspectos concernentes a esse

processo, posto que “antes da enunciação, a língua não é senão possibilidade da língua.” (BENVENISTE, 1970b/2006, p. 83). Por isso, como ressaltam Flores et al. (2008),

[...] o aparelho formal da enunciação é, a um só tempo, geral – uma vez que é inerente a todas as línguas – e específico. A especificidade se apresenta em dois planos distintos e interligados: a) no plano das línguas, já que cada língua tem o seu aparelho; b) no plano do sujeito, já que, para este, o aparelho é sempre único a cada instância de uso (tempo e espaço). (ibid., p. 22).

O conceito de *aparelho formal* assume especial relevância teórico-metodológica para o tratamento da enunciação e, diríamos, por extensão, para o tratamento do *texto*. Além desse terceiro *aspecto da enunciação*, defendemos que os demais *aspectos* também contribuem para tanto, de modo que, no item a seguir, iniciamos os primeiros movimentos de reflexão em direção ao *texto*, nosso objeto, propondo alguns deslocamentos iniciais de noções que foram abordadas ao longo deste itinerário de leitura.

2.3 DA ENUNCIÇÃO AO TEXTO: PRIMEIROS DESLOCAMENTOS PARA A CONSTITUIÇÃO DE UM REFERENCIAL ENUNCIATIVO PARA O ESTUDO DO TEXTO

Ao longo deste capítulo, buscamos delinear um itinerário de leitura de Benveniste: após definir o conjunto de textos que compuseram nosso *corpus* teórico de referência, passamos à leitura destes, tomando por base e guia o artigo *O aparelho formal da enunciação* (op.cit.); pautamo-nos especificamente pelos *aspectos* da enunciação (*realização vocal da língua, semantização da língua e quadro formal de realização da enunciação*) nele apresentados, em torno dos quais articulamos os conceitos-chave da teoria enunciativa benvenistiana. Tais conceitos e *aspectos* compõem um conjunto de noções basilares que institui o campo da Enunciação, cujo constructo teórico pode ser sintetizado a partir de uma das definições para a enunciação apresentadas por Benveniste no artigo-guia de nosso itinerário: “A enunciação é este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização.” (ibid., p. 82). É a noção de *ato individual* que instaura o quadro enunciativo, colocando a figura do locutor como primeiro parâmetro da enunciação: o locutor apropria-se do aparelho formal da língua por meio de índices específicos e de procedimentos acessórios, instanciando o alocutário nesse processo e atualizando referências no discurso para, assim, propor-se como sujeito e expressar a sua certa relação com o mundo. Esse ato enunciativo de utilização da língua revela um uso que é sempre singular, pois a cada instância referida as

categorias de pessoa (*eu-tu*), espaço (*aqui*) e tempo (*agora*) atualizam-se em condições únicas e irrepetíveis.

Nessa estrutura enunciativa estão implicados, pois, todos os conceitos e noções retomados e discutidos ao longo deste capítulo, como as noções de intersubjetividade e de subjetividade, as de pessoa e de não-pessoa, de tempo e de espaço, as relações entre forma e sentido nos modos semiótico e semântico, a atribuição de referência, por exemplo. Essas noções, conforme nosso percurso de leitura permitiu averiguar, distribuem-se por diversos artigos do *corpus* pesquisado e, nesse sentido, constatamos sua transversalidade, tal como defendido por Silva (2011b). A transversalidade das noções enunciativas é evidenciada, sobretudo, nos três principais *aspectos* da enunciação. Embora Benveniste apresente-os separadamente, cada qual configurando uma possibilidade de estudo acerca da enunciação, verificamos que tal separação é de ordem metodológica apenas, pois cada *aspecto* evoca a teoria enunciativa na sua globalidade e, mais, cada *aspecto* está em relação de interdependência com os demais. Ao escolher um para estudo, as especificidades do *aspecto* em questão são postas em relevo; porém, é necessário, para tanto, convocar, mesmo que tangencialmente, os demais *aspectos*, posto que a instauração de um implica os outros simultaneamente. Por exemplo, para tratar da *semantização*, necessariamente há de se levar em consideração a modalidade de enunciação – se falada, considerar-se-á o *aspecto* vocal da enunciação e suas particularidades, além do próprio *quadro formal* de sua realização, que envolve o ato, a situação e os instrumentos, elementos também interligados no interior do quadro enunciativo. Essa relação de interdependência instaurada em toda a parte, seja entre os elementos de certo *aspecto*, seja entre os próprios *aspectos*, exige que os conceitos basilares da enunciação sejam convocados em sua globalidade em cada possibilidade de estudo.

Essa relação de interdependência também atesta que toda a língua está submetida à enunciação, desde os seus elementos fonológicos até os seus elementos morfológicos, sintáticos, etc. O referencial teórico enunciativo benvenistiano apresenta, portanto, potencialidade para tratar de todo e qualquer fenômeno de língua, cuja realização pressupõe um locutor inserido em determinado espaço e em determinado tempo. Por desenhar um aparato teórico-metodológico que contempla o uso que o locutor faz da língua, essa perspectiva encerra, também, um potencial para o estudo do texto, considerando *texto*, ainda, segundo a definição geral e provisória da qual partimos na introdução deste trabalho: *produto de uma atividade discursiva que envolve locutores (sujeitos falantes), inscritos em*

determinado tempo e espaço – produto que se caracteriza por constituir uma unidade global de sentido.

O itinerário de leitura por nós delineado neste capítulo permitiu constatar que, apesar de Benveniste utilizar eventualmente o termo *texto* em seus artigos, não parece ser este o termo escolhido para dar conta da noção de “produto de uma atividade discursiva”, mas, antes, os termos *enunciado*, *frase* ou *discurso*⁵⁸. Nessas instâncias de produção linguística, sejam elas faladas, sejam escritas, estão pressupostos locutor e alocutário, inscritos em tempo e em espaço, aos quais, pela condição intersubjetiva da linguagem, é possibilitado referir e correferir para manifestar sua relação com o mundo. É possível, pois, aproximar as noções relativas à enunciação e ao quadro formal de sua realização à noção inicial de *texto* da qual partimos, reflexão que reservamos para o próximo capítulo. Por ora, cumpre enfatizar que nosso percurso teórico de fato evidenciou que a teoria da enunciação benvenistiana apresenta potencial para tratar dos diferentes aspectos envolvidos nesse objeto – já havíamos visto em 1.2 que esta teoria havia fornecido a diferentes perspectivas de estudo do texto e do discurso elementos teóricos para dar conta de questões relativas ao objeto *texto*.

Portanto, frente à constatação de que o *texto* pode, sim, ser instituído como objeto de estudo desta teoria enunciativa, perguntamo-nos: como o referencial teórico apresentado neste capítulo pode servir de esteio para uma abordagem textual-enunciativa? Entendemos que os três *aspectos* sintetizados em nosso itinerário podem ser deslocados da enunciação para o *texto* e, a seguir, delineamos os primeiros movimentos em direção à constituição de um referencial enunciativo para o tratamento do *texto*. Salientamos, de antemão, que não propomos um modelo teórico-metodológico geral para o estudo do *texto*, porém buscamos sistematizar os pressupostos ou princípios teóricos enunciativos que permitem, a cada objeto de análise, a elaboração de procedimentos singulares para sua abordagem.

Partamos, então, do primeiro aspecto possível de ser estudado em relação à enunciação: a realização vocal da língua. Benveniste adverte que, de um modo geral, esse aspecto não é visto “em relação ao **fenômeno geral da enunciação**” (BENVENISTE, 1970b/2006, p. 82, grifos nossos). Conforme comentamos em nota no item 2.2.1, chama-nos a atenção o fato de Benveniste pontuar a existência desse *fenômeno geral da enunciação* e, então, questionamo-nos em que consistiria esse fenômeno, uma vez que o linguista não explora tal conceituação. Pensamos que a ideia de *fenômeno geral*, considerando a enunciação

⁵⁸ O capítulo seguinte dedica-se a explorar as relações entre essas e outras noções e a propor uma definição para *texto* considerando os pressupostos teóricos enunciativos.

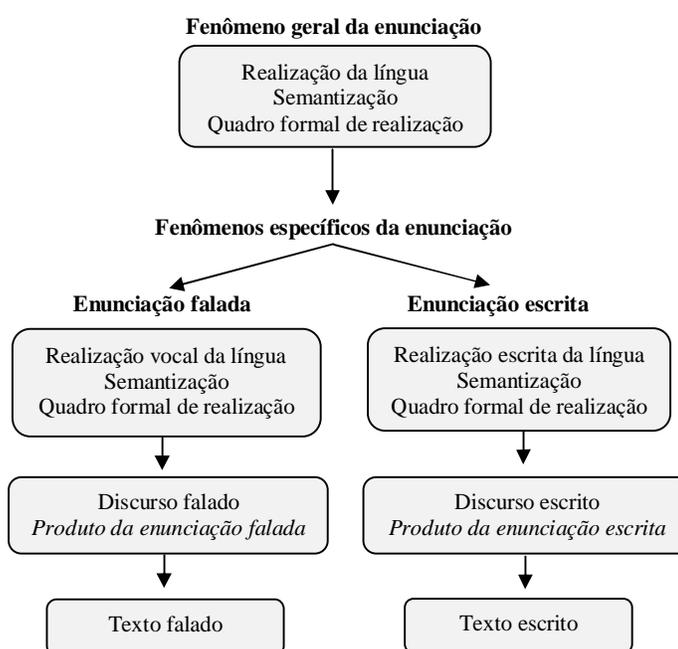
como um ato pelo qual o locutor apropria-se da língua e a converte em discurso para propor-se como sujeito e referir, parece remeter, em primeiro lugar, ao fato de essa apropriação estender-se à língua inteira, em todos os seus níveis (fonológico, morfológico, sintático, lexical, etc.); a enunciação é um fenômeno que compreende, pois, a totalidade da língua. Em segundo lugar, a ideia de *fenômeno geral* parece fazer referência àquilo que é comum à enunciação independentemente do nível ou instância linguística em que se verifique tal ato. Nesse sentido, é possível conceber esse fenômeno de apropriação da língua também em termos de especificidade, ou seja, considerar a enunciação no interior de cada nível ou instância de análise consiste em considerar *fenômenos específicos* da enunciação que, como tais, apresentam particularidades em relação ao fenômeno geral.

A realização vocal da língua, nessa perspectiva, pode ser entendida como um fenômeno específico da enunciação, pois, conforme discutimos ao longo de nosso itinerário de leitura, apresenta uma série de características particulares em relação à instância escrita de atualização linguística. O interesse de Benveniste pela enunciação escrita, conforme indica ao final de *O aparelho formal da enunciação* (1970b/2006), leva-nos a supor que essa poderia ser, também, fenômeno específico da enunciação. A enunciação falada e a enunciação escrita, consideradas como fenômenos específicos, estão, pois, ligadas ao fenômeno geral da enunciação.

Em relação a essas duas modalidades de enunciação, a falada e a escrita, vimos que Benveniste dedica mais espaço à primeira quando delimita seu quadro teórico. Observamos palavras utilizadas reiteradamente pelo linguista que reenviam a esse *aspecto*, tais como *ouvir, aquele que ouve, pronunciar, proferir*, etc. Esse maior espaço concedido à modalidade falada parece se justificar na medida em que a língua tem por natureza o “caráter de se realizar por meios vocais” (BENVENISTE, 1967/2006, p. 224), de modo que a *vocalização* constitui-se como o aspecto mais imediatamente perceptível do ato de apropriação da língua. Interessante observar que as categorias de pessoa, tempo e espaço, por exemplo, são tematizadas ora no âmbito do fenômeno geral da enunciação, ora no âmbito da enunciação falada – em alguns (raros) momentos de sua teorização, Benveniste alerta como o tratamento dessas categorias seria diferente se consideradas a partir da enunciação escrita. Por isso, quando a escrita é tematizada por Benveniste, ele pontua explicitamente estar dela tratando, pois são necessários deslocamentos na concepção de elementos do quadro formal da enunciação. No entanto, não estamos querendo dizer, com isso, que a enunciação diz apenas respeito à modalidade falada: o fenômeno geral da enunciação engloba os dois fenômenos

específicos, o falado e o escrito, pois o ato de enunciar implica língua – conjunto de formas e base necessária à enunciação – e a atualização da língua, seja ela convertida em fala seja em escrita. O fenômeno geral da enunciação, ademais, reúne os três *aspectos* da enunciação no que concerne à generalidade das características abordadas, ao passo que cada fenômeno específico mobiliza esses *aspectos* de modo singular, conforme o diagrama abaixo busca ilustrar.

Diagrama 2: O fenômeno geral da enunciação e seus fenômenos específicos



Essa possibilidade de conceituar a enunciação como *fenômeno geral* e como *fenômeno específico* interessa-nos na medida em que autoriza a proposição de uma concepção geral para *texto* e de noções específicas para *texto falado* e *texto escrito*. E, para tanto, as reflexões de Benveniste em torno dos três principais *aspectos* da enunciação contribuem substancialmente.

Além do primeiro *aspecto*, o qual oferta elementos para pensarmos mais detidamente a realização falada e, por contraste, a escrita, um referencial enunciativo para o tratamento do texto também deve considerar o segundo aspecto da enunciação: a semantização da língua. Esse mecanismo resume todo o trabalho do locutor com a língua, na medida em que articula os modos semiótico e semântico de significação, viabilizando a conversão da língua em

discurso. É por meio da semantização que o locutor, apropriando-se do aparelho formal da língua, converte-o em seu aparelho formal da enunciação. Benveniste ressalta que, nesse *aspecto*, importa verificar como o sentido se forma em palavras e quais os procedimentos que possibilitam às formas linguísticas da enunciação diversificar-se e engendrar-se no discurso. A semantização, reunindo os atos de apropriação e atualização da língua, bem como os procedimentos de agenciamento e de sintagmatização, pode ser verificada tanto no âmbito da enunciação falada quanto no da enunciação escrita, uma vez que em ambos os fenômenos específicos da enunciação ocorre a apropriação da língua e a conversão desta em discurso e, portanto, está-se no domínio da língua em emprego e em ação. Esses elementos teóricos discutidos no interior do *aspecto* da semantização contribuem para pensarmos os mecanismos de produção de sentidos na enunciação falada e na enunciação escrita e, conseqüentemente, no texto falado e no texto escrito. Como as formas se diversificam e se engendram em cada modalidade de enunciação e, conseqüentemente, em cada modalidade de *texto* para produzir sentidos? – eis a grande pergunta que esse *aspecto* da enunciação permite responder.

Para tratar da semantização, seja na enunciação falada, seja na enunciação escrita, necessário se faz considerar o terceiro *aspecto* apresentado por Benveniste: o quadro formal de realização da enunciação. Ao refletir sobre esse *aspecto*, Benveniste apresenta um caminho metodológico para o tratamento da enunciação e, acrescentamos, para o tratamento dos fenômenos específicos de enunciação falada e de enunciação escrita. Conforme vimos, é preciso considerar, em relação à enunciação, o próprio ato de enunciação, as situações em que se realiza e os instrumentos linguísticos para tanto. A composição do *aparelho formal* por meio desses elementos configura-o como uma “espécie de dispositivo que as línguas têm para que possam ser enunciadas” (FLORES; TEIXEIRA, 2005, p. 36), possibilitando, assim, a conversão da língua em discurso. Além dessa generalidade do dispositivo, o aparelho comporta ainda a especificidade, pois quando o locutor se apropria desse aparelho formal e semantiza as formas da língua, ele o converte em seu aparelho formal da enunciação, produzindo sentidos singulares a cada atualização. Este aspecto da enunciação apresenta uma metodologia para o tratamento da enunciação e, por conseguinte, do texto, e, nesse sentido, sua contribuição para a constituição de um referencial enunciativo para o tratamento do texto é substancial.

Esse conjunto de noções, sintetizado no *aparelho formal da enunciação* esboçado por Benveniste, abre, de fato, amplas perspectivas “para a análise das formas complexas do discurso” (BENVENISTE, 1970b/2006, p. 90), conforme sublinha o próprio linguista. Mas o

que seriam essas *formas complexas do discurso*⁵⁹? Podemos apenas fazer conjecturas a esse respeito. Essa afirmação encerra o parágrafo final, no qual Benveniste chama a atenção para a necessidade de estudar “muitos outros desdobramentos” no contexto da enunciação. Por que muitos *outros*? Ora, anteriormente, o linguista submete ao olhar enunciativo o *monólogo* e a *comunhão fática*, “forma[s] de troca linguística” (BENVENISTE, 1970b/2006, p. 90) que, então, podem ser entendidas como *desdobramentos*. Mas desdobramentos de quê? Parece-nos que um desdobramento do *quadro figurativo do diálogo* elaborado por Benveniste ao longo do artigo, posto que tanto o monólogo quanto a comunhão fática *complexificam* o quadro esboçado pelo autor, no sentido de que exigem uma “dupla descrição, da forma linguística e da condição figurativa” (ibid., p. 88).

Assim, as *formas complexas do discurso* podem ser entendidas, sob nosso ponto de vista, como todas as “forma[s] de troca linguística” (ibid., p. 88) que podem admitir “múltiplas variedades” (ibid., p. 88) de situações de diálogo: textos e obras, conforme indica Benveniste em *Semiologia da língua* (id.,1969/2006), nas suas mais diversas configurações linguísticas, sejam orais, sejam escritas, são objetos passíveis de análise a partir do quadro formal esboçado pelo autor.

Em virtude disso, tanto a *enunciação falada* quanto a *enunciação escrita* podem ser consideradas *formas complexas do discurso* e estudadas, como tais, a partir do quadro formal e a partir dos demais aspectos da enunciação; o próprio Benveniste esclarece a *complexidade* que a enunciação escrita suscita: “esta se situa em dois planos: o que escreve se enuncia ao escrever e, no interior de sua escrita, ele faz os indivíduos se enunciarem.” (ibid. p. 90).

Esses primeiros movimentos em direção à constituição de um referencial para o estudo do texto esbarram, a todo momento, na concepção de *texto*, de modo que os questionamentos feitos no início deste capítulo aqui retornam: *o que pode ser entendido como texto no interior da teoria de Émile Benveniste? Há elementos, nessa teoria, que permitem delinear uma*

⁵⁹Bressan (2010, p. 81), ao tratar da metassemântica, também questiona o sintagma *formas complexas do discurso*. A autora pergunta-se: “Por que complexas? O discurso apresenta-se, então, em formas complexas e em formas simples? A que tipo de análise ele [Benveniste] se refere? Tudo leva a crer que aqui ele quis complementar o que havia dito em 1969, quando fala em semiologia de ‘segunda geração’, e, com ‘análise das formas complexas’, mostrava-nos o caminho para uma análise translinguística.” Bressan (op.cit.), direcionando o final do artigo *O aparelho formal da enunciação* (BENVENISTE, 1970b/2006) ao final do artigo *Semiologia da língua* (id.,1969/2006), conclui que a materialidade submetida à análise translinguística não são apenas literalmente textos e obras, como indica Benveniste, mas que “qualquer fato humano, como jogo de futebol, baile, festa, cerimônia de casamento, jantar, entrega do Oscar, Festival de cinema, consulta médica, aula, diálogo, a arte em suas variedades (teatro, filme, televisão, ópera, música, imagens, reproduções plásticas), obras em prosa, em verso, ou científicas, em que seja possível construir a relação entre o método global de apreensão do sentido e o método analítico, tendo por base a semântica da enunciação, pode ser objeto de análise translinguística.” (BRESSAN, op.cit., p. 110, grifos nossos).

possível distinção entre texto falado e texto escrito? Como o texto, seja falado, seja escrito, pode ser analisado sob a perspectiva enunciativa? Os primeiros deslocamentos dos aspectos da enunciação para o texto permitem vislumbrar elementos para propormos uma concepção enunciativa de *texto*. No entanto, para que explicitemos o que é possível entender por *texto*, torna-se necessário investigar mais, esmiuçar o uso que o linguista faz desse termo. De forma que, ao invés de encerrarmos este capítulo com conclusões e produzir um “fechamento”, o abrimos com mais perguntas, as quais se acrescem às primeiras: uma vez que explicitemos o que podemos entender por *texto* sob o ponto de vista enunciativo, como uma análise textual-enunciativa pode ser elaborada? Que categorias de análise devem ser consideradas para esse fim? Como cada modalidade de enunciação – falada e escrita – apresentam os aspectos constitutivos do ato enunciativo na organização do texto? E a relação fala-escrita? Como as enunciações falada e escrita se relacionam com texto?

Os próximos capítulos buscam apresentar possibilidades de respostas a essas questões.

Capítulo 3

**BASES TEÓRICA E METODOLÓGICA PARA A ELABORAÇÃO DE
UMA NOÇÃO DE TEXTO EM ENUNCIÇÃO**

A linguística é a tentativa de compreender este objeto evanescente: a linguagem, para estudá-la como se estudam os objetos concretos. Trata-se de transformar as palavras que voam – o que Homero chamava as “palavras aladas” – em uma matéria concreta, que se estuda, que se disseca, onde se delimitam unidades, onde se isolam níveis.

*Émile Benveniste
Esta linguagem que faz a história*

3 BASES TEÓRICA E METODOLÓGICA PARA A ELABORAÇÃO DE UMA NOÇÃO DE TEXTO EM ENUNCIÇÃO

Este capítulo tem por objetivo traçar as bases teórica e metodológica que possibilitem a explicitação e/ou elaboração de uma noção de *texto* no interior da teoria enunciativa de Émile Benveniste. Para tanto, primeiramente realizamos um mapeamento das ocorrências do termo *texto* no *corpus* teórico benvenistiano e analisamos seus empregos (3.1) para, em seguida, explorar as relações que esse termo estabelece com outros presentes na teoria enunciativa (3.2). Tais procedimentos metodológicos permitem que se estabeleça a base teórica necessária à formulação de uma noção enunciativa de *texto* nas instâncias falada e escrita.

3.1 OS EMPREGOS DO TERMO TEXTO NO *CORPUS* TEÓRICO BENVENISTIANO: INVESTIGAÇÃO E ANÁLISE

O itinerário de leitura de Benveniste por nós delineado no capítulo anterior permitiu constatar que sua teoria, por prever na língua categorias que deem conta do uso que o locutor dela faz, apresenta potencialidade teórico-metodológica para o tratamento do *texto*, de modo que finalizamos nosso percurso propondo alguns primeiros movimentos em direção à constituição de um referencial teórico enunciativo para a abordagem desse objeto. No entanto, não nos pareceu ser possível dar continuidade à exploração desse referencial enunciativo sem antes delimitar o que poderia, efetivamente, ser compreendido como *texto* no interior dessa perspectiva teórica. Este capítulo, portanto, assume este desafio: investiga e discute as bases necessárias à explicitação e/ou elaboração de uma noção para *texto* tomando por base a Teoria da Enunciação benvenistiana.

Recapitemos nossa investigação inicial acerca da presença do termo *texto* na teoria benvenistiana: conforme discutimos na Introdução deste trabalho, após apurarmos a *quase* ausência da referência a Émile Benveniste nos programas de disciplinas que estudam o *texto* – em cursos superiores de formação de professores –, recorreremos ao *Dicionário de Linguística da Enunciação* (FLORES et al., 2009) a fim de verificarmos se *texto* fazia-se presente na teoria enunciativa benvenistiana na condição de *termo*, ou seja, como um conceito relevante para a composição epistemológica da teoria. No *Dicionário* (op.cit.), localizamos duas ocorrências do termo, mas não no âmbito da Teoria da Enunciação de Benveniste (a primeira refere-se à teoria de Ducrot e a segunda à de Récanati), de modo que desenvolvemos três

hipóteses para explicar seja a *ausência* de *texto* como termo no *Dicionário*, seja a *presença* tímida de Benveniste como referência bibliográfica nos programas das disciplinas que estudam o *texto*.

A primeira hipótese postula que essa *quase* ausência dá-se em virtude de os estudos benvenistianos não apresentarem explicitamente uma noção de *texto* e elementos teóricos que sustentem tal noção. No entanto, embora tal noção e os referidos aspectos teóricos não sejam explicitados, acreditamos que – e eis nossa segunda hipótese – subjazem à reflexão da teoria enunciativa benvenistiana uma noção de *texto* e elementos teóricos para o tratamento deste. Nossa terceira hipótese, por sua vez, advém da possível comprovação da segunda: considerando que há tais elementos teóricos em Benveniste, o uso desse referencial para o estudo do texto ainda não se configura como uma prática, mas poderá tornar-se uma a partir do momento em que se explicita o referido aporte teórico-metodológico.

Ora, nosso percurso de leitura já permitiu averiguar que Benveniste utiliza, sim, o termo *texto* em seus escritos – algumas citações transcritas no capítulo anterior, especialmente quando da abordagem do primeiro aspecto da enunciação, comprovam seu uso. No entanto, conforme já destacamos em 2.3, não nos pareceu ser esse o termo escolhido para dar conta da ideia de produto do uso da língua pelo locutor: Benveniste utiliza mais frequentemente os termos *enunciado*, *frase* ou, ainda, *discurso* para referir o produto da atividade discursiva – relações que serão investigadas em 3.2. Para que possamos, então, chegar a uma definição enunciativa de *texto*, cumpre transformar essa “palavra alada” em uma “matéria concreta” e investigar, primeiramente, os empregos que Benveniste faz desse termo⁶⁰, observando em quais contextos é empregado e quais os sentidos que assume. São as primeira e segunda hipóteses que estão em pauta nesse percurso investigativo.

Tal percurso investigativo é inspirado no trabalho desenvolvido por Aya Ono em *La notion d'énonciation chez Émile Benveniste* (ONO, 2007). A autora, examinando o percurso de formação da noção de *enunciação* em Benveniste, observa o termo *enunciação* em uso nos textos do linguista – os *corpora* da autora compreendem desde artigos de *PLG I e II* até textos de *Noms d'agent et noms d'action en indo-européen* (1948) e *Le Vocabulaire des institutions indo-européennes* (1969) – e, a partir dos contextos de uso, investiga quais os sentidos que o

⁶⁰ Mello (2012, p. 81) realizou investigação semelhante no item 3.2 de sua tese, item em que define a sua unidade de análise. Como o objetivo de seu trabalho consiste em analisar a sintagmatização-semantização textual, a autora, após afirmar que não se encontra uma definição para texto em Benveniste, analisa sete excertos em que “texto” aparece e, a partir desses fragmentos, formula a seguinte definição: “texto é uma unidade linguística intersubjetiva, de dimensões variadas, resultante de um ato de enunciação.” (ibid., p. 84).

termo adquire. Ono (2007) constata que os sentidos de *enunciação* estão vinculados a dois tipos de emprego: o emprego descritivo e o emprego teórico.

Por um lado, Benveniste associa frequentemente *enunciação* à descrição de um rito: chamaremos esse emprego de “uma utilização descritiva” da palavra. Nesse caso, a palavra designa frases a serem pronunciadas oralmente no espaço público, ora uma oração, ora uma fórmula. É um ato concreto, realizado e observável. Por outro lado, faz um emprego teórico da palavra. A *enunciação* não serve, então, para descrever este ou aquele ato de fala, cujo resultado, o enunciado, é objeto de análise; é percebida, muito mais, como um ato de utilização da língua. (ibid., p. 29, grifos da autora)⁶¹.

Ono (op.cit.) argumenta que a distinção entre os empregos descritivo e teórico da palavra *enunciação* pode ser vinculada à distinção entre *termo não teórico* e *termo teórico* – terminologia que, segundo destaca a autora, advém do neopositivismo, que define o primeiro como aquele cuja referência é observável e o segundo como aquele cuja referência não é observável. No entanto, esse critério, segundo a autora, torna-se ambíguo na medida em que, conforme o contexto, um termo tanto pode ser observável quanto não observável. Apesar disso, Ono (op.cit.) mantém tal distinção, pois defende que, embora os empregos descritivo e teórico de *enunciação* em Benveniste não sejam claros, é possível “ver como a palavra adquire um aspecto teórico e como essa teorização está baseada em empregos descritivos da palavra [...]”⁶² (ibid., p. 29). Conforme a autora, o sentido decorrente do emprego descritivo é mais estável ao longo dos estudos de Benveniste: a *enunciação* diz respeito a frases que devem ser pronunciadas, portanto é da ordem do enunciado, do concreto, do realizado e do observável. Já o sentido decorrente do emprego teórico do termo, como adverte a autora, é objeto de “tentativas” por parte de Benveniste e pode ser sintetizado na concepção de *enunciação* como *ato*.

Essa distinção entre *termo teórico* e *termo não teórico* utilizada por Ono (op.cit.) já havia sido empregada por Claudine Normand em seu artigo *Os termos da enunciação em Benveniste* (NORMAND, 1996). Nesse estudo – o qual, segundo a autora, insere-se em um projeto mais amplo, que consiste em investigar a elaboração, por Benveniste, das noções que constituem o que se designou *Teoria da Enunciação* –, Normand propõe-se a fazer uma

⁶¹ “D’une part, Benveniste associe souvent *énonciation* à la description d’un rite: nous appellerons cet emploi une ‘utilisation descriptive’ du mot. Dans ce cas, le mot designe des phares à prononcer oralement sur le scène publique, tantôt une prière, tantôt une formule. C’est un acte concrete, accompli et observable. D’autre part, il ait un emploi théorique du mot. L’*énonciation* ne sert pas alors à décrire tel ou tel acte de parole dont le résultat, l’*énoncé*, est objet d’analyse, elle est plutôt envisagée comme une acte d’utilisation de la langue.” (ONO, 2007, p. 29, grifo da autora).

⁶² “[...] voir comment le mot prend un aspect théorique et comment cette théorisation est basée sur des emplois descriptifs du mot [...]” (ibid., p. 29).

análise intrateórica para pesquisar “a ordem de aparição das noções e oposições principais (pessoa/não-pessoa, história/discurso, enunciado/enunciação...)” e, inclusive, “a passagem de uma acepção comum para uma acepção teórica (*enunciação*), etapas pelas quais se opera a ligação conceitual entre os diferentes termos, reformulações, etc.” (NORMAND, 1996, p. 129).

Essa passagem de uma acepção comum – portanto, de um uso não teórico – para uma acepção teórica pode ser ilustrada por meio do termo *significação*:

[...] o termo *significação*, tomado primeiro por Benveniste numa acepção não teórica, torna-se progressivamente o pivô de um conjunto de noções que procuram transformá-lo em conceito operatório: *diferenças formais, estrutura, função, relações, ligação, coesão*, etc. para desembocar na *semântica* e *semiótica*. (ibid., p. 139, grifos da autora).

Como o *problema* de Benveniste era, de fato, a *significação*, a autora ressalta que se encontra, “necessariamente, o sujeito que fala e dá (ou pensa dar) sentido.” (ibid., p. 145) e é o estatuto conceitual do termo *sujeito* que Normand busca investigar. Segundo afirma, é possível observar a elaboração, nos textos de Benveniste, de uma espécie de “constelação” de termos que reúne: 1) “termos da tradição gramatical, psicológica, sem referência estrita”, como *sujeito* do verbo, *sujeito* sede de sentimentos e de pensamentos, *sujeito* enquanto ser, ego; nessa mesma série, a autora acrescenta *intersubjetivo* e *subjetividade*, os quais “se introduzem sem definição específica” (idem); 2) “termos não teóricos, em relação com o discurso comum, mais ou menos descritivos e metafóricos”, como *indivíduo*, *falante*, *participante*, dentre outros, e, na mesma série, *ato único* e *emergência de subjetividade*, por exemplo (idem); 3) por fim, “termos teóricos em graus diversos” que, segundo a autora, “tentam elaborar o quadro conceitual da enunciação”, como *pessoa*, *enunciador*, *alocutário*, *instância de discurso*, *elementos da dêixis* e expressões como *linguagem assumida pelo indivíduo*, *processo de apropriação* (idem).

Nessa *constelação*, cujos exemplos de termos não estão listados exhaustivamente, a autora localiza um ausente: o sintagma *sujeito da/de enunciação*. As conjecturas que Normand desenvolve a respeito dessa *ausência* não serão aqui retomadas; o que cabe ressaltar, dados os objetivos de nossa pesquisa, é a noção de *constelação de termos*, a qual indica um caminho metodológico a seguir para a investigação do termo *texto*.

Portanto, inspirando-nos em Normand (1996) e Ono (2007), empregaremos semelhante metodologia em nosso percurso investigativo, especificamente em relação ao tratamento do termo *texto*, pois acreditamos que observar os empregos de *texto* em nosso

corpus de referência, buscando delimitar empregos descritivos (não teóricos) e teóricos, nos auxiliará a compreender o estatuto desse termo nas reflexões de Benveniste. Tal como Ono (2007) – que pontua, antes de iniciar suas análises sobre as ocorrências de *enunciação*, a possibilidade de essas se definirem como teóricas e não teóricas –, salientamos que *texto* poderá assumir valor descritivo (não teórico) quando apenas aludir à ideia de materialidade linguística⁶³, ao passo que poderá assumir valor teórico quando, inserindo-se na temática enunciativa, além de remeter à ideia de materialidade linguística, apresentar contribuição ou valor distintivo para as proposições do linguista. Evidentemente, tais definições apresentam-se como parâmetros iniciais para a análise das ocorrências, de modo que não descartamos a possibilidade de tais critérios refinarem-se ao longo das análises.

Além dessa metodologia derivada das pesquisas de Normand (1996) e de Ono (op.cit.), julgamos pertinente considerar alguns elementos do trabalho fundador de Rey-Debove (1978) acerca da *metalinguagem*. Não discutiremos os pormenores desse trabalho da autora⁶⁴; no entanto, chamamos a atenção para as propriedades que a teórica elenca em relação aos signos em *uso* e em *menção*. Conforme explica Teixeira (2000, p. 141), os termos *autonímia* e *conotação autonímica*, os quais, inclusive, Authier-Revuz toma de empréstimo para teorizar sobre a *modalização autonímica*, pertencem à configuração teórica de Rey-Debove (op.cit.), inscrita no campo da semiótica. Teixeira (op.cit.) esclarece o entendimento de Rey-Debove (op.cit.) a respeito desses termos a partir do seguinte exemplo:

[...] em *A palavra “árvore” tem três sílabas*, o locutor faz *menção* e não *uso* da palavra “árvore”, configurando-se aí um caso de autodesignação do signo, que caracteriza a autonímia. No entanto, a autora [Rey-Debove] não reduz esse fenômeno a ser um emprego *especial* “em menção”, diferente do emprego *normal*, “em uso”. Do signo comum (ou “em uso”) ao signo autonímico (ou “em menção”), há a passagem de um signo de semiótica simples a um signo de semiótica complexa, ou seja, o signo autonímico é um outro signo, homônimo do primeiro, representando um todo com significante e significado. (TEIXEIRA, 2000, p. 141-142, grifos da autora).

⁶³ Essa caracterização prévia e geral de *texto* como uma *materialidade linguística* advém da consideração do aspecto material da linguagem: é Benveniste quem afirma que a linguagem possui um aspecto material decorrente de configurar-se como um fato físico e que, sob tal aspecto, “presta-se à observação, à descrição e ao registro.” (BENVENISTE, 1963b/2005, p. 30). Por conseguinte, independentemente de sua realização, se falado se escrito, o *texto*, na condição de “produto de uma atividade discursiva” (cf. 2.3), apresentará esse aspecto *material*.

⁶⁴ A dissertação de Walkyria Wetter Bernardes, intitulada *A fala do aluno em situações de discurso acadêmico e as não-coincidências do dizer: uma abordagem enunciativa* (2003), realizada sob orientação do professor Dr. Valdir do Nascimento Flores, apresenta, em seu primeiro capítulo, uma retomada do desenvolvimento do conceito de metalinguagem proposto por Rey-Debove (op.cit.).

Há, ainda, o caso em que a “palavra torna-se o objeto do dizer ao mesmo tempo em que é utilizada: fala-se da ‘coisa’ e simultaneamente da palavra pela qual se fala da ‘coisa’, acumulando-se dois empregos: o uso e a menção.” (TEIXEIRA, 2000, p. 142). Rey-Debove (1978) designa esse fenômeno de *conotação autonímica*. Nesse caso, o signo é citado e empregado ao mesmo tempo.

Dessas considerações, interessa-nos tomar de empréstimo as noções de *signo comum* ou *em uso*, de *signo em menção* e de *signo em uso e menção*, pois entendemos que os empregos do termo *texto* podem, quando necessário, ser aclarados também a partir dessas propriedades, articulando-se às propostas de Normand (1996) e Ono (2007): quando o termo *texto* estiver *em uso*, estar-se-á diante de um emprego não teórico; quando estiver *em menção* ou *em uso e menção*, estar-se-á diante de um emprego teórico, dado o seu estatuto metalinguístico.

Defendemos que adotar tal percurso investigativo nos auxiliará a desvelar uma possível acepção para *texto*, na condição de *termo teórico*, no interior da teoria de Émile Benveniste. A fim de realizarmos a pesquisa textual acerca dos empregos de *texto* – uma vez que já constatamos, no capítulo em que sistematizamos o referencial teórico enunciativo a partir dos *aspectos* da enunciação, que o linguista utiliza, sim, o termo *texto* – percorremos novamente cada artigo do *corpus* atentamente e contabilizamos trinta e seis ocorrências desse termo em nossos *corpora*. Empreendemos nossa *releitura investigativa* a partir de *O aparelho formal da enunciação* (BENVENISTE, 1970b/2006), artigo guia de nosso itinerário de leitura, e, na continuidade, tomamos os artigos de Benveniste em ordem cronológica de publicação, a fim de verificar se há alguma progressão conceitual nos empregos do termo. Uma vez lidos os artigos na sua completude, mapeamos as ocorrências do termo *texto* e procedemos ao *recorte* das passagens textuais em que o termo se encontra para, nesses recortes, analisar os sentidos que *texto* assume, considerando sobretudo a relação entre o *plano global* (a organização do todo do artigo) e o *plano analítico* (o funcionamento do segmento em questão)⁶⁵. O que apresentamos no item a seguir são, então, *excertos* de artigos. A delimitação desses excertos parte dos procedimentos e critérios de análise desenvolvidos por Benveniste em *Os níveis da análise linguística* (id., 1964/2005).

Situados no nível textual, segmentamos em uma porção menor a passagem que contém o termo *texto*, considerando para tanto a relação entre *forma* e *sentido*. Observando as relações entre as *palavras*, os *grupos de palavras* e a *frase* – “criação indefinida, variedade

⁶⁵ A reflexão acerca da metodologia enunciativa de análise voltada ao texto será aprofundada no item 4.2.1.

sem limite” (BENVENISTE, 1964/2005, p. 139) –, em um jogo que considera a “arquitetura singular das partes e do todo” (ibid., p. 127), a unidade (excerto) por nós delimitada busca satisfazer, conforme orienta Benveniste, a condição linguística do sentido – o que possibilita que nos movimentemos para frente ou para trás, no texto, a partir do termo *texto*. Como diz Benveniste, “o sentido inerente a esse todo é repartido entre o conjunto dos constituintes” (ibid., p. 132), de modo que tal operação permite apreendermos os sentidos que a forma (termo) *texto* assume no excerto em questão. Trata-se de, considerando a relação *forma-sentido*, operar com os procedimentos de *sintagmatização* e *semantização*, porque, para ver como o sentido se forma em palavras, é preciso observar o agenciamento das palavras, a organização sintática, a ação de uma palavra sobre as outras, portanto a relação de uma palavra com as outras.

Assim, a seguir, apresentamos os excertos em que se verificam as ocorrências de *texto*, a partir dos quais observamos e analisamos seus contextos de emprego, com vistas a apreender os sentidos que assume nesses empregos. Em cada excerto buscamos discutir esses sentidos, levando em consideração, sobretudo, a distinção pontuada por Normand (1996) e Ono (2007) entre utilização teórica e não teórica do termo em foco e, quando necessário para tanto, as propriedades elencadas por Rey-Debove (1978) em relação aos signos *em uso*, *em menção* ou *em uso e menção*.

3.1.1 Análise das ocorrências de *texto*

EXCERTO 1

Uma (1) ocorrência do termo *texto*.

O discurso, dir-se-á, que é produzido cada vez que se fala, esta manifestação da enunciação, não é simplesmente a “fala”? – É preciso ter cuidado com a condição específica da enunciação: é o ato mesmo de produzir um enunciado, e não o **texto** do enunciado, que é nosso objeto. Este ato é o fato do locutor que mobiliza a língua por sua conta. A relação do locutor com a língua determina os caracteres linguísticos da enunciação. Deve-se considerá-la como o fato do locutor, que toma a língua por instrumento, e nos caracteres linguísticos que marcam esta relação. (BENVENISTE, 1970b/2006, p. 82, grifo negro nosso).

Neste trecho de *O aparelho formal da enunciação* (op.cit.), Benveniste salienta a especificidade da enunciação, entendida como “o ato mesmo de produzir um enunciado”; esse ato, instituído como o objeto de estudo da teoria, pode ser recuperado por meio dos caracteres linguísticos que o locutor, ao mobilizar a língua, imprime no enunciado. Antes, porém, de refletirmos acerca do estatuto do termo *texto* no período “é o ato mesmo de produzir um enunciado, e não o texto do enunciado, que é nosso objeto”, retomemos o problema de

pontuação na tradução desse período: conforme discutimos em 2.2, o original, em francês não recebe vírgulas, de modo que se confirma a interpretação de que o objeto ao qual se refere Benveniste é, de fato, “o ato mesmo de produzir um enunciado”, ou seja, a enunciação.

Dirimidas tais dúvidas, entendemos que o *texto* a que Benveniste refere-se no segmento “e não o texto do enunciado” diz respeito à materialidade produzida a partir do ato de enunciar, ato que gera o *enunciado*. Poder-se-ia argumentar que o termo *enunciado* daria conta de expressar a concretude, a materialidade características do produto da enunciação. Porém, a utilização do termo *texto* vem justamente reforçar a distinção entre o *ato* e o *produto do ato*, explicitando que o objeto é “o ato mesmo de produzir um enunciado” e não o que está posto linguisticamente no enunciado, ou seja, seu texto. Outro termo relacionado a *texto*, presente nesse excerto, que pode ser entendido como “produto da enunciação” é *discurso*, definido por Benveniste como algo “produzido cada vez que se fala”, “manifestação da enunciação”. Assim como *enunciado*, *discurso* também estabelece relação com a *enunciação* tal qual o produto com o processo para produzi-lo.

Dessa forma, considerando que o que está em questão para o linguista é a distinção entre o ato e o produto, bem como a delimitação do primeiro como seu objeto de estudo, entendemos que o termo *texto* reveste-se, neste recorte, de valor teórico, uma vez que, além de remeter ao produto concreto e observável proveniente do ato de enunciar, reforça a distinção teórica *enunciação/enunciado*.

EXCERTO 2

Três (3) ocorrências do termo *texto*.

Entre *eu* e um nome referente a uma noção lexical, há não apenas as diferenças formais, muito variáveis, impostas pela estrutura morfológica e sintática das línguas particulares. Há outras, que se prendem ao próprio *processus* da enunciação linguística e que são de uma natureza mais geral e mais profunda. O enunciado que contém *eu* pertence a esse nível ou tipo de linguagem a que Charles Morris chama pragmático, e que inclui, com os signos, aqueles que os empregam. Pode imaginar-se um **texto** linguístico de grande extensão – um tratado científico, por exemplo – em que *eu* e *tu* não aparecem nem uma única vez; inversamente seria difícil conceber um curto **texto** falado em que não fossem empregados. Entretanto, os outros signos da língua se distribuiriam indiferentemente entre esses dois gêneros de **textos**. (BENVENISTE, 1956b/2005, p. 278, grifo itálico do autor; grifo negrito nosso).

Neste trecho de *A natureza dos pronomes* (op.cit.), Benveniste discute a situação dos tradicionais pronomes pessoais para demonstrar que as diferenças entre eles se ligam ao “*processus* da enunciação”. Para tanto, o linguista volta-se aos *textos*, inventários da língua, e debruça-se sobre as formas linguísticas que atualizam, especificamente no que dizem respeito à classe pronominal em seu funcionamento enunciativo. Conforme aponta, o “texto linguístico de grande extensão”, cujo exemplo é um “tratado científico”, pode ser concebido sem os

pronomes *eu* e *tu*, ao passo que o “curto texto falado” dificilmente deixaria de empregá-los. A distinção entre *texto linguístico* e *texto falado* remete, aqui, à distinção entre *texto escrito* e *texto falado*, respectivamente. Tal distinção é retomada anaforicamente pelo sintagma nominal “esses dois gêneros de textos”, o que, por conseguinte, leva-nos a deduzir que, para Benveniste, as modalidades de enunciação falada e escrita configuram *gêneros de textos*.

Essa passagem de *A natureza dos pronomes* (BENVENISTE, 1956b/2005) autoriza-nos a propor concepções específicas para *texto*, falado e escrito, no âmbito da teoria enunciativa benvenistiana. Isso porque o emprego do termo *texto* nessas três ocorrências vai muito além da remissão à materialidade observável, ao concreto. Benveniste reflete, mesmo que brevemente, sobre o funcionamento enunciativo da categoria de pessoa no texto escrito e no texto falado e, assim, toma essas modalidades de textos como objeto de análise. Evidentemente, o caráter concreto enquanto produto da enunciação está pressuposto no objeto; no entanto, não é simplesmente a essa materialidade que Benveniste parece fazer referência, mas ao *texto* como objeto em que se verificam as relações enunciativas que lhe são constitutivas. Nesse sentido, Benveniste usa o termo *texto* para falar do texto, o que caracteriza um emprego metalinguístico do termo – emprego teórico, portanto.

EXCERTO 3

Duas (2) ocorrências do termo *texto*.

[...] Precisamos entrar no concreto de uma situação histórica, escutar as categorias de um pensamento e de uma língua definidos. Somente com essa condição evitaríamos as tomadas de posição arbitrárias e as soluções especulativas. Ora, temos a sorte de dispor de dados que se diria estarem prontos para o nosso exame, elaborados e apresentados de maneira objetiva, integrados num conjunto conhecido: são as categorias de Aristóteles. Ser-nos-á permitido considerar essas categorias sem preocupação de tecnicidade filosófica, simplesmente como o inventário das propriedades que um pensador grego julgava predicáveis a um objeto, e consequentemente como a lista dos conceitos *a priori* que, segundo ele, organizam a experiência. É um documento de grande valor para o nosso objetivo.

Lembremo-nos em primeiro lugar o **texto** essencial, que dá a mais completa lista dessas propriedades – dez no total – (Categorias, cap. IV⁽²⁵⁾):

“Cada uma das expressões que não entram numa combinação significa: a *substância*; ou *quanto*; ou *qual*; ou *relativamente a que*; ou *onde*; ou *quando*; ou *estar em posição*; ou *estar em estado*; ou *fazer*; ou *sofrer*. [...]”

[...]

25. Era inútil reproduzir o **texto** original, uma vez que todos os termos gregos são citados a seguir. Traduzimos este passo literalmente, para comunicar o teor geral antes da análise dos pormenores. (BENVENISTE, 1958b/2005, p. 70-71, grifo itálico do autor, grifo negrito nosso).

Este excerto foi extraído de *Categorias de pensamento e categorias de língua* (op.cit.), artigo em que Benveniste busca investigar a natureza das relações entre o pensamento e a língua, propondo considerá-las a partir de categorias, as quais toma da reflexão desenvolvida

por Aristóteles. É a obra desse filósofo, uma em especial, que fornece, portanto, o referencial para que Benveniste desenvolva sua argumentação. Conforme o trecho destacado acima, o linguista aponta a necessidade de “entrar no concreto de uma situação histórica” para analisar as categorias e, para isso, recorre aos “dados” apresentados e elaborados em um “documento de grande valor”: o “texto essencial” de Aristóteles. O termo *texto*, que vem, aqui, adjetivado de “essencial”, remete ao substantivo “documento”, o qual carrega a característica de realizar-se na modalidade escrita da língua; *texto*, então, refere-se à obra aristotélica ou a um fragmento dela. O termo está *em uso* nessa passagem, caracterizando-se, dessa forma, como não teórico e podendo, inclusive, ser substituído por qualquer outro que atualize a ideia de obra, documento, registro escrito.

Na nota de rodapé de número 25, Benveniste explica que não reproduzirá o texto original de Aristóteles, mas a tradução que dele fez. Visto que essa nota está ligada ao segmento em que lhe é feita a chamada, o termo *texto* retoma o sintagma nominal “o texto essencial” presente naquele trecho. Assim, também o termo *texto* é empregado de forma não teórica, fazendo referência à obra aristotélica em questão.

EXCERTO 4

Uma (1) ocorrência do termo *texto*.

Demoremos a nossa atenção sobre essas seis categorias [substância, quantidade, qualidade, relação, lugar e tempo] na sua natureza e no seu agrupamento. Parece-nos que esses predicados correspondem não a atributos descobertos nas coisas, mas a uma classificação que emana da própria língua. A noção de οὐσία indica a classe dos substantivos. A ποσόν e ποιόν, citados juntos, correspondem não só a classe dos adjetivos em geral, mas especialmente dois tipos de adjetivos que o grego associa estreitamente. É desde os primeiros **textos**, e antes do despertar da reflexão filosófica, que o grego juntava ou opunha os dois adjetivos πόσοι e ποιοί com as formas correlativas ὅσος οἷος assim como τόσος e τοῖος⁽²⁶⁾.

[...]

26. Não consideraremos aqui a diferença de acentuação entre a série relativa e a série interrogativa. Trata-se de um fato secundário. (BENVENISTE, 1958b/2005, p. 72, grifo nosso).

Neste excerto, também proveniente de *Categorias de pensamento e categorias de língua* (op.cit.), Benveniste passa a analisar as primeiras seis categorias propostas por Aristóteles e observa que elas não estão numeradas e agrupadas por acaso: são todas referentes a formas nominais. Ao analisar as categorias que remetem à classe dos adjetivos, Benveniste afirma que a associação dos “dois tipos de adjetivos” verifica-se “desde os primeiros textos” gregos e antes mesmo do “despertar da reflexão filosófica”. Ou seja, tal associação faz-se presente desde os primeiros registros de produção linguística em grego. Esse nos parece ser o sentido que *texto* adquire nesse contexto de uso, de forma que o emprego do termo caracteriza-se como não teórico, na medida em que apenas remete às

produções linguísticas em grego que servem, aqui, como evidências concretas para a relação investigada por Benveniste.

EXCERTO 5

Uma (1) ocorrência do termo *texto*.

Encontramos nesse modo de derivação [delocutiva] o meio de compreender melhor o sentido de um termo importante do velho ritual romano, o verbo *parentare*, “fazer uma oblação fúnebre à memória de alguém”. A relação com *parens* é evidente, mas como interpretá-la? Um *parentare* denominativo de *parens* deveria significar “tratar como *parens*”, o que omite o essencial; de onde viria então o fato de que o verbo se restringe aos usos fúnebres? Ninguém parece ter visto, ao menos, a dificuldade. Ela se resolve por uma indução que apoiaremos no **texto** seguinte. À morte de Rômulo, ou melhor na ocasião do seu desaparecimento súbito, diz-nos Tito Lívio, o povo foi, primeiro, tomado de pavor: *deinde, a paucis initio facto, “deum deo natum regem parentemque urbis Romanae saluere” universi Romulum iubent*, “depois, seguindo o exemplo de alguns, todos ao mesmo tempo erguem vivas a Rômulo, deus nascido de um deus, rei e pai da cidade de Roma”⁽²⁶⁰⁾. Quem lê atentamente esse passo, no meio de uma narração tão rica de tradições autêntica, pode desvendar na formulação de Lívio uma expressão certamente tomada a um ritual arcaico. [...]

260. Liv., I, 16,3; cf. algumas linhas adiante, *Romulus, parens huius urbis* (I, 16, 6). (BENVENISTE, 1958c/2005, p. 309, grifo itálico do autor, grifo negrito nosso).

A fonte desse excerto é o artigo *Os verbos delocutivos* (op.cit.), em que Benveniste, a partir de exemplos provenientes de línguas clássicas e línguas modernas, busca delimitar uma classe de verbos, os *delocutivos*, que consistem em verbos derivados de locuções de discurso e que, por isso, denotam *atividades de discurso*. A criação desses verbos, segundo Benveniste, “efetua-se sob a pressão de necessidades lexicais” e “está ligada à frequência e à importância das fórmulas *pregnantes* em certos tipos de cultura” (ibid., p. 308, grifo do autor), o que permite dizer que tal derivação está vinculada à enunciação, ao uso que o sujeito faz da língua para criar sentidos. O excerto acima apresenta, então, parte da análise empreendida pelo linguista para desvelar a formação delocutiva de *parentare*. Para tanto, Benveniste apoia-se em um *texto*: esse *texto* trata-se de um segmento oriundo da obra escrita por Tito Lívio: “depois, seguindo o exemplo de alguns, todos ao mesmo tempo erguem vivas a Rômulo, deus nascido de um deus, rei e pai da cidade de Roma”. Interessante observar que os exemplos utilizados por Benveniste ao longo do artigo são predominantemente locuções ou expressões, sendo este exemplo extraído de Tito Lívio o mais longo exemplo e ao qual se faz referência como *texto*. Ora, o termo *texto* é utilizado apenas uma vez neste artigo e justamente para remeter a esse exemplo. Disso podemos entender que o *texto* – que neste excerto está *em uso*, configurando emprego não teórico, posto que se refere a esse exemplo escrito –, parece estar ligado a certas propriedades, se comparado às locuções ou expressões: diz respeito explicitamente à escrita e é mais *extenso* que as locuções ou expressões.

EXCERTO 6

Duas (2) ocorrências do termo *texto*.

A distinção operada aqui entre dois planos de enunciação no seio da língua põe numa perspectiva diferente o fenômeno que foi chamado, há cinquenta anos, *o desaparecimento das formas simples do pretérito* ⁽²³¹⁾ em francês. [...] Trata-se, pois, de precisar a situação do aoristo com relação ao *duplo* sistema de formas e de funções que constitui o verbo. Há duas relações distintas a observar. De um lado – isso é um fato –, o aoristo não se emprega na língua falada, não faz parte dos tempos verbais próprios ao discurso. Em compensação, como tempo da narrativa histórica, o aoristo se mantém muito bem, não é, aliás, absolutamente ameaçado e nenhum outro tempo poderia substituí-lo. Aos que o creem em via de extinção basta fazerem a experiência de substituir, nos trechos acima citados, os aoristos por perfeitos. O resultado seria tal que nenhum autor se resolveria a apresentar a história numa perspectiva semelhante. Podemos admitir como certo que todo aquele que sabe escrever e empreende a narrativa de acontecimentos passados emprega espontaneamente o aoristo como tempo fundamental, quer evoque esses acontecimentos como historiador quer os crie como romancista. Por preocupação da variedade, poderá mudar de tom, multiplicar os pontos de vista, e adotar outros tempos mas, então, deixa o plano da narrativa histórica. Teríamos necessidade de estatísticas precisas fundadas sobre amplos inventários de **textos** de toda sorte, livros e jornais, que comparassem o uso do aoristo há cinquenta anos com o de hoje, para estabelecer, aos olhos de todos, que esse tempo verbal permanece tão necessário como o era, nas condições estritas da sua função linguística. Entre os **textos** que serviriam de testemunhos, deveriam incluir-se também as traduções, que nos informam sobre as equivalências espontâneas que um autor encontra para fazer passar uma narrativa escrita numa outra língua para o sistema temporal que convém ao francês. ⁽²³²⁾

Inversamente, a estatística ressaltaria a raridade das narrações históricas redigidas inteiramente no perfeito, e mostraria o quanto o perfeito é pouco adequado para comboiar a relação objetiva dos acontecimentos. Cada um pode verificá-lo em alguma obra contemporânea na qual a narração, propositadamente, esteja inteiramente no perfeito [...].

[...]

²³¹ É o título de um artigo de Meillet, publicado em 1909, e recolhido em *Linguistique historique et linguistique générale*, I, p. 149 ss.

²³² Para citar dois exemplos de traduções recentes, o tradutor da novela de Ernest Hemingway intitulada *La grande rivière au coeur double* [...] empregou continuamente o aoristo ao longo de quarenta páginas (com o imperfeito e o mais-que-perfeito). Salvo por duas ou três frases de monólogo interior, a narrativa toda, em francês, está disposta nessa relação temporal, porque nenhuma outra era possível. Igualmente, a versão francesa de Heyerdah, *L'expédition du Kon-Tiki*, apresenta exclusivamente no aoristo, em capítulos inteiros, a maioria da narrativa. (BENVENISTE, 1959/2005, p. 268-269, grifo itálico do autor, grifo negrito nosso).

Este é um trecho de *As relações de tempo no verbo francês* (op.cit.), artigo em que Benveniste propõe a distinção entre dois planos da enunciação, o *plano da história* e o *plano do discurso – modalidades de enunciação* que, segundo o linguista, organizam, sobretudo, a distribuição das formas verbais temporais no francês. Cumpre ressaltar, de antemão, que Ono (2007), em sua investigação sobre o emprego do termo *enunciação*, demonstra que essa acepção do termo é bastante geral, não se referindo nem a “uma frase específica nem a um ato de enunciar, mas a um conjunto de frases já feitas, observáveis” (ibid., p. 48, tradução nossa)⁶⁶, situando-se, assim, no nível do enunciado. Nesse recorte, o que está em questão são as formas verbais do aoristo e seu suposto desaparecimento. Benveniste argumenta que essa forma verbal mantém-se nas *narrativas históricas* e que “todo aquele que sabe escrever e

⁶⁶ “Ces premières acceptions d’énonciation sont assez générales: elles ne réfèrent ni à une phrase particulière ni à un acte d’énoncer, mais à ensemble de phrases déjà faites, observables.” (ONO, 2007, p. 48).

empregue a narrativa de acontecimentos passados” (BENVENISTE, 1959/2005, p. 269) emprega-a espontaneamente, de modo que tal fato comprova o não desaparecimento da forma. Benveniste observa, porém, que o aoristo está ausente da “língua falada, não faz parte dos tempos verbais próprios ao discurso”; nesse segmento, o linguista correlaciona *discurso* à *oralidade*. Entretanto, não se pode perder de vista que, a algumas páginas antes, o autor apresenta o *plano do discurso* como compreendendo tanto “a diversidade dos discursos **orais**” quanto a “massa dos **escritos**” (ibid., p. 267, grifos nossos) e o *plano da narrativa histórica* como relativo à escrita.

Cabe observar, então, que a distinção entre as modalidades de enunciação, a da história e a do discurso, não coincide com a distinção entre escrita e fala; ela se dá a partir do uso do aoristo, portanto, a partir de uma forma temporal: o aoristo está presente na narrativa histórica (escrita) e ausente no discurso (escrito e falado), porque é tempo do acontecimento fora da pessoa do narrador. Nesse sentido, também a categoria de pessoa é considerada para a distinção entre a narrativa histórica e o discurso.

Para sustentar as constatações relativas aos usos do aoristo, Benveniste ressalta que seria necessário, ainda, precisar estatisticamente tais usos, amparando-se em “amplos inventários de textos de toda sorte”. Chegamos, então, ao termo *texto*. Benveniste estabeleceu como fontes variadas de dados para o seu estudo – por isso, “textos de toda sorte” –, uma vez que, ao materializar os diversos usos da língua, os textos constituem-se em *inventários* desses usos. O linguista traz como exemplos de textos os livros, os jornais, as traduções e também as obras contemporâneas, de forma que entendemos que o termo *texto* está *em uso* nesse contexto, remetendo à modalidade escrita da língua – anteriormente, Benveniste já havia pontuado que “todo aquele que sabe escrever e emprega a narrativa de acontecimentos passados emprega espontaneamente o aoristo”, de modo que os exemplos referidos são, pois, materializados pela escrita. Há, ademais, uma ideia de generalidade implicada no uso do termo *texto*, posto que sintetiza esse conjunto de exemplos. Apesar de as ocorrências de *texto* remeterem a uma ideia de *produto*, nessas passagens o termo não está atrelado às questões teóricas enunciativas que Benveniste desenvolve, de modo que entendemos que *texto* não está revestido de valor teórico. Já o termo *discurso*, que também remete à ideia de produto, delinea-se como um termo teórico no interior da reflexão de Benveniste, sobretudo porque o linguista investiga o funcionamento das categorias enunciativas, especialmente de pessoa e de tempo, no interior do *discurso*, utilizando

metalinguisticamente tal termo. Assim, entendemos ser possível associar *discurso* a *texto*, relação que será investigada ainda neste capítulo (cf. 3.2).

EXCERTO 7

Uma (1) ocorrência do termo *texto*.

O procedimento inteiro da análise tende a delimitar os *elementos* através das relações que os unem. Essa análise consiste em duas operações que se comandam uma à outra e das quais todas as outras dependem: 1ª. a segmentação; 2ª. a substituição.

Seja qual for a extensão do **texto** considerado, é preciso, em primeiro lugar, segmentá-lo em porções cada vez mais reduzidas até os elementos não decomponíveis. Paralelamente, identificam-se esses elementos por meio das substituições que admitem. Chega-se, por exemplo, a segmentar fr. *raison*, “razão”, em [r] - [E] - [z] - [ô], em que se podem operar as seguintes substituições: [s] em vez de [r] (*saison*, “estação”); [a] em vez de [E] (*rasons*, “raspemos”); [y] em vez de [z] (*rayon*, “raio”); [e] em vez de [ô] (*raisin*, “uva”). Essas substituições podem ser arroladas: a classe dos substitutos possíveis de [r] em [rEzô] compreende [b], [s], [m], [t], [v]. Se aplicamos a cada um dos três outros elementos de [rEzô] o mesmo procedimento, erigimos um repertório de todas as substituições admissíveis, cada uma delas destacando por sua vez um segmento identificável em outros signos. Progressivamente, de um signo a outro, destaca-se a totalidade dos elementos e para cada um deles a totalidade das substituições possíveis. É esse, em resumo, o método de distribuição: consiste em definir cada elemento pelo conjunto do meio em que se apresenta, e por intermédio de uma relação dupla, relação do elemento com os outros elementos simultaneamente presentes na mesma porção do enunciado (relação sintagmática); relação do elemento com os outros elementos mutuamente substituíveis (relação paradigmática). (BENVENISTE, 1964/2005, p. 128, grifo itálico do autor; grifo negrito nosso).

O excerto 7 integra *Os níveis da análise linguística* (op.cit.), artigo em que Benveniste propõe critérios e estabelece métodos de análise para os fatos de linguagem, desenvolvendo detidamente a noção de nível e sua operacionalização nos procedimentos de análise. O trecho acima transcrito constitui o terceiro e o quarto parágrafos do artigo e apresenta as duas operações que delimitam os elementos: a segmentação e a substituição. Após apresentá-las, imediatamente Benveniste ressalta que tais operações independem da “extensão do texto considerado” e que esse, então, deve ser segmentado em “porções cada vez mais reduzidas”. O termo *texto* pode ser compreendido como a materialização do emprego da língua; a ideia de que essa materialidade possui uma “extensão”, uma medida que pode ser fragmentada em porções, reforça o seu aspecto de concretude, de algo realizado e observável.

Benveniste, então, ilustra as operações de segmentação e substituição a partir do signo *raison* (“razão”): segmenta-o em fonemas e, em seguida, substitui os fonemas por outros possíveis. Desse modo, levando em consideração que o texto não possui uma extensão delimitada, entendemos que *texto*, para Benveniste, pode ser um signo – como *raison*, anteriormente submetido aos procedimentos de análise. O linguista continua a explicar quantos aos procedimentos de análise: progressivamente, de signos em signos, opera-se, então, com uma “porção do enunciado”. Logo, a “porção do enunciado” refere-se a um

conjunto de signos, portanto, também *texto*. Os termos *enunciado* e *texto* parecem estabelecer, nesse contexto, uma relação de sinonímia.

Nessas passagens, o que se destaca, em primeiro lugar, é a ideia de extensão do *texto*: há segmentos menores e segmentos maiores, de forma que não há como delimitar a extensão de um texto; em segundo lugar, está em questão a definição de *texto* como objeto de análise. O texto estabelece-se, nesse sentido, como um *nível* de análise – proposição à qual retornaremos em 4.2.1; adiantamos que assim o consideramos a partir de sua associação com o termo *frase* – e, portanto, parece revestir-se de valor teórico.

EXCERTO 8

Duas (2) ocorrências do termo *texto*.

Atingimos assim, pelos processos descritos, os dois níveis inferiores da análise, o das entidades segmentáveis mínimas, os fonemas, o nível *fonemático*, e o dos traços distintivos, que propomos chamarem-se merismas (gr. *mérisma*, -atos, “delimitação, parte, pedaço”), o nível *merismático*.

Definimos empiricamente a sua relação segundo a sua posição mútua, como a de dois níveis sucessivamente atingidos, produzindo a combinação dos merismas o fonema ou decompondo-se o fonema em merismas. Qual é, porém, a condição *linguística* dessa relação? Encontrá-la-emos se levarmos mais longe a análise e, uma vez que não podemos mais descer, visando o nível superior. Precisamos então operar sobre porções mais longas de **textos** e procurar o modo de realizar as operações de segmentação e substituição quando não mais se trate de obter as menores unidades possíveis, mas unidades mais extensas.

Suponhamos que numa cadeia ingl. [li:vinoiŋz] “leaving things (as they are)” tenhamos identificado em diferentes posições as três unidades fonemáticas [i], [ø], [ŋ]. Tentamos ver se essas unidades nos permitem delimitar uma unidade superior que as conteria. Procedendo por exaustão lógica, encaramos as seis combinações possíveis dessas três unidades: [iøŋ], [iŋø], [øiŋ], [øŋi], [ŋiø], [ŋøi]. Vemos então que duas dessas combinações estão efetivamente presentes na cadeia, mas realizadas de tal maneira que têm dois fonemas em comum, e que devemos escolher uma e excluir a outra: em [li:vinoiŋz] será ou bem [ŋøi], ou bem [øiŋ]. A resposta não deixa dúvida: rejeitaremos [ŋøi] e elegeremos [øiŋ] na ordem de nova unidade /øiŋ/. De onde vem a autoridade dessa decisão? Da condição linguística do *sentido* ao qual deve satisfazer a delimitação da nova unidade de nível superior: [øiŋ] tem um sentido, [ŋøi] não tem. A isso se acrescenta o critério distribucional que obtemos num ponto ou noutra da análise na presente fase, quando recai sobre um número suficiente de **textos** extensos: [ŋ] não se admite em posição inicial e a sequência [ŋø] é impossível, enquanto [ŋ] faz parte da classe dos fonemas finais e [øi] e [iŋ] se admitem igualmente. (BENVENISTE, 1964/2005, p. 129-130, grifo itálico do autor; grifo negrito nosso).

Neste excerto, que também faz parte de *Os níveis da análise linguística* (op.cit.), o linguista dá continuidade à proposição do método de análise linguística, brevemente discutido quando da análise do excerto 7. Uma vez atingidos os níveis inferiores de análise – o fonemático e o merismático –, Benveniste afirma ser necessário visar aos níveis superiores, buscando obter “unidades mais extensas”, ou seja, unidades de tamanho superior às merismáticas e às fonemáticas. Para isso, afirma que é preciso “operar sobre porções mais longas de textos”, pois até então havia operado com signos – lembremo-nos de o exemplo analisado, no excerto 7, é um signo, *raison*. Novamente, o que está em relevo quando do uso

do termo *texto* é ideia de extensão articulada à concepção de algo realizado, concreto, passível de ser decomposto. O exemplo para apresentar os procedimentos de segmentação e de substituição nas “porções mais longas de textos” é a cadeia em inglês “leaving things (as they are)”. Após segmentá-la nas unidades fonemáticas, Benveniste combina-as e conclui que o critério que permite eleger uma nova unidade em um nível superior é o sentido. Além disso, o linguista observa que há também o critério distribucional, o qual pode ser constatado a partir da análise de “um número suficiente de textos extensos”. Os *textos* são, pois, a materialidade empírica necessária à análise; nessa fase, Benveniste ressalta que se deve operar com *textos extensos* – que entendemos ser materializações ou do tamanho da cadeia exemplificada ou superiores a ela – e em número suficiente. Nesse caso, trata-se de propor critérios gerais provenientes da observação de diversos usos da língua.

As duas ocorrências do termo *texto*, neste excerto, estão revestidas de valor teórico, uma vez que *texto* é entendido como uma realização concreta de extensão não delimitada e, como materialidade, possível de ser submetida à decomposição em porções, configurando-se como objeto de análise enunciativa.

EXCERTO 9

Uma (1) ocorrência do termo *texto*.

Podemos propor uma primeira definição, dizendo que os enunciados performativos são enunciados nos quais um verbo declarativo-jussivo na primeira pessoa do presente se constrói com um *dictum*. Assim, *j'ordonne* (ou *je commande*, *je décrète*, etc.) *que la population soit mobilisée* [“ordeno ou decido, decreto etc. que a população seja mobilizada”] em que o *dictum* é representado por *la population soit mobilisée*. Trata-se, realmente, de um *dictum*, uma vez que a enunciação expressa é indispensável para que o **texto** tenha qualidade de performativo.

Outra modalidade desses enunciados é apresentada pela construção do verbo com um complemento direto e um termo predicativo: *Je le proclame élu* [“proclamo-o eleito”]. – *Nous vous déclarons coupable* [“nós o declaramos culpado”]. [...].

Essa primeira delimitação já permite excluir enunciados como: *Je sais que Pierre est arrivé*. – *Je vois que la maison est fermée*. [“Sei que Pedro chegou. – Vejo que a casa está fechada.”]. De fato: 1º, *savoir*, *voir* não são verbos de categoria performativa, como adiante indicaremos; 2º, as proposições – *Pierre est arrivé* e *la maison est fermée* – não enunciam um *dictum*, mas um *factum*; 3º, o enunciado interior no seu emprego efetivo não cumpre nenhuma função performativa. (BENVENISTE, 1963a/2005, p. 300, grifo itálico do autor, grifo negrito nosso).

Este trecho faz parte de *A filosofia analítica e a linguagem* (op.cit.), artigo em que Benveniste reflete sobre a questão da performatividade na linguagem, retomando o ponto de vista de Austin para problematizá-lo e contrastá-lo ao seu. Benveniste, após questionar alguns dos exemplos de enunciados performativos apresentados pelo filósofo, propõe uma primeira definição para esse tipo de enunciado: o enunciado performativo é construído com um verbo

declarativo-jussivo somado a um *dictum*. O *dictum* (por exemplo, “que a população seja mobilizada”) distingue-se do *factum* (por exemplo, “a casa está aberta”) e, segundo Benveniste, proposições que enunciam um *factum* não são performativas; dessa forma, considerando que o *dictum* é essencial para o enunciado ser performativo, entendemos que, quando o linguista afirma que “a enunciação expressa é indispensável para que o texto tenha qualidade de performativo”, são colocados em relação *dictum* e *enunciação expressa*. O sentido de *enunciação* em “enunciação expressa” não remete ao ato de produzir um enunciado, mas ao próprio enunciado; o que é expresso, isto é, o que é dito é indispensável para o *texto* ter performatividade. Nesse sentido, *texto* e *enunciado* estão correlacionados; o termo *texto* conserva o valor do termo *enunciado* e poderia, inclusive, ser substituído por este. Portanto, entendemos que *texto* encerra um valor teórico, porque ligado a enunciado, objeto de análise sobre o qual Benveniste debruça-se a fim de esmiuçar o funcionamento enunciativo-performativo.

EXCERTO 10

Uma (1) ocorrência do termo *texto*.

Específico, o tempo linguístico o é ainda de uma outra maneira. Ele comporta suas próprias divisões em sua própria ordem, esta e aquelas independentes das do tempo crônico. Aquele que diz “agora, hoje, neste momento” localiza um acontecimento como simultâneo a seu discurso: seu “hoje” pronunciado é necessário e suficiente para que o parceiro o ligue na mesma representação. Mas, separemos “hoje” do discurso que o contém, coloquemo-lo em um **texto** escrito: “hoje” não é mais então o signo do presente linguístico pois que ele não é mais falado e percebido, e ele não pode mais enviar o leitor a algum dia do tempo crônico, pois que não se identifica com nenhuma data; ele pode ter sido proferido em qualquer dia do calendário e se aplicará indiferentemente a todo dia. (BENVENISTE, 1965a/2006, p. 78, grifo negro nosso).

O artigo *A linguagem e a experiência humana* (op.cit.) é a fonte deste excerto, em que Benveniste dedica-se a explorar, especialmente, o funcionamento enunciativo da temporalidade no discurso, este entendido como falado, e no texto escrito. Afirma Benveniste que o locutor, ao *dizer* ou *pronunciar* “agora, hoje, neste momento”, situa o acontecimento simultaneamente ao seu discurso. Quando Benveniste propõe considerar tais expressões em um “texto escrito” – “separemos ‘hoje’ do discurso que o contém, coloquemo-lo em um texto escrito” –, evidencia-se que discurso, para o linguista, é o produto da enunciação falada. Isso se reforça na sequência, quando afirma que o signo não é mais “falado e percebido” no presente, o que é característico do texto falado. Ao sinalizar as especificidades da temporalidade quando considerada em relação à enunciação, Benveniste autoriza a derivar a distinção entre o *discurso* como produto da enunciação falada e o *texto* como produto da

enunciação escrita – relações que serão retomadas no capítulo 4 –, ambos os termos comparecendo nas reflexões enunciativas que o linguista desenvolve.

No excerto em questão, entendemos que, quando o linguista utiliza o termo *texto*, não está apenas fazendo referência à materialidade, produto da enunciação; o linguista volta-se para esse objeto para descrever o que nele evidencia os efeitos e as marcas do processo de enunciação. O uso do termo é, portanto, metalinguístico, reveste-se de valor teórico na reflexão desenvolvida.

EXCERTO 11

Uma (1) ocorrência do termo *texto*.

3. Opomo-nos expressamente a Pichon e Damourette, *op. cit.*, p. 253, § 2311, que consideram que “em muitos domínios, há coocorrência possível de expressão entre uma e outra ordem de pronomes pessoais.” Que provas oferecem para esta surpreendente afirmação? Pode-se encontrá-las no §2312, onde reconhecem, de início, que “o embasamento se exprime certamente de maneira mais natural pelos aglutinativos”, isto é, pela série *je, tu ...*, ex. “*Il fut captif...; je ne vous contrains pas...*”, mas eles acrescentam “o embasamento pode também ser expresso por meio dos pronomes independentes; ex. “*Valentin nous avait invites à dîner, et moi emmenais, naturellement, Pollet et sa femme.*” – “*Moi, qui suis l’affaire e la connais bien, AI tous les éléments por lui en parler.*” – “*Tu as bien fait, mon garçon, dit M. de Coëtquidan, avec un cynisme dont lui et son neveu restèrent inconscients.*” Estes os três exemplos que devem comprovar a concorrência que Pichon e Damourette creem observar entre as duas ordens de pronomes. O primeiro, exemplo da oralidade, enunciado por uma pessoa de que nem a origem (provinciano?) nem o grau de cultura são indicados: pode-se afirmar que “*mois emmenais*” nunca se ouve; trata-se de equívoco fortuito ou de um desvio individual. No segundo exemplo, também oral, “*moi, qui suis l’affaire et qui la connais, ai*”, há ao contrário omissão de *je* antes de *ai* por despreocupação com regras do bem dizer e falsa analogia de construção em que o relativo é separado do verbo, por exemplo: “*moi qui, depuis longtemps, avais prévu ce qui est arrivé...*”. Isto nada prova; a melhor contraprova mostrará que, automaticamente, todos os informantes recolocam *je* antes do verbo: “*moi qui connais l’affaire, j’ai tous les éléments...*”. Enfim, o terceiro exemplo, desta vez tomado a um **texto** escrito (Montherlant), mostra ao contrário um emprego em que a coocorrência é impossível: “*lui et son neveu*” é a única maneira de se exprimir. Trata-se, de resto, da 3ª pessoa, cujo comportamento sintético é distinto como se verá. Pode-se concluir que inexistente coocorrência entre as duas séries pronominais. (BENVENISTE, 1965b/2006, p. 202, grifo nosso).

Este excerto consiste na nota de rodapé número 3 do artigo *O antônimo e o pronome em francês moderno* (op.cit.). Benveniste, neste artigo, busca descrever as condições e as relações de emprego das duas séries pronominais, a dos antônimos e a dos pronomes, no francês moderno. Isso porque o linguista afirma que o estatuto de cada uma das séries ainda não foi claramente definido, de forma que a definição mais largamente utilizada é a proposta por Pichon e Damourette, que opõem *je* como “pessoa fraca” a *moi* como “pessoa forte”. Segundo Benveniste, a distinção proposta por esses autores seria admissível se houvesse livre escolha no uso de *je* e *moi*, o que não ocorre. Nesse contexto está inserida a nota de rodapé que constitui o excerto 11: nessa nota, Benveniste explica que se opõe a esses autores e questiona os exemplos trazidos por Pichon e Damourette. Os dois primeiros exemplos,

segundo Benveniste, são tomados da *oralidade/do oral*: nesses exemplos, o linguista argumenta que o emprego de *moi* por *je* pode ser “equivoco fortuito” ou “desvio individual”, e que a omissão de *je* antes do verbo revela “despreocupação com regras do bem dizer e falsa analogia de construção em que o relativo é separado do verbo”. Interessante observar que as ideias de *equivoco*, de *desvio*, de *despreocupação* são postas em relevo em relação à *oralidade*, revelando certa *informalidade*, mas não em relação à escrita, em que parece haver uma maior imposição das regras da língua. Isso porque, no terceiro exemplo apresentado, o emprego dos pronomes (“*lui et son neveu*”) está *correto* e é tomado de um “texto escrito” de autoria de Montherlant. Nesse contexto, o emprego do termo *texto*, adjetivado de *escrito*, contrasta com a *oralidade*, distinguindo a natureza dos dados tomados para análise.

Apesar de estarem presentes, neste artigo, elementos do constructo enunciativo – como a noção de “língua atualizada em discurso” (BENVENISTE, 1965b/2006, 205), de “instância de discurso” (ibid., p. 204), de referência (ibid., p. 204; 205), de categoria de pessoa e não-pessoa – e de Benveniste investigar o funcionamento dos pronomes e dos antônimos de 1ª, 2ª e 3ª pessoas – concluindo que o paradigma das formas de 3ª funcionam de modo distinto dos de 1ª e 2ª – o emprego de *texto* não está relacionado a esse constructo: ele é utilizado unicamente para fazer referência ao exemplo dado por Pichon e Damourette. Dessa forma, o termo *texto*, sendo *usado* pelo linguista, reveste-se de valor não teórico, pois remete unicamente à materialidade tomada como fonte de exemplo, podendo, inclusive, ser substituído por outras palavras, como obra, por exemplo.

EXCERTO 12

Sete (7) ocorrências do termo *texto*.

P.D. – *Quer dizer que a linguística comparativa continua a desenvolver-se ainda hoje.*

E.B. – Muito largamente, ela tem tido grandes avanços, enfim voltaremos a isto. [...] Evidentemente, esta que nós praticamos hoje não se parece de forma nenhuma com a mesma disciplina com a fisionomia que ela tinha há trinta ou cinquenta anos.

Eis, então, como se definia o essencial do trabalho linguístico na época [da linguística comparativa]. Havia também uma linguística geral, mas ela transpunha em traços gerais as características extraídas pelos métodos comparativos. Os dados linguísticos eram os que se recolhiam nos **textos**. Ora, como estes **textos** são, na maior parte, considero o domínio do indo-europeu, **textos** muito antigos, **textos** homéricos, **textos** védicos – e hoje, vocês sabem a nova dimensão que se acrescenta com os **textos** micenianos que recuam no mínimo de meio milênio a proto-história do Grego – seria necessário interpretá-los na sua realidade de **textos** antigos, em relação a uma cultura que não conhecemos mais. O que faz com que o aspecto filológico-histórico tivesse um lugar considerável nesse estudo. (BENVENISTE, 1968a/2006, p. 13, grifo negrito nosso).

Este excerto faz parte de *Estruturalismo e linguística* (op.cit.), entrevista realizada por Pierre Daix com Émile Benveniste. No início da entrevista, Pierre Daix pergunta a Benveniste

o que, para ele, caracteriza a evolução e as transformações da Linguística. A resposta de Benveniste leva a Saussure e à linguística comparativa; mais adiante, o entrevistador questiona se tal linguística ainda continua a desenvolver-se, ao que é respondido afirmativamente por Benveniste: eis o excerto 12. Em sua resposta, Benveniste exemplifica tipos de trabalhos realizados no âmbito dessa linguística e aponta, também, que há trabalhos de Linguística Geral – apesar de esta transpor “em traços gerais as características extraídas pelos métodos comparativos”. Benveniste exemplifica o método à época: os textos forneciam dados linguísticos para os estudos; esses textos, no domínio do indo-europeu, eram produções antigas (textos homéricos, textos védicos, textos micenianos) e, como tais, exigiam a consideração do aspecto filológico-histórico para sua interpretação e seu estudo. Todas as ocorrências de *texto*, nesse excerto, remetem à escrita. Na primeira ocorrência, *texto* remete às produções linguísticas em geral, isto é, às materialidades que forneciam dados para os estudos linguísticos. Essa noção é a que se mantém nas duas próximas ocorrências: “estes textos” retoma anaforicamente a noção veiculada anteriormente e “textos muito antigos”, além de retomá-la, a ela acrescenta uma caracterização. As três ocorrências seguintes tomam o *texto* como conjunto específico de usos da língua: textos homéricos, relativos aos usos do poeta grego Homero; textos védicos, produzidos pelo povo ariano na Índia; e textos micenianos, referentes aos da antiga região de Micenas, na Grécia. A última ocorrência, por sua vez, recupera a noção de usos gerais da língua, que engloba esses usos singulares de cada povo, região ou escritor. Esses “textos antigos” devem ser interpretados em tal realidade e “em relação a uma cultura que não conhecemos mais”.

A análise dessas sete ocorrências de *texto* leva-nos a concluir que o termo está *em uso* e é aqui empregado em sentido descritivo, ou seja, não teórico – sobretudo porque não se vincula a elementos do constructo teórico enunciativo que o linguista desenvolve.

[segue próxima página]

EXCERTO 13

Uma (1) ocorrência do termo *texto*.

P.D. – *Há pouco, o senhor dizia que Chomsky rompeu com essa corrente de pesquisa.* [a estruturalista]

E.B. – Exato, ele considera a língua como produção, e isto é algo bem diferente. Um estruturalista tem primeiro necessidade de constituir um corpus. Mesmo quando se trata da língua que o senhor e eu falamos, é preciso primeiro gravá-la, transcrevê-la. Decidimos que ela é representada por tal ou tal livro, por 200 páginas de **texto** que serão convertidos em material, classificadas, analisadas, etc. É preciso partir dos dados. Enquanto que em Chomsky é exatamente o contrário, ele parte da fala como produto. Ora, como se produz a língua? Não se reproduz nada. Tem-se aparentemente um certo número de modelos. Ora, todo homem inventa sua língua e a inventa durante toda sua vida. E todos os homens inventam sua própria língua a cada instante e cada um de uma maneira distintiva, e a cada vez de uma maneira nova. Dizer bom dia todos os dias da vida a alguém é cada vez uma reinvenção. Com muito mais razão, quando se trata de frases, não são mais os elementos constitutivos que contam, é a organização do conjunto completo, o arranjo original, então, cujo modelo não pode ter sido dado diretamente, que o indivíduo fabrica. (BENVENISTE, 1968a/2006, p. 18-19, grifo nosso).

Este recorte é também proveniente de uma das respostas de Émile Benveniste a Pierre Daix na entrevista organizada sob o título de *Estruturalismo e linguística* (op.cit.). Daix retoma uma das respostas anteriores de Benveniste comentando: “Há pouco, o senhor dizia que Chomsky rompeu com esta corrente de pesquisa” (ibid., p. 18). E Benveniste continua, explicando o método de Chomsky e o método estruturalista. Diz Benveniste que o estruturalista tem necessidade de, primeiramente, constituir um *corpus*. Esse *corpus*, segundo o linguista, pode ser falado – mas, embora se trate da língua falada, há a necessidade de “gravá-la” e de “transcrevê-la”, conforme aponta –, ou pode ser escrito, composto por “tal ou tal livro, por 200 páginas de texto”. Com efeito, o linguista irá operar sobre *corpora* que, ao final, serão de natureza escrita. Vemos, novamente, a preocupação do linguista com a fala e com a escrita, fato que comparece, nesse excerto, a partir dos *dados*, como a própria fala, os livros, os textos. Ora, temos, no segmento em destaque, lado a lado, as palavras *livro* e *texto*, o que indica que este é tomado como um conjunto material de registros de usos da língua, isto é, dados, e que, além disso, sob o aspecto dimensional, parece ser inferior à *obra*, configurando-se como conteúdo dela. O que se enfatiza, de fato, é a sua concretude, sua dimensão e a sua realização escrita, de forma que o termo *texto* está *em uso* neste segmento, logo, empregado não teoricamente.

Ao final do excerto, destacamos que Benveniste reflete acerca da língua quando da atualização em *frases*. Afirma ele que “quando se trata de frases, não são mais os elementos constitutivos que contam, é a organização do conjunto completo, o arranjo original, então, [...] que o indivíduo fabrica.” Ora, não seriam as *obras* e os *textos* tais quais *frases*? As relações entre essas palavras, especialmente entre *frase* e *texto*, serão exploradas ainda neste capítulo

(3.2). *Frase*, no contexto da teoria enunciativa, pode ser entendida ora como unidade do discurso, ora como o próprio discurso (cf. 3.2) e, neste sentido, pensamos ser possível aproximá-la de *texto*, na medida em que ambos fazem remissão ao produto da enunciação.

EXCERTO 14

Uma (1) ocorrência do termo *texto*.

[...] A apropriação da linguagem pelo homem é a apropriação da linguagem pelo conjunto de dados que se considera que ela traduz, a apropriação da língua por todas as conquistas intelectuais que o manejo da língua permite. É algo de fundamental: o processo dinâmico da língua, que permite inventar novos conceitos e por conseguinte refazer a língua, sobre ela mesma de algum modo. Muito bem! tudo isso é o domínio do “sentido”. E mais, há as classes elementares de sentido, as distinções que a língua registra ou não, as distinções de cor, por exemplo, para tomar um caso clássico. Não há duas línguas que organizem as cores da mesma maneira. Seriam os olhos diferentes? Não, é a língua que é diferente. Consequentemente certas cores não têm “sentido”, outras, ao contrário, têm muito, e assim por diante. Aqui, ainda por cima, sou tentado; é isto que procuro neste momento elaborar, a introduzir distinções. Refletimos com a noção do sentido como com uma noção coerente, operando unicamente no interior da língua. Coloco que de fato há dois domínios ou duas modalidades de sentido, que distingo respectivamente como semiótico e semântico. O signo saussureano é na verdade a unidade semiótica, quer dizer, a unidade dotada de sentido. É reconhecido o que tem sentido; todas as palavras que são encontradas num **texto** francês, para quem domina esta língua, têm um sentido. Mas importa pouco que se saiba qual é este sentido e não se está preocupado com isso. O nível semiótico é isto: ser reconhecido como tendo ou não um sentido. Isto se define por sim, não. (BENVENISTE, 1968a/2006, p. 21, grifo negro nosso).

Este é também um recorte da entrevista *Estruturalismo e Linguística* (op.cit.). Benveniste dá continuidade aos comentários à pergunta de Daix sobre a semiologia antevista por Saussure. Benveniste, refletindo sobre o sentido, expõe, brevemente, a distinção que propõe em torno dos dois domínios do sentido: o semiótico e o semântico. Quanto ao semiótico, explica que nesse modo há de se reconhecer se uma unidade possui sentido ou não, não importando saber qual é esse sentido. Afirma Benveniste que “é reconhecido o que tem sentido; todas as palavras que são encontradas num texto francês, para quem domina esta língua, têm um sentido”. O uso do termo *texto* remete para a materialidade linguística, isto é, para os usos da língua francesa apresentados de forma concreta, observável e analisável. O emprego de *texto*, nesse segmento, portanto, é não teórico; o termo poderia, inclusive, ser substituído por outros, tal como obra.

EXCERTO 15

Duas (2) ocorrências do termo *texto*.

G.D. – *Em que a linguística se distingue das antigas ciências da linguagem, como, por exemplo, a gramática, a filologia ou a fonética?*

E.B. – A linguística pretende englobar tudo isto e o transcender. Tudo o que diz respeito à linguagem é objeto da linguística. Algumas das disciplinas das quais o senhor fala, a filologia em particular, só se ocupa do teor dos **textos**, de sua transmissão através dos tempos, etc. A linguística se ocupa do fenômeno que constitui a linguagem e, naturalmente, sem negligenciar a parte da linguagem que se transforma em escrita. As preocupações dos filólogos não são as do linguista, ainda que deem a este uma ajuda indispensável, em particular quando se trata de interpretar **textos** de línguas desaparecidas, porque o linguista tem necessidade de conhecer o maior número possível de línguas para definir a linguagem. Esta é uma das direções nas quais se engaja a linguística [...]. (BENVENISTE, 1968b/2006, p. 29-30, grifo negro nosso).

Este recorte integra a entrevista *Esta linguagem que faz a história* (op.cit.), realizada por Guy Dumur com Émile Benveniste. Para responder ao questionamento de Dumur – “em que a linguística se distingue das antigas ciências da linguagem” –, Benveniste compara a Linguística à filologia. Explica o autor que a filologia ocupa-se do “teor dos textos, de sua transmissão através dos tempos” e que, inclusive, esse tipo de estudo auxilia os linguistas quando estes necessitam “interpretar textos de línguas desaparecidas”. Na primeira ocorrência do termo, *texto* remete ao uso escrito da língua de um modo geral. Ao apontar que as preocupações dos filólogos e dos linguistas são diferentes, Benveniste reitera que aqueles podem ajudar estes especialmente “quando se trata de interpretar textos antigos”. Nessa segunda ocorrência, *texto* remete ao conjunto dos usos escritos específicos de línguas que não existem mais e que estão conservadas documentalmente por escrito.

Desse modo, enfatiza-se o aspecto material e observável do *texto*, de maneira que o termo, em ambas as ocorrências, está *em uso*, logo seu emprego é não teórico. Ressaltamos que Benveniste destaca que a linguística, apesar de não se voltar especificamente ao *texto* na condição de objeto tal qual a filologia, não negligencia “a parte da linguagem que se transforma em escrita”, ou seja, a linguística não negligencia os textos: “tudo o que diz respeito à linguagem é objeto da linguística”.

EXCERTO 16

Quatro (4) ocorrências do termo *texto*.

G.D. – *A linguística é uma ciência recente mas ela tem uma história, um começo.*

E.B. – De fato, a linguística teve vários começos. Ela recomeçou e se reengendrou a si mesma várias vezes – não sem dar cada vez antecedentes. De modo absoluto, para nós ocidentais, a linguística nasceu na Grécia, quando os filósofos mais antigos, contemporâneos do despertar filosófico, começaram a refletir sobre o instrumento da reflexão e conseqüentemente sobre o espírito e a linguagem. Houve um segundo começo na Idade Média, quando, através das categorias aristotélicas, se recomeça a definir os fundamentos da linguagem.

Hoje, descobre-se um outro começo, fora e bem longe do mundo clássico, é a teoria indiana de Panini. Temos aí algo de extraordinário, uma descrição linguística puramente formal que data, segundo a estimativa mais prudente, do século IV antes de nossa era. Panini, este gramático indiano, tomou a língua sânscrita como objeto. Não tem nenhuma palavra de especulação filosófica, mas somente uma análise formal dos elementos constitutivos da língua (palavras, frases, relações entre frases, etc.). Este **texto** é extremamente pesado, de uma densidade inacreditável (quando se o traduz, são necessárias dez palavras de glosa para uma palavra de **texto**), mas esta concisão é desejada porque era um conjunto de fórmulas para memorizar destinado a um ensinamento oral que mestres se transmitiam e que eles enriqueciam com comentários. Este **texto** é conhecido no Ocidente a partir da metade do século XIX, quando se começou a interpretá-lo, e hoje se está novamente interessado nele. Insisto muito nisso porque já se encontra aí o ancestral das pesquisas científicas de hoje. Isto é verdade especialmente para a escola estruturalista americana que queria descartar o “mentalismo” (que introduziu, no estudo da linguagem, noções psicológicas), para se restringir ao registro e à análise formal de um corpus de **textos**. Tratava-se, dissociando as unidades da linguagem, de encontrar os elementos de uma estrutura e de os descrever no seu agenciamento: constituição vocálica e consonântica das formas, distribuição estatística desses elementos, natureza das sílabas, extensão das palavras, análise destes elementos, análise dos tons no caso do chinês, da acentuação no caso de uma língua que comporta acentos, etc. Eis o que é o estudo da língua como sistema formal. (BENVENISTE, 1968b/2006, p. 30-31, grifo negro nosso).

A entrevista *Esta linguagem que faz a história* (op.cit.) fornece mais um excerto em que se destacam quatro ocorrências do termo *texto*. Questionado por Dumur acerca da história e do começo da Linguística, Benveniste afirma que esta teve vários começos, sendo um deles impulsionado pela teoria indiana de Panini. Benveniste informa que Panini produziu uma “descrição linguística puramente formal que data [...] do século IV antes de nossa era.”. Afirma Benveniste que “este texto é extremamente pesado, de uma densidade inacreditável” e que, por isso, “são necessárias dez palavras de glosa para uma palavra de texto”. No que se refere ao emprego do termo *texto*, a primeira ocorrência remete à obra em que Panini desenvolve sua teoria e, comentando-a, coloca em relevo a ideia de *extensão*; seu emprego é não teórico, portanto. Na segunda ocorrência, *texto* diz respeito à forma escrita da língua, ou seja, são necessárias dez palavras de glosa para cada palavra escrita; aqui, também, temos a utilização não teórica do termo *texto*. Na sequência, Benveniste informa que “este texto é conhecido no Ocidente a partir da metade do século XIX, quando se começou a interpretá-lo, e hoje se está novamente interessado nele.” E, mais uma vez, tem-se em foco, por meio do termo *texto*, o referente posto anteriormente, a saber, a obra em que Panini desenvolve sua

teoria. Essa obra, segundo Benveniste, funciona como uma espécie de “ancestral das pesquisas científicas de hoje”, em especial para os estruturalistas americanos, os quais almejavam restringir-se “ao registro e à análise formal de um corpus de textos.” Essa utilização do termo *texto*, quarta e última neste excerto, faz referência aos registros de usos da língua, registros que são submetidos a análises, na forma como Benveniste descreve ao final do excerto: dissociar as unidades, identificar os elementos e descrevê-los em seu agenciamento. O que está em jogo nessa ocorrência de *texto* é noção de *corpus*, de uso de língua que é observável, de modo que o termo reveste-se de valor não teórico.

EXCERTO 17

Uma (1) ocorrência do termo *texto*.

G.D. – *Entre os começos, e para nos atermos à cronologia, voltemos a Saussure.*

E.B. – [...]

Saussure reagiu contra a consideração histórica que prevalecia em linguística quando ele escrevia. Certamente, nós seguimos, por exemplo, a história dos Franceses, durante um certo número de séculos, graças aos **textos** que foram consignados por escrito; podemos, pois, acompanhar o curso do que chamamos uma história, um desenrolar de acontecimentos no tempo, mas a linguagem, no seu funcionamento, não conhece nenhuma referência histórica: tudo o que dizemos está compreendido num contexto atual e no interior de discursos que são sempre sincrônicos. (BENVENISTE, 1968b/2006, p. 32, grifo negro nosso).

A entrevista *Esta linguagem que faz a história* (op.cit.) é a fonte deste excerto, que consiste em um recorte da resposta de Benveniste a um comentário de Dumur, formulado na continuidade da pergunta sobre a história e sobre o começo da Linguística, algumas páginas antes. Em sua resposta, Benveniste enfatiza a reação de Saussure às considerações históricas no estudo da língua. Benveniste observa que a história, tal como a história do povo francês, pode ser apreendida por meio de “textos que foram consignados por escrito”. Ora, são esses documentos materiais, concretos, que fornecem, através da língua escrita, o testemunho dos acontecimentos que criam o que se chama história. Mas observa Benveniste que “a linguagem, no seu funcionamento, não conhece nenhuma referência histórica: tudo o que dizemos está compreendido num contexto atual e no interior de discursos que são sempre sincrônicos”. Neste segmento, parece-nos que Benveniste esboça uma distinção entre o *texto escrito* e o *discurso*, no que se refere à *temporalidade* de ambos: afirma Benveniste que “tudo o que dizemos está compreendido num **contexto atual** e no interior de **discursos** que **são sempre sincrônicos**” (grifos nossos); ao texto escrito Benveniste não relaciona esse estado de sincronia, justamente pelo fato de que, uma vez escrito, pode ser lido a qualquer tempo e em qualquer contexto – o que possibilita, inclusive, que ele seja tomado como testemunho da história de um povo. Mas não devemos esquecer que o linguista alerta para o fato de que o

funcionamento da linguagem independe do curso da história. Assim, embora novamente se perceba uma possível distinção entre *texto-escrita* e *discurso-fala*, o termo *texto* está sendo usado e não mencionado metalinguisticamente, de modo que, dizendo respeito aos registros escritos da língua que fornecem, pois, o testemunho do curso da história, pode ser entendido como revestido de valor não teórico.

EXCERTO 18

Duas (2) ocorrências do termo *texto*.

G.D. – *O senhor pode dar-nos um exemplo?*

E.B. – A língua da gramática, que descreve o uso das formas da língua, é uma metalinguagem: falar de substantivo, de advérbio, de vogal, de consoante, é falar de metalinguagem. Todo o vocabulário da metalinguagem só encontra aplicação na língua. Esta metalinguagem pode estar por sua vez descrita em uma língua “formalizada” em símbolos lógicos, colocando as relações de implicação entre ela ou tal categoria linguística. Por exemplo, no verbo francês a pessoa é implicada: não se pode empregar uma forma verbal (salvo o infinitivo) que não comporte referência à pessoa. É o caso do francês mas não necessariamente de todas as línguas.

Isto já dá dois níveis. Pode-se, com um espírito mais voltado para a simbolização matemática, atingir um outro nível de abstração. Enquanto que as línguas das sociedades arcaicas, o que se conhece delas, são **textos**, transmitidos oralmente, lendas ou mitos, são **textos** tradicionais, não simples narrações. Rituais que servem para fazer chover, crescer as plantas. Neste sentido, se está muito mais perto da realidade vivida, da experiência. Deste ponto de vista, as análises dos etnógrafos podem ser muito esclarecedoras. (BENVENISTE, 1968b/2006, p. 36, grifo negro nosso).

Ainda na entrevista *Esta linguagem que faz a história* (op.cit.), Dumur pergunta a Benveniste, a propósito das línguas diversas das indo-europeias, o que um antropólogo como Lévi-Strauss poderia dar à Linguística e Benveniste responde-lhe que “é sempre útil ver como um etnólogo conceptualiza as categorias sociais pois, nestas línguas, estamos muito mais próximos da representação social do que nas nossas línguas” (ibid., p. 35). Segundo Benveniste, nas nossas sociedades há um “afastamento entre a língua e os objetos que ela descreve”, inclusive construindo-se, para tanto, metalínguas. O exemplo dado por Benveniste, na sequência, é a metalinguagem gramatical: eis o excerto 18.

Voltemo-nos às ocorrências de *texto*: segundo Benveniste, o que conhecemos das sociedades arcaicas são *textos* que foram “transmitidos oralmente”, os quais Benveniste exemplifica com “lendas ou mitos”, que, segundo ele, são “textos tradicionais, não simples narrações” – estas, por sua vez, podem ser entendidas como quaisquer relatos. Isso porque esses textos tradicionais consistem em rituais que servem para “fazer chover, crescer as plantas” e, desse modo, estão “muito mais perto da realidade vivida, da experiência.” Considerando esses segmentos, parece-nos, que as duas ocorrências de *texto* neste recorte não possuem valor teórico, pois se referem aos usos orais da língua – é Benveniste quem salienta que se trata de textos “transmitidos oralmente” –, tais como as lendas e mitos que, na

proximidade com a experiência vivida, constroem e testemunham a história de uma sociedade.

EXCERTO 19

Uma (1) ocorrência do termo *texto*.

25. A possibilidade de estender as categorias semiológicas às técnicas da imagem, e particularmente ao cinema é debatida de uma maneira instrutiva por Chr.Metz, *Essais sur la signification au cinéma* (Paris, 1968), p.66 ss.; 84 ss., 95 ss. – J.L.Scheffer, *Scénographie d'un tableau* (Paris, 1969), inaugura uma “leitura” semiológica da obra pintada e propõe uma análise análoga àquela de um “**texto**”. Estas pesquisas mostram desde já o despertar de uma reflexão original sobre os campos e as categorias da semiologia não-linguística. (BENVENISTE, 1969/2006, p. 61, grifo itálico do autor, grifo negrito nosso).

Este trecho consiste na nota de rodapé número 25, integrante do artigo *Semiologia da língua* (op.cit.). A chamada para essa nota dá-se quando Benveniste discute que se faz possível “assimilar a execução de uma composição musical à produção de um enunciado de língua” e que também se pode buscar nas artes figurativas “os princípios de uma morfologia e de uma sintaxe ²⁵.” (ibid., p. 61, grifo nosso). Eis a chamada para a nota. A nota de rodapé remete, então, a uma obra de Chr.Metz, em relação aos estudos semiológicos no âmbito do cinema, e a uma obra de J.L.Scheffer, em relação aos estudos semiológicos no âmbito da pintura. Quanto a este, Benveniste ressalta que “inaugura uma ‘leitura’ semiológica da obra pintada e propõe uma análise análoga àquela de um ‘texto’”. O termo *texto* marca, aqui, a oposição entre o linguístico, na medida em que se refere à língua em uso, seja falada, seja escrita, e o não-linguístico, representado pela “obra pintada”. A ideia de “análise análoga àquela de um ‘texto’” remete à ideia de que é possível, a partir de categorias de análise, investigar a organização e apreender os sentidos da obra pintada, tal qual do texto. Levando em conta o segmento em questão, entendemos que o emprego de *texto* é não teórico, pois o linguista usa o termo para remeter à ideia de uso da língua, de materialização linguística.

EXCERTO 20

Uma (1) ocorrência do termo *texto*.

Em conclusão, é necessário ultrapassar a noção saussuriana do signo como princípio único, do qual dependeria simultaneamente a estrutura e o funcionamento da língua. Esta ultrapassagem far-se-á por duas vias:

- na análise intralinguística, pela abertura de uma nova dimensão de significância, a do discurso, que denominamos semântica, de hoje em diante distinta da que está ligada ao signo, e que será semiótica;
- na análise translinguística dos **textos**, das obras, pela elaboração de uma metassemântica que se construirá sobre a semântica da enunciação. (BENVENISTE, 1969/2006, p. 67, grifo negrito nosso).

Este é o famoso encerramento do artigo *Semiologia da Língua* (op.cit.), trecho que motivou muitos debates na Linguística, especialmente pelo fato de Benveniste ter apontado a

possibilidade de elaboração de uma metassemântica que, como tal, acabou não sendo desenvolvida por ele ⁶⁷. Por ora, nosso objetivo consiste em analisar em que sentido o termo *texto* é aqui empregado.

Benveniste propõe ultrapassar a noção saussuriana do signo como princípio único do funcionamento da língua por intermédio do desenvolvimento de duas vias de análise: uma *intralinguística* e outra *translinguística*. O que compreende cada uma dessas modalidades de análise? Observemos, primeiramente, a formação desses termos: o prefixo latino *intra-* significa “posição interior, movimento para dentro” (BECHARA, 2009, p. 367), ao passo que o prefixo latino *trans-* significa “além de, através de, passar de um lugar a outro” (ibid., p. 368). Assim, entendemos que, na primeira via, o que está em questão é a análise voltada ao linguístico, a qual tomará o discurso – a “língua como produtora de mensagens” (BENVENISTE, op.cit., p. 65) – como “nova dimensão de significância”, denominada *semântica*. Essa semântica, que toma por base o semiótico, distingue-se da análise puramente semiótica, esta ligada ao signo. Já a segunda via, por sua vez, propõe uma análise que, através do linguístico, vá para além dele. Os textos, as obras, são objetos desse tipo de análise, que se construirá sobre a semântica da enunciação, ou seja, sobre a análise intralinguística, e será, então, uma metassemântica. Nesse sentido, entendemos que tanto *textos* quanto *obras* dizem respeito a objetos linguísticos: a partir da língua que neles se materializa, pode-se ir a outro lugar que não relativo à própria língua, isto é, pode-se tratar das relações entre o homem, a linguagem e a sociedade.

Ressaltamos, para fins da análise da ocorrência do termo *texto*, que o seu posicionamento junto a *obras* indica que há uma distinção na concepção desses objetos, distinção que acreditamos estar ligada ao aspecto dimensional de ambos. De forma geral, *texto* parece remeter a todo e qualquer produto linguístico realizado passível de observação e análise e, porque ligado à enunciação e definido como objeto da metassemântica, reveste-se de valor teórico.

3.1.2 Síntese das análises

No início deste capítulo, salientamos que estavam em pauta no percurso investigativo a ser realizado as duas primeiras hipóteses que elaboramos para explicar a *quase* ausência de

⁶⁷ Bressan (2010), tomando por fundamento a Teoria da Enunciação de Émile Benveniste, apresenta uma possibilidade de elaboração da metassemântica, isto é, uma “possibilidade de análise translinguística tendo por base o quadro teórico da semântica da enunciação” (BRESSAN, op.cit., p. 106), erigida a partir de seis princípios esboçados pela autora.

Émile Benveniste nas referências bibliográficas de disciplinas que têm como foco de estudo o texto, bem como a ausência de *texto* como *termo teórico* em sua teoria (cf. consulta ao *Dicionário de Linguística da Enunciação*): nossa primeira hipótese, recapitulemos, postulava que não havia, de forma explícita, em Benveniste, uma noção de *texto* e elementos teóricos que lhe dariam sustentação. De fato, o percurso pelos artigos benvenistianos que integram nosso *corpus* permitiu constatar que o linguista utiliza, sim, o termo *texto* em seus escritos, mas não há explicitamente uma noção para esse termo. Ao contrário, o termo assume, a partir dos contextos observados, significações variadas – as quais retomaremos sinteticamente neste item –, embora nenhuma dessas seja delineada de maneira explícita. Nossas análises demonstraram que esses vários sentidos apresentam especificidades e nuances que permitem delinear ora empregos teóricos, ora empregos não teóricos, cujas fronteiras, são, ademais, muito tênues – já Ono (2007, p. 29) havia pontuado que “quando o próprio Benveniste fala de *enunciação*, a distinção entre utilização descritiva e utilização teórica não aparece claramente”⁶⁸, de modo que também quando fala de *texto* percebemos a dificuldade de estabelecer tal distinção.

A distinção considerada por Ono (op.cit.) entre *enunciação* como termo não teórico e como termo teórico consistia em que, para o primeiro, *enunciação* significava a descrição de um rito, um conjunto de frases que deveriam ser pronunciadas em determinado cerimonial e, para o segundo, *enunciação* significava o ato de enunciar. Em seu uso não teórico, a *enunciação* seria concreta, observável, ao passo que em seu uso teórico não. As ocorrências para *texto*, porém, não seguem a mesma lógica constatada pela autora. Em ambos os usos, não teórico e teórico, averiguamos que a noção de *texto* faz referência a algo concreto, realizado e observável: enquanto no primeiro essa noção é mais generalizante, no segundo ela se acresce de especificidades, ligadas à construção teórica enunciativa que Benveniste desenvolve. Retomemos, resumidamente, esses empregos, a fim de compreendermos como essas especificidades complexificam a relação entre o “descrever” e o “teorizar” (cf. ONO, 2007) ou entre o “usar” e o “mencionar” (cf. REY-DEBOVE, 1978).

A maioria dos empregos do termo *texto* foi por nós compreendida como *não teórica*. Várias são as significações que *texto*, seja em sua forma singular, seja em sua forma plural, assume nessa situação de emprego. De uma forma geral, *texto* é entendido como a materialização, seja falada, seja escrita – embora geralmente o termo esteja mais vinculado à escrita –, dos usos da língua e, como tal, caracteriza-se por ser um inventário desses usos.

⁶⁸ “Lorsque Benveniste lui-même parle d’*énonciation*, la distinction entre utilisation descriptive et utilisation théorique n’apparaît pas nettement.” (ONO, 2007, p. 29).

Devido a isso, *textos* constituem *corpora* e são utilizados como fontes de dados para análises empíricas a serem desenvolvidas, quer em sua manifestação falada, exemplificada pela própria fala ou, ainda, por lendas e por mitos assim transmitidos (excerto 18), quer em sua manifestação escrita, exemplificada pelo próprio registro escrito (excertos 3, 5, 6, 12, 13, 15, 16, 17) e por compilações desses registros, tais como livros, jornais, traduções e obras contemporâneas (excertos 3, 6, 13). Em determinados excertos percebemos nuances que, de certa forma, refinam essas noções: por vezes, *texto* parece remeter ao conjunto singular dos usos linguísticos de determinado povo, região ou escritor (excertos 4, 12, 14); ou, ainda, documentar e testemunhar a história e a cultura de determinado povo ou região (excertos 17, 18). Vimos, também, o termo *texto* ser empregado para marcar a oposição entre a materialidade linguística e a materialidade não linguística, como cinema e pintura (excerto 19). Além disso, *texto* exerce função sintática de substituto (excertos 3, 12, 16), remetendo a outras palavras e informações, como obra e documento, por exemplo.

Esses sentidos, os quais caracterizam usos descritivos do termo *texto*, portanto não teóricos, colocam em primeiro plano a noção de materialidade, isto é, de uso de língua que é da ordem do concreto, logo observável e analisável. O uso não teórico de *texto* é, desse modo, generalizante, posto que toda forma de uso da língua implica materialidade. A escolha pelo emprego desse termo parece-nos, por vezes, estar condicionada à ideia de escrita nele latente – o que se evidencia em grande parte das ocorrências analisadas: *texto* remete a livros, jornais, obras (obra de Aristóteles, obra de Panini, etc.); há a presença das palavras “escrever”, “escrito” ou “escrita” em um bom número de excertos: “textos que foram consignados por escrito” (excerto 17), “parte da linguagem que se transforma em escrita” (excerto 15), “todo aquele que sabe escrever” (excerto 6), “texto escrito” (excertos 10,11). Nessa direção, *texto* é empregado para marcar sobretudo a distinção entre a fala e a escrita. Embora haja ocorrências em que *texto* tanto possa ser falado ou escrito (excerto 2, 14), Benveniste parece preferir o termo *discurso* para se referir à modalidade falada da língua em uso – constatação já efetuada quando da abordagem do aspecto vocal da enunciação (2.2.1) e à qual retornaremos no próximo item (3.2).

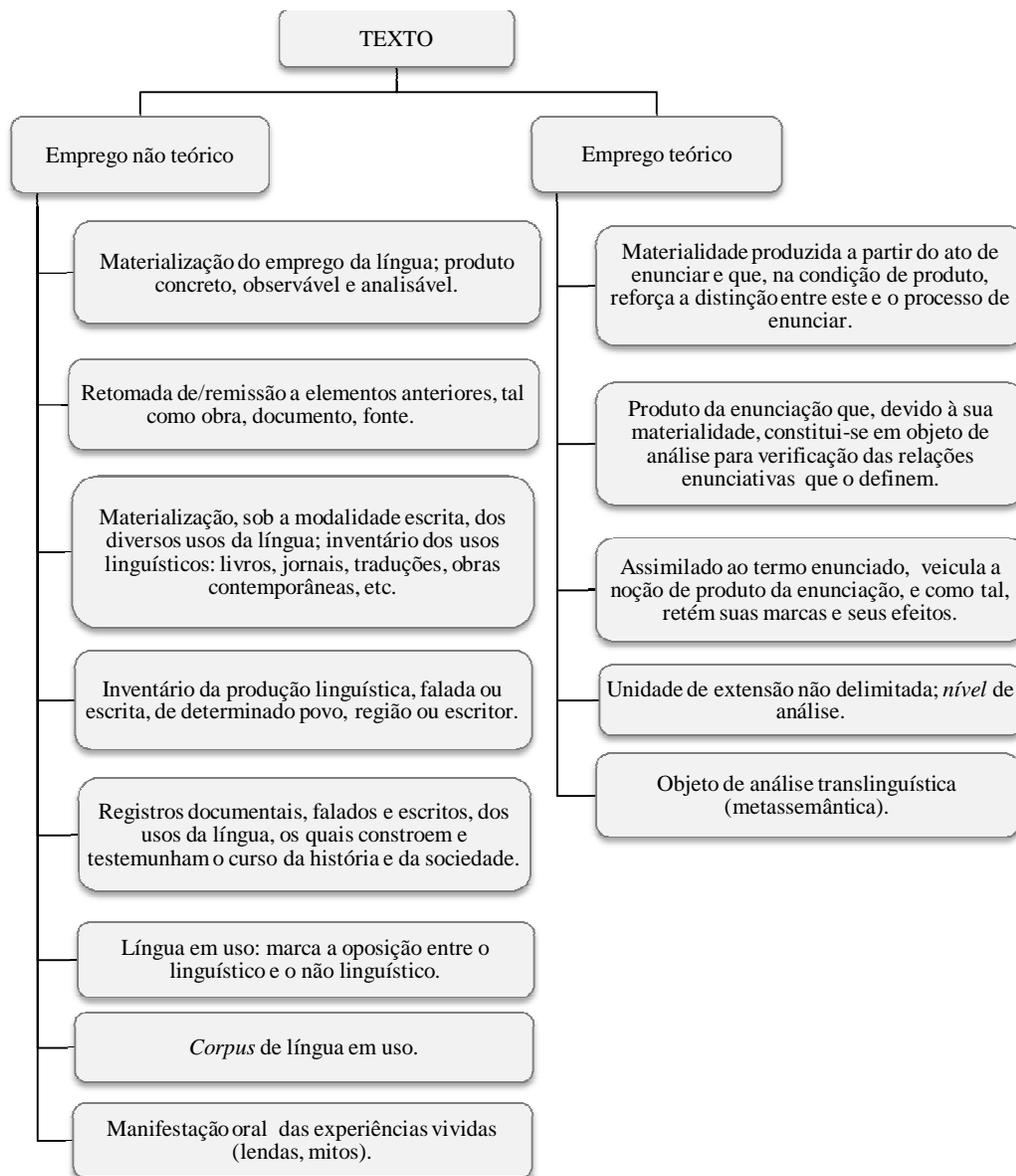
Quanto ao emprego teórico de *texto*, poucas ocorrências foram por nós apreendidas como tais. Nesses empregos, de forma geral, *texto* também remete à materialidade linguística – mantém, de certa forma, função descritiva –, porém apresenta uma especificidade: diz respeito à materialidade produzida a partir do ato de enunciar, ato que gera o *enunciado*. É a Enunciação que está em pauta nos empregos teóricos de *texto*, cuja noção geral pode, então,

ser assimilada à noção de *enunciado* (excertos 1, 2, 7,9). Entendemos que essa noção de *texto* como produto da enunciação está pressuposta em todos os empregos considerados como teóricos. Porém, em algumas ocorrências, não é simplesmente a essa materialidade que Benveniste parece fazer referência, mas ao *texto* como objeto que retém as marcas e os efeitos do processo da enunciação e a partir do qual se verificam as relações enunciativas que lhe são constitutivas: estão sob o foco do linguista o funcionamento enunciativo da categoria de pessoa nos textos falados e escritos (excerto 2), a performatividade (excerto 9), o funcionamento enunciativo da categoria de tempo nos textos falados e escritos (excerto 10), por exemplo. Situar o *texto* como um possível objeto de análise faz com que ele possa ser considerado, também, como um nível de análise (excertos 7,8), questão da qual trataremos no capítulo 4.

Além de poder ser assimilado a *enunciado*, vimos que a significação de *texto* também pode ser apreendida a partir da relação que o termo estabelece com outros: no excerto 9, *texto* define-se na relação com a expressão *enunciação expressa* – a qual, por sua vez, assume o valor conceitual de *enunciado* – e com o próprio termo *enunciado*; no excerto 2, a relação se dá novamente com *enunciado*, mas também com a expressão *processus da enunciação*, delineando a distinção entre o produto e o processo; no excerto 1, *texto* define-se na relação com *enunciação*, *enunciado* e *discurso*, evidenciando novamente a relação do processo com o produto; no excerto 10, define-se na relação com *discurso* (*texto* está para a escrita e *discurso* para a fala); e no excerto 20, como objeto de análise translinguística – a metassemântica –, *texto* define-se na relação com *enunciação* e *discurso*.

A seguir (próxima página), apresentamos um esquema (diagrama 3) dos principais significados inferidos por nós nas ocorrências do termo *texto*.

[segue próxima página]

Diagrama 3 – Síntese dos empregos teórico e não teórico do termo *texto*

A partir desse mapeamento, constatamos que não há, com efeito, uma definição explícita para *texto* nos artigos benvenistianos pesquisados. Também constatamos que os usos de *texto* não “evoluem” de emprego não teórico para emprego teórico: partindo de *O aparelho formal da enunciação* (BENVENISTE, 1970b/2006), as demais ocorrências foram analisadas em ordem cronológica; a cronologia, no entanto, não revelou qualquer progressão conceitual no uso do termo *texto*, posto que as ocorrências identificadas como teóricas mesclam-se às

identificadas como não teóricas. Cabe retomar que o uso teórico de *texto* mantém, de forma geral, o caráter descritivo que apresenta como uso não teórico, já que pressupõe a materialidade linguística produzida a partir do ato enunciativo de apropriação e utilização da língua. Contudo, não é possível afirmar que o uso teórico de *texto* projeta-se a partir do uso não teórico, pois, como ressaltamos, não há progressão conceitual cronológica ou linear de um emprego a outro. Os empregos variam conforme a problemática em que se inserem.

Apesar de não haver uma definição explícita para *texto*, pudemos perceber que subjazem às reflexões enunciativas elementos teóricos que permitem apreendermos uma noção (ou mais de uma!) para *texto*. Para tanto, consideramos essencial determo-nos sobre os empregos do termo *texto* compreendidos por nós como *teóricos*, para tentar circunscrever e especificar essa possível noção para *texto* no interior da teoria enunciativa de Benveniste. Isso porque verificamos que, nesses empregos teóricos, a significação de *texto* delinea-se a partir da relação deste termo com outros da teoria. Essas relações nos indicam um caminho a seguir: é hora de voltar ao *corpus* teórico benvenistiano, buscando identificar e examinar os possíveis termos que possam estar associados à palavra *texto* – quando utilizada teoricamente –, os quais, a partir dessa relação, possam auxiliar-nos nesse desafio de desvelar uma concepção enunciativa para *texto* em suas instâncias falada e escrita.

3.2 A CONSTELAÇÃO TEÓRICA: TEXTO E AS NOÇÕES ASSOCIADAS

O artigo-guia de nosso itinerário de leitura de Benveniste, *O aparelho formal da enunciação* (BENVENISTE, 1970b/2006), será aqui também tomado como ponto de partida para a releitura do *corpus* teórico de referência em busca das noções que possam contribuir para a elaboração de uma concepção enunciativa de *texto falado* e *texto escrito*, visto que o autor, desde esse artigo, manifesta explicitamente sua preocupação em “distinguir a enunciação falada da enunciação escrita” (ibid., p. 90). Seguindo o raciocínio do mestre enunciativo, consideramos que a teorização acerca do *texto* precisa levar em conta a fala e a escrita.

As análises desenvolvidas neste item são ilustrativas e não pretendem dar conta da totalidade das ocorrências dos termos, sobretudo porque, em se tratando da escrita de Benveniste, não é possível estender a noção apreendida a partir de determinado contexto de ocorrência de um termo a todas as ocorrências deste. Grande parte das noções não é estável, tampouco unívoca. Normand (1996, p. 137) aponta que esta é uma das grandes dificuldades

na análise dos textos de Benveniste: a *bricolagem terminológica*. A autora exemplifica tal bricolagem a partir da análise do funcionamento do termo *sujeito* nos artigos benvenistianos e, conforme abordamos em 3.1, o que se vê elaborar é uma espécie de *constelação* reunindo “termos da tradição gramatical, psicológica, sem referência estrita”, “termos não teóricos em relação com o discurso comum, mais ou menos descritivos e metafóricos” e “termos teóricos em graus diversos” (NORMAND, 1996, p. 145). Nessa *constelação*, a autora chama a atenção para a ausência do termo *sujeito de/da enunciação*, “sintagma ignorado por Benveniste”. Inspiremo-nos em Normand para, com olhar atento, observar o *céu* benvenistiano e delinear uma *constelação* que tenha como estrela maior o *texto*.

Recapitulemos: Benveniste inicia o artigo *O aparelho formal da enunciação* (1970b/2006) problematizando o *emprego da língua* que, pressupondo o *emprego das formas*, configura-se como um mecanismo que afeta a língua em todas as suas dimensões. E eis a primeira definição para enunciação: “A enunciação é este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” (ibid., p. 82). Em seguida, ao buscar definir o seu objeto de estudo, Benveniste opõe esse ato que coloca a língua em funcionamento (a enunciação) a seu produto (o texto do enunciado), definindo aquela como objeto. Esse trecho, por nós analisado em 3.1.1 (excerto 1), coloca em relação *texto* e *enunciado* e, como vimos, a noção geral de *texto* como *materialidade produzida a partir do ato de enunciar* pode ser assimilada à noção de *enunciado*.

Embora não tenhamos analisado exaustivamente as ocorrências do termo *enunciado*, tampouco contabilizado tais ocorrências, é possível verificar que sua significação é relativamente estável⁶⁹: enunciado refere o produto da enunciação, sem, no entanto, delimitar se esse produto é falado ou escrito. Averiguamos que sua presença é mais frequente nos artigos produzidos por Benveniste nas décadas de 40 e 50, quando o linguista propõe as categorias de pessoa, não-pessoa, tempo e espaço – fato que pode estar relacionado às preocupações iniciais de distinguir o processo e o produto da enunciação ou, ainda, a uma visão mais indicial da língua, posto que se procura verificar, no enunciado, as marcas formais

⁶⁹ É possível identificar certa variação na noção de *enunciado* no contexto da reflexão proposta em *A filosofia analítica e a linguagem* (BENVENISTE, 1963a/2005). Benveniste apresenta o enunciado performativo como *ato*. Observemos as seguintes definições: “O enunciado é o ato; aquele que o pronuncia cumpre o ato denominando-o” (ibid., p. 303); “O enunciado performativo, sendo um ato, tem a propriedade de ser único.” (ibid., p. 302); “O ato identifica-se, pois, com o enunciado do ato.” (ibid., p. 302). O enunciado performativo condensa ato e produto do ato – o que deve ficar claro, no entanto, é que esse ato não é da mesma ordem do ato de enunciação, tal qual concebido no artigo de 70: o ato performativo é realizado pelo ato de pronunciar um enunciado que contenha formas linguísticas que descrevam a atividade do locutor, como prometer, declarar, jurar, etc. Uma análise minuciosa sobre a ideia de performatividade em Benveniste é realizada por Ono (2007), que destaca as contribuições de tal reflexão para o desenvolvimento da noção de enunciação por Benveniste.

que remetem à pessoa, tempo e espaço e que, como tais, permitem apreender o processo de instauração (inter)subjativa, que permite a passagem de locutor a sujeito.

A concepção de *enunciado* como produto da enunciação pode ser inferida a partir de diversas ocorrências desse termo nos artigos de Benveniste. Além dos excertos já transcritos e analisados em 3.1.1, ainda citamos como exemplos os seguintes:

Eu designa aquele que fala e implica ao mesmo tempo um **enunciado** sobre o “eu”. (BENVENISTE, 1946/2005, p. 250, grifo nosso).

[...] as formas *ele, o, isso*, etc. só servem na qualidade de substitutos abreviativos: [...] substituem um ou outro dos elementos materiais do **enunciado** ou revezam com eles. (id., 1956b/2005, p. 282, grifo nosso).

Desde que o pronome *eu* aparece num **enunciado**, evocando – explicitamente ou não – o pronome *tu* para se opor conjuntamente a *ele*, uma experiência humana se instaura de novo e revela o instrumento linguístico que a funda. (id., 1965a/2006, p. 69, grifo nosso).

Essas passagens evidenciam a concretude, a materialidade do enunciado, produzido a partir da enunciação. Tal noção de enunciado é já consenso: o *Dicionário de Linguística da Enunciação* (FLORES et al., 2009, p. 107) assim o define, explicando que “na medida em que a enunciação é o processo, o enunciado pode ser considerado o produto da enunciação e inclui pessoa, tempo e espaço. O enunciado tem existência em um determinado momento em que a língua é mobilizada por um locutor.” Sendo a enunciação o objeto sobre o qual se debruça o linguista e, uma vez que esta, como ato de tomada da palavra, é fugaz e efêmera, só se pode estudá-la a partir do que produz, ou seja, a partir do enunciado. O processo (a enunciação)

[...] somente pode ser analisado a partir das marcas que deixa no produto. Em outras palavras, a enunciação – ou melhor dizendo, a estrutura enunciativa – é uma instância pressuposta que está na origem de todo e qualquer enunciado. Ela não é um observável em si, ela é, por natureza, efêmera. O observável são as marcas da enunciação no enunciado. (FLORES et al., 2008, p. 36).

Nesse sentido de produto da enunciação podemos aproximar *texto*, seja falado seja escrito, e *enunciado*, conforme discutimos em 3.1.1, ambos *materialidades produzidas a partir do ato de enunciar*.

Entretanto, a noção de produto do ato de enunciação não é manifesta apenas por meio do termo *enunciado*. O termo *discurso* assume, por vezes, essa significação. É no artigo de 70 que Benveniste define-o como aquilo que “é produzido cada vez que se fala”, “manifestação da enunciação” (BENVENISTE, 1970b/2006, p. 82). Ao tratarmos do primeiro aspecto da enunciação, a realização vocal da língua (2.2.1), foi possível verificar que *discurso* fazia

remissão, frequentemente, ao modo de realização fônica da língua. Mas, como advertimos no início deste item, em se tratando de Benveniste, não se pode estender a todas as ocorrências do termo a significação apurada em determinado contexto de uso. De um modo geral, tal qual define o *Dicionário de Linguística da Enunciação* (FLORES et al., 2009, p. 84), o *discurso* é entendido como a “atualização da língua cada vez que alguém assume o lugar de *eu*.” Esse termo, no entanto, apresenta diferentes nuances de sentidos conforme o contexto de reflexão em que se insere, nuances que buscamos abordar a seguir.

Em *As relações de tempo no verbo francês* (BENVENISTE, 1959/2005), Benveniste demonstra que os tempos do verbo francês distribuem-se em dois sistemas distintos e complementares, os quais manifestam dois *planos de enunciação* diferentes: o da *história* e o do *discurso*. Embora enunciação, neste contexto, não possua a acepção de ato mas de discurso produzido (cf. ONO, 2007), importa observar o que Benveniste fala sobre o plano do discurso – brevemente por nós discutido em relação ao primeiro aspecto da enunciação (2.2.1). Segundo Benveniste, o discurso deve ser entendido, na sua mais ampla extensão, como toda e qualquer enunciação em que haja um locutor dirigindo-se a um ouvinte, organizando seu dizer na categoria de pessoa e com a intenção de influenciar esse ouvinte. Argumenta ele que o discurso emprega livremente todas as formas “pessoais” do verbo (*eu/tu* e *ele*); por conseguinte, a relação de pessoa está presente em toda parte, podendo ser explícita ou não. O discurso, continua Benveniste, compreende

[...] em primeiro lugar a diversidade dos discursos orais de qualquer natureza e de qualquer nível, da conversa trivial à oração mais ornamentada. E é também a massa dos escritos que reproduzem discursos orais ou que lhes tomam emprestados a construção e os fins: correspondências, memórias, teatro, obras didáticas, enfim todos os gêneros nos quais alguém se dirige a alguém, se enuncia como locutor e organiza aquilo que diz na categoria de pessoa. (BENVENISTE, 1959/2005, p. 267).

Discurso, portanto, é o produto da atividade intersubjetiva e pode ser tanto falado quanto escrito. Já em *A linguagem e a experiência humana* (id., 1965a/2006), a concepção de discurso como falado é a que predomina. A passagem que citamos em 2.2.1 é decisiva para que entendamos discurso dessa forma. Relembremos: “Mas, separemos ‘hoje’ do discurso que o contém, coloquemo-lo em um texto escrito; ‘hoje’ não é mais então o signo do presente linguístico pois que ele não é mais falado e percebido [...]” e, ainda, “O mesmo ocorre com um *eu* subtraído ao discurso que o introduz e que, adequado então a todo locutor possível, não designa seu locutor real.” (ibid., p. 78). A oposição marcada por *discurso* e *texto escrito*, revela, pois, a distinção entre a fala e a escrita.

A assimilação de discurso à fala é mais frequente que a de discurso à escrita. Observamos em 2.2.1 que, para explorar o funcionamento enunciativo das categorias de pessoa e de tempo no *discurso*, assim como da referência, Benveniste utilizou termos que remetiam ao aspecto vocal da língua:

O que o tempo linguístico tem de singular é o fato de estar **organicamente ligado ao exercício da fala**, o fato de se definir e de se organizar como função do **discurso**. (BENVENISTE, 1965a/2006, p. 74, grifo nosso).

Imaginemos o que seria a tarefa de representar visualmente uma “criação do mundo” [...]; depois vejamos no que se torna a mesma história quando se realiza na **narrativa, sucessão de ruídozinhos vocais que se dissipam apenas emitidos, apenas percebidos**; mas toda a alma se exalta com eles, as gerações os repetem e cada vez que a palavra expõe o acontecimento, cada vez o mundo recomeça. (id., 1963b, p. 30-31, grifos nossos).

Depois da enunciação, a língua é efetuada em uma **instância de discurso**, que emana de um locutor, **forma sonora** que atinge um **ouvinte** e que suscita uma outra enunciação de retorno. (id., 1970b/2006, p. 84, grifos nossos).

O *discurso*, ligado ao exercício da fala, à narrativa, à instância de discurso, de fato refere-se à realização vocal da língua nos contextos acima, sendo nessa instância de uso da língua que as categorias de pessoa e de tempo, bem como de espaço, instauram-se. Subtraídos do *discurso*, como adverte Benveniste, essas categorias devem ser acompanhadas de uma “correspondência explícita”, acrescentando-se um nome, uma divisão do tempo crônico: “[...] para tornar inteligíveis estas referências intradiscursivas, deve-se ligar cada uma delas a um ponto determinado em um conjunto de coordenadas espaço-temporais.” (id., 1965a/2006, p. 78-79). Segundo o linguista,

[...] uma translocação espacial e temporal torna-se necessária para objetivar os signos tais como “este”, “eu”, “agora”, que têm a cada vez um referente único na instância de discurso e somente ele. Esta transferência faz aparecer a diferença de planos entre os quais deslizam as mesmas formas linguísticas, segundo sejam consideradas no **exercício do discurso** ou em **estado de dados lexicais**. (ibid., p. 79, grifos nossos).

É possível depreender que, para Benveniste, a fala e a escrita constituem *planos*; no artigo fonte da passagem acima, *A linguagem e a experiência humana* (op.cit.), o *discurso* está para aquela e o *texto*, adjetivado de *escrito* e, em seguida, retomado por *estado de dados lexicais*, para esta. Também na citação acima, outro termo se coloca em evidência: *instância de discurso*. Este é, também, termo recorrente nos artigos benvenistianos. Segundo Ono (2007), Benveniste utiliza pela primeira vez essa expressão em *A natureza dos pronomes* (1956b/2005), definindo-a como “os atos discretos pelos quais a língua é atualizada em

palavra por um locutor” (BENVENISTE, 1956b/2005, p. 277). Essa noção, segundo a autora, ocupa um lugar crucial na teoria benvenistiana, posto que é ela que dá suporte à explicação sobre os elementos dêiticos e, por conseguinte, sobre a subjetividade na linguagem – é em relação a esse *ato discreto* que são identificados os indicadores de subjetividade, conforme a passagem abaixo demonstra.

Qual é, portanto, a “realidade” à qual se refere *eu* ou *tu*? Unicamente uma “realidade de discurso”, que é coisa muito singular. *Eu* só pode definir-se em termos “locução”, não em termos de objetos, como um signo nominal. *Eu* significa “a pessoa que enuncia a presente instância de discurso que contém *eu*”. Instância única por definição, e válida somente na sua unicidade. (ibid., p. 278).

Embora o termo *discurso* presente na expressão sugira reenviar à noção de produto, o que está em foco conceitualmente na *instância de discurso* é a momento do ato da enunciação; a *instância de discurso* não deve, pois, ser confundida com o produto da enunciação (o enunciado ou o discurso). A noção proposta no artigo de 56, instância de discurso enquanto ato discreto, é retomada em *Da subjetividade na linguagem* (id., 1958a/2005), quando Benveniste reflete sobre a referência da categoria de pessoa *eu*:

[...] *Eu* se refere ao **ato de discurso** individual no qual é pronunciado, e lhe designa o locutor. É um termo que não pode ser identificado a não ser dentro do que, noutro passo, chamamos uma **instância de discurso**, e que só tem referência atual. É **na instância de discurso** na qual *eu* designa o locutor que este se enuncia como ‘sujeito’. É portanto verdade ao pé da letra que o fundamento da subjetividade está no exercício da língua. (ibid., p. 288, grifo itálico do autor, grifos negrito nossos).

Nessa passagem, vemos Benveniste aproximar *ato de discurso* à *instância de discurso*, reforçando o entendimento desta como ato. Apesar de não nos determos no exame minucioso de cada ocorrência da expressão nos artigos do linguista, é possível dizer que é essa a ideia geral de *instância de discurso* que predomina. Nesses artigos em que se verifica a presença do termo, como em *A natureza dos pronomes*, *Da subjetividade na linguagem* e *A linguagem e a experiência humana*, há uma característica comum: “todos se baseiam na relação da linguagem com o sujeito falante, através da análise dos dêiticos”⁷⁰ (ONO, 2007, p. 78, tradução nossa), elaborando uma reflexão sobre a subjetividade.

Entretanto, em *O aparelho formal da enunciação* (BENVENISTE, 1970b/2006), *instância de discurso* assume outro estatuto: quando Benveniste define *enunciação* como o “colocar em funcionamento a língua por um ato de utilização” (ibid., p. 82), a expressão

⁷⁰ “[...] tous portent sur la relation du langage avec le sujet parlant, à travers l’analyse des déictiques.” (ONO, 2007, p. 78).

instância de discurso deixa de ser utilizada para referir os “atos discretos e cada vez únicos pelos quais a língua é atualizada em palavra por um locutor” (BENVENISTE, 1956/2005, p. 277) e passa a ser empregada para fazer referência às propriedades desse ato.

Depois da enunciação, a língua é efetuada em uma **instância de discurso**, que emana de um locutor, forma sonora que atinge um ouvinte e que suscita uma outra enunciação de retorno. (id., 1970b/2006, p. 84, grifo nosso).

O ato individual de apropriação da língua introduz aquele que fala em sua fala. Este é um dado constitutivo da enunciação. A presença do locutor em sua enunciação faz com que cada **instância de discurso** constitua um centro de referência interno. (ibid., p. 84, grifo nosso).

Nesses excertos, o que se destaca é a proximidade da *instância de discurso* com a ideia de produção do enunciado; enquanto a enunciação apresenta-se como uma “operação global que efetua a conversão da língua em discurso, a instância de discurso é tomada como a introdução dos espaços temporais nesse mesmo discurso” (ONO, 2007, p. 85, tradução nossa)⁷¹ e, acrescentamos, da categoria de pessoa no discurso. As nuances em torno dos sentidos de *instância de discurso* são várias. De modo geral, o que parece se manter nas diversas ocorrências é a ligação com a ideia de *ato* e as propriedades deste, as quais importam ser consideradas para se pensar a conversão da língua em discurso: a temporalidade da *instância de discurso* é o presente de fala do locutor que, como vimos, é implícito por natureza e ela está, por isso, estreitamente ligada à produção do enunciado; configurando-se como o “espaço-tempo em que o eu é identificado ao locutor” (FLORES et al., 2009, p. 142), a instância de discurso é também “um lugar onde sujeito e linguagem se ligam” (ibid., p. 143).

Dessa forma, conclui Ono (op.cit) que

[...] quando a enunciação se torna uma entidade teórica da linguística do discurso, a ID [instância de discurso] muda também de estatuto: no conjunto das operações enunciativas, ela se torna o que há de mais próximo da “realidade do discurso”, cada vez única e fugaz. Enquanto ato linguístico realizado no tempo, a ID é indissociável do tempo original em que ela se produz, conseqüentemente, é ela que comporta a temporalidade do momento da enunciação que é, por sua vez, uma atualização operadora das instâncias linguísticas. (ONO, 2007, p. 85, tradução nossa)⁷².

⁷¹ “Alors que l’ énonciation se présente comme une opération globale qui effectue la conversion de la langue en discours, l’ ID est saisie comme l’ introduction des espaces temporels dans ce même discours.” (ONO, 2007, p. 85).

⁷² “[...] lorsque l’ énonciation devient une entité théorique de la linguistique du discours, l’ ID change aussi de statut: dans l’ ensemble des opérations énonciatives, elle devient ce qu’ il y a de plus proche de la ‘réalité’ du discours, chaque fois unique et fugitive. En tant qu’ acte linguistique réalisé dans le temps l’ ID est indissociable du temps originel où elle se produit et, en conséquence, c’ est elle qui porte la temporalité du moment de l’ énonciation qui est, pour sa part, une actualisation opératrice des instances linguistiques.” (ONO, 2007, p. 85).

Por isso, a *instância de discurso* é também um termo que, mesmo não remetendo a *produto* da enunciação, deve ser considerado para o entendimento do *texto* como um processo enunciativo que, resultando um produto, retém as marcas do trabalho do locutor com a língua. Como o próprio Benveniste adverte, ela é constitutiva de todas as coordenadas que definem o sujeito, logo, será constitutiva também do *texto*.

Nosso percurso investigativo tem permitido verificar que o termo *discurso*, ora acompanhando outras palavras com as quais forma termos – como instância de discurso –, ora “isoladamente”, é presença constante nos escritos de Benveniste e sua significação como produto da enunciação é recorrente. Como mencionamos, é esse produto que é observado para que se possam estudar os processos enunciativos de apropriação e de utilização da língua pelo locutor. Em *Observações sobre a função da linguagem na descoberta freudiana* (BENVENISTE, 1956a/2005), isso fica muito claro, sobretudo quando Benveniste afirma, embora esteja voltado para psicanalistas, que “os acontecimentos empíricos não têm realidade para o analista a não ser no – e pelo – discurso [...]” (ibid., p. 83), ou seja, a não ser por meio daquilo que é produzido a partir da tomada da palavra pelo locutor.

No mesmo artigo, Benveniste afirma que “o sujeito se serve da palavra e do discurso para ‘representar-se a si mesmo, tal com quer ver-se, tal como chama o outro a comprovar.’” (ibid., p. 84).

A linguagem, assim, é utilizada aqui como palavra, convertida nessa expressão da subjetividade iminente e evasiva que constitui a condição do diálogo. A língua fornece o instrumento de um discurso no qual a personalidade do sujeito se liberta e se cria, atinge o outro e se faz reconhecer por ele. Ora, a língua é uma estrutura socializada, que a palavra sujeita a fins individuais e intersubjetivos, juntando-lhe um perfil novo e estritamente pessoal. A língua é um sistema comum a todos; **o discurso é ao mesmo tempo portador de uma mensagem e instrumento de ação.** Nesse sentido, as configurações da palavra são cada vez únicas, embora se realizem no interior – e por intermédio – da linguagem. (ibid., p. 84).

Aqui, está em jogo menos a ideia de produto e mais a de atividade do locutor que coloca a língua em ação. Quando Benveniste afirma que “[...] o homem não dispõe de nenhum outro meio de viver o ‘agora’ e de torná-lo atual senão pela inserção do discurso no mundo” (id., 1970b/2006, p. 85), entendemos que se conjugam, no *discurso*, a ideia de ato e de produto do ato. É o próprio linguista quem propõe entendê-lo dessa maneira, quando define o discurso como “língua enquanto assumida pelo homem que fala” (id., 1958a/2005, p. 293) e como “a linguagem posta em ação – e necessariamente entre parceiros” (ibid., p. 284). É também Benveniste que o coloca como elemento imprescindível para a sua teoria semântica: “Com o semântico entramos no modo específico de significância que é

engendrado pelo DISCURSO. Os problemas que aqui se colocam são função da língua como produtora de mensagens.” (BENVENISTE, 1969/2006, p. 65). Segundo o linguista, “a ordem semântica se identifica ao mundo da enunciação e ao universo do discurso.” (ibid., p.66). O discurso, assim, é atividade do locutor que articula os modos semiótico e semântico. É o discurso que está na base da análise intralinguística, que toma o modo semântico por fundamento, permitindo a ultrapassagem da noção saussuriana do signo como princípio único do qual dependeria a estrutura e o funcionamento da língua (cf. BENVENISTE, op.cit.).

Se, de modo geral, discurso reenvia ao produto da enunciação, o que está pressuposto nesse produto é a atividade do locutor que coloca a língua em ação. Não raro há, em Benveniste, expressões variadas que remetem a essa *atividade* do locutor, como essas presentes em *A natureza dos pronomes* (id.,1956b/2005):

Esse signo [o *eu*] está, pois, ligado ao **exercício da linguagem** e declara o locutor como tal. É essa propriedade que fundamenta o discurso individual, em que **cada locutor assume por sua conta a linguagem inteira**. (ibid., p. 281, grifo itálico do autor, grifos negrito nossos).

Se a **linguagem em exercício** se produz por necessidade em instâncias discretas, essa necessidade a destinará também a só consistir de instâncias ‘pessoais’? Sabemos empiricamente que não. Há enunciados de discurso, que a despeito da sua natureza individual, escapam à condição de pessoa [...]. (ibid., p. 282, grifos nossos).

Essa distinção é retomada ao final do artigo, especialmente porque é ela que sustenta a análise pronominal empreendida pelo linguista. Afirma ele novamente que se distingue, “de um lado, a língua como repertório de signos e sistema de suas combinações e, de outro, a **língua como atividade** manifestada nas instâncias de discurso caracterizadas como tais por índices próprios.” (ibid., p. 283, grifos nossos).

As citações elencadas a seguir colocam em relevo essa *atividade* do locutor que, ao manejar as formas da língua, coloca-a em ação; significando, essa língua em ação permite-lhe *viver*.

A linguagem de algum modo propõe formas “vazias” das quais **cada locutor em exercício de discurso** se apropria e as quais refere à sua “pessoa”, definindo-se ao mesmo tempo a si mesmo como *eu* e a um parceiro como *tu*. (BENVENISTE, 1958a/2006, p. 289, grifos nossos).

É na instância de discurso na qual *eu* designa o locutor que este se enuncia como ‘sujeito’. É portanto verdade ao pé da letra que o fundamento da subjetividade está no **exercício da língua**. (ibid., p. 288, grifo negrito nosso).

O tempo linguístico é *sui-referencial*. Em última análise, a temporalidade humana com todo o seu aparato linguístico revela a subjetividade inerente ao próprio **exercício da linguagem**. (ibid., p. 289, grifo negrito nosso).

As formas que revestem essas categorias [de pessoa e de tempo] são registradas e inventoriadas nas descrições, mas suas funções não aparecem claramente senão quando se as estuda no **exercício da linguagem** e na **produção do discurso**. (BENVENISTE, 1965a/2006, p. 68, grifos nossos).

O presente linguístico é o fundamento das oposições temporais da língua. Este presente que se desloca com a progressão do discurso, permanecendo presente, constitui a linha de separação entre dois outros momentos engendrados por ele e que são igualmente inerentes ao **exercício da fala** [...]. (ibid., p. 75, grifos nossos).

Antes de qualquer coisa, a linguagem significa, tal é seu caráter primordial, sua vocação original que transcende e explica todas as funções que ela assegura no meio humano. Quais são estas funções? Tentemos enumerá-las? Elas são tão diversas e tão numerosas que enumerá-las levaria a citar todas as **atividades de fala**, de **pensamento**, de **ação**, todas as **realizações individuais** e **coletivas** que estão **ligadas ao exercício do discurso** [...]. (id., 1967/2006, p. 222, grifos nossos).

O exercício da fala, do discurso, da língua, da linguagem, essa atividade do locutor que, tomando a palavra, semantiza as formas da língua e, assim, ingressa no semântico, modo de significância engendrado pelo *discurso*, coloca este como um termo fundamental na teoria enunciativa. Segundo Dessons (2006, p. 58, grifo do autor, tradução nossa), “na linguística de Benveniste, *discurso* refere-se especificamente à teoria da enunciação, na qual constitui o termo maior, prolongando nesta o movimento de conceitualização iniciado por Saussure.”^{73,74}. Dessons (op.cit.) não apenas pontua a importância desse termo no interior da obra benvenistiana, mas também ressalta que é a noção de discurso que possui a força heurística que “abre a via” para se considerar a atividade da linguagem no conjunto das ciências humanas e sociais, já que “o que se sabe da linguagem aparece indissociável do que se sabe do homem” (DESSONS, 2006, p. 6, tradução nossa)⁷⁵. Essas relações são possíveis e instauram-se via *discurso*, cujas noções podem, também, ser associadas a *texto*. Se *texto*, como vimos, associa-se a *enunciado* no que se refere a constituir-se em produto da enunciação, também se associa a *discurso*, na medida em que, a partir do momento em que Benveniste coloca em relevo as noções de semiótico e semântico, este parece ser o termo escolhido para dar conta da noção de atividade do locutor na e com a língua e do produto decorrente desse exercício de apropriação e utilização. Cabe lembrar que, antes mesmo de propor os dois modos de significação da língua, Benveniste já havia utilizado o termo

⁷³ “Dans la linguistique de Benveniste, *discours* renvoie spécifiquement à la théorie de l’énonciation, dont elle constitue le terme majeur, prolongeant en cela le mouvement de conceptualisation initié par Saussure.” (DESSONS, 2006, p. 58).

⁷⁴ Dessons (op.cit.) destaca que, mesmo ausente do *Curso de Linguística Geral*, a reflexão sobre o discurso está presente no pensamento de Saussure sobre a linguagem, o que pode ser facilmente verificado a partir dos manuscritos saussurianos recentemente publicados.

⁷⁵ “[...] ce qu’on sait du langage apparaît indissociable de ce qu’on sait de l’homme [...]” (DESSONS, 2006, p.6).

discurso para reenviar à atividade de linguagem do locutor, enfatizando a relação de pessoa *eu-tu* que nele se instaura. É em *As relações de tempo no verbo francês* (BENVENISTE, 1959/2005) que vemos um esboço do que mais tarde constituirá o *aparelho formal*: “O historiador [na narrativa histórica] não dirá jamais *eu* nem *tu* nem *aqui* nem *agora*, porque não tomará jamais o **aparelho formal do discurso** que consiste em primeiro lugar na relação de pessoa *eu : tu*.” (ibid., p. 262, grifo nosso).

Com efeito, Dessons (2006) destaca que o pensamento do discurso se apresenta em Benveniste “como uma teoria geral da linguagem, e portanto da língua. Nesta circunstância, a língua, concebida a partir da atividade dos locutores, não é mais apreendida através da noção de signo, mas através de uma outra noção, aquela da *frase*.” (ibid., p. 60, grifo do autor, tradução nossa)⁷⁶. Ora, na análise do excerto 13, em 3.1.1, chamamos a atenção para a ocorrência do termo *frase*: dizia Benveniste que “quando se trata de frases, não são mais os elementos constitutivos que contam, é a organização do conjunto completo, o arranjo original, então, cujo modelo não pode ter sido dado diretamente, que o indivíduo fabrica.” (BENVENISTE, 1968a/2006, p. 18-19). O que está em pauta nessa reflexão sobre a frase é, de fato, a *atividade do locutor* da qual falávamos anteriormente. Portanto, cumpre investigar o estatuto desse termo na teoria enunciativa benvenistiana.

Frase, assim como *discurso* e como outros tantos termos da teoria benvenistiana, apresenta sentidos diferentes ao longo das reflexões do linguista. As noções de frase sobressaem especialmente dos textos em que Benveniste propõe e discute a distinção semiótico/semântico e os mecanismos para análise a partir da relação forma/sentido, textos que, segundo o próprio Benveniste aponta em nota ao artigo *Semiologia da língua* (id., 1969/2006, p. 64), formam um conjunto: *Os níveis da análise linguística* (id.,1964/2005), *A forma e o sentido na linguagem* (id.,1967/2006) e o próprio *Semiologia da língua* (id.,1969/2006).

Em *Os níveis da análise linguística* (id.,1964/2005), é possível depreender, no mínimo, dois sentidos para *frase*. O primeiro sentido advém das considerações de Benveniste em relação às unidades linguísticas: o linguista concebe *frase* como *unidade do discurso*. Afirma ele que “a frase pertence bem ao discurso. É por aí mesmo que se pode defini-la: a frase é a unidade do discurso.” (ibid., p. 139). Nessa condição, a frase é definida pelos seus constituintes (as palavras) e, devido a isso, pode ser segmentada – o que revela sua estrutura

⁷⁶ “[...] la pensée du discours se présente, chez Benveniste, comme une théorie générale du langage, et donc de la langue. En l’occurrence, la langue, conçue à partir de l’activité des locuteurs, n’est plus appréhendée à travers la notion de *signe*, mais à travers une autre notion, celle de *phrase* [...]”. (DESSONS, 2006, p. 60, grifos do autor).

formal. Porém, não pode integrar outra unidade; ela é a unidade mais alta. Nas palavras de Benveniste, “o limite superior é traçado pela frase” (BENVENISTE, 1964/2005, p. 134) e este é o último nível ao qual se chega quando da análise da língua. Imediatamente, um questionamento se formula: mas e o *texto*? A resposta a essa pergunta se esboça na continuidade do artigo, quando Benveniste adverte: “com a frase transpomos um limite, entramos num novo domínio.” (ibid., p.137). Segundo o linguista, o signo (a palavra) e a frase criam dois universos diferentes que possibilitam duas linguísticas que, embora distintas, cruzam-se a todo instante: a da língua, como sistema formal, e a da “manifestação da língua na comunicação viva” (ibid., p. 139).

A frase, criação indefinida, variedade sem limite, é a própria vida da linguagem em ação. Concluímos que se deixa com a frase o domínio da língua como sistema de signos e se entra num outro universo, o da língua como instrumento de comunicação, cuja expressão é o discurso. (ibid., p. 139).

A *frase*, desse modo, representa a materialidade produzida a partir do ato enunciativo e pode ser identificada a *enunciado*. O próprio linguista utiliza, por vezes, o termo *enunciado* correlacionado à *frase*: “Ao mesmo tempo, porém, a linguagem refere-se ao mundo dos objetos, ao mesmo tempo globalmente, nos seus enunciados completos, sob forma de frases, que se relacionam com situações concretas e específicas [...]” (ibid., p. 137). Adiante, Benveniste salienta que a frase, enquanto *atualização*, possui *sentido e referência*, “sentido porque é informada⁷⁷ de significação, e referência porque se refere a uma determinada situação.” (ibid., p. 140). Considerando tal propriedade, percebemos no exemplo a seguir que Benveniste utiliza *enunciado* no lugar do que antes definiu como *frase*: “Cada enunciado, e cada termo do enunciado, tem assim um *referendum*, cujo conhecimento está implicado pelo uso nativo da língua.” (ibid., p. 137).

Como materialidade, a *frase* também pode ser correlacionada a *discurso*: diz Benveniste que “é no discurso atualizado em frases que a língua se forma e se configura. Aí começa a linguagem.” (ibid., p. 140). Nessa acepção, a frase consiste em uma *atualização* das formas da língua pelo locutor e é a sua dupla propriedade (ter sentido e referência) que a torna analisável para este locutor, “a começar pela aprendizagem que ele faz do discurso quando aprende a falar e pelo exercício incessante da sua atividade de linguagem em todas as situações.” (ibid., p. 140). Embora mencione a aprendizagem da *fala* e, ainda, aponte que a frase possui três modalidades (assertivas, interrogativas e imperativas) que “refletem os três

⁷⁷ Na tradução brasileira deste artigo, a palavra utilizada é “enformada”. No entanto, Benveniste utilizou a palavra “informée”, de modo que julgamos mais adequado traduzir por “informada”.

comportamentos fundamentais do homem falando e agindo pelo discurso sobre o seu interlocutor [...]” (BENVENISTE, 1964/2005, p. 139), Benveniste não delimita se a atualização da língua se dá especificamente em uma instância falada ou, então, se pode ocorrer em uma instância escrita. Suas reflexões sobre o estatuto da frase são de ordem mais geral e entendemos que, se se pode “encontrar algo de análogo na escrita” (ibid., p. 135) quanto aos procedimentos analíticos, podemos estender a ambas as instâncias (falada e escrita) as propriedades relativas à frase aqui apresentadas.

Como atualização da língua, a *frase* não possui extensão delimitada e, assim, não se pode compreendê-la segundo o ponto de vista sintático (gramatical). É Benveniste quem salienta que “o número de signos que entram numa frase é indiferente” (ibid., p. 137) e que ela é uma “criação indefinida, variedade sem limite” (ibid., p. 139). Quando o linguista assinala essa dimensão da linguagem em ação, cuja expressão é o “discurso atualizado em frases” (ibid., p. 140), torna-se, então, possível aproximar *frase* e *texto*. E é nessa perspectiva que a frase representa o último nível de análise a que se pode chegar.

Esses dois sentidos de frase por nós pontuados, *frase* como *unidade* ou *segmento do discurso* e como *discurso*, podem ser relacionados às duas “dimensões de frase” delineadas por Ono (2007): a autora afirma que, por um lado, há uma

[...] dimensão formal, em que a frase é considerada como uma unidade discreta, segmento de discurso; por outro lado, como uma dimensão de atualização, na qual é concebida como a língua em ação, conseqüentemente, cada vez particular e inclassificável. Com certeza, a frase já é tradicionalmente definida como uma seqüência de palavras e como um segmento de discurso, mas Benveniste introduz em sua definição uma nova dimensão, a de *língua em ação*. (ibid., p. 61-62, grifo itálico da autora, tradução nossa)⁷⁸.

Segundo Ono (op.cit.), essas duas dimensões se recobrem na concepção de *frase*, de forma que “quanto a seu aspecto formal, a frase pode ser concebida como integrante do discurso, mas, como expressão semântica, situada na dimensão da língua em funcionamento, ela é sempre singular, relativa a *eu-tu-aqui-agora*.” (MELLO, 2012, p. 62), portanto, é atualização.

O próximo artigo de Benveniste que coloca em relevo a noção de frase é *A forma e o sentido na linguagem* (BENVENISTE, 1967/2006). Após caracterizar a estrutura e as relações

⁷⁸ “D’une part, une dimension formelle, où la phrase est considérée comme une unité discrète, segment de discours; d’autre part, une dimension d’actualisation, dans laquelle elle est conçue comme la langue en action, en conséquence chaque fois particulière et inclassable. Certes, la phrase est déjà traditionnellement définie comme une séquence de mots et comme un segment de discours, mais Benveniste introduit dans sa définition une nouvelle dimension, celle de *langue en action*.” (ONO, 2007, 61-62, grifo da autora).

no âmbito do signo, unidade semiótica, Benveniste pergunta-se: e a frase? Segundo ele, é sempre por meio de frases que nos comunicamos, mesmo que sejam, por vezes, truncadas, embrionárias e incompletas. Benveniste alerta: considerar signo e frase implica considerar “dois mundos distintos”, visto que há, para a língua, “duas maneiras de ser língua no sentido e na forma”: a língua como semiótica e a língua como semântica. A primeira tem por função significar, a segunda, comunicar. É, pois, a “noção de semântica [que] nos introduz no domínio da língua em emprego e em ação [...]” (BENVENISTE, 1967/2006, p. 229) e a frase é “a expressão semântica por excelência”.

Segundo Benveniste, esses dois sistemas, o semiótico e o semântico, se superpõem, o que o linguista traduz através da expressão *língua-discurso*. Esses termos, *língua* e *discurso*, não mais se opõem, mas, como o próprio mestre enunciativo salienta, se *superpõem*: na base há o sistema semiótico, sobre o qual “a língua-discurso constrói uma semântica própria” (ibid., p. 234). A frase está ligada, neste contexto de reflexão, à atualização das formas da língua, porque ligada à semântica, a qual “resulta de uma atividade que coloca a língua em ação” (ibid., p. 230). Essa atividade é empreendida pelo locutor, motivo pelo qual a ideia que a frase exprime implica o sentido realizado formalmente “pela escolha, pelo agenciamento de palavras, por sua organização sintática, pela ação que elas exercem uma sobre as outras” (ibid., p. 230) – movimentos operacionalizados pelo locutor – e, além disso, implica referência à situação de discurso e à atitude deste locutor. Esse conjunto de circunstâncias faz com que a frase seja, a cada atualização, sempre única e singular, porque ligada a *eu-tu-aqui- agora* (pessoa, espaço e tempo) irrepetíveis. Nas palavras de Benveniste,

Se o “sentido” da frase é a ideia que ela exprime, a “referência” da frase é o estado de coisas que a provoca, a situação de discurso ou de fato a que ela se reporta e que nós não podemos jamais prever ou fixar. Na maior parte dos casos, a situação é condição única, cujo conhecimento nada pode suprir. A frase é então cada vez um acontecimento diferente; ela não existe senão no instante em que é proferida e se apaga neste instante; é um acontecimento que desaparece. (ibid., p. 231).

A frase como atualização da língua pressupõe a atividade do locutor, cujo dizer, então, é por ela materializado. Nessa acepção, como produto de um ato enunciativo, frase pode ser aproximada a *enunciado*, a *discurso* e, por conseguinte, a *texto*. À exceção do termo *texto*, os demais são postos em relação pelo próprio Benveniste:

O sentido da **frase** é de fato a *ideia* que ela exprime; este sentimento se realiza formalmente na língua pela escolha, pelo agenciamento de palavras, por sua organização sintática, pela ação que elas exercem sobre as outras. Tudo é dominado pela condição do sintagma, pela ligação entre os elementos do **enunciado** destinado a transmitir um sentido dado, numa circunstância dada. Uma **frase** participa sempre do “aqui e agora”; algumas unidades de **discurso** são aí unidas para traduzir uma certa ideia interessante, um certo presente de um certo locutor. (BENVENISTE, 1967/2006, p. 230, grifo itálico do autor, grifos negrito nossos).

Em *Semiologia da língua* (id.,1969/2006), a distinção semiótico/semântico é retomada e, por conseguinte, também é retomada a noção de frase, embora o termo frase não seja praticamente utilizado. Neste artigo, Benveniste explica que “a língua significa de uma maneira específica e que não está senão nela” (ibid., p. 64); ela possui uma *dupla significância*: combina o modo semiótico, próprio do signo, e o modo semântico, um “modo específico de significância que é engendrado pelo DISCURSO” (ibid., p. 65). Antes, o semântico tinha por expressão a frase; agora, o *discurso*. Apesar de os termos diferirem, a noção de atualização da língua por um locutor se mantém. Quanto à frase, neste texto Benveniste observa que “do signo à frase não há transição, nem por sintagmatização nem por nenhum outro modo. Um hiato os separa.” (ibid., p. 66).

Ono (2007) observa que neste artigo ocorre a substituição do termo *frase* pelo termo *enunciação*. Segundo aponta, é a enunciação que vai realizar a principal função da frase, que é a de atualizar o sistema de signos.

De fato, quando Benveniste esforça-se para delimitar esse *grande fenômeno*, em *O aparelho formal da enunciação* (BENVENISTE, 1970b/2006), o termo *frase* não mais aparece. A preocupação do linguista está em cercar o *ato* de apropriação e de utilização da língua pelo locutor e a esse contexto subjaz a noção de frase e de outros termos que se refiram à materialidade produzida a partir desse ato enunciativo, como *enunciado* e *discurso*. O que devemos, sobretudo, destacar é a relação que há entre *termo* e *noção*. É possível que uma mesma noção seja manifesta por termos diferentes ou, ainda, que o mesmo termo possa ter diferentes noções. É o que ocorre com a noção de *produto da enunciação*: às vezes, Benveniste a ela se refere com o termo *enunciado*; em outros contextos, com o termo *discurso* ou, ainda, com *frase*. Já o termo *enunciação*, por exemplo, veicula diferentes noções, como tão bem mapeou Ono (2007). Essa flutuação terminológica, como já havia advertido Normand, exige que redobremos a atenção e o cuidado na leitura do autor. Ler e reler Benveniste não é tarefa fácil!

Essa *rede conceitual* que se cria a partir dos termos e noções possibilita que se explorem diferentes relações, seja a partir da ocorrência do termo *frase*, seja a partir dos

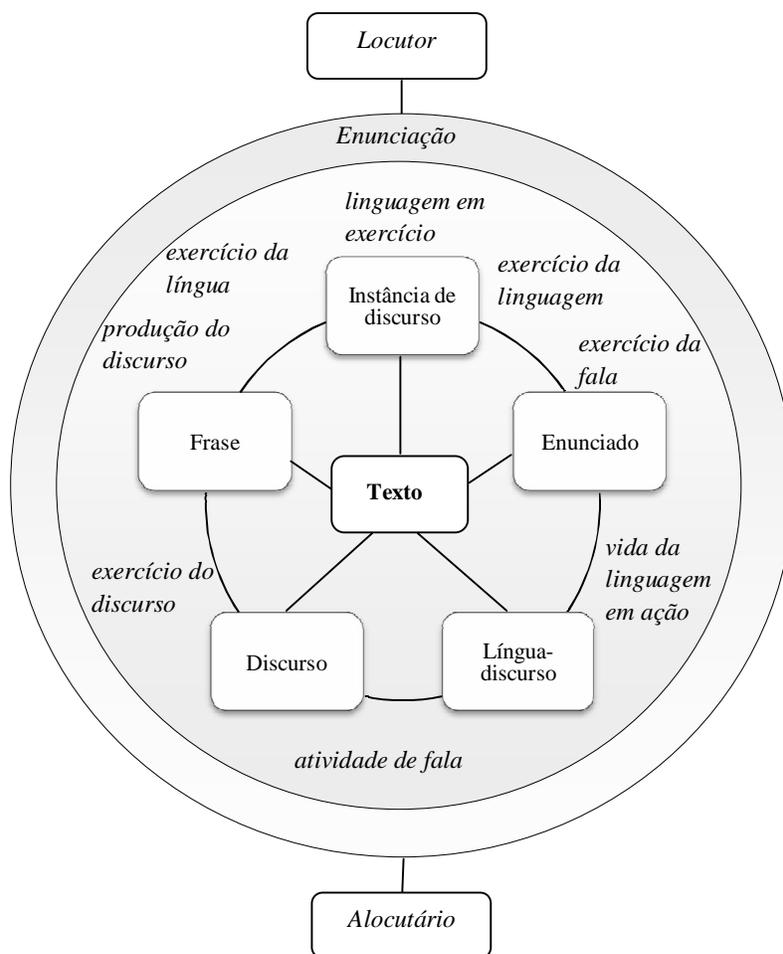
demais termos discutidos neste item, como *enunciado*, *discurso*, *enunciação*, etc. Por isso, as análises desenvolvidas por nós são apenas ilustrativas de algumas dessas relações que podem ser verificadas nessa *rede*⁷⁹. Julgamos que esse breve percurso investigativo já nos provê com elementos suficientes para que articulemos tal rede de conceitos enunciativos a *texto*.

Ao analisarmos as ocorrências de *texto* em 3.1, vimos que o sentido teórico deste termo delineava-se na relação com outros termos da teoria enunciativa benvenistiana, termos sobre os quais nos detivemos nesse item. O percurso investigativo até aqui empreendido permite que vislumbremos uma *constelação* de termos e noções que podem associar-se a fim de elaborar um quadro conceitual para *texto*. Nessa *constelação* que se arquiteta em função do *texto*, temos termos teóricos, como *enunciado*, *discurso*, *enunciação*, *língua-discurso*, *instância de discurso*, mas também termos não teóricos, como *exercício da linguagem*, *linguagem em exercício*, *exercício da língua*, *exercício da fala*, *produção do discurso*, *exercício do discurso*, *atividade de fala*, *vida da linguagem em ação*.

O esquema na próxima página (diagrama 4), embora não consiga traduzir todas as relações instauradas, busca ilustrar o quadro conceitual em que estão implicados ato e produto do ato enunciativo.

⁷⁹ A ideia de uma *rede de conceitos* está articulada com o que defende Flores (2004): o autor considera a teoria enunciativa de Benveniste uma *rede de primitivos teóricos*, na medida em que muitos dos conceitos da teoria “têm existência garantida apenas porque articulados a outros conceitos” (ibid., p. 222).

Diagrama 4: Constelação de termos teóricos e não teóricos



A concepção de *texto* sob um ponto de vista enunciativo deve arquitetar-se em consonância com as propriedades desses termos e noções que, conjuntamente, criam uma *constelação*, cuja *estrela* maior é o *texto*, edificado pela atividade do locutor que coloca a língua em funcionamento. O próximo capítulo, *costurando* esses elementos, finalmente esboça as concepções enunciativas para *texto* e investiga o funcionamento dos *aspectos da enunciação* implicados neste objeto, em suas instâncias falada e escrita.

Capítulo 4

O TEXTO FALADO E O TEXTO ESCRITO SOB A PERSPECTIVA ENUNCIATIVA

Vemos desta vez na língua sua função mediadora entre o homem e o homem, entre o homem e o mundo, entre o espírito e as coisas, transmitindo a informação, comunicando a experiência, impondo a adesão, suscitando a resposta, implorando, constringendo; em resumo, organizando toda a vida dos homens.

*Émile Benveniste
A forma e o sentido na linguagem*

4 O TEXTO FALADO E O TEXTO ESCRITO SOB A PERSPECTIVA ENUNCIATIVA

Este capítulo tem por objetivo formular as noções enunciativas de *texto*, geral e específicas (4.1), a partir do itinerário de leitura desenhado no capítulo 2 e da investigação teórico-metodológica empreendida no capítulo 3. Tomando as concepções enunciativas de *texto* como pauta, propomos o deslocamento da reflexão acerca dos *aspectos* da enunciação – a *realização vocal da língua*, a *semantização da língua* e o *quadro formal de realização da enunciação* – para o campo do texto, investigando como tais *aspectos* funcionam nos fenômenos específicos da enunciação, a saber, na fala e na escrita em suas instâncias textuais(4.2).

4.1 AS CONCEPÇÕES ENUNCIATIVAS DE TEXTO: DO FENÔMENO GERAL AOS FENÔMENOS ESPECÍFICOS DA ENUNCIÇÃO

O desafio assumido por nós neste item é o de propor, tomando por base os fundamentos enunciativos da teoria benvenistiana, uma noção geral e noções específicas para *texto*, considerando sua relação com o *fenômeno geral da enunciação* e seus *fenômenos específicos*. Essa terminologia que relaciona *fenômeno geral da enunciação* a seus *fenômenos específicos* advém da leitura que realizamos de *O aparelho formal da enunciação* (BENVENISTE, 1970b/2006) para o escopo de nosso estudo. Ao tratar do aspecto vocal da enunciação, Benveniste traz o sintagma “fenômeno geral da enunciação” (ibid., p.82) para, após, adentrar na realização vocal da língua. Disso concluímos que a realização vocal seria um *fenômeno específico da enunciação*. No final do texto, como já mencionamos, o teórico ressalta a necessidade de distinguir a *enunciação falada* da *enunciação escrita*, o que corrobora o entendimento dessas duas modalidades de enunciação como *fenômenos específicos*.

Um longo caminho foi trilhado para que pudéssemos, enfim, chegar a formular as possíveis noções para *texto* neste capítulo. A partir das reflexões iniciais desenvolvidas na Introdução deste trabalho, delineamos uma noção inicial para *texto*, a qual levava em conta o olhar do *conhecedor*, ainda sob um ponto de vista externo à pesquisa: *texto* foi definido provisoriamente como *produto de uma atividade discursiva que envolve locutores (sujeitos falantes), inscritos em determinado tempo e espaço – produto que se caracteriza por*

constituir uma unidade global de sentido. É essa noção inicial que vamos, a partir de agora, *refinar*, considerando, para isso, a junção do ponto de vista externo ao ponto de vista interno – o da teoria enunciativa benvenistiana –, no interior mesmo do que Normand (2009) designa *ponto de vista do conhecedor*.

O itinerário de leitura dos artigos de Benveniste, organizado no capítulo 2 a partir dos *aspectos da enunciação* propostos pelo linguista em *O aparelho formal da enunciação* (BENVENISTE, 1970b/2006), permitiu que apreendêssemos a teoria enunciativa em sua globalidade, dada a transversalidade dos conceitos que instauram o campo, o que possibilitou, ainda, colocar em evidência a rede de relações que se estabelecem entre esses diferentes conceitos. Esse itinerário também permitiu constatar que aquela noção inicial e provisória de *texto* fazia-se presente, de certa maneira, na reflexão enunciativa benvenistiana, embora o autor não se referisse a ela como *texto: enunciado, frase, discurso, língua-discurso* são exemplos de termos utilizados pelo linguista para dar conta dessa *atividade* do locutor na e com a língua. Ora, se esse referencial possuía, então, potencialidade para tratar de diferentes elementos implicados na língua em uso, e se a ele subjazia uma possível noção para *texto*, cumpria investigar mais detalhadamente como o termo ou a noção de *texto* inseriam-se nessa reflexão.

Com esse objetivo, lemos e relemos nosso *corpus* teórico de referência, destacando as passagens textuais em que o termo *texto* fazia-se presente. Analisamos cada excerto, buscando depreender os sentidos que *texto* assumia em cada contexto de uso. Verificamos que o termo assumia significações variadas, configurando ora empregos descritivos (não teóricos), ora empregos teóricos, não havendo progressão conceitual em seu uso, conforme sintetizamos em 3.1.2. Em ambos os empregos, não teórico e teórico, averiguamos que *texto* remetia à ideia de *materialidade linguística, de algo concreto, realizado e observável*. Em relação aos empregos teóricos de *texto*, situados no âmbito da teoria enunciativa, averiguamos que essa ideia de materialidade estava relacionada ao produto gerado a partir do ato de enunciação e que as nuances percebidas nas significações de *texto* eram conferidas, especialmente, pela relação que o termo estabelecia com outros termos da teoria enunciativa. Dessa forma, julgamos essencial voltar nosso olhar atento para esses termos. Uma vez que nos detivemos sobre os termos *enunciado, discurso, instância de discurso, frase*, dentre outros e apreendemos suas noções, esboçando uma *constelação teórica* (cf. 3.2), o entendimento acerca do que poderia ser considerado *texto* do ponto de vista enunciativo tornou-se mais claro. Constatamos que, apesar de não haver uma definição explícita para *texto* em Benveniste, subjaziam às suas

reflexões enunciativas noções que remetiam à *língua em uso*, ao emprego que o locutor faz da língua – noções que estavam, especialmente, relacionadas aos termos investigados.

Logo, tomando por base os fundamentos teóricos discutidos desde os capítulos anteriores e considerando a existência de um *fenômeno geral da enunciação* e de *fenômenos específicos* a ele relacionados, uma *noção geral para texto* pode ser formulada, bem como *noções específicas*, que se manifestam e se organizam de modo distinto nos textos falado e escrito. Para tanto, torna-se preciso, antes, recuperar o que o mestre enunciativo entende por *linguagem* e *língua*, noções que determinam sobremaneira o seu entendimento acerca da *enunciação* e, por conseguinte, os deslocamentos que operaremos em direção ao *texto*.

A linguagem, para Benveniste, é a *condição de existência do homem*. Segundo o linguista (BENVENISTE, 1963b/2005, p. 27), a linguagem é inerente à condição humana e consiste na faculdade de simbolizar. A situação intrínseca ao exercício da linguagem é a da *troca* e do *diálogo*, já que “é um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem, e a linguagem ensina a própria definição do homem” (id.,1958a/2005, p. 285). Nesse sentido, *linguagem* e *intersubjetividade* estão intimamente ligadas. Como ressalta Silva (2009, p. 139), a linguagem constitui-se como o lugar das *relações intersubjetivas*, realizando uma função *mediadora*, “seja homem/sociedade, seja homem/cultura, seja homem/homem” (ibid., p. 142), relações essas que são necessárias para o uso da língua. A linguagem é, pois, esse “lugar que comporta os sujeitos e a língua” (ibid., p. 143). Assim, para falar de linguagem requer que se fale de língua, porque “a linguagem se realiza sempre dentro de uma *língua*, de uma estrutura linguística definida e particular, inseparável de uma sociedade definida e particular.” (BENVENISTE, 1963b/2005, p. 31, grifo do autor). A língua, para Benveniste, é concebida como um sistema que comporta formas a serem atualizadas em uma situação enunciativa e, desse modo, comporta em sua estrutura mesma a *regularidade* do sistema e a *singularidade* do uso. A enunciação, então, é “este colocar em funcionamento” essa língua por um “ato individual de utilização” (id.,1970b/2006), processo que implica locutor e alocutário inseridos em tempo e em espaço.

Essa estrutura enunciativa está, pois, pressuposta tanto no *fenômeno geral da enunciação* quanto nos *fenômenos específicos*. A possibilidade de elaborar-se uma noção geral para *texto* e, posteriormente, noções específicas para *texto falado* e *texto escrito*, encontra esteio, como mencionamos anteriormente, na consideração da enunciação como *fenômeno geral* e como *fenômenos específicos*. Ao afirmar que o aspecto vocal de realização

da língua, em geral, é o menos visto “em relação ao fenômeno geral da enunciação” (BENVENISTE, 1970b/2006, p. 82), Benveniste autoriza-nos a considerar a enunciação sob estes dois pontos de vista: o *geral* e o *específico*. Vimos que a enunciação, como um *fenômeno geral*, além de compreender a totalidade da língua, estendendo-se a todos os seus níveis (fonológico, morfológico, sintático, lexical, etc.), reúne as propriedades gerais do ato de apropriação e utilização da língua independentemente do nível ou instância linguística em que se instaure tal ato. Sob a designação de *fenômeno geral da enunciação* podemos tratar dos postulados da teoria enunciativa de Benveniste e da instauração de sua *linguística*, a do *discurso*. Essa ideia de um *fenômeno geral da enunciação* autoriza-nos, portanto, a pensar o texto também em termos de generalidade: o que podemos entender por *texto*, de modo geral, no interior da teoria enunciativa?

Ora, algumas aproximações *generalizantes* entre os termos enunciativos investigados e *texto* foram, aos poucos, sendo esboçadas no capítulo anterior (cf. 3.2). Ao examinarmos o termo *enunciado*, concluímos que este se distingue da *enunciação* definindo-se como produto do ato enunciativo; a natureza desse produto, se falado, se escrito, não é considerada para a concepção teórica de *enunciado*, de forma que entendemos ser este um termo do âmbito do *fenômeno geral da enunciação*. *Texto* e *enunciado* foram associados no que se refere à noção de materialidade linguística produzida a partir do ato de enunciação.

Verificamos que a noção de produto da enunciação também é expressa por meio do termo *discurso*; este, por sua vez, apresenta nuances em sua significação, as quais permitem que ora seja considerado no âmbito da fala, ora no âmbito da escrita – o que retomaremos mais adiante, quando da abordagem dos *fenômenos específicos da enunciação*. De um modo geral, o *discurso* é, pois, o produto da atividade intersubjetiva, “manifestação da enunciação” (ibid., p. 82). *Discurso*, além de remeter à ideia de produto, também veicula a de atividade do locutor que coloca a língua em ação: Benveniste o apresenta como “a língua enquanto assumida pelo homem que fala” (id., 1958a/2005, p. 293) e como “a linguagem posta em ação – e necessariamente entre parceiros” (ibid., p. 284). Nesse sentido, podemos dizer que o *discurso* conjuga o ato e o produto do ato enunciativo. Logo, os termos não teóricos e teóricos que reenviam ao *exercício da linguagem* pelo locutor são postos em evidência: *exercício da fala*, *produção do discurso*, *língua-discurso*, *língua como atividade*, *exercício da linguagem*, *exercício do discurso*. Como é este – o *discurso* – o termo escolhido por Benveniste para dar conta da atividade do locutor quando estão em pauta as articulações promovidas entre os

modos semiótico e semântico da significação, podemos associar *texto*, de um modo geral, às noções que aquele conjuga de ato e produto do ato de enunciação.

Tão logo o *discurso* coloca-se como conceito-chave da Enunciação, a noção de *frase* assume relevância teórica. A *frase*, como vimos, pode ser associada a *enunciado*, no sentido de configurar-se como uma materialidade linguística produzida a partir da enunciação – inclusive reveza, por vezes, com esse termo nos escritos de Benveniste. No entanto, sua noção vai além: ela pode ser compreendida como uma unidade ou um segmento do discurso ou como o próprio *discurso*, uma vez que a *frase* não possui extensão delimitada. Ao colocar em relevo essa dimensão da linguagem em ação, a *frase* pressupõe a *atividade* do locutor, cujo dizer é por ela materializado; nessa direção, a *frase* pode associar-se a *texto*. Essa assimilação de *frase* a *texto* não é novidade: Mello (2012), em recente tese, salienta que

[...] é importante que deixemos claro que não se encontra em Benveniste [...] uma definição de texto, mas sua afirmação de que “a frase, **criação indefinida, variedade sem limite**, é a própria vida da linguagem em ação” [BENVENISTE, 1964/2005, p. 139, grifo da autora] autoriza-nos a concluir que sua concepção de frase é mais ampla do que a que se conhece nos estudos de sintaxe tradicional, podendo inclusive ser compreendida como texto. (ibid., p. 47).

Segundo a autora, quando Benveniste afirma que a frase é uma “variedade sem limite”, é possível sustentar “que ela pode abarcar porções breves ou extensas de texto ou coincidir com o próprio texto. Ao usar a expressão ‘própria vida da linguagem em ação’, Benveniste aproxima a noção de frase da noção de enunciação ou de discurso.” (ibid., p. 62). Mello (ibid., p. 84), tomando a noção de *frase* como guia e observando alguns usos do termo *texto*, formula a seguinte noção: “texto é uma unidade linguística intersubjetiva, de dimensões variadas, resultante de um ato de enunciação.” A noção a que chega a autora é da ordem do *geral* e, diríamos, está para o *fenômeno geral da enunciação* (cf. 2.3).

A retomada sintética da investigação de alguns dos principais termos que podem ser assimilados a *texto* tem por objetivo colocar em evidência a seguinte propriedade: se o discurso ou a frase constituem um *exercício de linguagem* do locutor e, ao mesmo tempo, materializam essa ação de colocar a língua em funcionamento, o *texto* conjuga o ato de enunciação e a materialização do produto desse ato de tomada da palavra. *Texto*, de um modo geral, pode ser concebido como *o resultado de um processo de produção intersubjetiva*,

*condensando o ato de enunciação e o produto deste, cuja materialidade, de extensão não delimitada, apresenta as marcas linguísticas do sentido atualizado em formas*⁸⁰.

Ao contrário do que essa definição possa suscitar, o *texto* não deve ser confundido com o ato ou o processo da enunciação. Ele é, de fato, o que resulta desse processo de apropriação e atualização da língua. No entanto, essa materialidade linguística retém as *marcas* desse *processo*, posto que “a relação do locutor com a língua determina os caracteres linguísticos da enunciação” (BENVENISTE, 1970b/2006, p. 82), o que possibilita que seja observado como tal. Este é o grande diferencial da teoria enunciativa, se assim se pode dizer: a Enunciação possibilita olhar para o *texto* como *língua-discurso*, não apenas como um produto, mas como um *processo*, um modo de ação do locutor⁸¹ que toma a língua por sua conta e que, na relação intersubjetiva com o alocutário, produz referências para constituir-se como tal e para expressar sua relação com o outro e com o mundo, agindo, por intermédio desse *texto*, para a constituição desse mundo, desse alocutário e de si mesmo como *sujeito*. Isso porque a “linguagem é para o homem um meio, na verdade, o único meio de atingir o outro homem, de lhe transmitir e de receber dele uma mensagem. Consequentemente, a linguagem exige e pressupõe o outro.” (ibid., p. 93). Logo, o uso da língua não se dá senão por *textos*, seja qual for sua extensão, seja qual for sua natureza, em cuja base está pressuposta a estrutura enunciativa (*eu-tu-aqui-agora*).

Isso quer dizer que, para tratar do *texto*, esbarra-se *naquele que fala*, no *locutor* e, por conseguinte, no *sujeito*: “Como seria possível não tropeçar a todo momento no sujeito, se a significação ancora-se na enunciação?” (SILVA; ENDRUWEIT, 2011, p. 242). Na perspectiva enunciativa, como salienta Silva (2009, p. 154), aborda-se “o uso da língua a partir da consideração do sujeito que se enuncia”, fato que nos leva a buscar esclarecer de que *sujeito* é esse que se fala quando se trata da enunciação. A ambiguidade do termo deve ser desde já assinalada:

⁸⁰ Apesar de Benveniste utilizar e dar relevo ao termo *palavra* quando trata do sentido atualizado pelo locutor – em *O aparelho formal da enunciação* (BENVENISTE, 1970b/2006, p.83, grifo nosso), o teórico aponta que o que está em questão no segundo aspecto da enunciação é “ver como o ‘sentido’ se forma em ‘palavras’”; em *Semiologia da Língua* (id., 1969/2006, p. 65, grifo nosso), ressalta que o sentido é concebido globalmente e “que se realiza e se divide em ‘signos’ particulares, que são as PALAVRAS.”; em *A forma e o sentido na linguagem* (id., 1967/2006, p. 230, grifo nosso), assinala que o sentido da frase, que é a ideia que ela exprime, “realiza-se formalmente na língua pela escolha, pelo agenciamento de **palavras**, por sua organização sintática, pela ação que elas exercem umas sobre as outras” –, optamos por utilizar o termo *forma*. Expliquemo-nos: considerando a *transversalidade da enunciação* (cf. FLORES, 2009; 2011), todos os níveis linguísticos são significativos no *texto*, desde os elementos fonológicos, até os elementos morfológicos, sintáticos, lexicais; entendemos que o termo *forma* abarca essa amplitude que *palavra* parece não pôr em evidência.

⁸¹ O que vem ao encontro do quarto princípio de análise formulado por Mello (2012, p. 94): “O texto constitui um modo de ação de locutor sobre o alocutário”.

Por esse termo, tanto podemos nos referir à representação do sujeito na linguagem através de marcas delimitadas no enunciado, quanto ao sujeito propriamente dito, tomado como uma entidade cuja compreensão diz respeito a aspectos filosóficos, antropológicos, psicanalíticos, e, portanto, transcendentais ao quadro teórico da linguística.

Não é de um *sujeito*, sede de sentimentos, pensamentos, saber, intenção, nem de um *sujeito* do inconsciente que fala Benveniste. Na verdade, não há teoria do *sujeito* em suas formulações, no sentido em que há teoria do *sujeito* na filosofia e na psicanálise. Sua teoria da enunciação propõe um estudo das representações do sujeito na língua e não do próprio sujeito [...]. (TEIXEIRA, 2006, p. 239).

Como esclarece Teixeira (op.cit.), a Enunciação não estuda o sujeito em si, mas as marcas, as representações linguísticas deste no fio do discurso, já que a relação que estabelece com a língua determina os caracteres linguísticos da enunciação. Temos, então, a noção de locutor “como o que realiza o ato, e a de *eu* como uma forma da língua que, em ação no discurso, marca a presença da pessoa e, por consequência, do sujeito.” (SILVA, 2009, p. 161). Nessa direção, “estamos considerando o sujeito a partir de sua constituição na enunciação por meio de marcas e mecanismos inscritos em seu discurso. É pela consideração do *modo* como se marca no discurso que podemos falar do sujeito que se enuncia como um efeito de linguagem.” (ibid., p. 157, grifo da autora).

Dessa maneira, considerando que Benveniste volta sua atenção para o *homem* e para os efeitos de sua presença na língua, também retomamos a concepção de *intersubjetividade* desenvolvida por Silva (2009)⁸². Segundo a autora, essa relação *homem/homem* aponta para a condição humana “de homem como ser falante na cultura” (ibid., p. 160) e instaura o que denomina *intersubjetividade cultural*; a relação *locutor/alocutário* aponta para as figuras parceiras do diálogo, os protagonistas da enunciação e, assim, instaura a *intersubjetividade da alocução ou dialógica*; a presença do locutor/alocutário em sua enunciação faz emergir os índices de pessoa e a relação se expressa pelas formas de pessoa (*eu-tu*) no discurso, instaurando a *intersubjetividade linguístico-enunciativa*. Assim, a autora concebe a intersubjetividade como atravessada por diferentes instâncias enunciativas, a *cultural*, a *dialógica* e a *linguístico-enunciativa*, consideradas em simultaneidade no ato enunciativo. Essas três instâncias são constitutivas do *texto*, porque este se trata do *exercício de linguagem*

⁸² Silva (2007; 2009) propõe uma abordagem enunciativa em aquisição da linguagem e, por tratar de diversos aspectos relativos à língua em uso, acreditamos que algumas de suas reflexões podem ser deslocadas para o trabalho com o *texto*.

de um homem, na relação com outro homem, inseridos em determinada sociedade e que, apropriando-se da língua, tornam-se locutores e nela e por ela se inscrevem como sujeitos⁸³.

No *texto*, essas *instâncias intersubjetivas* estão imbricadas e podem ser descritas a partir da consideração de *texto* como *ato* de atualização da palavra. Silva (2009) considerou a análise do funcionamento da fala da criança na condição de *atos enunciativos* construídos a partir de recortes, os quais, segundo a autora, foram descritos a partir de dois planos: “o da enunciação como ato e o da enunciação como atualização da língua em discurso.” (ibid., p. 225).

Consideramos que as enunciações, constituídas nas relações de interlocução da criança com o outro, apontam esses dois planos: 1) *como atos* são sempre novas e realizam, a cada vez, a inserção do locutor em um momento novo do tempo e em circunstâncias diferentes e 2) *como discursos* evidenciam os funcionamentos subjetivo, intersubjetivo e referencial da linguagem, através da atualização de formas e funções da língua, que instanciam o locutor em sua relação com a enunciação e convocam o alocutário a se inscrever no ato enunciativo. (ibid., p. 225, grifos da autora).

Pensamos que o texto pode ser observado sob esses dois *ângulos*, posto que, como vimos, conjuga essas duas instâncias: o *ato* e o *produto do ato*.

1) Considerando o texto sob o ponto de vista do *ato*, podemos examinar as relações enunciativas (inter)subjetivas que lhe constituem, tal como as relações entre o *eu* e o *tu*, e entre esses e o objeto da alocução, o *ele*, verificando a instanciamento da (inter)subjetividade e a relação que o locutor estabelece com sua enunciação;

2) considerando o texto sob o ponto de vista do *discurso*, voltamo-nos para o exame do jogo das formas e funções engendradas para a constituição de sentidos e referências pelo locutor e de correferências pelo alocutário, verificando o modo de organização e as operações instauradas para a conversão da língua em discurso – movimento analítico que pode ser representado pelo trinômio *semantização-sintagmatização-semantização*, pois voltamo-nos, primeiramente, para *o que diz o texto* e, em seguida, para *o como o diz*, o que, por sua vez,

⁸³ Quando Benveniste propõe sua noção de semântica, de certo modo, autoriza a “abertura para o mundo”. Define o linguista que “a semântica é o ‘sentido’ resultante do encadeamento, da apropriação pela circunstância e da adaptação dos diferentes signos entre eles. Isso é absolutamente imprevisível. É a abertura para o mundo.” (BENVENISTE, 1968a/2006, p.21). Esse domínio, segundo o autor, não compreende somente a língua; afirma que somos levados à **cultura**, já que ela também é “um sistema que distingue o que tem sentido, e o que não tem.” (id.,1968a/2006, p.22).

promove a *re-constituição*⁸⁴ e a *re-significação* dos sentidos e suas referências para o locutor-analista.

Esses planos são, pois, simultâneos na atualização da língua e, assim, no texto. Abordar o texto como *ato* e como *discurso* permite evidenciar o funcionamento (inter)subjetivo e referencial do discurso, tal como aponta Benveniste (1970a/2006, p. 101), na justa medida em que é a língua que fornece o instrumento linguístico que assegura esse duplo funcionamento, subjetivo e referencial, do discurso.

Essas proposições – a concepção geral de *texto* e sua abordagem como *ato*, por um lado, e como *discurso*, por outro – situam-se no âmbito do *fenômeno geral da enunciação*, isto é, qualquer texto que, independentemente de sua natureza, seja tomado como objeto de análise pode ser observado desde esses pontos de vista. Princípios de ordem geral, ancorados nos fundamentos da Teoria da Enunciação de Émile Benveniste, foram elaborados por Mello (2012) como uma possibilidade de guia para uma análise textual, seja no âmbito da fala, seja no da escrita⁸⁵; como a autora não operou, em sua tese, a distinção entre o texto falado e o texto escrito, entendemos que esse ainda se mantém como um desafio para nós, estudiosos de Benveniste e interessados na prática de estudo do texto.

Ora, a língua pode ser atualizada de duas maneiras: de modo falado e de modo escrito. É o que Benveniste sugere ao final de *O aparelho formal da enunciação* (BENVENISTE, 1970b/2006, p. 90), quando aponta que “seria preciso também distinguir a enunciação falada da enunciação escrita”. A *enunciação falada* e a *enunciação escrita* são essas duas possibilidades de atualização da língua. Ambas são apresentadas como *atos* pelo linguista, posto que levam em sua designação o termo *enunciação*. Se ambas são *atos* que colocam a língua em funcionamento, podem ser consideradas como *fenômenos específicos de enunciação*, visto que cada qual apresenta propriedades distintas em relação à tomada da palavra e sua conversão em discurso, em texto. Cumpre verificar, portanto, em que e como esses atos se distinguem e como podem ser concebidos em termos de *texto*. Portanto, para que possamos elaborar as noções específicas para *texto falado* e para *texto escrito*, coloca-se como

⁸⁴ Os termos (e suas grafias) *re-constituir* e *re-constituição* são tomados de Naujorks (2011, p. 49): o prefixo é colocado em evidência pois a autora entende a leitura como “um fazer de novo, um processo de (re)significação, ou seja, fazer de novo o percurso da significação.”

⁸⁵ São cinco os princípios gerais elaborados por Mello (2012): 1) o texto é um índice global de subjetividade; 2) o texto cria referência; 3) o texto é produzido na imbricação entre forma e sentido; 4) o texto constitui um modo de ação do locutor sobre o alocutário e 5) uma análise translinguística do texto focaliza a relação entre os planos global e analítico. A autora aplica os princípios gerais por ela elaborados na análise de três textos escritos.

condição a pesquisa acerca de suas distinções, pois, como diz Benveniste, “não podemos atingi-las a não ser pelo que as diferencia” (BENVENISTE, 1946/2005, p.248).

Quando Benveniste, ao final de *O aparelho formal da enunciação*, alerta para a necessidade da distinção entre essas modalidades, tal apontamento não se configura como uma *novidade* no pensamento do autor. Ele próprio, ao longo de seus escritos, já havia elencado peculiaridades de uma e de outra, deixando uma pista aqui e outra ali que demonstram que, de fato, ele considerava essas modalidades como processos singulares de apropriação da língua pelo locutor. Sob diferentes pontos de vista o linguista foi distinguindo a enunciação falada da enunciação escrita: a partir das categorias de pessoa, de tempo e de espaço, do processo de atribuição de referência. Agrupamos, a seguir, essas pistas para que possamos aclará-las.

Do ponto de vista da categoria de **pessoa**, Benveniste, em *A natureza dos pronomes* (id.,1956b/2005), observa o *texto linguístico de grande extensão*, cujo exemplo é um *tratado científico*, e o *curto texto falado*, pontuando que a utilização dos pronomes *eu-tu* sequer precisa fazer-se presente no primeiro, ao passo que o segundo dificilmente pode ser concebido sem o emprego de tal categoria. Como salientamos na análise do excerto 2 (cf. 3.1.1), essa distinção entre o *texto linguístico* e o *texto falado* remete à distinção *escrito* e *falado*, respectivamente, modalidades a que Benveniste refere-se como *gêneros de textos*. A presença da categoria de pessoa no *texto falado* parece ser mais evidente: a língua parece de fato estar ligada ao *produtor* dessa fala, porque necessita de seu aparelho vocal para ser materializada; logo, entram em cena sobretudo elementos de ordem fonética, como o timbre, a entonação, o ritmo e, inclusive, o sotaque ao pronunciar as palavras (elementos suprasegmentais). Além disso, quando falamos espontaneamente dificilmente deixamos de usar alguma forma linguística que remeta à categoria de pessoa. Já no *texto linguístico*, isto é, no *texto escrito*, a não utilização da categoria de pessoa corresponde a um *efeito de objetividade* que o locutor, quando do ato de escrita, busca causar sobre seu alocutário – como se a não expressão explícita de pessoa pudesse designar que *o texto fala por si*. É Benveniste quem adverte que “pouco importa que essas formas [de pessoa] devam figurar explicitamente no discurso ou possam aí permanecer implícitas.” (ibid., p. 279); isso porque a subjetividade não está unicamente marcada nos índices específicos de pessoa, tempo e espaço, mas também a partir dos procedimentos mesmos de engendramento, sintagmatização e semantização das formas da língua; toda a língua é submetida à enunciação e, portanto, é subjetiva. A observação quanto ao tamanho desses textos, *texto linguístico de grande extensão* e *curto texto falado*, evidencia,

ainda, que o emprego da categoria de pessoa independe da extensão do texto considerado: se no texto escrito extenso, que demanda mais *atividade* do locutor é possível não a utilizar, no de pequena extensão isso se torna mais fácil; se em um curto texto falado dificilmente deixamos de utilizar a categoria de pessoa, no extenso a probabilidade de utilizá-la aumenta ainda mais.

Também em *A linguagem e a experiência humana* (BENVENISTE, 1965a/2006) a categoria de **pessoa** é observada em seu funcionamento no *discurso* em oposição ao *texto escrito*. Após analisar o funcionamento da categoria de tempo, Benveniste estende à pessoa certas especificidades do tempo. Primeiramente, do ponto de vista da categoria de **tempo**, Benveniste contrasta o *discurso* e o *texto escrito*. Conforme discutimos na análise do excerto 10 (cf. 3.1.1), quando o locutor diz “agora, hoje, neste momento” localiza o acontecimento simultaneamente ao seu *discurso*, este relativo ao *texto falado*, ao passo que, sendo transpostos para o *texto escrito*, ou necessitarão ser acompanhadas de uma “correspondência explícita” ou transformar-se-ão no “agora, hoje, neste momento” do seu leitor e poderão ser aplicados indistintamente a todo e qualquer dia. De modo análogo, a categoria de pessoa também exige as mesmas correspondências explícitas que o tempo, porque designa “o indivíduo que enuncia a presente instância de discurso que contém a instância linguística *eu*” (id., 1956b/2005, p. 279); o *eu* subtraído do discurso falado e inserido no texto escrito poderá adequar-se, portanto, a “todo locutor possível”. Em seu estudo sobre a natureza dos pronomes (id., 1956b/2005), Benveniste alerta que, ao empregar *eu*, não há um objeto definível ao qual esse *eu* possa sempre se remeter identicamente; a cada instância de emprego, *eu* remeterá à sua instância de uso e corresponderá a um ser único. Trata-se, pois, de um *signo móvel* que pode ser assumido por todo e qualquer locutor, *forma* que foi instituída pela linguagem para “prevenir um perigo”:

se cada locutor, para exprimir o sentimento que tem da sua subjetividade irreduzível, dispusesse de um “indicativo” distinto (no sentido em que cada estação radiofônica emissora possui o seu indicativo próprio), haveria praticamente tantas línguas quantos indivíduos e a comunicação se tornaria estritamente impossível. (ibid., p. 281).

É por isso que Benveniste alerta que, quando em um texto escrito, este *eu* deve fazer-se acompanhar de uma indicação explícita, já que é o *eu* que se configura como uma chave para esse “sistema de referências internas” (ibid., p. 281). No texto escrito, o locutor faz-se presente através de formas e funções linguísticas que atualiza por meio dos índices específicos e dos procedimentos acessórios.

Em *A linguagem e a experiência humana* (BENVENISTE, 1965a/2006) também, embora de forma tangencial, Benveniste contrasta a enunciação falada e a enunciação escrita do ponto de vista da categoria de **espaço**, já que esses indicadores estão ligados à categoria de pessoa, assim como à de tempo, e sua referência instaura-se de forma coextensiva e contemporânea à instância que contém o *eu*. Por isso, Benveniste ressalta que se torna necessária uma “translocação espacial e temporal para objetivar os signos tais como ‘este’, ‘eu’, ‘agora’, que têm a cada vez um referente único na instância de discurso [...]” (ibid., p. 79). Interessante retomar a conclusão a que chega o linguista: “esta transferência faz aparecer a diferença de planos entre os quais deslizam as mesmas formas linguísticas, segundo sejam consideradas no **exercício do discurso** ou em **estado de dados lexicais**.” (ibid., p. 79, grifos nossos). Isto é, na fala ou na escrita, as formas à disposição do locutor são as mesmas, o aparelho formal da enunciação ofertado pela língua é o mesmo, o que se distingue é o funcionamento (inter)subjetivo e referencial das formas nesses dois planos.

O funcionamento referencial é, também, tomado como critério para a distinção entre a fala e a escrita. A produção de **referência**, na perspectiva enunciativa, integra a enunciação, ou seja, a partir do instante em que o locutor (*eu*) apropria-se da língua e enuncia para um alocutário (*tu*) para *falar de (ele)*, um centro de referência se instaura: quem fala é o *eu*, o tempo é *agora* e o espaço é *aqui*; falando, como diz Benveniste, “nós nos referimos a situações que são sempre situações presentes ou situadas em função do presente” (id., 1968b/2006, p. 32); assim, o conjunto único de circunstâncias que provoca o discurso não pode ser jamais previsto ou fixado, de modo que a referência é instaurada a cada ato enunciativo, na instância de discurso e, como esses, será sempre única e irrepitível. Ao analisarmos o excerto 17 (cf. 3.1.1), vimos que a história de um povo pode ser conhecida a partir de “textos que foram consignados por escrito” (ibid., p. 32), os quais devem conter, então, as “correspondências explícitas” e um “conjunto de coordenadas” para que se possa compreender as “referências intradiscursivas” (id., 1965a/2006, p.78-79), já que, uma vez escrito, pode ser lido a qualquer tempo e em qualquer contexto. Essa necessidade se cria porque “a linguagem, no seu funcionamento, não conhece nenhuma referência histórica: tudo o que dizemos está compreendido num contexto atual e no interior de discursos que são sempre sincrônicos.” (id., 1968b/2006, p. 32). Coloca-se à luz a diferença entre a referência instaurada na fala e na escrita.

São também essas categorias que se apresentam como elementos de distinção entre as modalidades de enunciação em *As relações de tempo no verbo francês* (id., 1959/2005). O

objetivo de Benveniste, neste artigo, consiste em mostrar que os tempos do verbo francês distribuem-se em dois sistemas distintos e complementares, os quais manifestam dois *planos de enunciação* diferentes: o da *história* e o do *discurso*. O primeiro plano diz respeito à narrativa dos acontecimentos passados e está reservado à língua escrita. Segundo o linguista, essa modalidade apresenta “os fatos [...] sem nenhuma intervenção do locutor na narrativa” (BENVENISTE, 1959/2005, p. 262), de modo que estão excluídas quaisquer formas linguísticas que remetam à categoria de pessoa: “o historiador não dirá jamais *eu* nem *tu* nem *aqui* nem *agora*, porque não tomará jamais o aparelho formal do discurso que consiste em primeiro lugar na relação de pessoa *eu : tu*.” (ibid., p. 262, grifos do autor). Assim, só se verificam na narrativa histórica formas de “terceira pessoa” e os acontecimentos, então, “parecem narrar-se a si mesmos”, pois “são apresentados como se produziram, à medida que aparecem no horizonte da história” (ibid., p. 267) – o que, segundo entendemos, constitui um *efeito de historiador*. Nessa modalidade, o tempo fundamental é o *aoristo* (equivalente ao *passé simple* em francês), o qual se caracteriza por ser “o tempo do acontecimento fora da pessoa de um narrador” (ibid., p. 267). Já no segundo plano, o do *discurso* – toda e qualquer enunciação, falada ou escrita, em que haja um locutor dirigindo-se a um outro, organizando seu dizer na categoria de pessoa e com a *intenção* de influenciar esse outro –, todas as formas “pessoais” do verbo (*eu/tu* e *ele*) são possíveis e, por isso, a relação de pessoa está presente em toda parte, podendo ser explícita ou não. Esse plano é marcado, portanto, pela ausência do *aoristo* e pela presença da forma temporal do *perfeito*, que estabelece um “laço vivo entre o acontecimento passado e o presente no qual sua evocação se dá” (ibid., p. 270), constituindo-se como o “tempo daquele que relata os fatos como testemunha, participante” (ibid., p. 270). Importa ressaltar, em relação a essas proposições de Benveniste, que os *planos de enunciação*⁸⁶ – o plano histórico, relativo à escrita, e o plano do discurso, tanto escrito quanto falado – organizam-se a partir do funcionamento das categorias enunciativas de pessoa, tempo e espaço.

A partir desses elementos, podemos perceber que, para Benveniste, tanto a fala quanto a escrita são concebidas como *atos*, como processos de apropriação da língua e espaços de produção de sentidos e de referências. Dessa forma, é a partir da própria estrutura enunciativa implicada nessas modalidades que podemos pensar as distinções entre a enunciação falada e a enunciação escrita, distinções que o próprio linguista esboçou ao longo de seus artigos.

⁸⁶ É preciso atentar, no artigo *As relações de tempo no verbo francês* (1959/2005), para as noções de *enunciação*. Conforme mencionamos na análise do excerto 6 (item 3.1.1), *enunciação*, neste artigo, ora diz respeito a um conjunto de frases já feitas e observáveis, ora ao ato de enunciar no âmbito da conversação (cf. ONO, 2007).

Em uma primeira comparação entre as modalidades, a primeira propriedade que se coloca em evidência diz respeito à natureza do *meio* pelo qual a enunciação falada e a enunciação escrita se atualizam: a primeira, por intermédio do aparelho vocal, atualiza-se no plano fônico; a segunda, no plano gráfico. Segundo Silva (2009), as diferenças ligadas à realização de cada modalidade, som/fonema para a primeira e letra/grafema para a segunda, acarretam “consequências ligadas a essa realização em termos da estruturação do diálogo característico da enunciação [...]”. (SILVA, op.cit., p. 199). Essas *consequências* consistem na consideração da instauração singular do quadro enunciativo (*eu-tu-aqui-agora*) e da referência na enunciação falada e na enunciação escrita, conforme anteriormente abordado.

Essas enunciações, na condição de atos, portanto *processos*, originam *produtos*, os quais podemos chamar de *enunciados*, de modo geral, ou de *discursos falados* e *discursos escritos*. E é nesse contexto de reflexão que o termo *texto* se insere, definindo-se como o objeto de análise constituído a partir desses discursos. Nessa direção, podemos delinear as noções de *texto falado* e de *texto escrito* como *fenômenos específicos de enunciação*. Se o *texto*, relacionado ao *fenômeno geral da enunciação*, consiste no *resultado de um processo de produção intersubjetiva, condensando o ato de enunciação e o produto deste, cuja materialidade, de extensão não delimitada, apresenta as marcas linguísticas do sentido atualizado em formas*, o *texto falado* e o *texto escrito* partilham dessa concepção, acrescentando a ela especificidades.

Exploremos, primeiramente, a modalidade *falada*. Tratamos brevemente dessa modalidade quando da abordagem do primeiro aspecto da enunciação, a realização vocal da língua (cf. 2.2.1). Sua característica primordial consiste em ser um ato enunciativo que se situa no *presente* de fala (vinculada aos aparelhos vocal e auditivo) do locutor e do alocutário, em seu *aqui-agora*, coordenadas que ambos partilham e convertem como suas. Os textos falados são, pois, *produzidos* e *percebidos* em um *aqui-agora*, instaurando a simultaneidade entre o acontecimento e o discurso. Essa *sincronia* que caracteriza o texto falado é determinante para a instauração do quadro formal enunciativo. Silva (op.cit.) destaca que,

na fala, os sujeitos dividem um *aqui* (espaço) e um *agora* (tempo), constituindo a situação em que se realiza o dizer em uma sequência de turnos de fala situados em uma sucessão temporal. Nesse *aqui* e *agora* compartilhados, os sujeitos constituem, pela realização vocal da língua, o diálogo, produzindo referência e correferência no discurso, através de procedimentos e formas diversificados (instrumentos de realização da enunciação) com o propósito de engendrar os sentidos no discurso falado. (SILVA, 2009, p. 198, grifos da autora).

Isso faz com que em cada enunciação haja uma coenunciação e a cada locutor um colocutor, porque juntos eles manejam a língua; a produção do texto se dá, então, no ajuste entre o locutor e o colocutor, sendo suas constituição e *re-constituição* compartilhadas no *aqui* e *agora* do diálogo. No entanto, os locutores podem não dividir o mesmo espaço, o que não impede que o diálogo instaurado conserve as propriedades até então descritas. Além do que lhe é característico na estruturação linguística, há de se considerar, ainda, a intervenção de elementos de ordem não verbal que podem contribuir para a instanciação desse texto falado, como os gestos, as expressões faciais, a entonação, o ritmo de fala, dentre outros. E, de imediato, um questionamento se coloca: como dar conta, desde uma teoria enunciativa, que toma o ponto de vista do sentido sobre a linguagem, de elementos de ordem não verbal? Nesse momento, não fazemos mais que apontar a necessidade de tal reflexão, visto que sua discussão excede os objetivos deste trabalho.

O *texto falado* é o que de fato se produz linguisticamente por intermédio das relações intersubjetivas e pode ser concebido como o *resultado de um processo falado de produção intersubjetiva, vinculado ao aspecto vocal, condensando o ato de enunciação e o produto deste no presente partilhado por locutor e alocutário, e cuja materialidade, de extensão não delimitada, apresenta as marcas linguísticas do sentido atualizado vocalmente em formas*. Nessa direção, o texto falado pode ser tratado sob os dois ângulos apontados quando da definição geral de *texto*: como *ato*, o texto falado instancia locutor e alocutário no tempo partilhado do diálogo; como *discurso*, o texto falado produz referências, também partilhadas, as quais podem ser descritas a partir das formas materializadas na linearidade textual.

A escrita, por sua vez, é também para Benveniste um *ato* enunciativo; não por acaso ela a denomina *enunciação escrita*. Ao final de *O aparelho formal da enunciação* (BENVENISTE, 1970b/2006), o linguista a concebe como constituída de dois planos: “o que escreve se enuncia ao escrever e, no interior de sua escrita, ele faz os indivíduos se enunciarem.” (ibid., p. 90). Podemos entender esses dois planos como o da *escrita* propriamente dita e o da *leitura*⁸⁷, fato que decorre de a escrita não se configurar como um discurso *síncrono*, isto é, o tempo em que dão a escrita e a leitura são distintos: locutor e alocutário não partilham o *aqui* (espaço) e o *agora* (tempo) da enunciação. Logo, o quadro enunciativo instaura-se de modo peculiar, conforme foi possível apreender a partir das

⁸⁷ Trataremos da leitura apenas quando necessário para ilustrar o funcionamento singular da estrutura enunciativa implicada na modalidade textual escrita. Para tanto, tomaremos como referência a recente tese defendida por Naujorks (2011), intitulada *Leitura e enunciação: princípios para uma análise do sentido na linguagem*, orientada pelo prof. Dr. Valdir do Nascimento Flores.

próprias pistas de Benveniste. Em virtude de não partilharem o *aqui-agora*, o alocutário necessita buscar *re-constituir* a enunciação por meio das marcas da atualização da língua pelo locutor e por meio dos procedimentos e formas engendrados no texto para, apropriando-se do texto, *re-constituir* o sentido nele atualizado. É nessa perspectiva que Naujorks (2011) entende o ato enunciativo da leitura:

[...] como apropriação do texto pelo locutor-leitor, que passa, na sua relação interlocutiva com o texto/enunciado, a sujeito-leitor. Nesse ato o sujeito se apropria de uma enunciação anterior, atualizando-a, através do uso de formas específicas que situam o locutor em relação à sua enunciação. (NAUJORKS, op.cit., p. 85).

Silva (2009, p. 198) destaca que, como na escrita o *aqui* e o *agora* do locutor e do alocutário são distintos, “o locutor deixa as marcas de seu processo de formulação e reformulação [constituição e re-constituição] discursivas para um alocutário que se encontra num outro espaço e num outro tempo de enunciação.” Portanto, assim como no texto falado há a instauração de um alocutário, no ato da escrita o locutor prevê um interlocutor, um possível alocutário – mesmo que seja um *eu-leitor*, a exemplo do *eu-ouvinte* postulado por Benveniste (1970b/2006) –, o qual pode estar marcado formalmente no texto ou não, posto que toda enunciação é, explicitamente ou não, uma locução. A atribuição de referência e a *re-constituição* dos sentidos vai se dar, portanto, nesse jogo entre a enunciação anterior – a da escrita do texto – e a enunciação “atual” – a da leitura do texto. Não há dúvidas de que a escrita, tal qual a fala, é um “acontecimento enunciativo, um ato de enunciação, pois o aparelho formal de enunciação, situado no interior da língua, está à disposição de todo sujeito – quer ele fale ou escreva” (SILVA; ENDRUWEIT, 2011, p. 255), sendo singularmente atualizado conforme a natureza do ato.

Assim como o texto falado, o texto escrito também apresenta elementos não verbais que podem contribuir para a sua instanciação, como o tipo da letra, o tamanho, a cor, o formato ou, ainda, pode contar com registros pictóricos, tais como imagens, desenhos. Também aqui nos questionamos sobre *modos* de dar conta desses elementos desde uma perspectiva enunciativa, o que, novamente salientamos, deixamos em suspenso, visto extrapolar os objetivos desta pesquisa.

Considerando os pressupostos enunciativos, podemos conceber a *escrita* como um ato enunciativo⁸⁸ e o *texto escrito* como aquilo que resulta desse ato. Portanto, podemos definir o *texto escrito* como o *resultado de um processo de produção intersubjetiva entre locutores situados em tempo e espaço distintos, condensando o ato de enunciação e o produto deste, cuja materialidade, de extensão não delimitada, apresenta por escrito as marcas que permitem ao alocutário re-constituir os sentidos atualizados em formas pelo locutor.*

Também o texto escrito pode ser observado sob os dois ângulos apontados: como *ato*, o texto escrito permite ao locutor enunciar-se e constituir-se como sujeito, instanciando também o outro da locução; como *discurso*, o texto escrito evidencia o funcionamento singular da constituição de referências, por meio da atualização das formas e funções da língua.

Observar tanto o texto falado quanto o texto escrito como *ato* e como *discurso*, simultaneamente, permite ir além da análise das marcas formais inscritas no produto da enunciação: o *texto* passa a ser visto como um espaço de constituição dos sentidos e dos sujeitos, permitindo a inserção do sujeito no mundo, que passa a existir na e pela linguagem atualizada em seu texto. A investigação acerca do funcionamento das categorias enunciativas no interior do texto falado e do texto escrito, a partir do exame do próprio funcionamento dos *aspectos* da enunciação nessas modalidades específicas de enunciação, permite que sistematizemos as características de cada modalidade, possibilitando explicitar o referencial teórico enunciativo que pode ser tomado como arcabouço para o estudo, sobretudo em contexto de sala de aula, de textos falados e textos escritos.

4.2 O FUNCIONAMENTO DOS ASPECTOS DA ENUNCIÇÃO NO TEXTO FALADO E NO TEXTO ESCRITO

Ao longo deste trabalho, expusemos o potencial da teoria enunciativa benvenistiana para tratar de elementos que concernem ao estudo do texto, na medida em que essa teoria, por abordar a língua em emprego e fundamentar-se sobre um referencial que prevê na estrutura

⁸⁸ Endruweit (2006), em sua tese, buscou abordar a escrita para além de sua função representativa. A partir de efeitos decorrentes de interrogações possibilitadas pela Psicanálise, a autora propõe entender a escrita como *intersubjetividade*, a qual se evidencia pelos rastros que o sujeito deixa em seu dizer. Endruweit (op.cit.) analisa textos escritos escolares (rascunho e versão final), observando os movimentos constitutivos da escrita, os quais aponta como a *supressão*, a *inserção* e a *substituição*. O olhar da autora não está voltado para a escrita como *enunciado*, “o nível aparente do escrever, aquele que se deixa mostrar” (ibid, p. 99), mas para a escrita como *enunciação*, como um acontecimento que vincula sujeito e língua.

mesma da língua um *lugar* para o *locutor/sujeito* e para o uso que faz dessa língua a fim de constituir sentidos, permite dar conta dos elementos implicados nesse uso, tais como locutor/sujeito, constituição de sentidos; permite, também, por meio do aparelho formal da enunciação, que se verifiquem as marcas que trazem as representações daquele que enuncia.

Neste item, buscamos apresentar uma possibilidade de arcabouço teórico para a abordagem de textos falados e textos escritos, esquematizado a partir da investigação do funcionamento dos *aspectos* da enunciação, a saber, a *realização vocal da língua*, a *semantização da língua* e o *quadro formal de realização da enunciação* nesses textos. Em nosso itinerário de leitura, constatamos que esses três principais *aspectos* da enunciação são interdependentes e que essa relação de interdependência, além de indicar que a instauração de um pressupõe os outros simultaneamente, também exige que a teoria enunciativa seja convocada em sua globalidade, tanto para o estudo de um quanto de outro aspecto. Dada a sua interdependência, os *aspectos* da enunciação serão abordados neste item de forma conjunta. Quanto ao primeiro *aspecto*, a *realização vocal da língua*, propomos considerá-lo de forma amplificada como *realização da língua*, a qual poderá ser falada ou escrita – quando Benveniste trata da *vocalização*, reúne, nesse aspecto, os elementos que permitem dar conta da modalidade falada de enunciação ao mesmo tempo em que permite distingui-la da enunciação escrita. O segundo *aspecto* da enunciação, a *semantização*, por sua vez, ligando-se intimamente aos instrumentos de realização da enunciação, resume o trabalho do locutor com a língua, pois, como vimos, engloba os atos de apropriação, atualização e sintagmatização, processos simultaneamente implicados no uso da língua. O terceiro *aspecto* da enunciação, o *quadro formal de sua realização*, além de esboçar uma metodologia para o tratamento da enunciação, conseqüentemente, do *texto*, focaliza a descrição dos elementos implicados na estrutura enunciativa. Nesse sentido, a abordagem dos três *aspectos* no interior de textos falados e textos escritos permite explicitar o referencial teórico enunciativo que pode viabilizar o estudo desses textos.

4.2.1 A metodologia enunciativa de análise: deslocamentos para o tratamento do texto falado e do texto escrito

Em primeiro lugar, é preciso salientar que não há, na teoria benvenistiana, a proposição explícita de uma metodologia para o tratamento da língua em uso. No entanto, é

possível, sim, derivar métodos de abordagem da língua em uso e, portanto, do *texto* a partir dos artigos integrantes de nosso *corpus* teórico de referência.

Partamos de *O aparelho formal da enunciação* (BENVENISTE, 1970b/2006), artigo em que Benveniste esboça uma metodologia para o tratamento da enunciação. Propõe o linguista que, “na enunciação, consideraremos sucessivamente o próprio ato, as situações em que ele se realiza, os instrumentos de sua realização” (ibid., p. 83); traçado esse caminho, perguntamo-nos: o que deve ser observado em relação a esses elementos quando da análise do texto falado ou do texto escrito? Considerando que estudar a linguagem do ponto de vista da Enunciação é estudá-la desde o ponto de vista semântico, tendo o sentido como núcleo (cf. FLORES et al., 2009), as questões norteadoras que podem guiar o estudo do texto são: *como o sentido se forma em palavras? Como as formas se diversificam e se engendram para constituir o sentido? Como ocorre a conversão da língua em discurso, isto é, em texto? Como o locutor se apropria do aparelho formal da língua por meio dos índices específicos, de um lado, e por meio de procedimentos acessórios de outro para constituir seu texto?*

Uma vez definidas as perguntas norteadoras da análise, é imprescindível trazer à luz as categorias que possibilitam sua investigação: tratam-se dos próprios *instrumentos* da enunciação, inter-relacionados com o *ato* e a *situação*, elementos que integram o *aparelho formal da enunciação* proposto por Benveniste, a saber, o *aparelho de formas* (categorias de pessoa, tempo e espaço), o *aparelho de funções* (as sintáticas – interrogação, intimação e asserção –, e as modalizantes – modos verbais e fraseologia) e os *procedimentos acessórios*⁸⁹.

Como devemos proceder a essa análise? Em virtude da efemeridade e da fugacidade da enunciação, essas categorias devem ser examinadas a partir do produto da enunciação, ou seja, a partir das marcas que deixam nesse produto, em nosso caso, no texto falado ou no texto escrito. A análise empreendida a partir dessas categorias deve ser simultaneamente descritiva e explicativa. Esse *método* decorre da própria prática de análise empreendida por Benveniste: segundo Flores et al. (2009, p. 40), há na obra do linguista a exemplificação de fenômenos linguísticos e, ao mesmo tempo, a busca pela explicitação dos mecanismos que os possibilitam. Como bem pontua Normand (2009a, p. 181), o estudo das frases, e nós diríamos o do *texto*, parece “depende[r] menos de uma análise linguística (em princípio generalizável) do que um comentário de texto cada vez particular. A novidade é que esse comentário se

⁸⁹ Conforme explicitamos em 2.2.2 e 2.3, entendemos que a semantização operacionaliza o aparelho formal e, como tal, reúne os procedimentos de apropriação, atualização e sintagmatização, o que está em consonância, também, com o que define o *Dicionário de Linguística da Enunciação* (FLORES et al., 2009, p. 205).

apoia na descrição semiótica, em particular, a dos marcadores da enunciação [...]” A autora explica:

Dito de outro modo, a análise do semântico (análise desta ou daquela unidade de discurso) associa uma análise semiótica do enunciado a um comentário sobre a situação cada vez particular da enunciação (tal sujeito, tal tempo, tal referente, tal interação, cujas marcas fazem parte da descrição semiótica); assim como todo comentário de texto, essa análise interpreta os enunciados, mas não pretende dizer tudo sobre seu sentido. (NORMAND, 2009a, p. 182).

Embora a análise enunciativa não busque dar conta prioritariamente do *o que diz o texto*, mas do *como diz*, inevitavelmente a *cabeça de Medusa* (o sentido) está lá e dela não podemos desviar. Compartilhamos com Mello (2012, p. 13) que, se dirigirmos nosso olhar para o *como*, apreenderemos o *o quê* – procedimento que exige que nos voltemos para a relação *forma-sentido*, tão bem explorada por Benveniste. Forma e sentido são, para o linguista, *noções gêmeas* e é sob esse duplo ponto de vista que a língua deve ser observada, visto que “o próprio da linguagem é, antes de tudo, significar” e que “a ideia só encontre[a] forma num agenciamento sintagmático” (BENVENISTE, 1967/2006, p. 222; 230). É Benveniste quem adianta esse caminho metodológico em *A forma e o sentido na linguagem* (ibid., p. 232), indicando que “o ‘sentido’ da frase está na totalidade da ideia percebida por uma compreensão global; a ‘forma’ se obtém pela dissociação analítica do enunciado, processada até as unidades semânticas, as palavras.” Em *Semiologia da língua* (id.,1969/2006), o linguista retoma essa observação ao pontuar que o semântico, modo de significância que resulta de uma atividade do locutor que coloca a língua em ação, é engendrado pelo discurso. Diz ele que

[...] a mensagem não se reduz a uma sucessão de unidades que devem ser identificadas separadamente; não é uma adição de signos que produz o sentido, é, ao contrário, o sentido (o “intencionado”) [o *intentado*], concebido globalmente, que se realiza e se divide em “signos” particulares, que são as PALAVRAS. (ibid., p. 65).

Para dar conta dessas relações, portanto, dois modos de abordagem são necessários: um de ordem global, outro de ordem analítica. Mello (2012) propõe considerar o primeiro como relativo à *macroestrutura textual* e o segundo à *microestrutura textual* – planos aos quais nos referiremos como *macro-organização do texto* e *micro-organização do texto* –, apontando que “o ato e as situações em que se realiza pertencem ao plano global, enquanto os instrumentos de sua realização concernem ao plano analítico.” (ibid., p.84). A consideração desses dois planos vai ao encontro de nossa proposição acerca do exame do *texto* a partir de

dois ângulos: primeiro, a ser descrito sob o ângulo do *ato*, para o qual o método global será utilizado; segundo, a ser descrito sob o ângulo do *discurso*, para o qual o método analítico será utilizado. A análise textual, seja no âmbito da fala, seja no da escrita, vai se dar, portanto, nesse vai e vem entre o texto como *ato* e como *discurso*, logo, em um vai e vem entre os planos *global* e *analítico*.

Os procedimentos e métodos aqui discutidos têm no *texto* o seu objeto de análise e foram em virtude dele elaborados. Tomando como base o artigo *Os níveis da análise linguística* (BENVENISTE, 1965a/2005) e as releituras de Flores (2009; 2011), propomos que o *texto* seja considerado como um *nível de análise*. Expliquemo-nos: segundo Benveniste, a noção de *nível* é essencial para a determinação dos procedimentos de análise, posicionamento que o leva a buscar definir as unidades que compõem os níveis. Conforme esclarece Flores (2011), uma unidade é definida em função de sua integração em outra unidade de nível superior;

assim, as unidades de um determinado nível se *distribuem* nesse nível e são chamadas de *unidades constituintes* desse nível, as quais, por sua vez, somente podem ser assim definidas se, simultaneamente, forem também *unidades integrantes* de um nível superior. A capacidade de *integração* em um *nível superior* diz respeito ao *sentido*; a capacidade de *distribuição* em um *mesmo nível* como *constituente* diz respeito à *forma*. (ibid., p. 400, grifos do autor).

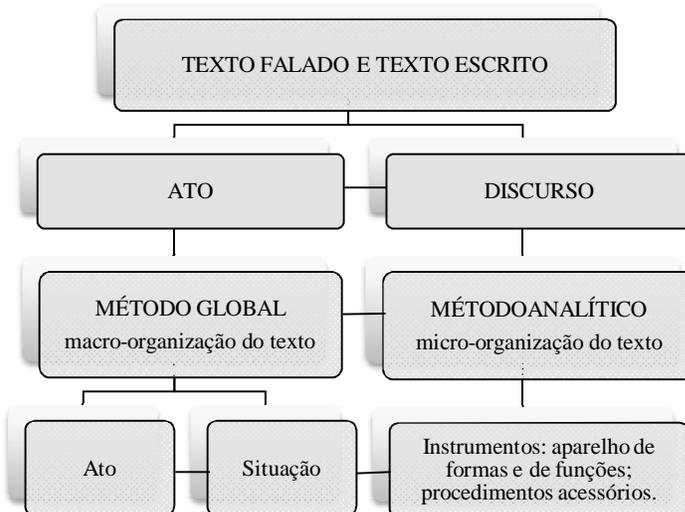
Na medida em que os níveis de análise, definindo-se em função das relações *distributivas* e *integrantes* entre suas unidades, são atravessados pela enunciação – o que Flores (2009) denomina *transversalidade enunciativa* –, que os coloca em uma inter-relação de forma e sentido, podemos dizer – uma vez que associamos o termo *texto* ao termo *frase* – que o texto é um *nível*. Ora, o texto pode ser segmentado em *porções* menores, em outros segmentos, sejam eles parágrafos, períodos, sintagmas, palavras, morfemas, fonemas e tais segmentos podem ser submetidos aos procedimentos analíticos que visam a desvelar as relações *forma-sentido* estabelecidas entre essas *porções* para a produção de sentido e de referência. O texto, por outro lado, pode ser o que Benveniste denomina “as grandes unidades”, as quais exemplifica com “um discurso inteiro, um poema inteiro” (BENVENISTE, 1968b/2006, p. 36)⁹⁰. No entanto, o texto não pode integrar outra unidade;

⁹⁰ A exemplificação de um “poema inteiro” como uma unidade de análise leva-nos à linguagem literária ou poética. Benveniste, em entrevista a Guy Dumur (BENVENISTE, 1968b/2006, p. 37), afirma que a linguagem poética interessa à Linguística, mas que este trabalho apenas começara, evidenciando “a dificuldade de se abandonarem categorias utilizadas para a análise da linguagem ordinária.” Benveniste, em *A forma e o sentido na linguagem* (id., 1967/2006, p. 221), adverte que a linguagem poética “tem suas próprias leis e suas funções

ele é a unidade mais alta, definindo-se em função das relações *forma-sentido* verificadas entre os segmentos que o compõem e das articulações entre os *níveis* que tais segmentos constituem.

Os caminhos para o tratamento do texto já estão, portanto, traçados; os movimentos para a análise textual, os quais buscamos sintetizar no esquema abaixo (diagrama 5), puderam ser derivados do conjunto de artigos benvenistianos.

Diagrama 5: Síntese dos procedimentos de análise



O texto falado e o texto escrito são, portanto, tomados como *objeto* de análise; eles constituem um *nível de análise* – novamente, salientamos, assim os consideramos na medida em que as noções de *texto* e *frase* são associadas – e são observados, simultaneamente, como ato e como discurso. Os métodos de abordagem global e analítico direcionam-nos a considerar o próprio ato, a situação e os instrumentos de realização desse texto, possibilitando que nos voltemos para as categorias enunciativas que se articulam para a sua instanciação.

Esses procedimentos analíticos, que têm o sentido como critério, precisam relevar, ainda, o analista, o estudioso do texto. O que isso significa? Aquele que volta seu olhar para o exame de um texto é, também, um locutor inserido em determinado tempo e espaço, o que faz

próprias”, motivo pelo qual se mantém no domínio da “linguagem dita ordinária, a linguagem comum”. No entanto, o teórico *abre* a possibilidade de tratamento dessa linguagem ao dizer que “tudo o que pode esclarecer no estudo da linguagem ordinária será de proveito, diretamente ou não, para a compreensão da linguagem poética também.” (ibid., p. 221-222). O interesse de Benveniste pela linguagem poética pode ser atestado pelos manuscritos que dedica sobretudo ao estudo de Baudelaire, os quais foram recentemente organizados e editados por Chloé Laplantine (É. Benveniste, *Baudelaire*, édition, présentation et transcription par Chloé Laplantine, Limoges, Lambert-Lucas, 2011, 770 p.)

com que a análise empreendida seja, também, um ato de enunciação. Como ato, essa análise é sempre singular, porque atravessada pelo ponto de vista desse locutor.

Além da questão do analista, é preciso levar em conta que o trabalho de análise de um *corpus* de natureza falada coloca, de antemão, o problema do registro desse *corpus*. Além da possibilidade de gravação dos dados em áudio ou em áudio/vídeo, a *transcrição* como uma forma de representação gráfica é apresentada como uma opção para esse registro⁹¹. Flores (2006) aponta que é comum a Linguística utilizar recursos de transcrição gráfica para representar os sons da língua, de modo que há diferentes sistemas de transcrição para atender a diferentes objetivos. Uma vez posta essa necessidade no âmbito da perspectiva enunciativa, questiona-se o modo de fazer-se uma transcrição desde esse ponto de vista. Segundo Flores (op.cit.), a partir do instante em que se toma a Enunciação como referencial teórico, a transcrição deve ser entendida como um ato de enunciação. Trata-se, na verdade, de “uma enunciação sobre outra enunciação” (ibid., p. 62). Essa transposição da fala para a escrita não deve, pois, ser tratada como um procedimento mecânico, já que nela está implicado o ato interpretativo do transcritor que, por sua vez, escolhe as formas e os caracteres para registrar o dado. Nesse sentido, Surreaux (2006, p. 332) argumenta que “a transcrição é constituída duplamente na enunciação, uma vez que é um ato enunciativo que decorre de outro ato enunciativo anterior.” A autora argumenta que estão implicados nessa passagem “dois enunciadores: o que fala (na cena) e o que transcreve. Por isso deve-se levar em consideração sempre o fato de que *a transcrição implica o transcritor*, que enuncia de forma muito particular essa passagem do oral para o escrito.” (ibid., p. 334, grifos da autora). Além disso, há que se considerar que nessa passagem algo sempre se perde, pois o transcritor não consegue apreender o todo da *cena enunciativa*, sendo essa “perda fundante” (cf. SURREUAX, 2006) constitutiva desse ato.

Silva (2007; 2009), ao trabalhar com *corpus* de natureza oral (fala da criança) e com sua transcrição para investigar os movimentos de instanciação da criança na linguagem, salienta que a transcrição, essa *escrita oralizada*, deve ser pensada à luz da estrutura enunciativa, pois “ao atualizar o dado oral (*ele*) por meio de um *gesto interpretativo*, o locutor-transcritor inscreve uma escrita marcada e evidencia a subjetividade constitutiva de todo ato enunciativo” (SILVA, 2009, p. 280, grifos da autora). Com isso, a autora ressalta que

⁹¹ Salientamos que o estudo dos textos falados pode dar-se tanto por meio de textos falados transcritos quanto por meio de textos falados não transcritos. Neste item, damos ênfase para o procedimento de transcrição pois entendemos que essa possibilidade de registro do texto falado, para seu posterior estudo, requer algumas considerações teórico-metodológicas.

se mostra um jogo que é constitutivo da transcrição: *a instanciação da escrita na oralidade e da oralidade na escrita*. É oportuno salientar que essa inter-relação pode ocorrer não apenas na prática de transcrição: um texto que fora concebido por escrito, por exemplo, pode ser lido oralmente para uma palestra em uma conferência e, então, haverá a imbricação dessas modalidades da língua. Essa inter-relação ou *instanciação da escrita na oralidade e da oralidade na escrita* já havia sido, de certa maneira, apontada por Benveniste em *As relações de tempo no verbo francês* (BENVENISTE, 1959/2005), quando o linguista definiu o *discurso* no contexto daquela reflexão. A passagem abaixo, comentada em 2.2.1 e 3.2 em relação à concepção de *discurso*, evidencia a inter-relação entre as modalidades oral e escrita da língua:

É preciso entender discurso na sua mais ampla extensão: toda enunciação que suponha um locutor e um ouvinte e, no primeiro, a intenção de influenciar, de algum modo, o outro. É em primeiro lugar a diversidade dos discursos orais de qualquer natureza e de qualquer nível, da conversa trivial à oração mais ornamentada. É **também a massa dos escritos que reproduzem discursos orais ou que lhe tomam emprestados a construção e os fins**: correspondências, teatro, obras didáticas, enfim todos os gêneros nos quais alguém se dirige a alguém, se enuncia como locutor e organiza aquilo que diz na categoria de pessoa. (ibid., p. 267, grifos nossos).

A imbricação da fala e da escrita comparece nos gêneros que, segundo Benveniste, são escritos mas reproduzem ou a construção ou os fins dos *discursos orais*. Essa consideração do linguista indica que tais modalidades não devem ser tomadas como opostas, mas como complementares⁹². Em virtude de não realizarmos análises práticas de textos nesta dissertação, não esmiuçaremos a questão da *instanciação da escrita na oralidade e da oralidade na escrita*.

Realizada essa pequena, mas necessária, contextualização, passemos à observação do funcionamento dos *aspectos* da enunciação no texto falado e no texto escrito.

4.2.2 O texto falado e o texto escrito sob o olhar enunciativo

Uma possibilidade de abordagem dos textos, falados e escritos, pode se dar via investigação do funcionamento dos *aspectos* da enunciação no interior dessas modalidades enunciativas. A partir das próprias pistas de Benveniste ao longo de seus artigos, buscamos esquematizar, teoricamente, o funcionamento desses *aspectos* nesses dois modos de

⁹² Voltaremos à questão da relação entre a oralidade e a escrita no item 4.2.2.

enunciação, explicitando uma *maneira* de olhar para a língua que considera a imbricação entre forma e sentido (cf. MELLO, 2012) na arquitetura singular dos textos falados e escritos promovidos na relação intersubjetiva entre locutor e alocutário.

Como pudemos depreender em nosso percurso investigativo, o **ato** enunciativo de apropriação e de atualização da língua pode dar-se dessas duas formas: por meio de um *texto falado* ou por meio de um *texto escrito*. Nesse ato, falado ou escrito, instanciam-se o locutor e o alocutário, inseridos em tempo e em espaços únicos, aos quais, pelo princípio da intersubjetividade, é possibilitado falar de *algo*, referindo e correferindo. Esse ato, como vimos, apresentará especificidades em relação aos elementos da estrutura enunciativa, especificidades que se definem em relação à sua modalidade de realização.

Mello (2012, p. 84) salienta que “a análise do ato de enunciação, em sua globalidade, implica levar em conta os protagonistas da enunciação, o locutor e o alocutário, isto é, a noção de pessoa, concebendo-se o locutor como elemento central nas condições necessárias da enunciação.” Nesse sentido, numa primeira aproximação com o texto, cumpre investigar *quem fala* no texto, *para quem fala* e em que *situação* interlocutiva e, para tanto, o plano analítico também deve ser considerado, na medida em que são os instrumentos de realização da enunciação que fornecem os caracteres linguísticos necessários para tal identificação. Observar os *caracteres linguísticos da enunciação* não significa reduzir a teoria benvenistiana a uma prática de identificação de índices formais⁹³; trata-se de, a partir da observação dos instrumentos de realização da enunciação (aparelho de formas e funções e procedimentos acessórios), desvelar a constituição de sentidos no texto, prática de linguagem que, pela “inclusão do falante em seu discurso, consideração pragmática que coloca a pessoa na sociedade enquanto participante e que desdobra uma rede complexa de relações espaço-temporais que determinam os modos de enunciação” (BENVENISTE, 1970a/2006, p. 101), permite a esse falante constituir-se como tal. Desse modo, o *texto* deve ser olhado como um *todo de sentido*, tomando-se o plano global como um ponto de partida, mas também como um ponto de chegada, pois é para a compreensão global do texto que o plano analítico contribui.

Voltemo-nos, então, para esse *falante* e observemos como ele marca sua presença na língua, edificando seu texto. Diz Benveniste que “todo homem se coloca em sua

⁹³ Esta é uma das críticas de Dessons (2006, p.26, tradução nossa) aos que se detêm unicamente na identificação dos índices formais de pessoa, tempo e espaço na análise da língua em uso. Diz o autor que “[...] o pensamento de Benveniste se vê frequentemente atenuado e deformado pela vulgarização de sua teoria linguística reduzida somente à análise das marcas formais de enunciação, em prejuízo das considerações teóricas de ordem mais geral, cujo alcance revela, no entanto, uma concepção forte e original das relações entre a linguagem e o homem.”

individualidade enquanto *eu* por oposição a *tu* e a *ele*” (BENVENISTE, 1965a/2006, p. 68), o que nos leva a verificar, em primeiro lugar, no texto, os índices específicos da enunciação, especialmente a categoria de pessoa *eu-tu*. É o funcionamento da categoria de pessoa, como vimos, uma das propriedades que permite a Benveniste caracterizar a fala e a escrita.

Em *A natureza dos pronomes* (id.,1956b/2005), vimos o linguista apontar que o texto falado dificilmente pode ser concebido sem tal categoria: na produção espontânea da fala⁹⁴, o planejamento do enunciado é praticamente simultâneo ao seu ato enunciativo de inserção no mundo e, desse modo, o “apagamento” da categoria de pessoa é dificultoso – uma vez que locutor e alocutário estão presentes no tempo-espaço da enunciação, compartilhando tais categorias –, embora não impossível. Já no texto escrito, o planejamento prévio do agenciamento de formas e funções da língua e seu engendramento no discurso, bem como a possibilidade de retorno sobre esses e sobre o sentido atualizado, permitem mais facilmente que sejam ocultadas tais marcas no enunciado produzido por escrito, fato que causa um *efeito* de distanciamento em relação a esse enunciado. Tal *efeito* é possível em ambas as modalidades enunciativas, mas isso não significa que o texto falado ou escrito deixe de constituir-se como um índice global de subjetividade (cf. DESSONS, 2006; MELLO, 2012), posto que não é apenas a presença ou a ausência de marcas formais *eu-tu* que evidenciam a instauração da subjetividade. É Benveniste quem salienta que toda enunciação é, explicitamente ou não, uma alocução; só se utiliza o *eu* dirigindo-se a um *tu*, seja ele real, imaginado, individual ou coletivo e as escolhas realizadas pelo locutor dão-se em vista desse *tu*, a quem pode comunicar certezas, intimar, questionar, expor dúvidas – o que faz apropriando-se do aparelho de funções da língua.

Como bem enfatiza Benveniste, a enunciação “afeta a língua inteira” e há outros expedientes que podem deflagrar a passagem de locutor a sujeito, como a própria escolha das formas da língua a serem atualizadas, sejam substantivos, adjetivos, advérbios, seja o arranjo dessas formas (a sintagmatização) para a sua semantização – esses são movimentos que denunciam que há um locutor que coloca essa língua em ação em direção a um alocutário.

Benveniste assinala que a inclusão do falante em seu discurso produz uma rede complexa de relações espaço-temporais que determinam os modos de enunciação, ou seja, a relação *pessoa-tempo-espaço* determina se se configura um texto falado ou um texto escrito.

⁹⁴ Enfatizamos a questão de ser produzido espontaneamente, porque um texto escrito pode ser reproduzido oralmente, instante em que passa a texto falado. Nessa passagem, há de se considerar simultaneamente as características de uma e de outra modalidade enunciativa; nas palavras de Silva (2009), há de se considerar a instanciação da escrita na oralidade e da oralidade na escrita.

Conforme a modalidade enunciativa instaurada, falada ou escrita, o funcionamento referencial dessas categorias apresenta particularidades. Por isso, além de, no primeiro contato com o texto, ser necessário verificar *quem fala e para quem fala*, é preciso atentar para o *quando* e o *de onde* enunciam locutor e alocutário.

A categoria de pessoa liga-se necessariamente à de tempo e, por conseguinte, à de espaço. Como diz Benveniste, a partir delas “vemos a experiência subjetiva dos sujeitos que se colocam na e pela linguagem.” (BENVENISTE, 1965a/2006, p. 68). Essas categorias instauram a *situação enunciativa* que, por sua vez, está relacionada ao conjunto de circunstâncias que constituem a referência no texto falado ou escrito. A enunciação contém referência a uma situação dada, pois falar é *falar de* (id., 1969/2006, p. 63) e, “falando, nós nos referimos a situações que são sempre situações presentes ou situadas em função do presente [...]” (id., 1968b/2006, p. 32). Dessa forma, Benveniste liga o tempo ao exercício da fala e aponta que ele está “organicamente ligado ao exercício da fala” (id., 1965a/2006, p. 74): o centro do tempo é o presente da instância da fala e sua forma axial é o *presente*, presente que é reinventado a cada vez que o homem fala. Considerando a inter-relação entre pessoa, espaço e tempo, entende-se porque no texto falado essas categorias tornam-se mais evidentes e sua referência mais facilmente apreendida: na fala, locutor e alocutário partilham o tempo presente e, de modo geral, o espaço. “Aquele que fala se refere sempre pelo mesmo indicador *eu* a ele-mesmo que fala” (ibid., p. 68) e esse *eu*, a cada vez que é assumido, transforma-se em uma “designação única e produz, a cada vez, uma nova pessoa” (ibid., p. 69), dada a sua inserção na temporalidade do texto. Este *eu*, no diálogo, inverte-se em *tu*, e o *tu* em *eu*. A inversibilidade entre as pessoas, com a consequente atualização da língua, vai constituindo o texto falado, o qual se caracteriza por ocorrer no *aqui-agora* da enunciação. Nessa modalidade de enunciação, *eu* e *tu* partilham a referência da categoria de pessoa, já que cada qual se postula como locutor/alocutário: um refere e o outro correfere e, de forma conjunta, ajustam os sentidos. A inversibilidade enunciativa e o fato de dividirem o tempo e o espaço fazem com que a enunciação falada seja uma coenunciação e os locutores, colocutores.

Já no texto escrito, locutor e alocutário não partilham o tempo e o espaço da enunciação e dessa particularidade advém uma série de propriedades que caracterizam a modalidade escrita de enunciação. O *texto escrito* é concebido em um espaço e em um tempo específicos, que são, também, para o locutor, um *aqui-agora*: o *eu*, aquele que se apropria da língua e escreve, convertendo-a em *texto*, está situado em um *aqui-agora* e se dirige a um *tu*, real ou imaginado, implícito ou explícito no texto. Esse alocutário, previsto quando do ato de

escrita, pode ser até mesmo um desdobramento do *eu*: diz Benveniste, em *O aparelho formal da enunciação* (BENVENISTE, 1970b/2006), que é possível ter um *eu-ouvinte*, então, é possível ter um *eu-leitor*; esse *eu-leitor* pode fazer as vezes do *tu*. Como pontuamos, tanto esse *eu* quanto esse *tu* podem estar explicitamente marcados por meio de índices específicos ou permanecer implícitos no texto. No entanto, esse *tu* da alocação (que não o *eu-leitor*) está ausente do momento em que o ato enunciativo da escrita se instaura e, ao deparar-se com o produto textual, precisa *re-constituir* o caminho traçado pelo *eu* (aquele que escreveu). O tempo não é mais o tempo presente da escrita: no momento em que seguramos a caneta e traçamos o *eu*, esse *eu* se atualiza e, a partir do conjunto único de circunstâncias que o provoca, assume seu sentido; no exato instante em que a tinta finaliza seu traçado, esse *eu* se esvai, sua referência não é mais a mesma. Agora, o *eu* traçado em tinta obriga a leitura e, pela leitura, instaura-se um novo tempo e um novo espaço, advindos dessa nova enunciação e, conseqüentemente, uma nova referência também se instaura.

Por esses motivos, a inversibilidade *eu-tu*, que não ocorre no instante do ato de escrita, impede que o locutor, por não haver enunciações de retorno no *aqui-agora*, volte ao seu enunciado e, por uma nova enunciação, diversifique as formas atualizadas, seu agenciamento, seu engendramento. Apesar de a escrita possibilitar que o locutor reflita sobre sua enunciação e sobre seu enunciado, (re)ajustando-o em vista da constituição do sentido, esses ajustes não se dão em virtude do diálogo travado no tempo presente com o alocutário, o qual, como frisamos, está ausente quando do ato de escrita. O próprio locutor precisa ocupar esses dois espaços, o do locutor e o de alocutário, para que empreenda o seu texto escrito. Trata-se de uma produção essencialmente individual, digamos, e que, além disso, tende a não mostrar o seu processo de concepção, o que podemos tentar resgatar a partir dos *rastros*⁹⁵ deixados no texto. Segundo Flores (2008, p. 269), o esforço do locutor para afunilar o sentido e para direcioná-lo faz com que haja rastros no texto que possibilitam ao alocutário *re-constituir* os sentidos. Ao estudar o texto escrito, portanto, devemos estar atentos a essas pistas que o locutor deixa em seu traçado, observando como as formas são engendradas para a constituição do sentido.

Enquanto no texto falado as referências e os sentidos são partilhados e ajustados entre os parceiros da alocação no tempo presente, no texto escrito há um esforço para torná-los apreensíveis para um alocutário que está distante. Vimos que, em *A linguagem e a*

⁹⁵ O termo *rastros* é tomado de Endruweit (2006): a autora, como já mencionado, entende a escrita como uma enunciação e, sendo cada vez única e irrepetível, dela apenas se pode reter “o movimento do sujeito através de rastros que são sua história”.

experiência humana (BENVENISTE, 1965a/2006), Benveniste alerta para as diferenças que há em considerar as categorias de pessoa, tempo e espaço no interior do texto falado e no interior do texto escrito. O linguista exemplifica a passagem de um a outro com a forma *hoje*: “seu ‘hoje’ pronunciado é necessário e suficiente para que o parceiro o ligue na mesma representação” (ibid., p. 78); ao inseri-lo no texto escrito, “o único meio de empregá-lo e de torná-lo inteligível fora do presente linguístico é o do fazê-lo acompanhar de uma correspondência explícita com uma divisão do tempo crônico: ‘hoje, 12 de junho de 1924’” (ibid., p. 78). O mesmo ocorre com a categoria de pessoa: “um *eu* subtraído ao discurso que o introduz e que, adequado então a todo locutor possível, não designa seu locutor real: é necessário atualizá-lo acrescentando o nome próprio deste locutor: ‘eu, X ...’”. (ibid., p. 78). Essas observações de Benveniste reiteram que

a língua provê os falantes de um mesmo sistema de referências pessoais de que cada um se apropria pelo ato de linguagem e que, em cada instância de seu emprego, assim que é assumido por seu enunciador, se torna único e sem igual, não podendo realizar-se duas vezes da mesma maneira. (ibid., p. 69).

O exemplo de Benveniste refere-se à passagem da fala para a escrita; no entanto, no interior mesmo do ato escrito é preciso que haja uma *translocação espacial e temporal* para que se mantenham as referências produzidas no próprio ato escrito da enunciação. O linguista mesmo adverte que, “para tornar inteligíveis estas referências intradiscursivas, deve-se ligar cada uma delas a um ponto determinado em um conjunto de coordenadas espaço-temporais.” (ibid., p. 78-79).

A questão da referência nos encaminha a pensar sobre *o que se fala* no texto. Se, conforme Benveniste, falar é falar de, há no texto falado ou escrito um objeto de alocação, o *ele* da enunciação. “Vê-se bem que, quando se fala, é para dizer alguma coisa, para transmitir uma mensagem.” (id., 1968a/2006, p. 20) e pessoa, tempo e espaço estão implicados nesse movimento que rege o mecanismo da referência, que possibilita ao locutor e ao alocutário a expressão da “certa” relação que estabelecem com o mundo. Diz Benveniste que “a condição mesma dessa mobilização e dessa apropriação da língua é, para o locutor, a necessidade de referir pelo discurso e, para o outro, a possibilidade de correferir identicamente, no consenso pragmático que faz de cada locutor um colocutor.” (id., 1970b/2006, p.84). A atribuição de referência é, portanto, atrelada à intersubjetividade, em todas as suas instâncias. E é por isso que, “antes da enunciação, a língua não é senão possibilidade da língua” (ibid., p. 83) e, acrescentaríamos, o mundo não é senão possibilidade de mundo. Nessa direção, quando do

estudo do texto, é a realidade instaurada no e pelo *texto*, atravessado pelas instâncias cultural, dialógica e linguístico-enunciativa da intersubjetividade, que importa considerar. É Benveniste mesmo quem salienta que “o homem não dispõe de nenhum outro meio de viver o ‘agora’ e de torná-lo atual senão realizando-o pela inserção do discurso no mundo.” (BENVENISTE, 1970b/2006, p. 85). Portanto, é do mundo instaurado no *texto* que tratamos.

Ora, esse *mundo* do qual se fala, no texto falado, é instaurado conjuntamente por locutor e alocutário. Como “a presença do locutor em sua enunciação faz com que cada instância de discurso constitua um centro de referência interno” (ibid., p. 84) e, na fala, os protagonistas da enunciação se alternam e o conjunto de circunstâncias que provocam o texto é por eles compartilhado, a constituição da referência “está na dependência do movimento de enunciação/coenunciação, já que enunciar é sempre coenunciar; referir é sempre correferir.” (SILVA, 2011a, p. 89). Mesmo que o texto falado, como ato, possa ser repetido, ele sempre será um ato *novo*, “porque ele realiza a cada vez a inserção do locutor num momento novo do tempo e numa textura diferente de circunstâncias e de discursos” (BENVENISTE, 1965a/2006, p. 68) e a referência, então, será constituída a cada instauração desse ato.

Já no texto escrito, o mundo instaurado está sob a ótica de quem escreve e ao qual o alocutário é convocado a se inserir. Não há inversibilidade com possibilidades de ajustes no *aqui-agora* quando da atualização escrita das formas para produzir sentidos, posto que os protagonistas da enunciação não se alternam no mesmo espaço-tempo. Com esses sentidos e referências o alocutário se depara e, como já mencionamos, a partir do que no texto escrito está materializado, ele (o alocutário), instaurando o ato enunciativo de leitura, estabelece um movimento de *re-constituição*.

Isso quer dizer que, embora o conjunto de formas disponíveis ao locutor sejam as mesmas em ambas as modalidades de enunciação, a semantização da língua ocorre de modo distinto em cada modalidade. O locutor, de acordo com a modalidade, mobiliza de maneiras diferenciadas os elementos disponíveis no aparelho formal da enunciação. Ao estudioso do texto é possibilitado observar a sintagmatização constituída no texto, seja falado, seja escrito para apreender como a semantização da língua se deu, ou seja, como o sentido se formou em palavras e como a língua foi convertida em texto. Como diz Benveniste, “se podemos falar, se nossa língua nos dá o meio de construir frases, é que reunimos palavras que valem por sua vez por sintagmas e por sua oposição”, sintagmas que o teórico define como “grupo de palavras que formam uma unidade no interior de uma frase”. (id., 1968b/2006, p. 32). E é dessa imbricação entre forma e sentido que, de acordo com Mello (2012), resulta o texto.

[...] O texto constitui um índice de subjetividade, que cria referência e que constitui um modo de ação do locutor sobre o alocutário. É da imbricação entre forma e sentido que advém a subjetividade, ou seja, por meio do estudo das escolhas lexicais e do arranjo sintagmático, o analista consegue fazer emergir a representação do sujeito no discurso. (MELLO, 2012, p. 120).

Portanto, de tudo que até aqui dissemos, deve ficar claro que não apenas os índices específicos do aparelho de formas, composto por pessoa, tempo e espaço, representam as marcas do locutor na sua relação com a enunciação. Também o aparelho de funções, composto pelas funções sintáticas e as modalidades formais, permite ao locutor enunciar suas atitudes diante daquilo que enuncia (cf. BENVENISTE, 1970b/2006) e imprime marcas no texto, seja pelo modo verbal utilizado, seja pela escolha de advérbios e adjetivos que possibilitam modalizar seu dizer. Os elementos pertencentes à fraseologia, que Benveniste supõe ser a “marca frequente, talvez necessária, da ‘oralidade’” (ibid., p. 90), são também possíveis de ser atualizados na escrita, mas tais estatísticas devem fundar-se sobre “amplos inventários de textos de toda sorte” (id., 1959/2005, p. 269), motivo pelo qual não fazemos mais que apontar a necessidade de seu estudo.

Esses elementos integrantes do aparelho de formas e de funções são possíveis de ser atualizados apenas por meio de *procedimentos acessórios*, que reenviam ao segundo aspecto da enunciação, a *semantização*, a qual reúne as operações de apropriação, atualização e sintagmatização das formas da língua. Os procedimentos acessórios operacionalizam o aparelho formal e, devido a isso, configuram marcas ou *rastros* que o locutor, ao promover os arranjos entre forma e sentido, imprime no texto. Tais procedimentos são singulares em cada modalidade de enunciação, porque têm como centro de referência *ego*, cuja categoria linguística de pessoa que o instaura no texto funciona, também, de modo singular em cada modalidade.

Das propriedades do texto falado e do texto escrito apontadas, é possível depreender que a constituição dos sentidos, no primeiro, dá-se em um jogo de inversibilidade entre locutor e alocutário, que sintagmatizam e semantizam o texto pela intersubjetividade enunciativa no tempo presente da enunciação, ao passo que no segundo está predominantemente ancorada no locutor, dada a ausência do alocutário no presente do ato da escrita.

Silva (2009), observando a fala da criança para refletir sobre a aquisição da linguagem, entende que os movimentos da criança na estrutura enunciativa se dão, em um primeiro momento, em uma relação de *conjunção* com o outro e, em seguida, preenchendo seu lugar na estrutura enunciativa, em uma relação de *disjunção*. Segundo a autora (op.cit., p.

166), “na relação de conjunção, o caráter de *pessoa* implica a constituição mútua de *eu* e de *tu*. Na relação de disjunção, o *eu* institui o *tu*, rompendo a unidade da relação *eu-tu* e constituindo-se como *pessoa subjetiva eu* em oposição a *tu*, *pessoa não-subjetiva*.” Pensamos ser possível deslocar essa reflexão para o campo do texto.

O texto falado parece constituir uma relação predominantemente de conjunção *eu-tu*: a enunciação de um está na dependência da enunciação do outro e a estrutura de diálogo se configura a partir da *comunhão* dos elementos de tempo e, ocasionalmente, de espaço e da alternância dos papéis de protagonistas da enunciação. Desse modo, o preenchimento de um *lugar* na estrutura enunciativa do texto falado está na dependência do *tu*, dá-se a partir e juntamente a esse *tu*, ao mesmo tempo em que se opera em disjunção ao *tu*. Ora, o locutor integra o discurso do alocutário ao mesmo tempo em que retoma os elementos do discurso deste para constituir o seu. É nesse sentido que Silva (2011b) aponta que no discurso, neste caso no texto falado, há uma dupla apropriação: da língua e do discurso. Apropriando-se da língua, o locutor também se apropria do discurso do outro, tomando-lhe segmentos que faltam para constituir o seu, retomando e parafraseando segmentos para constituir efeitos de asserção, de interrogação, de dúvida, para ajustar e certificar-se dos sentidos constituídos na relação intersubjetiva. Disso concluímos que é o movimento de *conjunção eu-tu* que caracteriza a constituição do texto falado.

Já no texto escrito, a *disjunção eu/tu* coloca-se como fator primeiro: aquele que escreve está em tempo e lugar distinto daquele a quem se dirige e, dada a ausência desse alocutário e a impossibilidade de inversibilidade simultânea ao ato enunciativo, atribui um lugar a esse outro no discurso que constitui. A *disjunção eu/tu*, na escrita, aponta para o movimento em que aquele que escreve se responsabiliza “pela constituição de si e do outro na enunciação” (cf. SILVA, 2011b) – já que o alocutário está ausente no tempo da escrita. Isso não significa que não haja, também na escrita, a dupla apropriação verificada na fala: o locutor, ao escrever, apropria-se da língua e dos discursos escritos ou falados de outros locutores para constituir o seu: pode retomá-los, parafraseá-los, contradizê-los, etc. para, integrando-os ao seu texto escrito, constituir sentidos; a diferença está em que essa apropriação não se dá no espaço-tempo partilhado pelos alocutários e, devido a essa especificidade, a semantização-sintagmatização do texto escrito difere da do texto falado.

As diferenças entre os textos falados e escritos, consideradas desde a perspectiva enunciativa benvenistiana, não permitem que se estabeleça a relação fala-escrita como dicotômica, tampouco se defina a escrita como representação da fala – apesar de a realização

vocal ser colocada como evidência primeira da linguagem em exercício. Fala e escrita são, ambas, modalidades enunciativas de apropriação e de utilização da língua; como *atos* que colocam a língua em funcionamento, cada qual apresenta particularidades advindas da instauração do quadro formal enunciativo e podem, inclusive, ser diferenciadas a partir do funcionamento dessa estrutura (*eu-tu-aqui-agora*). Silva (2009, p. 198), inclusive, salienta que são

[...] os instrumentos de enunciação que aproximam e separam a enunciação falada da escrita, desmistificando, de certa forma, a dicotomia traçada entre essas duas modalidades de língua em termos de formalidade/informalidade na expressão e no conteúdo, já que existe uma linguagem “elaborada” e uma linguagem “descuidada” tanto no escrito quanto no oral. (SILVA, op.cit, p. 198).

Em relação a essa linguagem *elaborada/descuidada* passível de ser verificada tanto no texto escrito quanto no texto falado, vimos, na análise do excerto 11, que Benveniste, ao examinar alguns exemplos da oralidade, chama a atenção para a possibilidade de “equivoco fortuito”, de “desvio individual” e de “despreocupação com regras do bem dizer” relativamente a essa modalidade da língua. Mas isso não significa que o texto escrito seja isento de tais *equivocos* ou *desvios*. Conforme discutimos neste item, o fato de, na fala, o enunciado ser planejado e inserido na situação enunciativa em tempo praticamente simultâneo, pode acarretar *desvios* em sua constituição. Considerando tal argumento, o texto escrito tende a apresentar menos *desvios*, pelo fato de o locutor poder retornar ao seu enunciado para agenciar e engendrar novas formas. Desse modo, não são essas as características que permitem definir as propriedades do texto falado e do texto escrito, mas, antes, o próprio funcionamento da estrutura enunciativa *eu-tu-aqui-agora*.

Portanto, as relações fala-escrita não são opositivas, mas complementares; os textos, inclusive, podem apresentar ora mais marcas da primeira, ora mais marcas da segunda, conforme a situação enunciativa em que se inserem. Vimos que o próprio Benveniste observou, em *As relações de tempo no verbo francês* (BENVENISTE, 1959/2005), a possibilidade de o discurso escrito tomar *emprestado* do falado a construção deste ou seus fins, demonstrando, dessa maneira, a imbricação entre as duas modalidades de realização da língua. Isso porque é o mesmo sistema linguístico que está à disposição do locutor, é o mesmo conjunto de formas e funções, a mesma possibilidade de procedimentos acessórios que, no entanto, são operacionalizados de modos diferentes a cada instância de discurso, em cada modalidade de realização da língua. Podemos dizer que o fator maior que instaura as características particulares de cada modo de enunciação é o *tempo*: partilhado na fala e não na

escrita, faz estender-se a todas as categorias enunciativas os efeitos da não simultaneidade do acontecimento e da enunciação.

A seguir, no quadro 2, buscamos sintetizar o funcionamento enunciativo do texto falado e do texto escrito, evidenciando as principais propriedades de um e outro a partir das categorias enunciativas de análise.

Quadro 2: Síntese do funcionamento enunciativo do texto falado e do texto escrito

REALIZAÇÃO DA LÍNGUA		
	TEXTO FALADO	TEXTO ESCRITO
ATO	Ato de apropriação da língua por intermédio do aparelho vocal; atualização no plano fônico.	Ato de apropriação e utilização da língua no plano gráfico.
	Caracterizado pela conjunção <i>eu-tu</i> .	Caracterizado pela disjunção <i>eu/tu</i> .
	Os atos enunciativos do locutor e do alocutário mesclam-se na constituição dos sentidos do texto falado.	Os atos enunciativos dos locutores para a constituição dos sentidos são separados no texto escrito: há o ato do locutor que escreve e o ato do locutor que lê.
SITUAÇÃO	Locutor (<i>eu</i>) e alocutário (<i>tu</i>) partilham o tempo (<i>agora</i>) e, por vezes, o espaço (<i>aqui</i>) da enunciação para <i>falar de (ele)</i> .	Locutor (<i>eu</i>) e possível alocutário (<i>tu</i>) não dividem o tempo (<i>agora</i>) e o espaço (<i>aqui</i>) da enunciação escrita.
	A situação enunciativa partilhada possibilita a atualização, a constituição e a re-constituição dos dizeres no <i>aqui-agora</i> da enunciação.	São duas as situações enunciativas implicadas: a da escrita e a da leitura, o que impossibilita a re-constituição dos dizeres no presente da enunciação escrita.
	Locutor e alocutário referem e correferem, partilhando a situação enunciativa e o conjunto de circunstâncias que provoca o texto.	A situação e o conjunto de circunstâncias que provoca a enunciação escrita não são partilhados pelo alocutário (<i>tu</i>), motivo pelo qual não há correferência no presente da enunciação escrita.
INSTRUMENTOS: ÍNDICES ESPECÍFICOS E PROCEDIMENTOS ACESSÓRIOS	Locutor (<i>eu</i>) e alocutário (<i>tu</i>) estão presentes no ato enunciativo falado e alternam-se como protagonistas da enunciação – inversibilidade no tempo presente da enunciação.	O alocutário (<i>tu</i>) está ausente quando do ato enunciativo da escrita; o <i>eu</i> prevê um possível <i>tu</i> , mas não há possibilidade de inversibilidade entre esse <i>eu</i> e o <i>tu</i> no ato enunciativo de escrita.
	O tempo da enunciação falada é o presente do ato de apropriação vocal da língua.	A temporalidade da enunciação escrita é desdobrada: há o tempo presente da escrita e o tempo presente da leitura.
	O espaço pode ser compartilhado pelas pessoas do discurso.	O espaço é duplamente caracterizado na escrita: há o <i>aqui</i> daquele que escreve e o <i>aqui</i> daquele que lê.
	O locutor (<i>eu</i>) vale-se das funções sintáticas e modalizadoras para agir sobre seu alocutário (<i>tu</i>), suscitando uma enunciação de retorno, situada no presente da enunciação falada.	O locutor (<i>eu</i>) vale-se das funções sintáticas e modalizadoras para agir sobre seu possível alocutário (<i>tu</i>) e produzir efeitos sobre ele; no entanto, não possui retorno imediato, no tempo presente de sua enunciação escrita, das enunciações produzidas de retorno.
As referências são partilhadas pelos protagonistas (<i>eu-tu</i>) da enunciação; o locutor refere e o alocutário correferem, juntos constituindo e re-constituindo os sentidos a serem instaurados no e pelo texto falado.		O alocutário (<i>tu</i>) depara-se com referências instauradas pelo locutor (<i>eu</i>) e, a partir de marcas formais no texto escrito, busca re-constituir os sentidos que aquele que escreveu buscou direcionar e afunilar.

Esse resumo do funcionamento enunciativo do texto falado e do texto escrito evidencia que esses textos serão sempre caracterizados pela irrepetibilidade e pela singularidade, em virtude da instauração do próprio quadro formal da enunciação, visto que pessoa, tempo e espaço, na sua unicidade, relacionando-se com todos os elementos integrantes do aparelho formal, produzem a cada instância de uso da língua experiências novas. Os sentidos e as referências a serem instaurados e *re-constituídos* nos textos falados e escritos sempre serão particulares, porque vinculados ao *centro de referência interno*, que é *eu*. Mas é importante ressaltar que a irrepetibilidade desses sentidos e referências está vinculada à repetibilidade das formas da língua.

O percurso desenvolvido neste capítulo vai ao encontro de nossa terceira hipótese (cf. Introdução), na qual postulamos que o uso do referencial enunciativo benvenistiano para o estudo do texto ainda não se configurava como uma prática, mas que poderia tornar-se uma a partir da explicitação de seu aporte teórico-metodológico. Este capítulo, a partir da proposição de noções enunciativas para *texto*, buscou contribuir para a explicitação do referencial benvenistiano que pode ser tomado como arcabouço para o estudo do texto falado e escrito, sobretudo em contexto de sala de aula.

Se, como diz Benveniste, “todo homem inventa sua língua e a inventa durante toda sua vida. E todos os homens inventam sua língua a cada instante e cada um de uma maneira distintiva, e a cada vez de uma maneira nova” (BENVENISTE, 1968a/2006, p. 18), todo homem também inventa seu *texto*, a partir dessa língua da qual se apropria. A analogia de Silva (2011a, p. 89) sinaliza muito bem essa singularidade: inspirando-se na metáfora saussuriana de que “a língua é um traje coberto de remendos feitos de seu próprio tecido” (SAUSSURE, 1916/2006, p.200), a autora entende que, “se a enunciação é um processo individual de apropriação da língua, enunciar é vestir um traje com remendos costurados singularmente pelo próprio locutor.” Deslocando para o *texto* as analogias de Silva (op.cit.), podemos dizer que os *trajes* que o homem remenda a partir do tecido da língua são os *textos*. E, quando olhamos para o *texto*, devemos nos perguntar: de que remendos se vale o locutor para constituir seu *traje*, ou seja, seu *texto*? Como o locutor remenda e costura seu *traje*? De quais linhas e agulhas se serve? Assim, a escolha que o locutor “faz da cor do tecido, do tipo de linha e de agulha (os instrumentos e os caracteres da língua) para tecer a sua vestimenta (seu discurso) e o modo como engendra os remendos para compor essa roupa parecem ser

aspectos fundamentais a serem considerados por um pesquisador enunciativo [...]”. (SILVA, 2011a, p. 93).

Quando Benveniste, em *A forma e o sentido da linguagem* (1967/2006, p.229), afirma que é possível ver na língua sua “função mediadora entre o homem e o homem, entre o homem e o mundo, entre o espírito e as coisas”, entendemos que é materializada em textos que essa língua *transmite a informação, comunica a experiência, impõe a adesão, suscita a resposta, implora, constrange; em resumo, a língua, pelos textos, organiza toda a vida dos homens.*

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciamos este trabalho inspirando-nos nos sábios conselhos de Normand (2009b, p. 47), que muito bem nos lembrou de que “a tarefa designada ao linguista é a de se situar na língua, como um locutor qualquer, mas para poder explicitar o mecanismo ignorado pela ‘massa falante’.” Partindo do olhar do *conhecedor*, do analista dos textos, sob um *ponto de vista externo*, com uma definição inicial e provisória de *texto*, caminhamos em direção ao *ponto de vista interno*, o da perspectiva enunciativa benvenistiana, para buscar desvelar, desde essa teoria, uma definição para esse objeto e possibilidades teórico-metodológicas de tratamento da língua em uso, materializada em *textos falados* e *textos escritos* – objetivos que vêm ao encontro das diretrizes estabelecidas pelos *Parâmetros Curriculares Nacionais* (1998; 2000; 2002) e pelos *Referenciais Curriculares do Estado do Rio Grande do Sul* (2009), os quais recomendam o trabalho, em sala de aula, com o texto em suas manifestações oral e escrita.

Após constatarmos a tímida presença de Benveniste na área de estudos do texto – pesquisa realizada por meio da consulta aos programas de disciplinas de cursos superiores que têm o texto em suas pautas de ensino – e a ausência de uma definição para o termo *texto* no *Dicionário de Linguística da Enunciação* (2009), empreendemos nossa *expedição* aos escritos benvenistianos. Tal *expedição*, apresentada na forma de um *itinerário de leitura*, procurou explorar a potencialidade da teoria para a abordagem do *texto*, na medida em que verificamos que a Enunciação fornece elementos para outras perspectivas textuais e discursivas operarem com esse objeto e que o próprio Benveniste já havia delineado a necessidade de distinguir as modalidades falada e escrita da enunciação (Cf. BENVENISTE, 1970b/2006).

Nesse *itinerário* de leitura de Benveniste, desenhado em torno dos três principais aspectos da enunciação indicados pelo teórico em *O aparelho formal da enunciação* (BENVENISTE, 1970b/2006) – a *realização vocal da língua*, a *semantização da língua* e o *quadro formal de realização da enunciação* –, colocamos em relevo os principais conceitos da teoria, enfatizando a transversalidade das noções e a interdependência dos aspectos e dos próprios elementos que compõem a teoria enunciativa. A partir dessa exploração, pudemos delinear o referencial que poderia ser deslocado para o campo do texto e subsidiar sua análise, bem como angariar elementos para pensar as possíveis definições para *texto* no interior dessa perspectiva. Essa leitura investigativa permitiu constatar que Benveniste, de fato, utilizava o termo *texto* em seus artigos, de forma que, para formular uma definição enunciativa para

texto, julgamos pertinente esmiuçar os usos que o teórico fazia desse termo; realizamos, então, um mapeamento das ocorrências do termo *texto* no interior de *corpus* teórico de referência; analisamos essas ocorrências e identificamos empregos não teóricos e teóricos de *texto*. A partir dos empregos teóricos, releemos o *corpus* para averiguar as relações entre o termo *texto* e outros termos da teoria – tais como *enunciado*, *discurso*, *instância de discurso*, *frase* –, empreendimento que nos levou a confirmar nossas primeira e segunda hipóteses: apesar de não haver, no conjunto dos textos de Émile Benveniste, uma definição explícita para *texto*, há, de forma subjacente às suas reflexões, noções que remetem ao produto do exercício da linguagem, as quais foram articuladas para a proposição das noções de *texto falado* e *texto escrito*.

Nossa proposta para o tratamento do texto em suas realizações falada e escrita partiu das próprias palavras de Benveniste. Nossa leitura do artigo *O aparelho formal da enunciação* (BENVENISTE, 1970b/2006) indicou uma pista a seguir: o teórico, ao tratar do aspecto vocal da língua, apontou a existência de um *fenômeno geral da enunciação* (ibid., p. 82), ao qual correlacionamos o *texto* de modo geral e desenvolvemos uma noção geral para esse objeto; a esse *fenômeno geral da enunciação* correlacionamos *fenômenos específicos*, por nós entendidos como a *enunciação falada* e a *enunciação escrita*, que nos possibilitaram desenvolver noções específicas para *texto falado* e *texto escrito*. Essa necessidade de distinção entre as modalidades de enunciação havia sido pontuada pelo mestre ao final de seu célebre artigo, em que afirmou ser “necessário também distinguir a enunciação falada da enunciação escrita” (ibid., p. 90). Esse apontamento não representava, de fato, uma *novidade* para o linguista, visto que ele próprio, ao longo de seus artigos, fora traçando a distinção entre essas modalidades, a partir de diferentes pontos de vista: ora sob a categoria de pessoa, ora sob a categoria de tempo, ora sob a referência. Não fizemos mais que explicitar as pistas deixadas pelo mestre e deslocar algumas de suas reflexões acerca da enunciação para a abordagem do texto.

Uma vez que a abordagem do texto encontrou esteio na perspectiva teórica de Benveniste, sintetizamos teoricamente o funcionamento dos aspectos da enunciação nas instâncias falada e escrita de atualização da língua, investigação que teve por objetivo explicitar o referencial enunciativo que propicia dar conta do texto – o que foi ao encontro de nossa terceira hipótese: a explicitação do aporte teórico-metodológico benvenistiano pode contribuir para configurar uma *prática* que tome por base tal referencial. A observação do funcionamento enunciativo da fala e da escrita evidenciou que os aspectos da enunciação

operam de modo peculiar em cada modalidade textual, peculiaridades que podem ser mais profundamente investigadas a partir da observação de dados falados e dados escritos. Como a descrição dessas modalidades se fez teoricamente, tomando por base os vestígios do linguista em seus artigos, as análises empíricas a partir de dados, textos falados e textos escritos, ainda está por ser feita, assim como de dados em que os domínios da fala e da escrita se imbricam, revelando a instância da escrita na fala e da fala na escrita.

Dessa forma, tomando-se a perspectiva enunciativa benvenistiana como pauta para o tratamento do texto, alguns *efeitos* são produzidos nesse campo de estudos, na medida em que essa teoria permite olhar o texto para além de um *produto*: sob a Enunciação, o texto passa a ser mais que um “produto acabado”, no qual simplesmente se buscam identificar marcas formais que denotem um sentido ali construído; o texto, sem que se despreze sua condição de *produto da enunciação* – como tal, manifesta as escolhas linguísticas que o locutor opera na sua relação enunciativa com a língua –, pode ser entendido também como um *processo enunciativo* de apropriação e de atualização da língua pelo locutor e, como *processo*, o texto está em constante (re)constituição. Tratar de enunciação é tratar da presença do homem na língua, logo, tratar de texto sob tal perspectiva implica considerar os efeitos advindos dessa presença, posto que o *sujeito* relaciona-se com outros sujeitos – inter-relação permitida e suscitada pela própria língua, como diz Normand (2009a) –, para constituir sentidos e referências e, assim, *viver*. Logo, todo texto encerra a singularidade que essas relações (inter)subjetivas instauram; estudá-lo requer trazer à luz esse processo único em que cada locutor, a cada vez que coloca a língua em funcionamento por um ato individual de utilização, entrelaça pessoa (*eu-tu*), tempo (*agora*) e espaço (*aqui*) às demais formas da língua para produzir sentidos e referências, agenciando-os e atualizando-os na instância textual, seja falada, seja escrita. Ora, de fato nos parece essa uma possibilidade de responder ao inquietante questionamento de Saussure, reproduzido como epígrafe desta dissertação: quando o mestre genebrino, em seus manuscritos (cf. SAUSSURE, 2004), afirma que “a língua só é criada em vista do discurso” e pergunta-se sobre “o que separa o discurso da língua ou o que, em dado momento, permite dizer que a língua entra em ação como discurso”, parece-nos que é Benveniste e sua Teoria da Enunciação que ofertam elementos para explicar as relações *língua-discurso*, a conversão da língua em discurso – questões que se colocam em evidência sobretudo quando do trabalho com o texto.

Este trabalho, portanto, alia-se a outros estudos, especialmente teses e dissertações, que vêm sendo desenvolvidos no âmbito da teoria benvenistiana com o objetivo de contribuir

para a explicitação das bases teórico-metodológicas para a abordagem da língua em uso – em nosso caso, para a abordagem de textos. E, além disso, alia-se a outras perspectivas de estudo do texto e do discurso para fornecer ao professor ferramentas para o trabalho, em sala de aula, com o texto, seja falado, seja escrito. Evidentemente, o potencial teórico-metodológico da teoria benvenistiana para o estudo do texto não se esgota nos elementos por nós discutidos nesta dissertação. Esta pesquisa, que por ora necessita ser finalizada, representa um *ponto de chegada*, mas não um *ponto final*.

REFERÊNCIAS

ARESI, Fábio. Os índices específicos e os procedimentos acessórios da enunciação. In: **ReVEL**, v.9, n.16, 2011. Disponível em: <<http://www.revel.inf.br>>. Acesso em: 15 Out. 2011.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: Informação e documentação – Referências – Elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.

____. **NBR 10520**: Informação e documentação – Citações em documentos – Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.

____. **NBR 6027**: Informação e documentação – Sumário – Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2003.

____. **NBR 6028**: Informação e documentação – Resumo – Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2003.

____. **NBR 14724**: Informação e documentação – Trabalhos acadêmicos – Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2011.

AULETE, Caldas. **Aulete Digital**: Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa. Disponível em: <http://aulete.uol.com.br/site.php?mdl=aulete_digital>.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. **Teoria semiótica do texto**. 2.ed. São Paulo: Editora Ática, 1994.

BARTHES, Roland. **O rumor da língua**. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 37.ed.rev.ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BENTES, Anna Christina; LEITE, Marli Quadros (orgs). **Linguística de texto e análise da conversação**: panorama das pesquisas no Brasil. São Paulo: Cortez, 2010.

BENVENISTE, Émile. Estrutura das relações de pessoa no verbo (1946). In: _____. **Problemas de Linguística Geral I**. 5.ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2005.

_____. Observações sobre a função da linguagem na descoberta freudiana (1956a). In: _____. **Problemas de Linguística Geral I**. 5.ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2005.

_____. A natureza dos pronomes (1956b). In: _____. **Problemas de Linguística Geral I**. 5.ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2005.

_____. Da subjetividade na linguagem (1958a). In: _____. **Problemas de Linguística Geral I**. 5.ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2005.

_____. Categorias de pensamento e categorias de língua (1958b). In: _____. **Problemas de Linguística Geral I**. 5.ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2005.

____. Os verbos delocutivos (1958c). In: _____. **Problemas de Linguística Geral I**. 5.ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2005.

____. As relações de tempo no verbo francês (1959). In: _____. **Problemas de Linguística Geral I**. 5.ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2005.

____. Os níveis da análise linguística (1964). In: _____. **Problemas de Linguística Geral I**. 5.ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2005.

____. A filosofia analítica e a linguagem (1963a). _____. **Problemas de Linguística Geral I**. 2.ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2005.

____. Vista d'olhos sobre o desenvolvimento da linguística (1963b). _____. **Problemas de Linguística Geral I**. 2.ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2005.

____. A linguagem e a experiência humana (1965a). _____. **Problemas de Linguística Geral II**. 2.ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006.

____. O antônimo e o pronome em francês moderno (1965b). _____. **Problemas de Linguística Geral II**. 2.ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006.

____. A forma e o sentido na linguagem (1967). _____. **Problemas de Linguística Geral II**. 2.ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006.

____. Estruturalismo e linguística (1968a). _____. **Problemas de Linguística Geral II**. 2.ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006.

____. Esta linguagem que faz a história (1968b). _____. **Problemas de Linguística Geral II**. 2.ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006.

____. Semiologia da língua (1969). _____. **Problemas de Linguística Geral II**. 2.ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006.

____. Estrutura da língua e estrutura da sociedade (1970a). _____. **Problemas de Linguística Geral II**. 2.ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006.

____. O aparelho formal da enunciação (1970b). _____. **Problemas de Linguística Geral II**. 2.ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006.

BOULBINA, Seloua Luste. La figura du philosophe: linguiste et voyageur. In: BENVENISTE, Émile. **La communication**. Extrait de Problèmes de linguistique générale. Dossier et notes de Seloua Luste Boulbina. Lecture d'image par Morad Montazami. Paris: Collection Folioplus philosophie (n° 158), Éditions Gallimard, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental MEC/SEF, 1998.

_____. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio. Área de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias.** Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica/MEC, 2000.

_____. Ministério da Educação. **PCN +: Ensino Médio. Orientações educacionais complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais - Ensino Médio - Área de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias.** Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica/MEC, 2002.

BRESSAN, Nílvia Thais Weigert. **O deserto de uma metassemântica esconde tamareiras em flor: o legado translinguístico de Émile Benveniste.** Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras. Orientação: Prof.Dr. Valdir do Nascimento Flores. Porto Alegre, 2010.

CREMONESE, Lia Emília. **Bases epistemológicas para a elaboração de um dicionário de linguística da enunciação.** Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras. Orientação: Prof. Dr. Valdir do Nascimento Flores; Co-orientação: Profa. Dra. Maria José Bocorny Finatto. Porto Alegre, 2007.

DESSONS, Gérard. **Émile Benveniste, l'invention du discours.** Paris: Éditions In Press, 2006.

DOSSE, François. Benveniste: a exceção francesa. In: _____. **História do estruturalismo: o canto do cisne, de 1967 a nossos dias.** v.2. Campinas, SP: Editora Ensaio, 1994.

ENDRUWEIT, Magali Lopes. Análises da enunciação escrita. In: In: Seminário Internacional de Texto, Enunciação e Discurso. Set.2010, Porto Alegre. **Anais do SITED** [eletrônico]. Porto Alegre: PUCRS, 2011. p.337-345. Disponível em: <<http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/anais/sited/>>. Acesso em: 20 fev. 2012.

____. **A escrita enunciativa e os rastros da singularidade.** Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras. Orientação: Prof. Dr. Valdir do Nascimento Flores. Porto Alegre, 2006.

FÁVERO, Leonor Lopes; KOCH, Ingedore G. Villaça Koch. **Linguística textual: introdução.** 2.ed. São Paulo: Editora Cortez, 1988.

FÁVERO, Leonor Lopes; ANDRADE, Maria Lúcia C.V.O.; AQUINO, Zilda G.O. **Oralidade e escrita: perspectivas para o ensino de língua materna.** São Paulo: Cortez, 1999.

FIORIN, José Luiz. Enunciação e construção do sentido. In: VALENTE, André (org.). **Aulas de português: perspectivas inovadoras.** Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1999.

FLORES, Valdir do Nascimento; ENDRUWEIT, Magali Lopes. A gramática, o texto e a semantização da língua: a forma em busca do sentido. In: COMISSÃO Permanente de Seleção (COPERSE-UFRGS). **Redação instrumental: concurso vestibular 2004.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

FLORES, Valdir do Nascimento; TEIXEIRA, Marlene. **Introdução à linguística da enunciação**. São Paulo: Contexto, 2005.

_____. Linguística da Enunciação: uma entrevista com Marlene Teixeira e Valdir Flores. In: **ReVEL**, v.9, n.16, 2011. Disponível em: <<http://www.revel.inf.br>>. Acesso em: 18 ago. 2011.

FLORES, Vadir do Nascimento; ARESI, Fábio. O funcionamento enunciativo do par pergunta-resposta em situação de clínica dos distúrbios de linguagem. In: **Calidoscópio**. Vol. 6, n. 2, p. 86-95, mai/ago 2008.

FLORES, Valdir do Nascimento; MELLO, Vera Helena Dentee. O texto de vestibular sob o olhar enunciativo. In: COMISSÃO Permanente de Seleção (COPERSE-UFRGS); organizado por Sabrina P. Abreu. **Reflexões linguísticas e redação no vestibular**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010.

FLORES, Valdir do Nascimento. Por que gosto de Benveniste? (um ensaio sobre a singularidade do homem na língua). In: **Letras de Hoje**. Porto Alegre. v.39 , n.4, p.217-230, dez.2004.

_____. Entre o dizer e o mostrar: a transcrição como modalidade de enunciação. In: **ORGANON**. Porto Alegre, n.40/41, jan.-dez., 2006, p. 61-75.

_____. Escrita, enunciação e autoria. In: CAZARIN, Ercília Ana; RASIA, Gesualda dos Santos (Orgs). **Ensino e aprendizagem de línguas: língua portuguesa**. Ijuí: Editora Unijuí, 2007.

_____. Enunciação, singularidade e autoria. In: TFOUNI, Leda Verdiani (org.). **Múltiplas faces da autoria: Análise do Discurso, Psicanálise, Literatura, Modernidade e Enunciação**. Ijuí: Editora Unijuí, 2008.

_____. Sujeito da enunciação e/ou sujeito do enunciado? Exterioridade e interioridade teórica no campo da linguística da enunciação. In: MATZENAUER, Carmen Lúcia Barreto et al.(orgs.). **Estudos da linguagem**. VII Círculo de Estudos Linguísticos do Sul - 2006. Pelotas: EDUCAT, 2008.

_____. A enunciação e os níveis de análise linguística em dados de distúrbio da linguagem. In: **ORGANON**. Porto Alegre, n.46, jan.-jun., 2009, p. 177-190.

_____. A enunciação e os níveis da análise linguística. In: Seminário Internacional de Texto, Enunciação e Discurso. Set.2010, Porto Alegre. **Anais do SITED** [eletrônico]. Porto Alegre: PUCRS, 2011. p. 396-402. Disponível em: < <http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/anais/sited/>>. Acesso em: 03 nov. 2011.

FLORES, Valdir do Nascimento et al. **Enunciação e gramática**. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. **Dicionário de Linguística da Enunciação**. São Paulo: Contexto, 2009.

KRIEGER, Maria da Graça; FINATTO, Maria José Bocorny. **Introdução à terminologia: teoria e prática**. São Paulo: Contexto, 2004.

KNACK, Carolina. Enunciação e estudo do texto: um esboço de princípios e de categorias de análise. In: Seminário Internacional de Texto, Enunciação e Discurso. Set.2010, Porto Alegre. **Anais do SITED** [eletrônico]. Porto Alegre: PUCRS, 2011. p.94-101. Disponível em: <<http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/anais/sited/>>. Acesso em: 29 jul. 2011.

KOCH, Ingedore G. Villaça. **Argumentação e Linguagem**. 9.ed. São Paulo: Cortez, 2004.

MELLO, Vera Helena Dentee de. **A sintagmatização-semantização**: uma proposta de análise de texto. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras. Orientação: Prof.Dr. Valdir do Nascimento Flores. Porto Alegre, 2012.

NAUJORKS, Jane da Costa. **Leitura e enunciação**: princípios para uma análise do sentido na linguagem. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras. Orientação: Prof.Dr. Valdir do Nascimento Flores. Porto Alegre, 2011.

NORMAND, Claudine. Os termos da enunciação em Benveniste. In: OLIVEIRA, S.; PARLATO, E.; RABELLO, S. **O falar da linguagem**. São Paulo: Editora Lovise, 1996.

____. **Convite à Linguística**. FLORES, Valdir.; BARBISAN, Leci. (orgs.). São Paulo: Contexto, 2009a.

____. **Saussure**. São Paulo: Estação Liberdade, 2009b.

____. Leituras de Benveniste: algumas variantes sobre um itinerário demarcado. In: **Letras de Hoje**. Porto Alegre, v.44, n.1, p.12-19, jan./mar. 2009c.

ONO, Aya. **La notion d'enonciation chez Émile Benveniste**. Limoges: Lambert-Lucas, 2007.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise do Discurso**: princípios e procedimentos. 7.ed. Campinas, SP: Pontes, 2007.

____. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. 4.ed. São Paulo: Pontes Editores, 2006.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL. Estrutura curricular do curso de Letras. <<http://www3.pucrs.br/portal/page/portal/faleuni/faleuniCapa/faleuniGrad/faleuniGradCurriculo>>. Acesso em: 26 mai. 2011.

REY-DEBOVE, Josette. **Le métalanguage**: étude linguistique du discours sur le langage. 2.ed. Montréal, Canadá: Les Dictionnaires Robert-Canada S.C.C., 1986.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Educação. Departamento Pedagógico. **Referencial Curricular**: Lições do Rio Grande. Linguagens, Códigos e suas tecnologias. Vol.1. Porto Alegre, SE/DP: 2009.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Escritos de Linguística Geral**. BOUQUET, S.; ENGLER, R. (ed. e orgs.). São Paulo: Editora Cultrix, 2004.

____. **Curso de Linguística Geral**. 27.ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

SILVA, Carmem Luci da Costa. Eu-tu: um diálogo sobre a esperança. In: COMISSÃO Permanente de Seleção (COPERSE-UFRGS). **Redação instrumental**: concurso vestibular 2004. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

____. **A instauração da criança na linguagem**: princípios para uma teoria enunciativa em aquisição da linguagem. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras. Orientação: Prof.Dr. Valdir do Nascimento Flores. Porto Alegre, 2007.

____. **A criança na linguagem**: enunciação e aquisição. Campinas, SP: Pontes Editores, 2009.

____. O lugar de enunciação do vestibulando: os dizeres possíveis. In: COMISSÃO Permanente de Seleção (COPERSE-UFRGS); organizado por Sabrina P. Abreu. **Reflexões linguísticas e redação no vestibular**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010.

____. A operação de referência no ato de aquisição da linguagem. In: Seminário Internacional de Texto, Enunciação e Discurso. Set.2010, Porto Alegre. **Anais do SITED** [eletrônico]. Porto Alegre: PUCRS, 2011. p. 88-93. Disponível em: < <http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/anais/sited/>>. Acesso em: 10 nov. 2011a.

____. Os movimentos enunciativos da criança na linguagem. VII Congresso Internacional da ABRALIN. **Revista da ABRALIN**, v. Eletrônico, n. Especial, p. 77-94., 2ª parte, 2011b. Disponível em: <<http://www.abralin.org/revista/RVE2/3v.pdf>>. Acesso em: 02 Abr. 2012.

SILVA, Carmem Luci da Costa; ENDRUWEIT, Magali Lopes. O oral e o escrito sob o viés enunciativo: reflexões metodológicas. In: **ReVEL**, v.9, n.16, 2011. Disponível em: <<http://www.revel.inf.br>>. Acesso em: 15 Out. 2011.

SURREAUX, Luiza Milano. O “efeito de transcrição” na escuta de falas desviantes: uma leitura enunciativa. In: Seminário Internacional de Texto, Enunciação e Discurso. Set.2010, Porto Alegre. **Anais do SITED** [eletrônico]. Porto Alegre: PUCRS, 2011. p.331-336. Disponível em: < <http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/anais/sited/>>. Acesso em: 26 fev. 2012.

____. **Linguagem, sintoma e clínica em clínica de linguagem**. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras. Orientação: Prof. Dr. Valdir do Nascimento Flores. Porto Alegre, 2006.

TEIXEIRA, Marlene. **Análise de Discurso e Psicanálise**: elementos para uma abordagem do sentido no discurso. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

____. Palavras para fazer ouvir interrogações. In: **ORGANON**. Porto Alegre, n.40-41, jan.-dez.2006., p.231-253.

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DO SINOS – UNISINOS. Grade curricular do curso de Letras. Disponível em: <<http://www.unisinos.br/graduacao/letras/disciplinas>>. Acesso em: 26 mai. 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Informações acadêmicas da graduação. Estrutura Curricular do Curso de Letras. Disponível em: <<http://www1.ufrgs.br/graduacao/xinformacoesacademicas/habilitacoes.php?CodCurso=334>>. Acesso em: 26 mai. 2011.